

Isabel Lustosa

O LIVRO DOS LIVROS



O livro dos livros

Isabel Lustosa

BVPS Coleção 012

BVPS Coleção. Número 012, setembro de 2026.

Lustosa, Isabel. *O livro dos livros*. Rio de Janeiro: BVPS Coleção, 2026.

ISBN 978-65-977935-0-1

1ª edição

Edição e revisão: Caroline Tresoldi.

Capa: Rennan Pimentel.



Sumário

Palavras de prefácio

<i>André Botelho</i>	12
----------------------------	----

Apresentação	14
---------------------------	----

Parte I: Brasileira

Notas de um erudito	23
---------------------------	----

Vitórias e derrotas de um funcionário público na corte de D. Pedro II.....	29
--	----

A escravidão no Rio Grande do Sul	35
---	----

Os serões do prof. Lamounier	40
------------------------------------	----

Coletar, selecionar e expor: a coleção Miguel Calmon	46
--	----

Quando o Brasil tentou descobrir seus índios	50
--	----

Bandeirantes e pioneiros.....	54
-------------------------------	----

Bastide revisitado.....	59
-------------------------	----

Interpretações do Brasil por seus novos intérpretes.....	63
--	----

A arte como meio de inserção do artista na elite brasileira	68
---	----

Modernismo cool	72
-----------------------	----

Um pequeno grande livro.....	77
Cartas escritas para a posteridade.....	81
O amante do Brasil: Roquette-Pinto.....	86
O intelectual e o desafio da crítica.....	90
Sociologia como missão: mudança social e desenvolvimento nos anos 1950.....	94
A década da emancipação	99
O Rio de Janeiro em quatro lições.....	104

Parte II: Histórias da História do Brasil

A arte de bem morrer no Brasil colonial.....	111
Testamentos e inventários revelam a sociedade colonial .	116
Cinema impresso: o Rio colonial	119
O processo de colonização da América Latina em livro organizado por Leslie Bethell	124
A história como aventura	128
Um olhar inglês matizado por anos de América.....	131
O fetiche dos livros	135
Carlota Joaquina, rainha das Américas	143
A retomada da Brasileira	146
A pedra no caminho dos portugueses	150

A Gazeta do Rio de Janeiro e a transformação dos costumes mundanos	153
O lugar do <i>Jornal do Commercio</i> na história da imprensa do Brasil	156
Uma síntese bem ilustrada de <i>Casa-grande & senzala</i>	160
Leopoldina: entre o amar e o sofrer	163
Os sonhos e desenganos de uma princesa austríaca nos trópicos	167
O primeiro revolucionário brasileiro	171
Palavras, ideias e ações: a política das letras na Independência	174
O primeiro político brasileiro	182
Humor paulistano	188
Órfão de pátria	193
D. Pedro II: talhado para ser monarca	199
A atriz, o Imperador e uma amizade acima de qualquer suspeita	203
O príncipe das ruas do Rio	207
Memória e história de dois herdeiros muito especiais do barão de Pati do Alferes	213
Historiadores lançam novas teorias sobre as causas da guerra do Paraguai	218
Joaquim Nabuco: entre a Monarquia e a República	222
Histórias de um Rio que se perdeu	227

Um passeio pela história do Rio.....	232
Panorama do Brasil Imperial	236
O último panorama do Brasil Imperial	242

Parte III: O século XX brasileiro

Um novo olhar sobre a República Velha.....	249
Pereira Passos, o prefeito cosmopolita.....	253
Almanhaque: um almanaque cheio de manhas	256
O tombo da jangada nas ondas do mar.....	262
A São Paulo da <i>belle époque</i> impressa a cores	266
Origens do carnaval carioca	273
Uma outra história do carnaval.....	277
Impressões de uma guerra.....	280
A última cartada da “esfinge do catete”	284
Uma carta póstuma para guiar o futuro do Brasil	288
Coração de Estudante – a UNE e as esquerdas na Ditadura Militar	293

Parte IV: Belas Letras

Antonio Candido coloca o Romantismo em seu devido lugar	298
Já existia uma literatura brasileira no Brasil colonial?	304

O método Rouanet de estudar.....	310
<i>O Bom-Crioulo</i> revelou segredos da Marinha	315
Polêmica literária no Brasil Imperial: o debate entre José de Alencar e D. Pedro II.....	317
Leituras para crianças de ontem e de hoje.....	320
De Machado a Amado: literatura, cultura e sociedade na perspectiva dos historiadores.....	325
O menino e o sol.....	329
A última sociedade de homens bons	332
As muitas histórias de um hábil narrador	336
Madame Maigret.....	339
Félicie e o comissário Maigret	342
A hora é boa para ler <i>O Americano Tranquilo</i>	346

Parte V: Mestra da vida

A história da História.....	354
A Revolução Imprensa.....	364
Morte e Revolução em Michel Vovelle.....	368
Maria Antonieta: futilidade que vem do berço.....	373
Napoleão Bonaparte: o triunfo da vontade	377
Arqueologia do capitalismo ou: como tudo começou a ficar assim	381

Provérbios, adágios e refrões	385
Etnografia: James Clifford e o coração da matéria.....	388
Entre o prático e o belo: o dilema da urbe.....	392

Parte VI: Acadêmicas

O período joanino e a eficiência analítica de alguns textos desbravadores	398
O uso político dos cadáveres na França da primeira metade do século XIX.....	422
A revolução, os Napoleões de hospício e a psiquiatria no século XIX.....	429
A importância de se chamar português	445
Caminhos e descaminhos do pensamento brasileiro	452
Um novo clássico da história do Brasil, com humor, ironia e sentimento	462
O neto de escravos que foi um dos maiores editores do Brasil Imperial	471
Jornais: uma ampla janela aberta sobre o século XIX.....	484
Sob o signo das utopias: os anos 1970 e o nascimento de uma nova esquerda	493
As infinitas vantagens da vergonha: sobre alguns temas em Thomas Mann.....	497

BVPS Coleção. A hiperespecialização da produção acadêmica, até aqui confirmando o sentido da racionalização da ciência estudada por Max Weber no início do século XX, vem diminuindo, paradoxalmente, os espaços de circulação e debate qualificado de ideias, também nas ciências sociais e nas literaturas. Foi por isso que iniciamos os trabalhos da Biblioteca Virtual do Pensamento Social, a BVPS, por um blog, buscando, primeiro, reconectar os próprios artífices dos saberes acadêmicos sobre o social em várias das suas relações, perdidos nos labirintos dos periódicos; e, segundo, a comunicação com os chamados leitores leigos – comunicação igualmente desaparecida com o fim dos cadernos de debates de livros e dos suplementos literários que pautaram o cotidiano mais amplamente compartilhado. Nesse trabalho de reconexão, temos investido bastante na comunicação intergeracional, trazendo à tona trabalhos de colegas e eles mesmos de outras gerações que, assim, vêm conhecendo novas oportunidades de recepção e de diálogo com novas gerações de cientistas sociais e críticos literários, sobretudo. Temos valorizado em nossa política editorial também o resgate de autoras mulheres nesse conjunto. De outro lado, jovens autores e autoras têm sido estimulados igualmente a publicar conosco, o que implica a descoberta de um prazer do texto num formato que escapa ao comumente exigido no treinamento acadêmico pautado pelas agências de fomento. São convidados a integrar um debate mais público, mais aberto, intelectual e narrativamente falando. O trabalho da BVPS vem conhecendo muitos e importantes desdobramentos editoriais e intelectuais, inclusive com repercussões na

própria economia política do campo acadêmico, que tem valorizado cada vez mais esse tipo de escrita e comunicação pública da ciência que iniciamos em 2017. Mas, o mais importante é justamente a experiência coletiva e individual proporcionada na modelagem não só da institucionalidade, mas das subjetividades dos muitos autores, autoras, leitores, leitoras, editores e editoras aprendizes que nosso trabalho propõe e enlaça. Tudo isso lembrando que o sentido de público aqui alcança inclusive o aspecto financeiro, pois tanto o acesso de autores quanto o de leitores é totalmente gratuito. **BVPS Coleções**, que aqui se apresenta, é uma dessas expressões da maturidade intelectual e de gestão coletiva da BVPS, uma vez que consolida – o quanto essa palavra faz mesmo sentido no mundo dinâmico das redes sociais de que participamos – um conjunto de textos como uma unidade representativa de debates de questões prementes e permanentes nas ciências sociais e nas literaturas. A inovação que buscamos não está necessariamente apenas à frente de todos nós, mas conosco, entre nós mesmos. É preciso deseducar o olhar e a escrita acadêmica estritos para percebermos também o tanto e o quanto vimos e estamos fazendo especialmente para a sociedade brasileira, oferecendo interpretações que valem a pena serem conhecidas e compartilhadas. Você tem em mãos – ou, mais precisamente, sob os olhos – uma dessas coletâneas. Boa leitura!

Equipe BVPS

Palavras de prefácio

Uma vida entre livros. A tópica é paradigmática do intelectual. Referida tanto àquele dito de gabinete, como Michel de Montaigne em sua reclusão após a morte do amigo La Boétie; quanto ao intelectual do mundo, que sempre provoca tensões entre o lido e o vivido – Mário de Andrade, entre nós, cai bem neste figurino. Mas, Isabel Lustosa nos deu mais ao longo de três décadas ou mais. Viveu a vida entre livros e escreveu sobre eles nos jornais. Manteve viva, especialmente para a história e as ciências sociais, a tradição das resenhas nos grandes órgãos de imprensa impressa, quando eles ainda existiam com espaço para esse tipo de trabalho intelectual tão importante.

E ela, Isabel, de quebra, ainda é uma das nossas maiores especialistas em imprensa brasileira. Autora de trabalhos acadêmicos e coletâneas de referência sobre a história da imprensa no Brasil e também ativista, com o *clipping* diário de notícias que proporciona, generosamente, na concorrida lista de e-mails “Desafios para o século XXI”, que mantém há mais de uma década.

O livro dos livros. Um trabalho que exigiu dedicação sistemática da autora: selecionar, ler, selecionar novamente, anotar, escrever a resenha, rever, usar sua influência junto aos jornais para abrir espaço para novos títulos. Um cotidiano pontuado pelos livros – manuseio, leitura, escrita.

Uma rotina que encarna, portanto, o próprio princípio seminal da escrita: a escrita é sempre a continuação de uma leitura. E Isabel ainda prestigiava e prestigia, democraticamente, os lançamentos no Rio de Janeiro com sua presença solar, lindíssima.

É uma alegria imensa para a Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS) publicar pela primeira vez uma reunião parcial das resenhas escritas por Isabel. Agradecemos a ela por nos confiar esse material, que é um testemunho vivo da cultura brasileira contemporânea, trazendo novamente à tona autoras, autores, temas, questões, editoras, jornais, entre outros elementos da vida literária e intelectual.

É um material precioso, mas não apenas como documento, uma vez que nos ajudará também a refletir sobre os modos de pensar e escrever protagonizados por mais de uma geração e que estão na base de nossas formas de compreender a história, a literatura e as ciências sociais. Obrigado, Isabel, por dedicar tanto do seu tempo e talento a todos nós!

André Botelho

Apresentação

Duvido que alguém tenha fôlego para resenhar este livro. São centenas de páginas reunindo textos publicados ao longo de décadas em jornais, sites e revistas acadêmicas. Na verdade, não é um livro para ser resenhado. É um livro para ler por partes ou para puxar aleatoriamente um ou outro assunto que mais lhe interesse naquele momento. É um livro que deveria, e este é o principal desejo da autora, figurar nas bibliotecas de ciências humanas como uma fonte para o contato com textos e autores importantes da área de Humanidades. Esses textos foram produzidos ao longo de uns trinta anos, entre 1990 e 2010, mais ou menos, a partir da leitura de livros que acabavam de ser lançados ou de clássicos que mereceram ser reeditados.

Há muito desejava reunir essa produção em um livro. André Botelho abriu-me as portas da BVPS para realizar esse sonho e ainda me concedeu o privilégio de ter Caroline Tresoldi como editora. Foi a boa vontade e a paciência de Caroline que me deram coragem de ir inserindo coisas do passado mais remoto e textos que, apesar de não serem resenhas, tratam de livros. Publicações que me eram caras e que, sem essa possibilidade, restariam dispersas e esquecidas. São produtos de uma vida de trabalho e de formação da autora.

As primeiras resenhas que escrevi foram feitas no mestrado do IUPERJ como dever de casa que me passou o Prof. Amaury de Sousa, que era então meu orientador. Foram resenhas difíceis, que me deram um trabalho danado. Uma da edição espanhola do livro de Carl Schmitt, *La Dictadura*, e outra de *The Origins of Totalitarian Democracy*, de J. L. Talmon. Certamente o prof. Amaury foi muito amaldiçoado por causa delas. Na verdade, era um ótimo e querido professor, apesar de seu antimarxismo exaltado. Mas, feitas as resenhas, me dei conta de que fiquei sabendo muito mais sobre aqueles dois livros do que se tivesse me limitado a lê-los, fazendo as marcações com o lápis. Depois, mudei de tema de tese e de orientador, mas guardei a convicção de que a melhor maneira de ler e entender bem um livro é fazendo a sua resenha. Aliás, tenho até hoje guardada a que fiz ainda no mestrado sobre *O Caminho da Servidão*, de Hayek, para o curso do professor Cesar Guimarães. Está lá a nota máxima e o comentário elogioso desse hoje querido amigo.

No curso da realização de um trabalho acadêmico de maior fôlego, a gente só resenha os livros com os quais vai trabalhar integralmente, pois fazer resenha é um trabalho árduo. Implica, além da leitura, a anotação de todos os pontos e trechos importantes, bem como a produção de um resumo das ideias distribuídas ao longo da obra e uma reflexão crítica sobre ela. Por isso, quando eu queria mesmo ler um livro, me oferecia para fazer-lhe a resenha. Nem sempre conseguia. Nem tudo o que eu queria ler interessava aos editores dos cadernos de livros, mas quase tudo o que está reunido aqui foi escrito a partir de iniciativas assim.

Até hoje, para escrever qualquer resenha, sigo o mesmo método que me ensinou o prof. Amaury: leio todo o livro, marcando os trechos que me parecem merecer uma reprodução integral, pelo menos no meu fichamento; faço anotações à margem da página quando me ocorre algum *insight* (nem sempre aproveitado depois) e, em seguida, transcrevo tudo para o computador. Feito isso, deixo essa massa de anotações descansando e parto para redigir, por minha própria conta, um texto geral sobre o que realmente pensei lendo e depois de ler o livro. Às vezes, é preciso dar umas paradas, fazer outra coisa, passear um pouquinho, ruminar as ideias e depois voltar para encarar as coisas com a cabeça organizada. Uma caminhada de manhã cedo na Lagoa pode ser muito proveitosa para a elaboração de uma boa resenha. Depois, é ir penteando o texto criado e mesclando-o com as anotações.

O trabalho fica, em geral, muito grande para o que foi pedido, então vem a parte do sacrifício. Muita coisa boa que anotei, frases que burilei, reflexões que desenvolvi tive que deixar de lado por conta do tamanho definido pelo editor. E o melhor é não contrariar, para não ter que deixar os cortes a critério de outrem, que pode ser até muito bom, mas não conhece a mecânica e a lógica com que você desenvolveu seu texto. Já tive muitas decepções por conta disso e agora não me arrisco. Conto direitinho as palavras e não deixo passar nenhuma.

Quando escrevi minha primeira resenha para jornal, “A história nova”, o grande espaço que me deu o Caderno Ideias do *Jornal do Brasil* permitiu que eu falasse não só do livro, mas também de alguns aspectos da vida acadêmica. Foi

importante para mim escrever essa resenha, pois ela me colocou em contato com algumas teses importantes da historiografia e me fez entender o debate que marcou o começo da École des Annales. Daí em diante, escrevi muitas outras, algumas para as quais me candidatei junto a editores dos cadernos de livros, que, com o contato continuado, foram se tornando bons interlocutores; outras para as quais me convidaram. Em todas elas vi a oportunidade de aprofundar meu conhecimento sobre as matérias tratadas e de entrar em contato com a obra de muitos colegas e mestres.

As resenhas reunidas neste livro remontam ao momento em que vim a este mundo. Melhor dizendo, em que tive o reconhecimento do mundo acadêmico por minhas capacidades. E foi justamente o IUPERJ que possibilitou a esta cearense de Sobral, criada em Fortaleza e há poucos anos estabelecida no Rio de Janeiro, merecer uma certa atenção. Devo isso ao professor Wanderley Guilherme dos Santos, que indicou o meu trabalho final do curso de Teoria Política I para ser publicado no volume 1 da Série Estudos, que estava para ser lançada. E isso logo no ano em que ingressei no mestrado.

A pequena casa da Rua da Matriz, branquinha, limpinha, calma, fazia contraste para os que vinham, como eu, do agitadíssimo IFCS, no Largo de São Francisco. O IUPERJ era *clean*, meio americano, meio *yuppie*. E, ao mesmo tempo, a gente se sentia sem pai nem mãe ali dentro. Terrível mesmo era se o aluno caía nas mãos de um Edmundo Campos (na verdade, comigo sempre muito gentil). Bom era ficar sob a proteção de Cesar Guimarães ou de Lícia do Prado Valadares, como foi o meu caso. Meu primeiro orientador

foi Amaury de Sousa, que, como eu queria estudar o integralismo, chamou para conversar conosco Ricardo Benzaquen de Araújo, autor de tese sobre o tema e que era então professor da PUC-Rio. Depois, Amaury acabou saindo do IUPERJ, e eu acabei desistindo do integralismo para singrar outros mares.

Quando o IUPERJ viveu a grande crise que acabaria por transformá-lo em IESP, unidade da Uerj, publiquei em *O Globo* um artigo intitulado “Poucos e bons”. Tratava da assembleia que, em 29 de abril de 2002, reuniu representantes de universidades e instituições de pesquisa na Academia Nacional de Ciências, na qual foram propostas várias ações junto a agências financiadoras e ao governo federal. No artigo, eu descrevia aquele ato, realçando o fato de estarem representadas por seus dirigentes as mais importantes instituições de ensino e pesquisa do Rio.

Naquele momento, o IUPERJ, que fora fundado em 1969, era a instituição de maior importância para a renovação dos programas de pós-graduação nas áreas de Sociologia e Ciência Política do Rio de Janeiro. Reunindo o que de melhor havia e estava surgindo no cenário das ciências sociais brasileiras, o professor Cândido Mendes de Almeida fundou essa instituição com um quadro de professores cujos nomes, juntos, formam parte da bibliografia básica dos nossos cursos de Ciências Sociais: Amaury de Sousa, Bolívar Lamounier, Carlos Hasenbalg, Carlos Estevam Martins, César Guimarães, Edmundo Campos, Hélio Jaguaribe, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Simon Schwartzman e Wanderley Guilherme dos Santos. A estes logo vieram se juntar Luiz Jorge Werneck Vianna e José

Murilo de Carvalho. Quando ali cheguei, no começo de 1982, já eram seus professores Elisa Reis, Renato Lessa e Sergio Abranches. Seria exaustivo enumerar aqui todos os autores resenhados neste livro que por ali passaram. Como espaço multidisciplinar onde as ciências sociais, nas suas vertentes mais ortodoxas e mais heterodoxas, sempre tiveram espaço, o IUPERJ devia o seu renome ao amplo espectro de estudos sobre as instituições brasileiras.

Mas, dentre as teses orientadas e produzidas ali, abrigam-se também os temas mais palpitantes e as metodologias mais diversificadas: a violência contra a mulher; a discriminação racial e sexual; as drogas – todos estão entre os títulos do seu banco de teses. Tipo da universidade aberta, democrática, espaço da interdisciplinaridade, o IUPERJ é também o ambiente onde se desenvolvem importantes estudos sobre a história do pensamento social e político no Brasil e das correlações possíveis entre a literatura, a arte e as Ciências Sociais. Democracia foi o conceito fundador dessa casa, tanto no escopo dos estudos que privilegiaram esse tema quanto na maneira de conduzi-los. (*O Globo*, 8 de maio de 2002)

Este livro deve muito ao que vivi e aprendi no IUPERJ, mas também no Museu da República, no IPHAN, na Fundação Casa de Rui Barbosa e até mesmo no IFCS, onde me formei em Ciências Sociais. A forma como organizei as partes em que se divide o livro reflete essa polivalência, pois tive a sorte de ingressar na academia no auge da valorização da interdisciplinaridade. Então eu podia escrever sobre

qualquer tema que me interessasse sem ser questionada sobre os elementos da minha formação básica que me permitiriam analisar aquelas obras.

À primeira parte do livro dei o título de Brasileira. Nela estão reunidas as resenhas de livros de autores que trabalham com questões relativas ao Brasil a partir das Ciências Sociais. Sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, além de alguns historiadores, frequentam essas páginas sem que, no entanto, tenha havido um rigor excessivo na separação. O mesmo vale para a segunda parte, História da história do Brasil, que contempla alguns temas do Brasil colonial, seguidos de uma boa soma de artigos sobre a Independência do Brasil e o Segundo Reinado. A terceira parte trata da história do Brasil no século XX, desde a República Velha, passando por temas da cultura, como o carnaval e o humor, até finalmente chegar a Getúlio, à guerra e ao movimento estudantil.

Leitora compulsiva de romances do século XIX na adolescência e na juventude, encontrei nas resenhas a oportunidade de conhecer as análises de Antonio Candido e de outros autores sobre a literatura brasileira. Ao mesmo tempo, pude exercitar na imprensa minhas próprias análises de obras de ficção, que estão contempladas na quarta parte do livro, sob o título de Belas Letras. A quinta parte, a que ousei dar o nome de Mestra da Vida, reúne resenhas e artigos que produzi a partir da leitura de autores estrangeiros. Por conta do formato maior e mais denso, com suas notas de rodapé, resolvi reunir as resenhas que fiz para revistas acadêmicas. O último artigo dessa parte, intitulada Acadêmicas, não é uma resenha, mas um estudo sobre a obra

do meu alemão favorito: Thomas Mann. Originalmente produzido durante o doutorado como trabalho para o curso do professor Ricardo Benzaquen de Araújo, já então integrado ao quadro do IUPERJ, é o trabalho acadêmico que me deu mais prazer em escrever.

Agradeço aos editores dos cadernos de livros com que colaborei com mais frequência: Claudio Figueiredo, Cristiane Costa, Cecília Costa, Paulo Roberto Pires e Manyá Millen. A essa, mais especialmente, por ter me ajudado a localizar algumas das resenhas que publiquei no caderno Prosa & Verso, de *O Globo*, do qual foi competente editora. Cabe concluir com um lamento pelo fim dos cadernos especializados em livros das páginas dos jornais. Muita coisa boa tem sido publicada em sites, e eu mesma publiquei resenhas no *Trópico*, que era editado por Alcino Leite Neto, e no *NO*, criado por Paulo Roberto Pires, que anteciparam a entrada da crítica literária no mundo virtual, mas não me acostumo a buscar a crítica dos livros na internet. Talvez porque gostasse de encontrar os artigos sobre livros no meio do jornal, perto dos cadernos de notícias, de entretenimento, enfim, como parte dos demais aspectos da vida em sociedade.

PARTE I
BRASILIANA

Notas de um erudito

Afonso Arinos de Melo Franco. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, 318 p.

Todo aluno de Ciências Sociais deveria começar seu curso pela leitura deste admirável livro de Afonso Arinos. Pois é livro da maior utilidade para aqueles que, pela primeira vez, se veem às voltas com as teses sobre o estado de natureza presentes nas obras de Locke, Rousseau e Hobbes. Muitas daquelas ideias ficariam mais claras, fariam maior sentido a partir dessa viagem que Afonso Arinos empreende ao longo da história do pensamento político para provar a tese de que a trilogia básica da Revolução Francesa (liberdade, igualdade, fraternidade) tem íntima ligação com a teoria da bondade natural do homem sobre cuja elaboração, por sua vez, influenciou, de forma decisiva, a figura mitológica do índio brasileiro.

Só um erudito, um homem que consegue frequentar com superior naturalidade tanto os velhos relatos dos viajantes quanto a literatura europeia renascentista, quanto os tratados políticos e os manuais de filosofia, seria capaz de uma obra que reunisse tanto conhecimento a tão bons pensamentos. Arinos produz, ao lado da análise dos mais importantes relatos de viajantes que estiveram no Brasil nos três primeiros séculos de sua colonização, uma síntese do processo que viveu o pensamento social de Thomas Morus a Karl Marx. Escrito ainda na mocidade do autor, *O índio*

brasileiro e a Revolução Francesa é livro que pode ser colocado entre os nossos clássicos, e surpreende que obra de tamanha grandeza seja pouquíssimo citada, pouquíssimo lida.

O livro se divide, do ponto de vista da literatura que analisa, em duas partes. Na primeira, o autor procura demonstrar, através da citação de trechos de vários relatos de viajantes, como se constituiu o mito do bom selvagem brasileiro e como esse foi endossado pela presença física dos primeiros índios brasileiros que apareceram na Europa. Essa saborosa primeira parte do livro estimula o interesse do leitor pela segunda, mais densa, na qual o autor mergulha na apresentação e análise das ideias gerais dos grandes pensadores.

A intenção inicial de Arinos era centrar sua análise na comparação das ideias de Montaigne com as de Rousseau. No entanto, apesar da celebridade maior dos *Ensaio*s, notadamente da parte em que Montaigne se refere aos índios tupinambás que chegou a ver na corte de Carlos IX, a maior parte de suas reflexões sobre o tema já estava contida em obras que o antecederam. O que Arinos ressalta é a grande mistificação que um autor do prestígio de Montaigne conseguiu agregar ao tema. Ele chega a afirmar que a própria guerra entre as tribos dos selvagens brasileiros era “nobre e generosa” e não tinha outro objetivo senão “a emulação pela virtude”.

Desde os primeiros tempos do raciocínio especulativo, lembra Arinos, o homem procurou estabelecer uma ideia interpretativa de si mesmo, considerando o seu semelhante ora como um ente naturalmente virtuoso e bom, ora como um ser perverso e mau por natureza. A partir da publicação

das cartas de Américo Vespúcio descrevendo os nativos do Brasil, que viveriam num perfeito estado de natureza tal como teriam vivido Adão e Eva antes do pecado original, a noção do selvagem cruel e monstruoso começa a ser suplantada pela ideia do bom selvagem. Ao lado de Vespúcio, os relatos de outros viajantes como Pero Vaz de Caminha, Jean de Léry e o Padre Thevet acabam por servir de base às construções teóricas sobre o estado natural do homem. Estas surgem com o humanismo filosófico do século XVI e vão terminar no individualismo revolucionário do século dezoito.

Diz Afonso Arinos que o movimento se inicia com os filósofos quinhentistas. Impossibilitados de criticar abertamente as injustiças do tempo por causa da severa vigilância que a Igreja e o Estado exerciam sobre toda a produção intelectual, eles começaram a produzir descrições de comunidades ideais, cujas venturas viriam exatamente do fato de adotarem instituições que eram o oposto das vigentes nos países civilizados da Europa. Os descobrimentos geográficos tornaram corrente esse processo literário que disfarçava, sob roupagens inocentes, as mais violentas críticas às instituições da época. Surgiu assim, diz Arinos, uma literatura de ficção na qual os elementos colhidos nas narrativas, já de si tendenciosas, dos viajantes eram aproveitados num sentido ainda mais intencional, porque já trabalhado pelo raciocínio filosófico de espíritos muito mais cultos do que os dos exploradores das terras novas. O século dezesseis aproveitou a ideia do índio brasileiro para a construção de obras de caráter mais abstrato e menos científico.

Os grandes autores desta fase são Erasmo, Rabelais e Thomas Morus. Segundo Arinos, *A Utopia*, de Thomas Morus, participa tanto do frio racionalismo revolucionário quanto do sentimentalismo expresso na ideia de bondade natural do homem. Morus imaginou um homem que se servisse dos progressos da civilização, sem perder os atributos e virtudes humanas. Aproveitou, assim, da figura do selvagem brasileiro aqueles traços que lhe davam a fisionomia da bondade natural e integrou-os com outros tirados do homem civilizado para conseguir a síntese ideal da civilização aliada à natureza.

Se o século dezesseis foi mais literário e especulativo do que sistemático e científico, o dezessete será marcado pela preocupação com o rigor científico, com o estabelecimento de bases experimentais, mesmo para conclusões de ordem abstrata. A partir de sua segunda metade, reinam os juristas, os sábios, os criadores de sistemas. Estes, deixando de lado o sentimento e a inteligência filosófica, começam a se dirigir à razão e à inteligência pseudocientífica, apresentando-lhes novos argumentos que, reunidos aos dos seus predecessores, iriam formar aquele conjunto irresistível de opinião sentimental e de convicção racional que daria na torrente destruidora das ideias do século XVIII. Tal século, segundo Arinos, está entre os períodos históricos nos quais se observará mais indubitavelmente a força criadora e, sobretudo, destruidora da imaginação fanática, erigida em sistema filosófico e político.

No século XVI, a ideia da bondade natural do homem teria o conteúdo de um princípio filosófico e moral. No século XVII, o de uma doutrina jurídica e, finalmente, no

XVIII, o de uma teoria política. Como conceito filosófico, visava à reforma dos homens, à melhoria das almas. Como doutrina jurídica, visava à evolução pacífica das instituições, à adaptação destas às novas necessidades, definidas pela razão científica. Como teoria política era, na opinião de Arinos, um apelo à violência. Não se tratava mais nem de ensaio de reforma, nem de tentativa de evolução. Tratava-se já de revolução, isto é, da propagação de um mito pelas massas e do levante destas, a fim de derrubarem o aparelho anterior do Estado, empolgando diretamente o poder político.

Rousseau, o grande nome dessa corrente de pensamento no século XVIII, dirá que sua obra tinha por propósito demonstrar que o homem era naturalmente bom e que o hábito da civilização é que viera a corrompê-lo. Rousseau era um romântico, na medida em que procurava definir a desordem do mundo e a injustiça social como reflexo e consequência das imperfeições e taras contidas na alma dos homens. Sua influência no campo das ideias políticas é, na opinião de Arinos, de ordem geral. Dificilmente se poderá indicar com precisão um trecho de algum de seus livros como sendo a fonte direta deste ou daquele princípio ou episódio da Revolução Francesa. O que age é o espírito geral de sua obra, ou melhor, é o rousseauísmo: o conjunto orgânico de sentimentos e de ideias, uma certa “maneira” de considerar o mundo e a vida, que os intelectuais da Revolução retiraram de seus livros.

Afonso Arinos acha que a Revolução de 1848 foi o epílogo da influência direta de Rousseau. Seus teóricos e intelectuais também participavam da crença na bondade

natural do homem, manifestando posição contrária à violência. Do lado oposto estava a nascente escola de Karl Marx, que já sustentava ser indispensável o apelo à força e à insurreição. Segundo Afonso Arinos, o marxismo, com a sua descrença no acordo entre as classes, foi o primeiro movimento filosófico que reagiu verdadeiramente contra a ideia da bondade natural do homem.

Apesar de concluir seu livro com uma pequena digressão sobre o retorno do mito do bom selvagem às literaturas portuguesa e brasileira, Arinos não se detém muito nesse interessante tema, que proporcionaria material para um outro interessante livro. Este, infelizmente, ele ficou nos devendo.

Publicada na revista eletrônica *NO* (no.com.br), em setembro de 2000.

Vitórias e derrotas de um funcionário público na corte de D. Pedro II

Antonio Candido. *Um funcionário da Monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2002, 216 p.

Tinha saído do nada e queria subir. Quais os caminhos? Podia ser comerciante, traficar escravos, contrabandear, arranjar concessões públicas; mas para isso era preciso uma certa paixão do ganho que quebra a linha, e ele evitava por natureza os aspectos brutais da luta. (...) Nessa redução de perspectivas, a burocracia foi a porta estreita que daria o pão com o respeito; que permitiria exercer o mando depois de muito obedecer, que poderia capitalizar como trunfos as boas maneiras, as boas leituras, o bom jeito.

Um conhecido escritor cearense costuma dizer que não há grandes assuntos, há grandes autores, e que muitos grandes livros são escritos a partir de pequenos temas. O que há mesmo é o autor inspirado, cujo talento faz perceber, por trás de qualquer assunto, o que ele tem de densidade, de nuances, de humanidade. O que pode haver de mais banal, tedioso e desinteressante do que a vida de um burocrata bem-sucedido, que quase nunca se desviou das coordenadas que traçara ele próprio para o seu destino? Mas, contada e explicada por Antonio Candido, essa história se torna uma obra de significado pontual no cenário das obras que ajudam a entender e a pensar o Brasil, seu Estado e sua sociedade,

sendo, ao mesmo tempo, uma narrativa das mais envolventes.

Candido se propõe a caracterizar um tipo social do Segundo Reinado: o do funcionário público de carreira que chegou ao ápice da burocracia sem, todavia, se tornar liderança política. Mas o que pretende é principalmente contar a trajetória ascendente de Antônio Nicolau Tolentino, um burocrata no Brasil da segunda metade do século XIX. O autor nos chama a atenção para a importância do papel do emprego público naquele contexto. Pois, como diz, ser funcionário público era ser um pouco dono do poder; ser funcionário era ter um lugar que dava renda, garantia, prestígio e posição. A classe média era composta, em boa parte, pelos funcionários, cujos cargos, dos poucos regularmente pagos, permitiam situar o indivíduo num quadro definido da hierarquia social. Daí que os cargos públicos mais modestos eram objeto da disputa mais acirrada.

E como se entrava nessa admirável “cadeia da felicidade” quando não se tinha família, nem padrinhos, nem dinheiro, nem diplomas? – indaga Candido. A história de Tolentino é exemplar da proporção do esforço pessoal, do mérito e da competência que se precisava despendar para se chegar a ser um dia alto funcionário “numa sociedade de prebenda e mercê”. Sua trajetória foi cuidadosamente planejada: apesar da origem modesta e duvidosa, ele ingressou no serviço público com quatorze anos e, partindo das funções mais humildes, percorreu as várias etapas da carreira funcional, progredindo sempre. A carreira bem-

sucedida, aliada a um casamento vantajoso, colocou-o em posição de destaque na sociedade de seu tempo.

Mas foi certamente a missão no Uruguai, em 1852, que proporcionou um *upgrade* em sua carreira pública. Estava no lugar certo, pois foi ali, defendendo os interesses do Brasil, que se formou um grupo que teria sucessivas passagens pelo comando dos gabinetes ministeriais e uma importância decisiva na história do Brasil da segunda metade do século XIX. Aquele que Candido chama de “grupo de Montevideú” reunia simplesmente os futuros Visconde do Rio Branco, Duque de Caxias e Visconde de Mauá, aos quais Tolentino, que se distinguiria na missão para a qual fora incumbido, teria daí em diante seu destino associado.

Seria também no desempenho de missões para as quais a confiança daqueles homens do primeiro escalão o destinara que ele viveria os dois momentos mais dramáticos de sua carreira. A primeira vez, como presidente nomeado para a província do Rio de Janeiro, e a segunda, como inspetor da Alfândega. Tanto na primeira como na segunda, enfrentaria adversários poderosos em nome de ideias e projetos que considerava corretos. Das duas vezes sairia derrotado. Neste quadro, embora de forma discreta, a imagem de D. Pedro II, se não sai definitivamente arranhada, não sai mais iluminada, pois, no geral (diz Candido citando Sérgio Buarque), D. Pedro II deixava correr o marfim das irregularidades.

O relato desses dois processos, as circunstâncias e as conclusões que daí tira Antonio Candido são o tema central deste livro e nos dizem muito sobre as dificuldades e as consequências de se tentar mudar uma ordem caracterizada

pela patronagem e pelo filhotismo. Nomeado para a presidência da Província do Rio de Janeiro em 1856, por influência do “grupo de Montevideú”, então no poder, com a finalidade de executar a reforma na administração da mais importante província, Tolentino “foi mais longe do que os hábitos políticos comportavam”. Seu projeto relativo ao funcionalismo previa concurso, promoção gradual e provas que permitiriam avaliar conhecimento. Não sendo político, diz Candido, “teve a ingenuidade de pensar que se estava mesmo querendo organização, eficácia e moralidade no serviço provincial. Como ocorre em tais casos, e sobretudo como ocorria naquele tempo de filhotismo triunfante, o que se queria era apenas um pouco de ordem, com os abusos permanecendo por trás da fachada pintada de novo”.

Afastado do cargo por pressão da Assembleia, em outubro de 1858, voltaria a ser vidraça dois anos depois, quando assumisse, por insistência do futuro Visconde do Rio Branco, ministro da Fazenda e principal figura do gabinete presidido por Caxias, a importante função de Inspetor da Alfândega. Ali, novamente, enfrentaria adversários poderosos, tentaria deter o descalabro da corrupção já então reinante e já então patrocinada por políticos importantes, criticando o sistema das nomeações por proteção política, que inibia a administração com o peso morto dos apadrinhados ineptos, corruptos e quase sempre acobertados contra qualquer medida disciplinar pela força dos padrinhos. Seria novamente derrotado.

Certamente este livro de Candido, pela primeira vez publicado no Brasil, inicia aqui sua carreira acadêmica e, naturalmente, frequentará a bibliografia dos cursos de

Ciências Sociais. Mas é preciso não encerrar esta resenha sem chamar a atenção para o que torna este texto, de tema tão árido, algo assim saboroso, palatável: o estilo admirável do autor. Chamo a atenção para a passagem onde descreve de maneira extremamente plástica o quadro evolutivo do funcionalismo:

Na esfera municipal, lá vão os mais modestos com a barba por fazer, quem sabe sem gravata e arrastando os chinelos; nas capitais de província, os chefes de secretaria, ensacados, solenes, fita de condecoração na lapela, cumprimentando com gravidade e recebendo vênias; afinal, na Corte, os do ápice, grisalhos, melhorando a situação financeira com os acúmulos de função ou as boas comissões, promovidos de oficiais a comendadores e dignitários, transitando da Ordem da Rosa ou da de Cristo para a do Cruzeiro, juntando ao nome o título de conselheiro e até de barão, esteios da monarquia.

Também a maneira como o autor trabalha alguns temas, valendo-se de materiais vários em tessitura mais característica das obras literárias ou poéticas, como a passagem em que mostra o pragmatismo do funcionário em ascensão diante da necessidade de descartar a pobre chapeleira italiana com quem tivera duas filhas para se casar com moça bem-nascida: “Não se tratava, é claro, de casar com a companheira, que era muito bonita; poderia ser romântico e nobre, mas não era prático. Com a impiedade frequente em tais casos, deu então um jeito de descartar a mãe das filhas e ficar com estas”. Ou ainda, ao interpretar o

que levara Tolentino a responder de forma excessivamente agressiva ao adversário poderoso no caso da Alfândega:

Embora Tolentino possuísse temperamento forte, a única explicação para semelhante desatino (...) é uma espécie de pânico interior, seguido de explosão, no homem que, tendo conquistado dificilmente a respeitabilidade burguesa, guardava no íntimo a insegurança das origens sociais humildes.

É talvez por essas coisas que a gente sai da leitura desse ensaio sociológico sobre um burocrata do Segundo Reinado como quem sai de uma daquelas novelas de costumes da *Comédia Humana*. Pois pode-se dizer que Antonio Candido tem um estilo analítico machadiano, em que vigora o mesmo ceticismo, porém sem ironia, até porque não ficaria bem em texto acadêmico, no qual simplicidade e leveza se aliam a uma leitura iluminada da literatura e dos fenômenos sociais, revelando uma compreensão especialíssima do lugar do personagem na sociedade do seu tempo e na história.

Uma preciosa pesquisa de imagens, que se preocupou em fugir ao lugar-comum, acompanhada de um projeto gráfico de elegância, sobriedade e beleza incomparáveis no gênero, fazem deste livro um objeto raro, pois a forma serve a um conteúdo que vem completar a galeria de obras desse autor que é, certamente, a maior personalidade da cultura brasileira contemporânea, um clássico maravilhoso com o qual temos o privilégio de conviver.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em junho de 2002.

A escravidão no Rio Grande do Sul

Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional – o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 5ª edição revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 375 p.

A forma que a escravidão assumiu no Rio Grande do Sul em função das peculiaridades do lugar é o tema de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Obra do final da juventude, como diz o próprio autor, escrita no começo da década de 1960 e considerada um dos clássicos da literatura existente sobre o assunto, se perdeu algo de sua força analítica, ganha, aos olhos de hoje, outras possibilidades de leitura. Pois é agradável surpresa para o historiador a excelente e bem compreendida reconstituição das transformações pelas quais passou a sociedade gaúcha do final do século XVIII ao final do XIX.

A partir de farta documentação – cartas, ofícios e relatos de viajantes – o Rio Grande do Sul que emerge dessas páginas faz contraste com o prosaico Rio Grande das boas chácaras de açorianos, da média e pequena propriedade, experiência precursora que, incrementada também pela imigração europeia no final do século XIX, produziu a variedade cultural e a riqueza econômica que garantiram àquele estado o lugar importante que tem hoje na economia brasileira.

Em seu passado colonial, no entanto, o Rio Grande foi o território de onde partiram e para onde voltaram as tropas

nas guerras do Prata; ponta do Brasil, fronteira que foi, durante muito tempo, móvel, com as incorporações e desincorporações violentas ou pacíficas da Colônia de Sacramento. Sua economia foi organizada em função dessa realidade e, como a instabilidade não estimulava grandes investimentos agrícolas, as criações de gado se constituíram em sua primeira riqueza. Criado solto nas vastas pastagens do pampa gaúcho, sem maiores investimentos ou cuidados na criação, o gado de colonos portugueses ou espanhóis era o alvo principal dos apresamentos. Tropas que precisavam ser alimentadas eram abastecidas por contrabandistas, muitas vezes contratados pelo governo para prear o gado do adversário.

A própria guerra intermitente, muitas vezes com características de guerrilha, também favorecia a formação de lideranças não oficiais, de chefes de bando violentos que, convidados a se associar ao lado brasileiro, iam, pouco a pouco, adquirindo certa honorabilidade. Muitos se estabeleceriam como estancieiros, sem perderem, no entanto, traços do passado de bandoleiro. Fernando Henrique faz um correto diagnóstico do papel dessas circunstâncias históricas na formação de um tipo de atitude característica do gaúcho e que lhe seria marcante até a derrocada final dos grandes estancieiros e charqueadores depois da Abolição. Deste ponto de vista, este trabalho, que também compreende as excelentes notas à margem dos capítulos, pode ser lido também como um exemplar de história das mentalidades *avant la lettre*.

O Sul fornecia os produtos de subsistência para os outros estados que se dedicavam às culturas coloniais de

exportação: café e açúcar. Por isso os escravos não foram ali tão numerosos e a abolição não teve o impacto que teve nas regiões produtoras de café. O Rio Grande, como o Ceará, também libertou seus escravos antes do 13 de maio de 1888. Sua abolição, em 1884, no entanto, foi uma abolição de araque: oficialmente libertava os escravos, mas estabelecia um contrato de prestação de serviços para ressarcir os senhores de escravos do prejuízo.

No Rio Grande, os mais prejudicados pela abolição foram os donos das charqueadas: as grandes empresas dedicadas à produção e à exportação do charque, o principal item da produção econômica rio-grandense. Fernando Henrique contrasta a atitude desses com a dos chamados saladeiros do Prata que, há muito tempo, já conduziam sua produção com base no trabalho assalariado. A evidente superioridade da indústria do charque platina sobre sua correspondente gaúcha e o fato de essa superioridade resultar da adoção do trabalho assalariado não determinaram, no entanto, uma mudança no sistema brasileiro.

Esta é, na opinião do autor, a prova maior de como a escravidão contribuía para o embotamento da consciência tanto dos escravos quanto dos senhores. A necessidade de alimentar, abrigar e disciplinar o escravo e de mantê-lo em permanente atividade mesmo quando não havia mercado para os produtos dava às charqueadas brasileiras um caráter diverso do de uma empresa capitalista. A partir da proibição do tráfico negreiro, em 1850, o custo da mão de obra escrava foi sendo seguidamente onerado. A incapacidade dos

produtores de charque de promover sua substituição pela mão de obra livre foi-lhes fatal.

Há, naturalmente, aspectos deste livro que envelheceram. A qualidade dos argumentos dos adversários com quem o autor polemiza, por exemplo, é um deles. São argumentos eivados de juízo de valor em torno do que seria o “caráter gaúcho” que dificilmente constariam de uma obra acadêmica atual. Também perde muito de sua força a reflexão sobre a “falsa consciência” do escravo. Diante do grande número de obras sobre o tema, da documentação revelada posteriormente e da própria modificação nos métodos de pesquisa, todo o pensamento construído a partir de ilações teóricas ganha ares de grande abstração.

Fernando Henrique começa o prefácio a esta edição negando que tenha alguma vez dito que esquecessem o que ele escreveu. Ainda bem, pois seria realmente uma pena deixar de lado contribuição tão substancial. Escrito sob a orientação de Florestan Fernandes, num tempo em que as teses eram antecedidas de imensas introduções teóricas e era evidente o esforço de muitos em adaptar a realidade ao que mandava a teoria, este livro é a prova de que, ao contrário, a teoria deve orientar e iluminar a pesquisa, mas não pode antecipar seus resultados.

Pois a força maior de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* reside justamente nas partes em que o autor se deteve na análise das fontes documentais. Enquanto trabalho acadêmico, é modelo de correção e merecem destaque a clareza da informação e da análise; o bom didatismo nas aberturas e conclusões dos capítulos; e a própria realização

do projeto que, obedecendo a critérios adotados para pesquisa maior, manteve, no entanto, sua autonomia.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em agosto de 2003.

Os serões do prof. Lamounier

Bolívar Lamounier. *Moinho, esmola, moeda, limão: conversa em família*. São Paulo: Augurium, 2004, 431 p.

A partir de seu nome de família, Bolívar Lamounier apresenta neste livro a suma de suas melhores ideias. De maneira clara, direta e objetiva, com momentos de humor e até de um certo lirismo, o autor trilha caminhos que nos permitem conhecer seu pensamento sobre temas tão variados como a Revolução Francesa e o tango argentino. Um assunto leva a outro, mas, em se tratando do narrador que é – cientista político de nomeada, com grande contribuição à renovação dessa área do conhecimento – cada fato recebe um denso trabalho analítico.

Trata-se do legado de um professor para os seus herdeiros naturais e intelectuais e talvez seja mais apropriado identificá-lo com serões, como aqueles da Dona Benta. O público-alvo de *Conversa em família*, no entanto, está bem longe da infância. Seu leitor tem que ter capacidade e interesse para informar-se tanto sobre as técnicas de moagem do trigo desde a Antiguidade como sobre os debates em torno do federalismo que sucederam à Proclamação da República. Deve ter interesse crítico tanto pela crise do café de 1929 como pelo papel da valsa na tradição musical brasileira. Deve ter vontade de se interessar tanto pela Inquisição quanto pela evolução do sistema bancário. Pois de tudo isto e mais um pouco trata *Conversa em família*.

Lamounier e Minas

Foi em Minas Gerais que, na segunda metade do século XVIII, se estabeleceu o primeiro Lamounier. Antônio Afonso, um cirurgião prático que fora levado a deixar Lisboa depois que esta foi arrasada pelo terremoto de 1755. Aqui se ligaria a Inácio Corrêa Pamplona, espécie de bandeirante fora de época, tido como um dos delatores da Inconfidência e dono de oito sesmarias. Antônio Afonso também se tornaria dono de duas sesmarias.

Deste primeiro Lamounier era bisneto o deputado Lamounier Godofredo, um dos propagandistas da República em Minas, que, na Constituinte de 1891, defendeu o voto feminino. Liberal, federalista, democrata e antimilitarista, Godofredo se reelegeu continuamente para a Câmara Federal até 1922. O filho dele foi o radialista e compositor Gastão Lamounier. Autor daquela valsa famosa, grande sucesso na voz de Carlos Galhardo, que diz assim: “O nosso amor traduzia felicidade e afeição / suprema glória que um dia / tive ao alcance da mão...”. O último Lamounier ilustre contemplado é Levindo, descendente direto de Antônio Afonso, que foi fazendeiro, comerciante e criador de gado zebu no sertão do alto São Francisco. Morto em 1945, Levindo é pai do autor de *Conversa em família*, que nasceu e passou a infância em Dorcas de Indaiá, da qual guardou, como revela neste livro, amável lembrança.

Feudalismo, Revolução e bem-estar social

São várias as origens possíveis do nome Lamounier. Viria de Mounier (moleiro)? De Monnayeur (moedeiro)? Ou ainda de Aummonier (o esmoler ou a pessoa que dá esmolas) ou, menos provavelmente, de Limonnier (o nome remotíssimo do vendedor de limonada). A questão etimológica, no entanto, apesar de merecer atenção e cuidado, é apenas o pretexto para o autor discutir outros temas. Partindo, por exemplo, da constatação de que “todo um conjunto de lentas transformações ocorre em função do surgimento dos moinhos a água e depois a vento”, Lamounier analisa o caráter contratual do feudalismo, o progresso que ensejou em seus primórdios e o processo de violenta descentralização do poder político verificado em seu âmbito.

Um Mounier, Jean-Joseph, deputado francês do tempo da Revolução, foi personagem de notável atuação naquele contexto, sendo autor da tese de que “a autoridade da Assembleia Nacional, como órgão político soberano, independia de onde viesse a realizar suas reuniões”. Até então, a hierarquia das instituições soberanas na França se definia em função do espaço que lhes era atribuído. “Mounier fez a embarcação do Estado zarpar num mar de abstrações”.

Abstrações que, aliás, impulsionaram a Revolução. Num ambiente liderado por intelectuais sem compromisso com o modo de vida e os valores de pessoas comuns e, menos ainda, com a produção e a política prática, tudo era discutido como se importantes fossem apenas “os princípios lógicos subjacentes a cada proposta, nunca o contexto, os meios, o

alcance e, muito menos, as consequências práticas”. Na visão de Lamounier, essa atitude era incompatível com instituições fundadas na negociação e no compromisso. O espírito revolucionário seria marcado mais pelo totalitarismo derivado das ideias de Rousseau do que pelo realismo pluralista aconselhado por Montesquieu.

O esmoler, como se chamam até hoje no Ceará os mendigos, propicia capítulo sobre a história da pobreza e seu contraponto, a caridade. Lamounier historia as diversas atitudes adotadas no mundo ocidental com relação ao pobre: desde o tempo em que era visto como oportunidade para o rico ganhar o Reino dos Céus até se tornar objeto de políticas públicas no Estado moderno. Lamounier resgata Marshall e sua tese de que “caberia ao Estado impulsionar a formação de uma sociedade de cidadãos efetivamente iguais, não somente em termos de direitos civis e políticos, mas também quanto a um piso de bem-estar social”, definido como aquele “feixe de direitos sociais aos quais o cidadão deveria ter acesso só pelo fato de pertencer à sociedade nacional”.

O chamado Estado do bem-estar social resultante desta política teria, no entanto, entrado em crise no final da segunda metade do século passado por conta, entre outros fatores, do elevado custo da máquina pública, da previdência e dos serviços sociais em geral. Na América Latina, a superinflação endêmica e a péssima distribuição do gasto público, com os recursos destinados à política social sendo apropriados pela classe média e pelos setores mais organizados do operariado, teriam levado ao endividamento do Estado. A solução, diz, “não é recorrer ao estatismo ou ao corporativismo como remédio para o individualismo, mas

sim identificar, na complexa trama da sociedade atual, uma forma de organização que possa ser estimulada como instância intermediária entre o indivíduo e o Estado”.

Árabes, judeus e o ouro das Minas

Ao contar a história da moeda, de sua origem e de seu processo de circulação, Lamounier lembra como a escassez de moedas de pequeno valor dificultou transações básicas da vida cotidiana e entrouvrou o desenvolvimento do comércio. Chama a atenção para o caráter abstrato das transações financeiras e para o papel dos judeus na criação dos primeiros bancos. O capítulo que intitula *Meu limão, meu limoeiro* proporciona ao leitor uma fascinante história do comércio no mundo em geral e do comércio de especiarias e dos cítricos em particular.

Sobrenomes derivados de plantas e frutas são geralmente associados aos chamados cristãos-novos. A relativa tolerância religiosa que marcou o convívio entre cristãos, árabes e judeus durante o século VIII na Península Ibérica, o chamado islão europeu, foi substituída, na Era dos Descobrimentos, pela intolerância. Quando iniciavam a formação de seus impérios coloniais, Espanha e Portugal optaram pela expulsão de dois povos inventivos e de grande tino comercial e financeiro: judeus e árabes. Essa política, junto com a guerra ao protestantismo e a Inquisição, bloqueou o desenvolvimento científico, intelectual e econômico da Península e de suas colônias.

Se o ouro do Brasil serviu para pagar o delirante luxo beato de um D. João V, serviu também para estabelecer na colônia os primeiros instrumentos de ação efetiva do Estado e para promover a expansão das vilas e povoações do interior de Minas. O fim do ciclo do ouro, no entanto, fez com que, no início do século XIX, a situação das cidades mineradoras fosse de desolação. Na economia de produção de alimentos agrícolas e pecuários que se estabeleceria ali, no entanto, Minas daria impulso, de forma mais serena, contínua e organizada, a um novo ciclo de enriquecimento.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em julho de 2004.

Coletar, seleccionar e expor: a coleção Miguel Calmon

Regina Abreu. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Lapa / Rocco, 1996, 225 p.

Uma coleção relativa à vida de um indivíduo é o tipo de objeto que parece destinado a permanecer impermeável à análise. Se não quiser se perder num cipoal de referências as mais desconstruídas, que vão desde a guerra até a vida nos salões do Segundo Reinado, deve o pesquisador cauteloso se deter ali, na soleira da porta, dedicando-se ao simples, mas fundamental, exercício da classificação. Cada coisa – um móvel, um livro, uma caneta, uma condecoração – provoca reflexões variadas e torna o trabalho daqueles que se dedicam ao estudo e à classificação das coleções nos museus um trabalho estilizado, cujas referências são obrigatoriamente as mais diversas. É a anti-especialização.

Regina Abreu enfrenta corajosamente em seu livro este desafio. Ela se propõe a analisar não só a coleção Miguel Calmon doada ao Museu Histórico Nacional por sua viúva, como também os significados embutidos nessa doação. Seu esforço nos revela que as coleções são o que os antropólogos chamam de coisas “boas para pensar”. Ao longo de seu livro, um vulto histórico – o de Miguel Calmon – vai sendo despido de suas insígnias. Não se fica sabendo muito sobre Calmon ou sobre sua viúva. O livro de Regina nos revela mais sobre a gestação dos mitos, sua substância e permanência.

O homem público se apresenta pleno de personalidade, mas, ao mesmo tempo, despido de individualidade – uma aparente contradição em termos. Pois onde estão os objetos pessoais, as fotos de infância, as quinquilharias que fariam dessa pessoa um indivíduo, um homem da elite ou um qualquer? A viúva os guardou, a viúva conservou-os só para si. Deu ao público o que tinha de aparentemente mais caro: joias, condecorações, diplomas, relíquias de família. E guardou a memória do homem sentado à mesa para o café; do marido cochilando em mangas de camisa numa tarde de verão; das prováveis cartas de amor; de possíveis infidelidades, fraquezas, pequenas misérias que fazem dos homens, homens. Refulgem os brasões, escondem-se as roupas de cama.

Regina viaja em seu livro por sobre os temas mais variados. A máscara mortuária leva a considerações sobre as tradições em torno da morte. As canetas históricas, como a da princesa Isabel, levam a autora a pensar no fascínio do público por elas. Dentro da grande coleção, que contempla o homem em todas as dimensões da sua vida pública, as coleções filhotes, as que se detêm sobre aspectos específicos. Diversas, variadas, inusitadas, como as das fotos dos índios que Rondon – então subordinado a Miguel Calmon, Ministro da Viação e Obras Públicas no governo Afonso Pena – conheceu e protegeu.

Regina também se detém sobre as biografias de Calmon. Seu texto, profundamente analítico, mergulha no discurso bolorento da típica biografia apologética. Aquela em que o jovem bom estuda em escolas “risonhas e francas”, com mestres sábios, para, em seguida, construir uma gloriosa

carreira de homem público que, ao se encerrar, o encontra cercado da admiração dos contemporâneos e da Pátria reconhecida.

O Mágico de Oz desse Brasil ideal, o grande criador deste mundo irreal, desprovido de vida, de vibração, este mundo morto, onde a própria intimidade é passível de ser apresentada como espetáculo público, pois é uma intimidade *fake*, que, na verdade, nada tem de íntima, foi Gustavo Barroso. Segundo Regina, Barroso se dedicou à tarefa de identificação de uma nobreza tupiniquim que, através de um minucioso e ginástico exercício, teria que obrigatoriamente ter suas raízes cravadas na Idade Média e à valorização de supostas tradições nacionais, que teriam na monarquia o seu momento de maior glória.

Gustavo Barroso fez muitas coisas na vida: foi escritor, foi poeta, foi até boêmio. Boêmio da boa cepa, boêmio do tempo de Emílio de Menezes e de Bastos Tigre. Tinha fama de bonitão naquele tempo, o João do Norte. Depois é que a vida o foi levando para atividades mais sisudas. Dentre estas, a mais notável foi a criação do Museu Histórico Nacional. Sem dúvida se deve a ele o primeiro grande esforço no sentido de reunir e preservar um acervo museológico relativo aos símbolos da história do Brasil. Essa história em que figuram os chamados grandes vultos da Pátria. Essa história onde não havia lugar para o Príncipe Obá, de Eduardo Silva, nem para os *Bestializados*, de José Murilo. De qualquer maneira, é preciso reconhecer que o trabalho de Barroso se antecipou ao grande esforço nacional promovido a partir da década de 1930 por Rodrigo Melo Franco de

Andrade em defesa do patrimônio histórico e artístico nacional.

O livro de Regina Abreu abre perspectivas novas para o trabalho dos que se dedicam nos museus ao estudo das coleções. Indica possibilidades de tratamento que, no entanto, nos levam a crer que o manuseio de informações tão variadas só foi possível à autora porque esta associou o privilegiado instrumental analítico das Ciências Sociais ao seu reconhecido talento e à sua sensibilidade.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em março de 1997.

Quando o Brasil tentou descobrir seus índios

Kaori Kodama. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro / São Paulo: Fiocruz / EDUSP, 2009, 332 p.

O uso da imagem do índio brasileiro para representar o país foi uma prática recorrente desde que se começaram a produzir imagens alegóricas do Brasil. O índio aparecerá nas decorações que Jean-Baptiste Debret produzirá durante o Primeiro Reinado (1822-1831) e enfeitará, muitas vezes, as capas da *Revista Ilustrada*, de Angelo Agostini, durante boa parte do Segundo Reinado (1840-1889). A imagem positiva do índio brasileiro já vinha sendo elaborada na Europa ao longo do século XVIII como a melhor representação do bom selvagem de Rousseau, tema, aliás, de um livro clássico de Afonso Arinos de Mello Franco. O índio brasileiro, santificado por sua pureza original, estilizado e acrescido das qualidades que o Romantismo emprestava aos seus heróis, era o símbolo pátrio ideal, pois associava o homem à natureza exuberante do país com o qual seria identificado.

Durante o reinado de D. Pedro II, houve uma intensificação do uso da imagem do índio como elemento essencial da brasilidade. Em torno do jovem imperador formou-se uma corte de artistas, cientistas e escritores que, junto com o monarca, se esforçaria para construir uma representação positiva do Brasil. No âmbito daquela corte ilustrada, teve papel preponderante o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 a partir dos esforços

do cônego Januário da Cunha Barbosa. Naquele momento fundador, as diretrizes adotadas para proceder ao estudo da história do Brasil, inspiradas no que se fazia no Velho Mundo, obrigavam à investigação da história anterior ao descobrimento. E esta deveria ser a história dos antigos povos que habitaram o continente.

Distância entre a imagem idealizada e os levantamentos

Era uma história difícil de ser levantada, e os que se aventurassem por esta senda teriam que se basear nos relatos dos primeiros viajantes ou na descrição da realidade contemporânea do que restara daqueles povos – nos já então chamados estudos etnográficos. A partir da orientação do IHGB, foi recomendado aos presidentes de província que produzissem levantamentos detalhados sobre os remanescentes das tribos indígenas que habitavam as suas regiões. A ideia que inicialmente predominou foi a de um mapeamento a partir das localidades e das línguas faladas para estabelecer as principais características daquela população. Conhecer e classificar o elemento indígena do Brasil daquele momento e contrastá-lo com as descrições do passado.

No entanto, havia uma enorme distância entre a imagem do índio idealizado pela arte e pela literatura, ou mesmo aquela que se obtinha a partir dos relatos dos primeiros viajantes, e o índio real que se podia encontrar ainda pelo interior do Brasil. Essa diferença desconcertava, mas não impedia o argumento original, pois encontrava

justificativa nas teses que preconizavam a necessária decadência do elemento indígena, ou por força de leis naturais ou em razão do contato com o homem branco. Para aqueles estudiosos, o índio que ali estava era apenas o herdeiro malogrado de “uma tribo de nobres guerreiros”.

Silêncio sobre a enorme população africana

O livro de Kaori Kodama percorre a história dos primeiros estudos sobre o índio brasileiro empreendidos no âmbito do IHGB. Kodama analisa detidamente os discursos e práticas que marcaram os vinte primeiros anos da história do IHGB e sua relação com o problema do índio. Ela vasculha a bibliografia e a documentação relativa ao tema e apresenta os pensadores brasileiros e estrangeiros que se debruçaram sobre o assunto, contribuindo para dar a forma como ele foi elaborado pelo IHGB. Ao lado da profunda preocupação com aquele que se queria que fosse o elemento formador da nação, o silêncio dos historiadores acerca da enorme população africana e afrodescendente que habitava cidades e fazendas do país desde os primeiros anos da colonização ganha uma dimensão assustadora.

Este livro vem enriquecer um campo de estudos que tem sido francamente fecundo nos últimos anos: o que contempla a historiografia brasileira. Naturalmente, nela o IHGB tem um lugar central, pois foi a partir de suas iniciativas, durante o reinado de D. Pedro II, que se definiram as diretrizes que seriam adotadas para os estudos da história do Brasil.

A grande contribuição do trabalho de Kaori Kodama foi conseguir destrinchar essa confusa trama em que se mesclaram ciência e patriotismo. A vontade de construir uma nação que tivesse orgulho de seu passado fez com que a elite culta do Rio de Janeiro se unisse em torno do Imperador para realizá-la. Não foi por acaso que essa história, que devia muito à poesia, teve como um de seus ativos investigadores o maior poeta da primeira fase do nosso Romantismo: Gonçalves Dias.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em abril de 2010.

Bandeirantes e pioneiros

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), n. 26, 1997.

Uma galeria de ícones da história cultural brasileira compõe o índice dos autores deste número da *Revista do Patrimônio*. Número que comemora os sessenta anos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN. Seu editor, Ítalo Campofiorito, pinçou um artigo de cada um dos números de 1937 a 1947, e o resultado é um caleidoscópio do universo cultural brasileiro tal como o conhecemos hoje, com ênfase nos aspectos do chamado patrimônio de pedra e cal, sem que falte aqui a memória das artes plásticas, da fotografia e das tradições indígenas.

Muitos dos artigos aqui reunidos são hoje clássicos textos de referência. Mário de Andrade, a quem, junto com Rodrigo de Melo Franco, se deve a concepção do SPHAN, abre o volume com um precioso estudo sobre a capela da fazenda de Santo Antônio, no interior de São Paulo. O texto de Rodrigo é um estudo sistemático no sentido de dirimir dúvidas sobre a autenticidade das obras do Aleijadinho. Minúcia e sofisticação é o que não falta ao estudo de Lúcio Costa sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil. Lúcio é a síntese mais perfeita do casamento entre a preservação e o modernismo, tão próprio do Brasil, como percebeu Lauro Cavalcanti. Mas é também um dos bandeirantes do patrimônio que, no longínquo ano de 1937, viajou ao Rio Grande do Sul para a identificação do que restara das antigas

missões jesuíticas. Viagem da qual resultou a posterior criação do Museu das Missões e a restauração da Igreja de São Miguel.

Frequentam as páginas da revista polémicas inusitadas como a que se origina da afirmação de Gilberto Freyre de que os alpendres das residências brasileiras é que tinham influído no uso dos mesmos pelas igrejas. Para refutar esta tese, o arquiteto Luís Saia procede a um rigoroso, nem por isso aborrecido, estudo sobre as origens dos nossos alpendres. Registra-os todos, da simples latada da casa do pobre nordestino aos amplos alpendres das casas-grandes, e fica a gente sabendo que só no século XIX, com a arquitetura do café, é que surgiu o alpendre elevado, no pavimento superior, sem acesso pelo lado de fora, ligado apenas às peças internas da residência.

No pequeno estudo do poeta e calculista Joaquim Cardoso sobre o Recife colonial complementam-se o *esprit de finesse* e o *esprit de géométrie*, como notou Sebastião Uchoa Leite. Cardoso trata do seu tema a partir de documentos, plantas e imagens que recuperam a influência holandesa sobre a arquitetura daquela cidade. Destaca as imagens da Rua dos Judeus, onde aquele povo teve um dia comércio, residências e até uma sinagoga. A rua, que depois chamou-se da Cruz e, em seguida, do Bom Jesus, foi o berço da cidade do Recife e se manteve, por longo tempo, quase inalterada, como o demonstram as imagens de 1654 e de 1821.

Aspecto que ainda teria em 1859, conforme a fotografia com aquela data que aparece no antológico artigo de Gilberto Ferrez sobre a fotografia brasileira do século XIX. Destaque para o ineditismo da arte de Marc Ferrez, que

privilegiou a paisagem no lugar do retrato e deixou, com isto, documento raro de nossas principais cidades, fazendas, minerações, interiores de palácios e de igrejas. Sua obra é o traço de união entre antigas e preciosas gravuras de Debret, Rugendas, Chamberlain, Steinmann, completando para os nossos olhos de hoje o grande acervo de imagens do século que nos trouxe à modernidade.

No artigo de Gilberto Freyre sobre o engenheiro francês L. L. Vauthier, apesar de encontrarmos o mestre de Apipucos, como notou Ana Maria Roland, sóbrio e comedido no uso de seu estilo inconfundível, este de vez em quando escapa por uma fresta do sisudo texto. Para Freyre, Vauthier trazia muito viva a vaidade de sua ciência de aluno da Politécnica, mas também o espírito de comparação e indagação das coisas humanas. Este espírito se revelaria nas cartas sobre a arquitetura doméstica brasileira que deixou e no diário manuscrito que Paulo Prado encontrou num alfarrabista de Paris. Vauthier quase teria antecipado a própria tese freyriana quando discorreu sobre as casas-grandes e os sobrados de Pernambuco.

Nada mais apropriado do que seguir o texto de Gilberto pelo do teuto-índio, para usar a feliz expressão de Eduardo Viveiros de Castro, Curt Nimuendajú. Nimuendajú escreve sobre a habitação dos timbiras, mas vai muito além, recuperando a partir dali seus usos, seus costumes e até mesmo seus mitos fundadores. Curt, que, tendo nascido em Lena, em 1883, veio a morrer em 1945 em uma aldeia Tikuna no alto do Solimões, dedicou quarenta anos de sua vida ao estudo das populações indígenas brasileiras. Missão à qual se empenhou de forma tão apaixonada que nunca escondeu sua

pouca simpatia pelos habitantes de origem ou identidade europeia, a que chamava de neobrasileiros.

Outro estrangeiro, o americano Roberto C. Smith, pesquisador e historiador da arte luso-brasileira, a partir de pesquisas nos arquivos da Câmara Municipal de Salvador, traz para o nosso século a polêmica das gelosias, rótulas ou urupemas, tão combatidas depois da vinda da Corte Portuguesa, em 1808. As gelosias, grades ou treliças de madeira, sobrepunham-se às janelas e obstavam a civilização, no dizer de um desembargador baiano que assim escrevia em 1807, escondendo o belo sexo do masculino, para aparecer a furto, sempre envergonhado. A destruição deste esconderijo mourisco, segundo propõe o avançado homem das leis, poria as senhoras na posição de vestir-se melhor para chegarem às janelas, a satisfazer a natural curiosidade de verem e serem vistas e, assim, familiarizando-se com o sexo masculino, não olhariam como virtude o insocial recolhimento. Por trás da proibição das gelosias vinha o progresso sob a forma do vidro, cuja primeira fábrica foi autorizada a funcionar no Porto do Bonfim, na Bahia, em 1810.

Fecha a revista o alentado estudo de Paulo Tedim Barreto sobre as casas de câmara e cadeia. Notável não só pelo que representa para a elucidação do tema na arquitetura, mas também pelo que tem de contribuição para a história da administração municipal no Brasil. Aliás, pelo que implicam em pesquisas correlatas, na maior parte dos textos aqui reunidos, especialmente nos de Tedim, Hannah Levy, Lúcio Costa, Alberto Lamego, Smith, Cardoso e

Freyre, aspectos importantes da história do Brasil ganham nova luz e cor.

Estes artigos se fizeram dentro do objetivo central do SPHAN: estudar e divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui. O que era novo no trabalho do SPHAN era a universalidade e o rigor aplicado no trato das questões culturais. Campofiorito chama a atenção para o fato de que os estudos técnicos necessários à compreensão e ao restauro de edificações históricas fizeram do SPHAN a porta de entrada para o moderno pensamento artístico e historiográfico europeu. Dentro desta perspectiva, como acentua Til Pestana, suas publicações instituíram um espírito realmente científico, assentado na crítica dos documentos, e suas pesquisas procuraram encarar a cultura em seu conjunto, voltando-se para a emergência do nacional como forma de distinguir o país das culturas europeias. Como antecipara Rodrigo Melo Franco em 1937, o domínio de atuação do Patrimônio seria tão vasto que reclamaria longos anos de trabalho e a cuidadosa preparação de especialistas para empreendê-lo.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em junho de 1998.

Bastide revisitado

Fernanda Arêas Peixoto. *Diálogos Brasileiros – uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: EDUSP, 2000, 223 p.

Os diálogos de Roger Bastide com alguns intelectuais e correntes do pensamento social brasileiro são o tema deste livro sofisticado, difícil e, no entanto, de leitura obrigatória para os que estudam a história das ideias no Brasil. O livro de Fernanda Arêas Peixoto retira Bastide dos círculos especializados de discussão para entronizá-lo, definitivamente, ao lado de Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Viana Moog, no rol dos autores que produziram interpretações importantes sobre o Brasil.

Fernanda concentra o foco de sua análise em três diálogos que considera exemplares. O primeiro diálogo, de caráter inaugural, é o que Bastide estabelece com o grupo dos modernistas, mais especialmente com Mário, no período de sua descoberta do Brasil e da cultura brasileira. O segundo diálogo é o que Bastide mantém com a obra de Gilberto Freyre e o terceiro, com o aluno e depois colega Florestan Fernandes. Trata-se de esforço inédito no sentido de recuperar os redutos em que foi gestada a obra de Bastide; de resgatar as principais interlocuções e parcerias que ele estabeleceu; e de restaurar redes de relações, produzindo verdadeira arqueologia das ideias deste importante pensador.

Dos professores estrangeiros contratados pela USP na década de 1930, nenhum se ligou mais ao Brasil e mais

escreveu sobre o país do que o francês Roger Bastide. Ligação que foi além do interesse pelo mero objeto de estudos sociológicos, implicando em envolvimento pessoal e redefinição de paradigmas. Como diz Fernanda, Bastide fez da condição de estrangeiro uma estratégia metodológica e discursiva extremamente produtiva. E pode-se dizer que Roger Bastide foi transformado pelo Brasil. Não apenas pelo Brasil objeto dos estudos folclóricos ou religiosos, mas também pelo Brasil da literatura, das artes, dos intelectuais. Desde seu primeiro contato, Bastide começou a dialogar com o Brasil; ele, Bastide, pensou e escreveu sobre o Brasil à medida que o foi conhecendo.

Professor da universidade paulista recém-criada, responsável pela formação das primeiras gerações de cientistas sociais universitários entre nós, por meio da crítica e do debate com intelectuais não acadêmicos, afeitos ao ensaísmo e à literatura, Bastide manteve sempre o contato com a vida cultural brasileira exterior à universidade. E é este diálogo com intelectuais brasileiros como Mário de Andrade, Sérgio Milliet e Gilberto Freyre que define o perfil múltiplo de Bastide. Na crítica de jornal, nas aulas da universidade, nas viagens, nos terreiros de candomblé, nas galerias de arte, nas leituras e nas conversas, foi construindo e reconstruindo pontos de vista sobre o país, fazendo e refazendo perspectivas de análise. Sua obra, como nos diz Fernanda Peixoto, nasce no corpo a corpo com outras, por meio de discordâncias e debates, da inserção em certos grupos e do afastamento em relação a outros.

Em suas pesquisas brasileiras, Bastide concebe uma problemática central que não mais o abandonará: a dos

contatos culturais. E seu campo de observação será o triângulo África, Europa e Brasil, sendo este último definido como o lugar da barganha dos dois sistemas simbólicos, o africano e o europeu. A barganha se deu aqui, em virtude da escravidão, de modo assimétrico, e o que se observa no produto híbrido obtido é a preponderância branca, ocidental, e o obscurecimento das marcas africanas.

Fernanda distingue na obra de Bastide duas perspectivas centrais: de um lado, ele realiza uma sociologia dos contatos de civilizações tal como se processaram entre nós e, de outro, uma antropologia africana a partir do exame dos universos africanos aqui existentes. Ele está preocupado em entender como esses nichos africanos se articulam no interior da sociedade brasileira. Isto é, desde o início de sua produção sobre o Brasil, Bastide quer destrinçar as íntimas relações existentes entre negros e brancos na sociedade brasileira, pautadas por múltiplas aproximações e afastamentos. Para Bastide, o Brasil é simultaneamente caso exemplar de interpenetração de civilizações a ser observado, solo onde se realiza o cruzamento de distintas tradições intelectuais e produtor de teorias originais de que ele irá se valer, não apenas para compreender as especificidades do país, mas também para forjar seu instrumento analítico e conceitual.

Em seu livro, Fernanda enfrenta com destemor as críticas que reduziam as dimensões do pensamento de Bastide. Ela não apenas recupera o lugar do pensador na história das ideias, mas conquista para ele um novo, lançando luz sobre aspectos de seu pensamento originais e pós-modernos; sua capacidade de trabalhar com temas

subjetivos e sua visão crítica das ciências, especialmente das ciências sociais. Resgatando a magnitude de uma obra que se debruçou sobre aspectos bastante variados da realidade brasileira, Fernanda Peixoto também nos indica as questões atuais que ela ainda é capaz de propor.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em fevereiro de 2001.

Interpretações do Brasil por seus novos intérpretes

Silviano Santiago (org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, 3v.

Das tantas coleções que, reunindo livros fundamentais para entender o Brasil, se têm publicado nas águas dos 500 anos, certamente a mais luxuosa é esta que a Editora Nova Aguilar apresenta. São 4.000 páginas em papel-bíblia distribuídas em três volumes bem encadernados, que contemplam as maiores obras do pensamento social brasileiro. Reunidas por Silviano Santiago sob o título *Intérpretes do Brasil*, estão lá os inevitáveis: *Casa-Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Os sertões*, aos quais se associam outros tantos livros que o organizador escolheu como mais importantes do ponto de vista da disseminação de ideias sobre a brasilidade. Livros que tiveram grande impacto quando de seus lançamentos e cujas ideias se incorporam, de uma maneira ou de outra, a uma espécie de substrato, de psiquê nacional.

Como sói acontecer em seleções deste tipo, fica sempre a indagação: mas por que este e não aquele? Há quem ache, por exemplo, que mais caberia na coleção *A ilusão americana*, de Eduardo Prado, do que *Retrato do Brasil*, de seu sobrinho Paulo Prado. Pois que o primeiro, de maior impacto, se inscreve melhor na categoria de livro fundador, abrindo a senda que depois seria seguida por Viana Moog. Reclamam outros a ausência de Monteiro Lobato, o dos livros infantis e não o outro, que seriam tão fundamentais para a nossa

formação quanto um *Raízes do Brasil*, por exemplo. Há quem ache ainda que, mais do que em *Raízes do Brasil*, o melhor Sérgio Buarque está nas páginas de *Visões do Paraíso*. Reclama-se a falta que faz Mário de Andrade: como poderia ficar de fora quem ocupou toda a sua vida, justamente, no ofício de interpretar o Brasil? Por que *Vidas Secas* foi eleito como intérprete do Brasil, numa coletânea em que todos os demais textos se inserem na chave da história ou da sociologia, ou, como querem alguns, da sociologia histórica? E por que o livro do velho Graça foi eleito em detrimento de tantas outras obras da nossa ficção que cumpririam tão bem quanto ele este papel? Por que não *Iracema*, *Esau e Jacó*, *Policarpo Quaresma*, *Macunaíma*, *Grande sertão: veredas*? Há quem veja excesso no espaço dado a Gilberto Freyre, cuja obra reunida (*Casa-Grande & Senzala*, *Sobrados e mocambos*, *Ordem e progresso*), sob o título “Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil”, ocupa quase a metade da coleção.

Tudo isso em nada prejudica o grande valor desta bela iniciativa. Como disse Gilberto Freyre, lamentando o contraste do sucesso de *Casa-Grande & Senzala* e a pouca (do ponto de vista de sua imensa e proverbial vaidade) repercussão dos outros dois aqui incluídos: há livros, tanto como pessoas, carismáticos. E a todos os livros reunidos na coleção, tanto quanto aos seus autores, não se pode negar a qualidade de carismáticos. Seu vigor é tanto que, através das páginas dos três volumes, ainda se pode acompanhar um impressionante e atualíssimo embate de ideias. Clássicos que são, e seguem sendo, objetos provocadores; do seu surgimento até os nossos dias, permanecem trazendo

questões, adicionando dúvidas, mantendo acesa a chama do debate.

É só comparar as declarações de Evaldo Cabral de Mello no posfácio a *Raízes do Brasil* ao que diz Florestan Fernandes na introdução de seu livro. O polêmico historiador pernambucano afirma: pode haver sociologia dos processos colonizadores, mas não sociologia da formação brasileira. A seu ver, uma sociologia da formação ou das formações regionais brasileiras não passará, no melhor dos casos, de uma aplicação hábil de uma teoria sociológica à realidade brasileira. E vai mais adiante, afirmando que, na realidade, a “sociologia da formação brasileira” constituiu-se apenas num esforço de introspecção coletiva, fruto do vício entre mórbido e narcísico de ajustar contas com o passado, que a Península Ibérica teria transmitido ao Brasil. Para Cabral, as obras de Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior só sobreviveram porque levavam a marca registrada dos grandes historiadores: o tesão pelo concreto. Os livros de Freyre, apesar de etiquetados como livros de sociologia, deveriam sua originalidade e vigor ao que contêm não de teoria sociológica, mas de história social.

Florestan, por sua vez, faz, na introdução de seu livro, a defesa da sociologia, lembrando, sem, infelizmente, citar nomes, que já houve quem dissesse que a sociologia é uma história malfeita. O autor da afirmativa teria ouvido, como réplica (talvez do próprio Florestan), que a história não passa de uma sociologia frustrada.

Seleções são processos de eleição e exclusão; o arbítrio do organizador funcionou tanto para escolher os livros que

entrariam quanto para designar quem era o melhor intérprete para aquelas interpretações do Brasil. A cada obra corresponde um prefácio de autor contemporâneo especializado no autor que apresenta. O presidente Fernando Henrique Cardoso assina o prefácio à obra de Florestan Fernandes. Seu texto é uma bela peça de literatura, na qual se misturam elementos de retórica sociológica, às estratégias típicas do discurso político e aos maneirismos do homem de sociedade. Perpassa o texto do presidente uma fina ironia que se revela ainda mais eficaz quando o leitor conhece as trajetórias tão distintas do autor e de seu prefaciador.

Naturalmente que haveria muito o que dizer de textos como os de Roberto Ventura, Flora Süssekind, José Murilo de Carvalho, Laura de Mello e Souza, Maria Odila Leite da Silva Dias, Wander Melo Miranda, Ronaldo Vainfas, Eduardo Portella e Fernando Novais. São textos densos, de reflexão, cuja própria análise demandaria um espaço que não temos. De alguma forma, eles completam aquilo que Freyre chamou de outro meio de procurar-se o “tempo perdido”. Outro meio de nos sentirmos nos outros – nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. Pois as obras de que tratam são parte de um passado, como disse ainda o genial pernambucano, que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um, uma aventura de sensibilidade.

Em que medida esses livros iluminam os caminhos, como diz Silviano Santiago, ou traçam eles mesmos caminhos, trilhas, contornos, fronteiras para o Brasil? Em que medida, como me disse outro dia Luiz Jorge Werneck

Vianna, esses livros, ao invés de interpretarem o Brasil, não inventaram o Brasil da maneira como o conhecemos? O Brasil das desigualdades originadas pela escravidão, perpetuadas pela falta de educação, tal como previra Nabuco; o Brasil do sertanejo forte de Euclides, eternizado no cinema e no imaginário nacional; um Brasil valente e altivo, desafiador do estigma da mestiçagem, preconizado por Manuel Bonfim; o Brasil do latifúndio, pai do atraso e do clientelismo, da corrupção ancestral de nossas elites, apresentado por Oliveira Viana; o Brasil bandeirante de Alcântara Machado; o Brasil melancólico de Paulo Prado; o Brasil do homem cordial de Sérgio Buarque; e o Brasil sensualíssimo, negro, mulato, multicolor de Freyre.

Podemos concluir, ainda com Silviano, que são poucos os países do Novo Mundo que podem ostentar pensadores com esse conhecimento e erudição, em livros meditados e escritos com tanta fibra e coragem, com esse transbordante amor pelo país e pelos brasileiros. Conhecendo o país como conheciam, foram eles, tal como Nabuco, profundamente afeiçoados à terra brasileira: por essa lei singular do coração que prende o homem à pátria com tanto mais força quanto mais infeliz ela é e quanto maiores são os riscos e incertezas que ela mesma corre.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em junho de 2000.

A arte como meio de inserção do artista na elite brasileira

Sergio Miceli. *Imagens negociadas: retratos da elite brasileira (1920-1940)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 174 p.

O uso de imagens como objeto de pesquisa apresenta problemas para os quais as ciências sociais ainda não têm instrumental teórico adequado. A imagem fala por si, e muito do que o sociólogo ou historiador tenha para dizer será menos do que o observador tirará de uma rápida olhada numa pintura, numa fotografia, num filme.

Neste sentido, tem caráter inovador o livro de Sergio Miceli. Aqui, a imagem fala por si, mas coube ao sociólogo interpretar o que ela diz, situar seu texto num contexto e reconstituir a trama em que está enfeixada. Aqui, é a partir da imagem que se constrói o argumento, e a imagem não funciona como simples ilustração, referência histórica ou curiosidade. É a partir dos retratos de pessoas da sociedade brasileira dos anos 1920, 1930 e 1940 pintados por Candido Portinari que Miceli reconstitui todo o quadro de relações interpessoais altamente sinalizadas que configuravam o mundo cultural que contava naquele momento.

E, se o Coronel Candido, como o chamava em tom de galhofa Oswald de Andrade, era capaz de pintar com um realismo hagiográfico a imagem de Vargas presidente, era-o também de realçar nas feições do ainda imberbe Jorge Amado a centelha revolucionária que iluminou os seus verdes anos. O próprio Oswald, já nos tempos da mais radical

militância comunista, encomendaria a Portinari um retrato de sua mulher, Patrícia Galvão, a Pagu.

O livro de Miceli viaja de forma bastante esquemática por esta era onde Portinari era rei e descreve, partindo da análise dos retratos pintados por ele, o processo de construção da sua imagem como artista oficial, como o artista da preferência nacional nos anos 1930, quando já podia dar-se ao luxo de equilibrar-se entre as imagens pintadas de Vargas e de Graciliano. Mas os primeiros tempos, na década de 1920, foram duros. Bem o atesta a curiosa série de retratos de Olegário Mariano, o então chamado “príncipe dos poetas”. O papel estratégico da ligação que o pintor estabelece com o poeta oficial dá a largada na sucessão de prêmios no Salão Nacional que o artista receberá ao longo da vida.

O rapaz pobre de Brodósqui, no interior de São Paulo, manco de uma perna (Miceli descreve a estranha impressão que lhe causou o par de sapatos desiguais do menino Candido Portinari exposto no museu de sua cidade), faz tudo direitinho: pinta como era para se pintar caso se quisesse ganhar o prêmio do salão; pinta as pessoas que se devia pintar; corteja os jornalistas, escritores e críticos de arte que mereciam e deviam ser cortejados. Faz mais: pinta-lhes os retratos. Assim é que se torna amigo de Manuel Bandeira, de Mário de Andrade, de Murilo Mendes e de muitos outros, construindo um círculo de influência e de prestígio extremamente valioso.

Peca o livro apenas pelo seu caráter repetitivo que, às vezes, lhe empresta o formato de um enorme fichamento: a cada quadro corresponde uma descrição de caráter analítico,

seguida de uma pequena biografia do retratado, com ênfase em estabelecer uma relação direta com a etapa de vida em que se encontrava e, às vezes, até o seu estado d'alma no momento em que foi feito o retrato. Procedimento compreensível do ponto de vista metodológico por proporcionar ao leitor uma perspectiva mais organizada do argumento. De resto, repetição compensada pela excelente qualidade das imagens reunidas que, junto com o texto, compõem um panorama dos personagens que faziam a vida cultural brasileira nos anos 1930 e 1940, principalmente.

Seria desejável que Sergio Miceli, que tantas e tão grandes contribuições tem dado às ciências sociais brasileiras, tivesse relaxado só mais um pouquinho neste tão interessante livro e nos brindasse também com aspectos da chamada sociabilidade que marcava as relações no meio que descreve. Ele nos deixa entrever um pouco disto quando se refere às reuniões na casa de Portinari, às quais invariavelmente comparecia Manuel Bandeira; ou quando cita trechos de cartas de Mário de Andrade; ou ainda quando se refere à ligação estreita que mantinham Murilo Mendes e Ismael Nery.

Como o tema do livro são as “imagens negociadas”, de como, de alguma forma, o retratado ou a relação que o artista mantém com este interfere no resultado final do retrato, fica a impressão de uma sociedade presidida apenas pelas relações de interesse.

Merecia talvez uma referência o trabalho de Carlos Zilio, *A Querela do Brasil*, no qual aquele autor questiona o caráter “moderno” da pintura de Portinari, revelando as

permanências acadêmicas que impregnaram sua obra, mesmo nas fases em que se pretende mais ousada.

Parecerá, certamente, arbitrário o tom das interpretações que o autor dá às supostas intenções do artista ou dos artistas comentados. Mas é justamente nestas, pela sua ousadia, pelo seu caráter inusitado, que se identifica uma nova abordagem para o uso da imagem como objeto da pesquisa social. São ousadas porque seu autor se propôs a abrir com elas uma nova clareira, proporcionando aos que usam a imagem como objeto da pesquisa social novas e variadas possibilidades.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em junho de 1996.

Modernismo cool

Angela Maria de Castro Gomes. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, 115 p.

Várias têm sido as explicações para o fato de o movimento modernista ter explodido em São Paulo e não no Rio de Janeiro. A mais difundida delas é a que explica o fenômeno pelo fato de São Paulo ser uma cidade industrial, voltada para a produção, e o Rio, enquanto foi Capital Federal, uma cidade burocrática e comercial, com seus intelectuais excessivamente presos ao Estado.

O intelectual carioca encontraria uma espécie de perverso limite à sua expressão criadora, especialmente quando comparado ao paulista, mais distante do poder público e mais próximo das oligarquias econômicas e sociais. Deste ponto de vista, o Rio seria algo assim como uma “velha república das letras”, capaz de inibir a produção do novo. Esta argumentação acentuava o esvaziamento da independência criadora do carioca dos primeiros anos deste século.

Para refutar esta tese, Angela de Castro Gomes lembra que, se a cidade do Rio tinha a presença do aparato burocrático do governo federal, São Paulo era a sede da poderosa burocracia do governo estadual. Ao mesmo tempo, acrescenta a autora, se a cidade de São Paulo, a partir dos anos 1920, tornou-se um centro econômico-industrial importante para o país, o Rio de Janeiro continuaria a deter, ainda por muito tempo, um papel fundamental como núcleo

financeiro, comercial e industrial, tendo uma experiência nada desprezível de organização e lutas por parte de seu movimento operário. Assim sendo, Angela prefere procurar outros caminhos para compreender a dinâmica do campo intelectual carioca naquele período.

O modernismo que Angela identificou no Rio é filiado a uma tradição intelectual que remonta ao final do século XIX: o simbolismo. O simbolismo representou uma volta ao romantismo e uma reação contra o pernosticismo dos parnasianos e a depravação estética a que conduzia o naturalismo. Os poetas simbolistas pretendiam reintegrar a arte ao belo, libertando o verso dos rigores preestabelecidos. Seu ideal supremo era, no dizer do crítico Renato de Almeida, procurar o efeito da música no verso. Mas, diz Angela de Castro, entre vias lácteas, mulheres alvas, sedução pela morte, humor e sátira política explícita, o simbolismo teve, como os lírios, uma breve floração.

O modernismo carioca foi o filho único e legítimo do simbolismo. Os novos simbolistas se autodenominavam modernistas espiritualistas e apreciavam o capricho da meia-luz e a melodia que emociona. Faziam parte de um grupo ligado ao jornalista Nestor Vítor que, nascido no Paraná, em 1868, morava no Rio desde 1891. Abolicionista, republicano, vice-diretor do Colégio Pedro II, amigo de Sílvio Romero e de João Ribeiro, preceptor dos filhos do Barão do Rio Branco, Nestor Vítor foi o grande divulgador da obra de Cruz e Sousa e do simbolismo em geral. Manteria com os jovens literatos de Curitiba uma intensa correspondência e pode-se dizer que se deve a ele o fato de aquela cidade ter sido, depois do Rio, cenário de um grande círculo de poetas simbolistas.

Dentre os que se correspondiam com Nestor Vitor estavam Tasso da Silveira, filho do poeta simbolista Silveira Neto, e Andrade Muricy, nascidos em 1895. Os dois chegaram ao Rio em meados da década de 1910 e teriam intensa atuação nos meios literários da cidade. Seriam responsáveis pela criação de quatro revistas: *América Latina*, em 1919; *Árvore Nova*, em 1922; *Terra de Sol*, em 1924; e, finalmente, em 1925, a que mais duraria: *Festa*.

A nova revista recusava os procedimentos estéticos e políticos das vanguardas, quer fossem os da estratégia do escândalo, que caracterizara a Semana de Arte Moderna, quer fossem os da ruptura com o passado ou do radical nacionalismo modernista. *Festa* assumia o espiritualismo e universalismo na arte, e seus editores não renegavam o epíteto de novos simbolistas. O que marcava a revista, que se pretendia de arte e pensamento, era uma inflexão no pensamento social e artístico que articulava nacionalismo, na vertente conservadora capitaneada por Alberto Torres, com espiritualismo católico, cujo expoente era Jackson de Figueiredo.

Já na década de 1930, na fase da oficialização do vanguardismo e de seus cânones na vida social e cultural do país, outra expressão do chamado simbolismo renovador seria a Sociedade Felipe d'Oliveira, criada em 23 de agosto de 1933 e que duraria até 1945. Felipe d'Oliveira era o tipo do dândi, um homem de sociedade, viajado e culto, filho de uma rica família do Rio Grande do Sul. Seu tio João Daudt Filho patrocinaria muitas das atividades culturais dele e do irmão, João Daudt. Felipe esteve na *Fon-Fon!*, que foi órgão dos simbolistas durante as décadas de 1910 e 1920.

A notícia da morte de Felipe d'Oliveira num acidente de carro em Paris, a 17 de fevereiro de 1933, comoveu o Rio culto e elegante. Seus amigos resolveram criar a Sociedade Felipe d'Oliveira para preservar sua memória e estimular novos talentos artísticos e literários. O conselho da Sociedade era composto pelos amigos de Felipe: Álvaro Moreira, Rodrigo Otávio Filho, Ronald de Carvalho, Ribeiro Couto, Otávio Tarquínio de Sousa, Murilo Mendes, Augusto Frederico Schmidt, Assis Chateaubriand, Paulo Godoy, sendo presidente o irmão de Felipe, João Daudt.

Com as mortes de Ronald de Carvalho, Tristão da Cunha e Renato Lopes, passam a fazer parte do quadro Alceu Amoroso Lima, Afonso Arinos de Melo Franco e Manuel Bandeira. A Sociedade era mantida apenas com os recursos da família, que se comprometia a publicar um boletim anual, a *Lanterna Verde*, cujo primeiro número apareceu em janeiro de 1934, e a promover concursos literários anuais. Ao mesmo tempo, através das páginas da *Lanterna Verde*, uma revisão do que fora o modernismo e do papel que intelectuais como Graça Aranha e Ronald de Carvalho tiveram no movimento reafirmava o lugar do Rio de Janeiro.

O livro de Angela de Castro Gomes é um daqueles trabalhos que se destinam a fazer vida longa no mundo acadêmico. A consistente e bem articulada tessitura teórica que antecede a apresentação interage de maneira bastante feliz com o material empírico. Manejando fontes como depoimentos, cartas e revistas, e baseada no vasto cabedal que lhe proporcionam os tantos anos de pesquisa sobre a história política e cultural do Brasil, Angela conseguiu, com

rara competência, trazer questões novas e originais para o debate sobre o modernismo.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em setembro de 1999.

Um pequeno grande livro

Helena Bomeny. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 85 p.

Nas 85 páginas de *Os intelectuais da educação*, Helena Bomeny apresenta um panorama da história do ensino fundamental no Brasil. Produz também um diagnóstico de seus problemas e dos projetos alternativos que se apresentaram ao longo do século para enfrentá-los. A ênfase recai sobre as propostas de Anísio Teixeira e de seus contemporâneos da chamada Escola Nova. Ao diagnosticar os problemas da educação primária, a visão equivocada das elites sobre o tema e as políticas que dela resultaram, Bomeny produz também um retrato do Brasil. Um retrato mais próximo do que ela identifica no começo de seu livro como a visão mais crítica das comemorações dos 500 anos. Pois que país é este que terminou o século XIX com 90% de sua população analfabeta e que termina o século XX com 40% da mesma população sem ter conseguido completar os dez anos da educação fundamental?

Nesse cenário melancólico merecem todas as homenagens Anísio Teixeira, Monteiro Lobato e Fernando de Azevedo, além de, mais recentemente, Paulo Freire e Darcy Ribeiro. Gente que identificou como dramática a situação do sistema educacional brasileiro e que foi à luta pela implementação de um projeto de democratização do ensino. Estes, os verdadeiros heróis do nosso tempo.

O livro conta como foi tratado (ou ignorado) o problema no Império. Como eram precárias as estatísticas até o começo do século XX e como a elite sempre priorizou o ensino superior em detrimento da escola primária. Não sei se é possível concordar com o argumento de que havia intencionalidade na exclusão da grande massa do sistema educacional, mas, de qualquer maneira, a própria insensibilidade com que o problema foi tratado seria tão ou mais criminosa do que a intenção. Mais dramática ainda foi a forma como os excluídos da sociedade, a massa formada pelos negros e pardos após a abolição, foi posta de lado como inútil e irrecuperável, priorizando-se o aprimoramento da mão de obra através da imigração europeia. Pior para quem assim pensou. Pois os imigrantes vinham de países onde o problema da educação tinha outro tratamento e com uma consciência de seus direitos que era totalmente o avesso da prática do mercado de trabalho num Brasil recém-saído da escravidão.

A década de 1910 viu o surgimento de inúmeras Ligas de Defesa Nacional que desempenhariam papel importante na luta pela educação popular. Este projeto seria aprimorado nos anos vinte pela Associação Brasileira de Educação, no movimento que ficou conhecido como Escola Nova. Novos ventos sopravam da América e o maravilhoso encontro de Anísio Teixeira com Monteiro Lobato nos Estados Unidos proporcionaria um outro veio fundamental para o pensamento educacional no Brasil. Lobato aproximou Anísio de Fernando de Azevedo em 1929. A amizade e a colaboração entre esses dois últimos se prolongariam por toda a vida. O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*,

redigido por Fernando de Azevedo e lançado em 1932 com a assinatura de 26 educadores brasileiros, foi o primeiro grande documento sobre o problema da educação no Brasil. Os pioneiros defendiam com fervor a escola pública, gratuita e laica, e esta bandeira encontraria na Igreja Católica o seu mais ferrenho adversário.

As escolas católicas ocupavam a maior parte do mercado de escolas particulares no Brasil, uma tradição que vinha da colônia, do tempo dos jesuítas: educação era assunto de padre. Em defesa dessa tradição, Alceu Amoroso Lima, o maior intelectual católico da década de 1930, se lançará, junto com o Padre Leonel Franca, num combate intenso contra as propostas da Escola Nova. Com o fracassado golpe comunista de 1935, a reação aproveitou o momento e juntou os inimigos no mesmo saco, condenando os liberais inspirados no modelo educacional norte-americano, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo ao ostracismo. Mais uma vez a educação pública foi posta para escanteio.

Os anos cinquenta marcam a entrada das massas na cena política. As imagens das multidões no enterro de Vargas, em 1954, e no comício da Central, em 1963, são inequívocas. Aquela gente se agita e se manifesta. As coisas haviam mudado. Mas o discurso das elites continuava o mesmo. Exemplar é o debate entre Darcy Ribeiro e Carlos Lacerda. Darcy acusa Lacerda de ser o coveiro da escola pública. Os pioneiros da educação, em 1959, lançariam novo documento: o *Manifesto dos Educadores*. Mais uma vez convocados, o documento, redigido ainda por Fernando de

Azevedo, foi assinado por 189 pessoas. Mas o projeto da Escola Nova era um sonho condenado.

O regime militar implantado em 1964, que se estenderia até meados dos anos 1980, nada fez pela educação de base. Antes, impediu a continuação do trabalho inspirado na obra de Paulo Freire: a educação pela liberdade. O único projeto educacional em que os militares investiram destinava-se a maquiagem as estatísticas sobre o analfabetismo no Brasil. O MOBREAL, programa de alfabetização de adultos, foi um blefe que formou semialfabetizados que mal sabiam assinar o nome.

O livro de Helena é um livro que ensina e assusta ao mesmo tempo. É trabalho para ser lido, divulgado aos quatro ventos, algo que leva a profundas reflexões. Quando o concluímos, ficamos sob o impacto das questões que ele discute: como é que pudemos chegar ao final do século XX com um panorama tão desestimulante?

Publicada na revista eletrônica *NO* (no.com.br), em dezembro de 2000.

Cartas escritas para a posteridade

Coleção Identidade Brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. Coleção composta, entre outros títulos, por: *Rio Branco: o Brasil no mundo*, de Rubens Ricupero; *Villa-Lobos: alma brasileira*, de Maria Maia; e *Euclides da Cunha: contrastes do Brasil*, de Luiz Costa Lima.

Conta Rubens Ricupero, no perfil biográfico do Barão do Rio Branco, que, quando Arnold Toynbee, depois de visitar alguns países da América do Sul, chegou ao Brasil, cansado da profusão de heróis militares a cavalo e da indigestão de celebrações cívicas, exclamou com alívio: “Enfim, um país sem heróis!”. Não que o país carecesse de heróis, mas é que o Brasil se caracterizaria pela escolha de heróis de outro tipo: do mártir Tiradentes, passando pelo exilado José Bonifácio, pelo moderado Imperador Pedro II, até chegar ao nunca eleito Rui Barbosa, o nosso panteão é formado por um elenco de figuras evocativas da liberdade, da razão e da ciência a serviço do progresso, da moderação no exercício do poder, da harmonia e da paz na relação com outros países, dos valores civis, do culto ao direito e à justiça. A escolha daqueles mitos, de preferência a outros, segundo Ricupero, revelaria as metas e aspirações, ainda que distantes, da gente que com eles compôs seu panteão. É como se estivessem a indicar a preferência daquele povo pelos valores civis, os valores da construção da *civitas*, da cidade, da civilização, da comunidade.

Pensamento que, de tão lisonjeiro ao povo brasileiro, deveria servir de epígrafe a toda a coleção que a editora de César Queiroz Benjamin vem apresentar ao público neste

ano 2000. Um elenco de heróis desse calibre compõe a primeira fornada de sete biografados: Barão do Rio Branco; Euclides da Cunha; Santos Dumont; Marechal Cândido Rondon; Villa-Lobos, Monteiro Lobato e Álvaro Alberto. Figuras que, como o Barão, contribuíram para definir o território brasileiro; ou como Euclides, que revelou ao Brasil um Brasil que o Brasil não conhecia; ou que salvaram do desaparecimento as últimas tribos indígenas que ainda existiam no norte do país, como foi a tarefa a que se propôs Rondon; ou que descobriram e revelaram ao mundo, impregnada de seu gênio original, a música do Brasil, tal como Villa-Lobos. Ou ainda os homens da ciência e do progresso, como Santos Dumont e Álvaro Alberto, criador do CNPq, junto aos quais se pode alinhar o escritor Monteiro Lobato, que comprometeu seu prestígio e sua liberdade em prol de um projeto que acreditava ser o melhor para o progresso de seu país.

O leitor não vai encontrar nesta coleção informações detalhadas sobre o assassinato de Euclides da Cunha, ou sobre a escandalosa (para os padrões do século XIX) união do Barão do Rio Branco com uma atriz do Alcazar, nem aspectos até então nunca revelados da intimidade de Santos Dumont. Os livros foram concebidos no sentido de aliar a obra ao homem e, mais do que biografias, são relatos e análises dos feitos daqueles indivíduos associados às suas histórias de vida. Na concepção geral da coleção se percebe a mão do editor, mas cada um dos livros foi realizado a partir das áreas de interesse de seus autores. Os estudos sobre Rondon, Lobato, Álvaro Alberto e Santos Dumont são trabalhos corretos e bem formulados, representando

contribuições ao conhecimento da vida e obra dos biografados. Três dos livros vão além, revelando-se obras originais, onde o pensamento e o estilo do autor se impõem: a já mencionada biografia do Barão do Rio Branco, o perfil de Villa-Lobos delineado por Maria Maia e a densa reflexão de Luís Costa Lima sobre o dilema euclidiano.

O Barão do Rio Branco que emerge das páginas do livro de Rubens Ricupero é menos o glamoroso Juca Paranhos, galã da Rua do Ouvidor e craque na capoeira, que o diplomata sagaz, o grande defensor dos interesses do Brasil, responsável pelo traço definitivo de suas fronteiras. O autor preferiu se deter na política diplomática de Rio Branco e em “certa ideia de Brasil” que estava embutida nela. “Em todo lugar, lembrar da Pátria”, a divisa do Ministro, foi, segundo seu biógrafo, particularmente feliz porque essencialmente verdadeira. Exemplar da política diplomática do Barão foi o fato de o Brasil conceder ao Uruguai, “um povo vizinho e amigo”, territórios da fronteira meridional sob a justificativa de que aquela era uma ação digna do povo brasileiro e de que “este testemunho de nosso amor ao direito ficava bem ao Brasil”. É livro certamente indispensável para aqueles que buscam, além da biografia, o pensamento e a ação do biografado.

Maria Maia nos apresenta Heitor Villa-Lobos aliando, com muita felicidade, a análise da especificidade de seu gênio criador aos aspectos de sua persona exuberante e original. Revela ainda o mitômano, o exagerado contador de casos, criando em torno de si lendas sobre viagens reais ou imaginárias que se perpetuaram, associadas definitivamente à sua biografia. Um Villa-Lobos que afirmava: “logo que sinto

a influência de alguém me sacudo todo e pulo fora”, mas que era um fã inveterado dos filmes do *cowboy* Tom Mix, chegando ao ponto de adotar-lhe o chapéu de abas largas, visual com que aparece em tantas fotografias.

Detendo conhecimentos musicais que fazem do perfil de Villa-Lobos uma composição harmônica, Maria Maia dá real destaque às pesquisas e ao papel do popular na obra do mais genial dos compositores brasileiros. Para a autora, Villa-Lobos, com sua aguda percepção das variantes rítmicas e sonoras do Brasil, não captou apenas os ritmos, mas soube transformar também em música as cores, os cheiros, o calor, as alegrias, as tristezas e toda a pletora de sensações. Alejo Carpentier, que o conheceu em 1927, em Paris, escreveu que a música de Villa-Lobos era como a palmeira que pensava como palmeira e que fazia calar, envergonhada, a fonte da Praça Saint-Michel. Villa-Lobos renegaria tentativas de incluir sua arte em qualquer política de boa vizinhança: “Eu sou profundamente brasileiro. Mas por isso mesmo não creio que me deva envolver numa bandeira brasileira para triunfar como artista”.

Dos livros desta coleção, o de Luís Costa Lima sobre Euclides da Cunha é o que representa maior desafio ao leitor e que, certamente, representou um enorme desafio para seu autor. Acostumado a escrever para um público acadêmico, Costa Lima faz aqui um esforço de adequar a sofisticada tese que desenvolveu em seu livro *Terra ignota* ao gosto do grande público. Os aspectos biográficos se relacionam com bastante propriedade ao trabalho analítico, onde o autor contrasta a predisposição positiva com relação ao sertanejo que Euclides da Cunha desenvolveu quando de sua viagem ao cenário da

guerra de Canudos com as teorias etnocêntricas que teima em utilizar em suas análises. É do dramático embate dessas duas tendências que se repelem que se tira a grande força de *Os sertões*. O sertanejo real que se revela “antes de tudo, um forte”, o “cerne da nacionalidade”, fazia o mais vivo contraste com as raças mestiças decadentes e fadadas ao desaparecimento da teoria. Costa Lima lamenta que a conversão de *Os sertões* em objeto de glória e em símbolo fundador da nacionalidade tenha impedido que seus analistas cumpram o que seria deles mais esperado: a explicitação dos problemas com que Euclides se deparara e a precariedade de muitas de suas soluções. O autor está convencido de que a grandeza real de Euclides da Cunha depende da capacidade de seu leitor em apreender as linhas de força e seus pontos de impasse; só assim sua atualidade deixaria de ser ornamental e ociosa.

Villa-Lobos considerava suas obras como cartas que escrevera para a posteridade. Creio que a obra desses brasileiros especiais representa, em seu conjunto, uma mensagem que nos enviam do passado para fazer despertar em nós, brasileiros de hoje, alguns sentimentos com relação ao nosso país que talvez tenhamos deixado esquecidos em algum desvão da memória e que a oportuna comemoração dos 500 anos do descobrimento pode nos ajudar a recuperar.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em abril de 2000.

O amante do Brasil: Roquette-Pinto

Nísia Trindade Lima e Dominichi Miranda de Sá (orgs.). *Antropologia brasileira – Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Editora UFMG / Editora da Fiocruz, 2008, 327 p.

De alguns personagens da vida cultural brasileira a gente sempre ouve falar, tem vaga ideia de sua contribuição ou de suas contribuições para a história do país, mas não tem noção precisa de sua importância.

Os ensaios reunidos em *Antropologia brasileira – Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto* vêm sanar uma enorme falta. Se todo mundo associa Roquette-Pinto à célebre sentença sobre o rádio (“a escola dos que não têm escola”); se muitos conhecem sua ligação com o Museu Nacional e se alguns ainda sabem do importante papel que teve para o desenvolvimento do cinema educativo no Brasil, nunca se tinha feito a junção das muitas atividades em que se destacou o grande brasileiro.

Grande na estatura, na cultura e na capacidade de se multiplicar em tantos papéis relevantes no tempo em que viveu. Inquieto demais para um intelectual; intelectual demais para um executivo; aventureiro e inovador; sociável e erudito, mas, antes de tudo, um amante do Brasil e um otimista sobre as suas potencialidades.

Membro de uma geração que herdara do positivismo a fé inabalável na utilização da ciência para promover o progresso, Roquette-Pinto foi um intelectual republicano que participou das primeiras ondas nacionalistas do século

XX, que estimularam a campanha pelo alistamento militar e criaram a Liga Pró-Saneamento, da qual foi um ativista. Aqueles movimentos despertaram em sua geração uma sede de conhecimento sobre o Brasil profundo, a fim de achar as respostas e soluções para o seu atraso. As diversas expedições e pesquisas realizadas no âmbito desse esforço levaram à conclusão de que o saneamento e a educação apontavam o caminho para que o país chegasse à modernidade. Um caminho que não negava a população aqui formada e buscava sua incorporação ao ideal civilizatório.

Roquette-Pinto vinha de uma estada na Europa quando, em 1912, acompanhou por cinco meses a Comissão Rondon ao interior do país para o primeiro contato com os nhambiquaras. Dessa experiência, concluiu que, sob uma camada de cultura, encontra-se um ser humano essencialmente igual em suas potencialidades, seja ele um europeu ou um índio da Serra do Norte. Valendo-se de recursos ultramodernos para a época, Roquette-Pinto trouxe dessa viagem não só o seu caderno de campo, que publicou sob o título de “Rondônia”, em 1917, como também fotografias, gravações e as primeiras imagens filmadas dos nhambiquaras. Como disse, quis produzir um instantâneo, um retrato de um povo antes que sua condição de primordialidade fosse alterada pelo contato. Tinha o senso de urgência da tarefa do etnógrafo.

A recusa em utilizar critérios raciais para definir a qualidade humana fez com que Roquette-Pinto se colocasse contra os que, por preconceito, atacaram a imigração japonesa nas primeiras décadas do século XX. O chamado “perigo amarelo” ameaçava o projeto de “melhora” do povo

brasileiro através do branqueamento que viria com levas de imigrantes europeus brancos, como queriam alguns. Roquette-Pinto negava a superioridade de uma “raça” sobre outra e via os japoneses como excelentes trabalhadores, gente boa que viria ajudar a engrandecer o país. Mas, a seu ver, o Brasil não padecia de falta de braços; seu problema era a falta de planejamento na distribuição da população.

Roquette-Pinto era a favor de que se estimulasse a migração daquela gente “sóbria e resistente, dedicada e corajosa” do Nordeste para o Sul. Ao sertanejo do Norte só faltava a educação na prática do trabalho regular e metódico. Buscar a peso de ouro gente branca sem escolha nem fiscalização era mais um exemplo dos equívocos que, ao longo da história, marcaram a política de povoamento do Brasil. Política que “trucidou o índio, importou negros escravos e depois não os preparou para a liberdade” e que abandonou os melhores elementos nacionais, os sertanejos, à própria sorte.

Admirador de Euclides da Cunha, de quem adotou a tese dos dois Brasis – o do litoral e o do sertão –, Roquette-Pinto tinha, no entanto, ressalvas quanto às ressalvas que o próprio autor de *Os Sertões* fazia ao sertanejo brasileiro. A seu ver, Euclides errara ao considerar inferior gente que era só atrasada; ao considerar incapazes homens que eram só ignorantes.

O otimismo de Roquette-Pinto com relação ao brasileiro ia além da mera expectativa romântica, procurando se instrumentalizar para dar combate ao caráter racista das teses que o condenavam, por mestiço, ao fracasso. Educação e saúde: era disto e apenas disto que o povo

brasileiro precisava para vencer. Para Roquette-Pinto, eugениzar, o termo então na moda, significava sanear, higienizar e educar. Ele investia na elevação da autoestima dos brasileiros porque acreditava que, “para os povos, como para os indivíduos, a autossugestão do valor próprio é uma força imensa, visto que o homem decreta a própria ruína quando desanima”.

Na comparação entre raças, Roquette-Pinto destacava a dificuldade de classificá-las, demonstrando a inutilidade desse exercício. Ao proceder a uma tentativa de classificar os tipos nacionais (“Nota sobre os tipos antropológicos”), a partir de uma amostragem de jovens oriundos de todos os estados – recrutas do Exército brasileiro –, constatou a heterogeneidade da população e a normalidade dos mestiços, contrariando as teses sobre a degenerescência dos híbridos. A inferioridade dos mestiços brasileiros, quando havia, era apenas conjuntural, relacionada a fatores ambientais e socioculturais, e não estrutural.

Num momento em que ainda predominava no mundo uma ciência pautada pelos mitos raciais, Roquette-Pinto nadou contra a principal corrente, adotando em seus escritos uma retórica antirracista.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em fevereiro de 2009.

O intelectual e o desafio da crítica

Izabel Margato e Renato Cordeiro Gomes (orgs.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, 244 p.

Qual seria a missão do “verdadeiro intelectual”: promover valores supremos da civilização, não se envolvendo com as circunstâncias, como quer Julien Benda, ou o verdadeiro intelectual seria aquele que emerge do seu mundo e dele participa, toma posição, assume responsabilidade, como quer Antônio Gramsci? Diz Antônio Pinto Ribeiro que “os modos de pensar e querer são contraditórios. O primeiro exige contenção, quietude, solidão, e o segundo impõe labor, paixão, ação e envolvimento”. Como pode o intelectual ser espectador e ator ao mesmo tempo?

O adjetivo “intelectual” já veio ao mundo sob a forma gramsciana. Pois seu registro de nascimento foi o célebre *Manifeste des intellectuels*, de 14 de janeiro de 1898, motivado pelo caso Dreyfus e assinado por escritores importantes, como Zola e Proust. Zola, aliás, seria o primeiro exemplar desse tipo de intelectual. Em célebre artigo intitulado “J'accuse...!”, ele tomou para si o papel de voz mais ativa daquele movimento ao denunciar, em carta aberta ao presidente da República, a injustiça praticada contra Dreyfus. Essa atitude encontraria eco em Bobbio e Foucault, para os quais a primeira tarefa do intelectual é “impedir que o monopólio da força se torne o monopólio da verdade”.

Promover mudança tornou-se imperativo

A partir da herança iluminista e racionalista, os intelectuais ajustaram sua prática aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, dando-lhes, no entanto, o caráter messiânico de intervenção. Detendo o conhecimento da verdade, cabia a eles a missão de anunciá-la. Com Marx, tornou-se imperativo, para todo aquele que até então buscava encontrar uma explicação justa para o mundo, encontrar também uma maneira de revolucioná-lo.

Os intelectuais do século XX transformaram-se, a partir dessa abordagem, nos guardiões do bem contra o mal. A natureza do mal era, até a queda do Muro de Berlim, óbvia. Era fácil identificá-lo. Mas a crise dos valores universais desencadeada pela história do século XX fez com que a natureza do mal se diluísse em formas aparentemente benignas. A sua localização tornou-se difícil de detectar. É hoje, portanto, impossível para o intelectual contemporâneo manter claro o seu status de guardião do bem. Ao mesmo tempo, a perda de credibilidade dos políticos refletiu-se também no intelectual, pois era em político que, em última instância, o intelectual militante acabava por se transformar.

Bourdieu identificou os principais traços sem os quais não compreendemos a emergência e o impacto da função do intelectual: a soberania dos valores culturais (a arte pela arte), o desinteresse econômico e o desprendimento político (a aposta no ciclo longo da produção artística pura) e a consagração da pluralidade dos critérios e das fontes de autoridade estética (a institucionalização da autonomia). No entanto, diz Augusto Santos Silva,

ao mesmo tempo em que, pelo diálogo permanente com os estados anteriores do campo, os criadores vão mobilizando os patrimônios das disciplinas e das correntes que praticam, a força dinâmica da criação faz-se pela ruptura, pelo desafio ao estabelecido e pela produção do novo ou, mais exatamente, pela tensão entre continuidade e mudança, entre cumulatividade e ruptura, entre escola e vanguarda.

Distanciamento confere autoridade

É esta tensão, diz o mesmo autor, que caracteriza o desenvolvimento do campo cultural: é autônomo porque elabora e protege os seus princípios de funcionamento e hierarquização e é anômico porque, mais importante que tais princípios, é que não há lei estética, ética ou social a que obedecer, pois o campo cultural é pluriforme e vive da confrontação de criações. Liberto dos constrangimentos a que estão submetidos os agentes políticos, o intelectual intervém no espaço público, em nome de causas ou valores que supõe extravasarem os limites estritos da esfera política.

É o distanciamento assim conseguido que confere autoridade própria ao intelectual para desocultar e trazer para a agenda pública questões que ela não está reconhecendo como relevantes (os direitos cívicos das mulheres ou a situação das populações indígenas, por exemplo) e fazer a crítica, em nome da razão científica, das evidências aparentes, das crenças estabelecidas e da opinião corrente. Defendendo a valorização do conhecimento, da arte ou da moral, o intelectual pratica a problematização, a

interpelação, a interpretação e a decodificação dos jogos de linguagem e comportamento.

O papel do intelectual hoje é um livro que resulta da reunião de trabalhos apresentados no *XI Seminário Internacional da Cátedra Pe. Antonio Vieira*, na PUC-Rio, em novembro de 2003. Os textos possibilitam um primeiro contato com reflexões de intelectuais consagrados: Eduardo Jardim retoma sua tese da subdivisão dos tempos do modernismo, contemplando a relação de Mário de Andrade com a sua própria condição de intelectual; Silviano Santiago (ele mesmo tema de ensaio de Eneida Maria de Sousa) corajosamente enfrenta a polêmica questão do lugar de Paulo Coelho no contexto contemporâneo; Sergio Miceli avança no tema central de sua principal obra, a relação dos intelectuais com a sociedade e o Estado, focando, desta feita, a vida intelectual argentina. Coerente com a discussão em tela, o livro ultrapassa as fronteiras da academia e abre espaço para Silvio Tendler falar do ofício de cineasta e para Maria Helena Werneck falar de José Celso Martinez Corrêa e de seu papel na cena teatral brasileira. Os estudos de Renato Cordeiro Gomes, Izabel Margato, Vera Follain de Figueiredo e Wander Melo Miranda contemplam o tema central do livro, iluminando-o a partir da perspectiva proposta logo nos textos de orelha e apresentação. O livro apresenta ao leitor brasileiro as reflexões de quatro autores estrangeiros: o venezuelano Daniel Mato e os portugueses Eduardo Prado Coelho, Augusto Santos Silva e Antônio Pinto Ribeiro.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em janeiro de 2005.

Sociologia como missão: mudança social e desenvolvimento nos anos 1950

Glaucia Villas Bôas. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, 179 p.

Não se engane o leitor com as pequenas dimensões físicas deste livro. Trata-se de um falso magro. Pequeno na forma, mas denso no conteúdo, o livro de Gláucia Villas Bôas proporciona ao leitor dedicado um verdadeiro e completo curso sobre a sociologia brasileira dos anos 1950. A autora critica a maneira como aquele corpo de conhecimento foi relegado ao esquecimento e se tornou praticamente desconhecido dos estudantes de sociologia das décadas de 1980 e 1990. Ela nos demonstra como houve muito avanço no pensamento brasileiro a partir daquelas teses e que muitas de suas questões permanecem atuais.

O conceito de mudança provocada baseava-se tanto na ideia da sociologia como uma ciência de concepções universalistas quanto na necessidade de aplicá-las ao estudo da sociedade brasileira. A constatação de que estávamos atrasados com relação às nações desenvolvidas e de que era preciso colocar o Brasil na era moderna levantava questões sobre como devia ser feita essa mudança e qual seria o papel a ser desempenhado pelos sociólogos na produção do diagnóstico e das propostas para a mudança, discussão enfrentada pelos autores analisados neste livro.

A década de 1920 foi marcada pela busca da identidade nacional, propiciando o surgimento de uma vasta produção

narcísica que forneceu o substrato simbólico que sustentaria o nacionalismo dos anos 1930 e 1940. Quadra em que se verificaria um processo de intensa modernização sob a égide de um Estado autoritário, nacional e popular. Entre 1945 e 1964, o cerne do debate se concentraria na necessidade de se construir no país uma sociedade de classes, secularizada e democrática, sujeita a uma ordem burocrática, impessoal e legal. O foco da jovem sociologia brasileira se deslocara do projeto de construção da nação para o de construção da sociedade. Para tanto, era preciso romper com a herança dos modelos anteriores e fazer uso de novas categorias, preterindo a busca das origens em favor da imagem do futuro que se projetava para a sociedade brasileira.

Os parâmetros que antecederam a sociologia dos anos 1950 foram dados principalmente por dois livros: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (1902), e *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (1933). Deles provieram os dois modelos interpretativos que orientariam as reflexões sociológicas e culturais sobre o país: o Brasil do eterno dilema e o Brasil do conagraçamento autoritário. O primeiro, marcado pela descontinuidade e pelo conflito, e o segundo, pela harmonia e pela continuidade. Mas a valorização do passado colocava essas duas obras em flagrante oposição à produção sociológica dos anos 1950.

Um dos primeiros sociólogos da década de 1950 foi Alberto Guerreiro Ramos. Guerreiro pregava a liquidação do passado colonial e foi um pioneiro ao ressaltar a importância do conhecimento da dimensão social e econômica do país. Ele defendia o engajamento dos cientistas sociais no desenvolvimento do país, pois achava que o conhecimento

científico devia estar sujeito a um projeto político: somente a experiência efetiva possibilitaria o correto pensar sociológico. Apesar de advogar a inserção da sociedade brasileira no processo civilizador universal, Guerreiro foi um severo crítico da importação de ideias e acreditava que o caráter universal da ciência não impedia que ela se diferenciasse nacionalmente.

Florestan Fernandes, ao contrário, defendia a autonomia do conhecimento científico e acreditava que a integração do país a uma nova etapa do processo civilizador se faria através da implementação de modelos experimentados em sociedades mais avançadas. Para Costa Pinto, o futuro tinha que ser planejado pelo Estado. O desenvolvimento era uma mudança a ser provocada e não seria possível sem o enfrentamento de preconceitos, resistências e obstáculos. Costa Pinto via o conflito como parte constitutiva da sociedade, sobretudo em épocas de transformação. O que ele temia era que a lentidão na mudança de mentalidade dos atores sociais entravasse o desenvolvimento.

A sociologia deslocou o foco das elites e do exotismo étnico para os pobres, mas recusou-lhes a maioria. Moldados pela obediência aos poderosos, eles seriam incapazes de internalizar os modernos valores da conduta impessoal e igualitária, de se associar e de reivindicar. Mas Evaristo de Moraes Filho e Maria Isaura Pereira de Queiroz caminharam em outra direção, preferindo analisar associações humanas concretas que, ao longo da história, criaram seus próprios valores, instituições e mentalidades. Evaristo foi um pioneiro na adoção de uma abordagem

sociológica para compreender o surgimento e o papel das primeiras associações sindicais no Brasil. Ele questionava a crença na outorga das leis trabalhistas por Vargas, pois acreditava que o conjunto de greves e paralisações que os trabalhadores promoveram no final do século XIX e no começo do XX fora indispensável para a formulação daquelas leis. Isto demonstrava a capacidade de luta e organização dos trabalhadores brasileiros.

Maria Isaura procurou identificar continuidades que poderiam conformar, ao longo do tempo, o lugar da diferença brasileira. A seu ver, as realidades não são facilmente destruídas, mas podem metamorfosear-se, acentuando traços, deixando outros de lado, perdendo as funções que tinham e adquirindo outras. Ela foi uma crítica dos sociólogos que, “no afã de dar ao país uma fisionomia à altura do progresso mundial”, partiam de modelos estabelecidos para explicar acontecimentos históricos. E questionava os que apostavam na incapacidade de discernimento dos eleitores pobres. A seu ver, o voto fazia parte de um sistema complexo de reciprocidades, e o eleitorado sabia perfeitamente discernir o peso das vantagens e desvantagens da troca que realizava.

Ao enfatizar o papel do sociólogo, a sociologia dos anos 1950 deu a ele um protagonismo (para usar um neologismo hoje em moda) quase exclusivo. Entre os intelectuais brasileiros, a crença em que seus conhecimentos poderiam revelar a maneira pela qual a história seria consumada legitimou sua ação no sentido de diagnosticar e intervir nos acontecimentos para impor uma nova ordem social. No entanto, quanto mais os sociólogos mergulhavam no estudo

da realidade brasileira, mais se davam conta do quadro de profunda desigualdade social que a caracterizava. A tensão entre a realidade dos brasileiros e os projetos que para eles tinham os intelectuais deu uma feição autoritária ao ideal desenvolvimentista. As visões do futuro representadas pelos projetos de mudança provocada revelaram-se uma forma tão ou mais eficaz de controle da sociedade quanto haviam sido, em outro tempo, as visões idealizadas do passado.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em novembro de 2006.

A década da emancipação

André Botelho, Elide Rugai Bastos e Glaucia Villas Bôas (orgs.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008, 411 p.

Obra que fará longa carreira em nossos cursos acadêmicos, esta coletânea reúne textos que representam uma importante releitura da sociologia brasileira em seu momento fundador – pois foi a partir dos anos 1950 que a disciplina ganhou forma e prestígio para, posteriormente, ter grande influência nos destinos do Brasil.

A busca de explicações para o nosso atraso, que, na década de 1920, se concentrava em aspectos como raça, território, clima etc., foi retomada nos anos 1950 a partir de novos paradigmas. Se já vivíamos em um contexto de urbanização e industrialização, numa ordem democrática, secularizada e competitiva, por que essa nova realidade, ao invés de resolver, reiterava a exclusão social, a pobreza e as disparidades regionais?

A sociologia, suas teorias e métodos forneceram o instrumental para enfrentar essas questões. Um dos locais onde elas foram mais debatidas foi o curso de sociologia da USP, onde a disciplina se institucionalizara sob a orientação de Florestan Fernandes.

Segundo Milton Lahuerta, a tradição uspiana de associar pesquisa e ensino, que só a partir daí se aplicaria a outras universidades, propiciou maior investimento no rigor teórico e metodológico preconizado pelo sociólogo paulista. A guinada marxista de seus alunos – Fernando Henrique

Cardoso, Octavio Ianni, José Artur Giannotti e Leôncio Martins Rodrigues, que se reuniram no grupo de leitura de *O Capital* – resultou na proposição de um marxismo cuja ênfase não estava na articulação entre teoria e prática. Desta maneira, eles se contrapuseram à tradição que vinha se firmando no Brasil de um marxismo que não se pautava pela obra maior de Marx e que preteria o estudo do capitalismo em favor do tema do colonialismo.

A ênfase numa sociologia restrita ao ambiente acadêmico também os distinguia do grupo que, no Rio, liderado por Álvaro Vieira Pinto – tema do artigo de Norma Côrtes –, fundara o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Na então capital do país, era impossível à *intelligentsia* se manter à margem do debate e da ação política. Essa centralidade aproximaria os isebianos da CEPAL, organismo formulador de teorias para toda a América Latina. Foi neste contexto que ganhou corpo e conteúdo o grande tema daquela década e das duas que se lhe seguiram: o subdesenvolvimento dos países do Terceiro Mundo.

Os anos 1950 assistiram à confirmação da tendência de se pensar o problema brasileiro a partir da economia. Linha que teve como precursores Roberto Simonsen e Caio Prado Jr., mas que foi totalmente dominada por Celso Furtado – tema do artigo de Vera Cepêda – e suas teses sobre planejamento, desenvolvimento e subdesenvolvimento. Este, na visão de Furtado, era fruto da aceitação acrítica, pelos países periféricos, das teses sobre os automatismos do livre mercado e efeito natural da lógica do sistema capitalista. Segundo Furtado, caberia ao Estado democrático orientar a atividade econômica por meio de instrumentos como

tributação, políticas cambiais, subsídios e investimentos em determinados setores. Para garantir a dinâmica do mercado consumidor interno – base do crescimento de qualquer economia –, seria preciso proteger os empregos e os salários do trabalhador. Mas, para o economista, tudo isso deveria ser produto da participação política, da organização social e da pressão sindical. A seu ver, o Estado seria o agente da transformação, mas somente a sociedade civil poderia cobrar um destino público para o crescimento.

A atuação do físico José Sérgio Leite Lopes, na grande imprensa, se insere na cruzada desenvolvimentista que marcou a década. Em seus artigos, ciência e desenvolvimento foram associados numa campanha de valorização da atividade científica, mostrando sua relevância para a economia. Por outro lado, com o aval da ciência, as teses desenvolvimentistas obtinham legitimidade. Seus textos, segundo André Botelho, permitem acompanhar o percurso da teoria e da prática do desenvolvimento, bem como seus efeitos, dilemas e contradições. A trajetória de suas perorações mostra o tamanho da frustração com o fim das garantias constitucionais no golpe de 1964.

Pois 1964 foi a reação dos setores tradicionais da vida brasileira ao processo de mudança que marcara a década de 1950. Como diz Elide Rugai, propostas aparentemente ultrapassadas continuavam a ter peso na dinâmica social, e alguns autores persistiam na defesa do modelo agrarista como ideal para o Brasil. Na contramão do otimismo de Vieira Pinto, Furtado e Leite Lopes, o pessimismo de Raymundo Faoro com a subordinação da sociedade ao Estado se acentuara entre as edições de *Os donos do poder* de

1958 e de 1975, tema estudado por Bernardo Ricupero e Gabriela Nunes Ferreira. Nas belas-letras e nas artes, o conflito entre o velho e o novo assumia a forma de manifestações artísticas originais.

As relações do PCB com artistas e intelectuais a ele ligados, por exemplo, demonstra Marcelo Ridenti, foram marcadas pela ambiguidade. De um lado, o Partido lhes conferia legitimidade e prestígio, garantindo uma rede de proteção e solidariedade; de outro, os mantinha em permanente vigilância, temendo seus “desvios pequeno-burgueses”.

No artigo de Alzira Abreu, merece destaque o papel do político mais controvertido daquela década, Carlos Lacerda, na renovação da imprensa. Ainda na imprensa, o conflito entre valores modernos e tradicionais é a tônica das crônicas de Nelson Rodrigues, na leitura inteligente de Marcelo Lacombe. No final da década de 1940, foi criado o ateliê do Engenho de Dentro, cujas manifestações ficaram mais conhecidas com o trabalho de Nise da Silveira. Gláucia Villas Bôas demonstra como aquele espaço teve importante papel na opção pelo concretismo de importantes artistas brasileiros.

No artigo que encerra o livro, Gildo Marçal Brandão junta as pontas da história e realiza um balanço do processo que fez com que o nacional-desenvolvimentismo perdesse a força dos anos 1950. O regime militar incorporou algumas de suas propostas, mas anulou sua dimensão popular e democrática.

A redemocratização ocorreu num quadro de fragilidade econômica, em que a ideia de Estado mínimo e

de um mercado que se autorregularia tornou-se hegemônica. Com a escassez de emprego, os movimentos sociais perderam força. Segundo Brandão, ao optar por um modelo de puro crescimento econômico, voltado para a estabilidade da moeda, essa política implicou a aceitação e o reforço do lugar que nos havia sido designado na ordem econômica mundial antes dos anos 1950.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em março de 2009.

O Rio de Janeiro em quatro lições

Maria Alice Rezende de Carvalho. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994, 145 p.

Das cidades já se disse serem território e memória: duas topografias, portanto, que condicionam nossa experiência pessoal e coletiva. Assim, sob a cidade real, fisicamente tangível, sob o espaço edificado em que interagem milhões de pessoas, descortina-se uma cidade análoga, um plano invisível tecido de memórias personalizadas do passado, de impressões que recolhemos ao longo de nossa experiência urbana.

O livro de Maria Alice Rezende de Carvalho reúne, sob o título *Quatro vezes cidade*, uma coleção de ensaios sobre o Rio de Janeiro. São contribuições ao permanente debate sobre a identidade cultural da cidade que esgravatam a sua essência percorrendo toda a trajetória de sua constituição. Não pense o leitor que vai encontrar aqui histórias amenas sobre o Rio de Janeiro, fatos pitorescos de sua formação. Maria Alice pertence à estirpe de historiadores e sociólogos que privilegiam em seu trabalho o caráter analítico. E seu texto pede para ser apreciado em todas as suas qualidades, uma leitura atenta.

Muitas de suas reflexões sobre a cidade, reunidas, por exemplo, no primeiro dos ensaios, “A produção de uma cidade: o Rio de Janeiro por seus autores”, são contribuições

de caráter sofisticadíssimo ao entendimento não do que o Rio é, mas do que se tem pretendido que ele seja.

A produção da cidade de que Maria Alice fala neste primeiro texto sustenta-se na hipótese de que as imagens do Rio estão associadas à atuação de um tipo de intelectual cujo lugar social e posto de observação privilegiado foi, originalmente, a rua e não as instituições. Este quadro só se alteraria, segundo a autora, a partir do Estado Novo e do esforço concentrado de domesticação da cidade. Até lá, o que se veria seria a modernidade de encomenda produzida pelas elites senhoriais republicanas e sem ressonância junto ao restante da população.

A falsa modernidade do Rio do começo do século XX seria desmascarada por autores como Lima Barreto e João do Rio. A cidade ingovernável dos cronistas sucumbirá aos discursos de salvação nacional propugnados a partir do Estado Novo. Ao cronista sucede o sociólogo com seus modelos macro, onde a especificidade do Rio desaparece nas teorias gerais sobre o Brasil e, mais tarde, nas teorias sobre a América Latina e os chamados países periféricos.

Mas, se literatos e sociólogos influíam na maneira de se pensar o Rio, um outro agente produzia mudanças materiais bem mais palpáveis na fisionomia da cidade. Em “Governar por retas: Engenheiros na Belle Époque Carioca”, Maria Alice conduz com precisão o roteiro que, do final do século XIX aos primeiros anos deste, fez do discurso científico o aliado da indústria nacional nascente. Sua ação se traduziu na radical adesão das elites econômicas e políticas do final do Império e do começo da República ao progresso orientado pelo racionalismo. A própria criação do Clube de

Engenharia, em 1880, representou “tentativa de institucionalização do tema do progresso, que tomara de assalto a imaginação ilustrada brasileira a partir da década de 1870”.

Instigante roteiro é o perseguido pela autora na identificação das diversas perspectivas em que pode ser avaliado o sentimento de estado de crise em que as elites figuravam o Brasil de então. Crise que se manifestava tanto pela deterioração do sistema repressivo que sustentava o regime de trabalho compulsório quanto pela efervescência da atividade mercantil que inquietava os homens públicos oriundos de uma era pré-burguesa, como também por uma ruptura no seio da própria classe senhorial, pressionada para dar um fim ao sistema escravagista.

Maria Alice contrasta a perspectiva exclusiva das elites com a dos excluídos em geral, para os quais “viver em cidades significava constituir uma comunidade de sentimentos alheia e mesmo crítica em relação ao poder”. Dentro deste contexto é que os engenheiros foram convocados, ainda no final do Império, a integrar-se, junto com as velhas elites e a burocracia imperial, ao esforço de europeização do Brasil. Figuravam como técnicos, donos do olhar competente expresso nos “relatórios”, que vinham substituir com larga vantagem as narrativas de viajantes europeus.

“Um olhar nacional” – completa Maria Alice – “porém universal. (...) O olhar e a técnica conformavam, então, o núcleo em torno do qual começava a se organizar a subjetividade brasileira, ou melhor, em torno da parte dela para quem o binômio civilização e progresso fazia sentido”.

Maria Alice ressalta ainda a aliança que uniu, desde o começo, engenheiros e industriais. Como lembra no início de seu texto, o Clube de Engenharia surgiu numa sala cedida pelo industrial Conrado Jacob Niemeyer, selando uma

associação prática entre engenharia e indústria que se mostraria eficaz na tarefa de transformar radicalmente a natureza brasileira, de “templo” que era, em objeto de intervenção científica, submetida às razões progressivas da civilização.

Se os textos acima são os mais densos e sofisticados em termos de elaboração, os quindins de iaiá do livro de Maria Alice são o seu artigo sobre Leila Diniz, do qual extraímos a epígrafe que abre esta resenha.

Pensar Leila é pensar o Rio, cidade da qual a mulher foi e continua sendo um símbolo. Para pensar o Rio, Maria Alice começa por distinguir as cidades surgidas do “movimento concreto de homens e mulheres em fuga dos limites estreitos da instituição senhorial”, as típicas cidades mercantis da Europa, das que nasceram “partejadas pela imaginação”, as cidades surgidas no âmago da expansão colonial, como experimentos materiais da razão ocidental, onde “as configurações simbólicas tiveram precedência sobre a empiria bruta”.

Disto resulta que os cidadãos dessas últimas cidades, construídas de cima para baixo a partir do delírio do colonizador, onde o Estado sempre teve precedência sobre o mercado, não trazem impresso em si um repertório de significados comum. Crescem desenraizados, frutos de culturas importadas que, combinadas aqui, nem sempre

resultaram num todo harmônico. O Rio de Janeiro é uma cidade assim e produziu, como o primeiro ensaio do livro menciona, intelectuais que formularam sua visão da cidade à margem da visão oficial. E foi, principalmente, no tempo de Leila, inspirados na naturalidade com que esta incorporou elementos da cultura popular ao grande espetáculo que foi a sua vida, que aqueles intelectuais sem lugar constituíram sua identidade como vanguarda do povo e de suas manifestações culturais, celebrando com ele uma cumplicidade ditada pela situação de exclusão a que ambos estavam submetidos.

A musa de Ipanema, a musa da cidade, sensual e irreverente como o Rio, pertencia à mesma tribo que fornecia ao Rio de Janeiro e ao Brasil os discursos que norteavam o seu modo de ser e de fazer ser. A mesma pequena tribo que, entre as areias do Posto 9 e o morro de Santa Teresa, define, até hoje, através da TV, do cinema, do teatro e – por que não? – da Universidade, a cara do Rio, a cara do Brasil.

Maria Alice fala ainda de Richard Morse, velho brasilianista, *darling* dos sociólogos, historiadores e teóricos da literatura no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Que, como não poderia deixar de ser, com relação a tudo que envolva as duas cidades, disputam o primeiro lugar no coração do gringo. Maria Alice entra neste páreo ressaltando que Morse “participa de um tipo de produção discursiva a que não falta a personalidade, a posição do autor”. E reconstitui a trajetória de Morse tomando como ponto de partida o “descontentamento do *scholar* em relação à burocratização e à rotinização do trabalho acadêmico e da própria vida”. Teria sido ao avistar a *nuestra América* que Morse finalmente

descobrir o porto que o seu coração buscava. Aqui, prevê a autora, possivelmente atraído pelo chamego com que o mimam os intelectuais do Rio, ele avistará, qualquer dia destes, o mar.

O livro de Maria Alice se encerra com uma série de pequenos artigos sobre o Rio de Janeiro. Artigos que, infelizmente, mantêm uma atualidade em relação a tudo o que rola hoje nas páginas de jornal, nas telas da TV. É o Rio de Janeiro da violência urbana, o mesmo Rio de Janeiro do final do século XIX com o seu cordão de excluídos pedindo passagem (já não mais pedindo, mas obtendo-a prontamente pela força dos seus fuzis AR-15).

Maria Alice chama a atenção, no entanto, para o fato de que a crise do Rio, longe de ser um fenômeno que decorre exclusivamente da incompetência ou da inoperância de seus administradores, é uma crise política, “ditada pela ausência, até aqui, de um projeto alternativo a essa dualidade antidemocrática que vem sendo instrumentalmente reafirmada entre o mundo do asfalto e as favelas cariocas”. Diante dessa realidade, a autora propõe aos administradores e aos políticos um desafio: fazer do Rio uma cidade só, reunindo as duas pontas num painel único de cidade, num esforço semelhante ao tentado por Leila Diniz e pelos velhos intelectuais da vanguarda carioca. Para tanto, conclui Maria Alice, será preciso redefinir, “radicalmente, os símbolos e as práticas sociais que têm curso entre nós e que condicionam o nosso juízo político”.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em março de 1995.

PARTE II

HISTÓRIAS DA
HISTÓRIA DO BRASIL

A arte de bem morrer no Brasil colonial

Stuart B. Schwartz e Alcir Pécora. (Org.). *As excelências do Governador – O panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 430 p.

Carlos, Carlos, tua vaidade te engana, saber morrer é a maior façanha.

Uma fantasiada voz teria dito essas palavras ao imperador Carlos V, vendo-o deslumbrado com a glória de seus triunfos e vitórias. Para Juan Lopes de Sierra, a pedra de toque que define os quilates dos grandes heróis é a morte. Talvez por isso a maior grandeza poética e literária do panegírico fúnebre de D. Afonso Furtado esteja contida nas páginas que tratam de sua morte e das circunstâncias que levaram a ela. E é em torno da atitude com que o governador enfrentou a morte, mais do que de suas ações em vida, que Lopes Sierra tece este maravilhoso poema.

A boa morte como espelho da boa vida é tema recorrente ao longo do texto. Exemplar seria também Augusto César ao perguntar a seus cavaleiros se havia representado bem o papel de sua farsa, pois supunha que, tal qual tivesse sido a sua vida, seria a sua morte. É também uma recomendação sobre a arte de morrer que D. Afonso faz ao sobrinho na despedida: *a melhor fidalguia é saber viver bem para morrer bem*.

Governador do Brasil entre 1671 e 1675, D. Afonso Furtado teria morrido, segundo Lopes Sierra, em

consequência dos desgostos com as fracassadas tentativas de descobrir minas de prata e de esmeraldas no Brasil (“das consequências que causavam a tardança das minas, de que não há dúvida, se engendrou o cancro que cortou o fio de sua galharda vida”).

Seus grandes feitos à frente do governo são narrados na primeira parte do panegírico. Deles, os mais notáveis e historicamente mais interessantes se referem às entradas dos paulistas em busca de índios. Relatados com riqueza de detalhes e lances dramáticos, fornecem documento importante para entender as práticas e políticas que estiveram na origem daquele tipo de bandeiras.

De interesse mais pontual, mas nem por isso menor, é o episódio em que Lopes Sierra descreve a eficiência e a generosidade do governador no auxílio e na recuperação da nave comandada pelo almirante Jerônimo Carvalho, que se destinava à Índia e que, tendo enfrentado uma tormenta quando ia contornar o Cabo da Boa Esperança, viera dar nas costas da Bahia, quase destruída e sem boa parte da tripulação. Belo é o soneto que levou fixado no mastro quando pôde novamente seguir viagem, graças ao empenho pessoal de Afonso Furtado.

Sem mastro, sem velame, sem antenas,
Corrupto o pão e mísera a gente,
A teu naufrágio quase obediente
A este porto chegaste o lenho apenas.
Apenas chegas quando as serenias
Disposições de um império ardente
Te reformam de todo ao excelente
E teus estragos são já tuas sereias. (...)

Numa outra direção, menos descritiva e mais explicativa, segue o relato do fracasso nas várias expedições patrocinadas por Portugal durante o governo de Afonso Furtado no sentido de descobrir minas de prata no Brasil. Aí todo o esforço do autor se concentra na tentativa de tirar das costas do governador a responsabilidade pelo desastre da empreitada, relacionando-o diretamente às angústias que levaram à sua morte.

Todas essas partes, no entanto, não alcançam do narrador o mesmo grau de beleza e plácida sabedoria que o relato dos padecimentos de D. Afonso Furtado com a doença, de sua luta contra a morte e de sua derrota final: certamente o combate mais heroico da vida. A representação da doença como o inimigo contra o qual o herói tem de travar combate é de uma rara beleza. Depois de o governador ter sido sangrado quatro vezes, “deu mostras o inimigo de haver-se retirado”. Mas, logo, acrescenta Lopes Sierra: “Não faltou a algum conhecer que era ardil de guerra o retirar-se, para com mais poder assaltar parte mais forte (...)”; como que duplicada de forças, de má que era, a febre se fez maligna e tão cheia de cólera que, intrusa nas veias, ganhou os melhores postos das artérias, de onde assestou toda sua bateria ao mais forte do coração.

Para entender a estratégia de tão ardiloso inimigo (“não há sutil astúcia que à da morte se iguale”), só um herói como aquele, muito prático da arte militar, que, sabendo que, fraquejando dos soldados as forças e contaminada a praça, o melhor era largá-la com boas condições. Pois, como diz um dos refrões: “as humanas praças quando se entregam, de tal

sorte se arrasam que nem ruínas quedam”. Por isso o governador, de cujas virtudes a maior era a fé, logo que entendeu que havia de sair daquela em que havia militado cinquenta e mais anos, tratou de assegurar a vida eterna, convocando para atendê-lo no leito de morte o padre Alexandre de Gusmão (“tão Alexandre na virtude que se comunica com o Senhor de todos os Alexandres”). E é o próprio Dom Afonso quem diz ao padre na hora da morte:

Já, meu padre, é chegada a hora de minha partida, já de minha vida o último alento. Fero combate para tão fracas forças, porque não há parte em mim que resista ao menor golpe seu, por estarem todas muito doloridas.

Toda esta parte do panegírico é de uma beleza e de uma dramaticidade inigualáveis. Ao lado dos trechos, o autor sintetiza, através de refrões e provérbios populares ou criados por ele, a mensagem embutida em cada situação. E alguns desses são verdadeiras poesias: “Que próprio é da inveja prognosticar ruínas”; “O melhor fiel dos conceitos é a luz da razão”; “As exteriores ações espelhos são em que se vê do homem a qualidade de seu coração”; “O exame de tristes conferências sói fazer o que maligna febre em humanas veias”; “Quem as causas souber examinar seus efeitos conhecerá”.

Este manuscrito, descoberto em 1965, em Lisboa, pelo historiador Stuart B. Schwartz, que, junto com o professor de literatura e vieirista premiado Alcir Pécora, assina os textos de apresentação e a organização do volume, data de 1676. Segundo os mesmos organizadores, quase nada se sabe sobre

Lopes Sierra, além do que ele mesmo diz: que tinha 72 anos, que não andou em mais classes que as do ABC e, assim mesmo, apenas por nove meses. Estes dois aspectos, segundo Alcir Pécora, funcionam também como recursos retóricos de que se vale o autor para dar autenticidade ao seu argumento. De qualquer maneira, o identificar-se como rústico e a maior flexibilidade estilística que isto proporciona garantem uma graça toda particular ao texto de Lopes Sierra.

Nobres brasilienses, a qualidade do branco a que aspirei ou aponteí, já vedes que foi tão sublime que não pude dar-lhe alcance, para poder pôr em vossas mãos as cópias dos ditos e feitos de nosso herói, tais quais foram seus originais. Fiz o que pude, mas não o que era necessário. Queixei-me à fortuna por andar comigo avara. Deu-me a entender que não gastava seu cabedal com velhos de mais de 72 anos. Ri-me e disse-lhe: Fortuna, não por isso me hás de tirar a glória do impulso etc.

E, se, como nos diz Stuart Schwartz em seu texto de apresentação e como dá testemunho o próprio Lopes Sierra, na Bahia daquele tempo sobravam de fato talentos literários que poderiam melhor relatar os feitos do governador, talvez não o tenham feito porque já era muito poderosa com eles a preguiça do Brasil.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em junho de 2002.

Testamentos e inventários revelam a sociedade colonial

Maria Beatriz Nizza da Silva. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, 292 p.

Plínio Doyle me contou que o senador Alencar, pai do escritor José de Alencar, que era padre, em seu testamento declarava que, por fragilidade humana, tivera oito filhos com D. Ana Josefina de Alencar. A curiosa fórmula adotada pelo grande político cearense para se referir ao longo relacionamento com a prima era, como nos revela o livro de Maria Beatriz Nizza da Silva, a que tradicionalmente adotavam os padres em seus testamentos, desde os tempos coloniais, na tentativa de salvar para os filhos ilegítimos a herança cobiçada pelos parentes.

O livro de Maria Beatriz nos revela a grande rede de instrumentos burocráticos que o Brasil Colonial utilizava para definir e proteger o patrimônio familiar. Para tanto, viaja no tempo e no espaço, analisando, a partir de testamentos e inventários, o tipo de família que correspondia a cada uma das variadas realidades econômicas que caracterizavam as regiões do país: desde as grandes extensões das fazendas de gado do Piauí, com famílias separadas por léguas e léguas de distância, até as cidades paulistas de onde partiam as entradas e bandeiras.

Essas expedições eram quase sempre acompanhadas por um notário que se encarregava de inventariar os bens deixados por aqueles que morriam no curso da viagem. O

inventário listava coisas como as calças, o chapéu e as botas do morto, a rede em que dormia, os utensílios que levava. E essas coisas valiam muito no tempo da grande escassez. A descrição dos trastes de uma residência – todos quase sempre listados nos inventários – revela as modestas condições da vida no Brasil Colonial. Como eram escassos o mobiliário, a louça e os talheres, como eram modestos os guarda-roupas! E como custavam caro as roupas femininas.

Havia uma justiça lenta, morosa, desigual, mas à qual os menos favorecidos não deixavam de recorrer. E eram muitas vezes bem-sucedidos. Queixava-se um escravo de seu senhor, que, além de lhe dormir com a mulher, maltratava-o. O dono de um escravo que se recusava a vendê-lo à mulher dele, uma liberta, alegava que o casal vivia sob sua proteção. Afirmação que a mulher refutaria, através do letrado que a representava, dizendo que era forra e que “não havia de cativar-se por gosto”. Mas, em 1780, a pobreza fora tanta para a cafuza Joana Batista, de Belém do Pará, que não lhe restara outro recurso senão vender-se a si mesma, fazendo-se escrava de Pedro da Costa, por oitenta contos de réis.

O livro também analisa os complicados inventários dos grandes comerciantes do final do período colonial e as disputas furiosas em torno das heranças. A trajetória do comerciante era quase sempre a mesma: vinha ainda menino de Portugal, mas já alfabetizado, para trabalhar no balcão ou no escritório de alguma casa de comércio; trabalhava duro até alcançar fortuna capaz de garantir sociedade em alguma firma e, invariavelmente se casava tarde, quando se casava.

Maria Beatriz viu o inventário de alguns dos Inconfidentes de Minas. Através de seu patrimônio se evidencia a cultura diversificada e sofisticada que o ciclo do ouro proporcionou às suas elites. Nas fazendas se garimpava o ouro, mas também se plantava, se produzia açúcar e aguardente. E as casas da cidade tinham rico mobiliário e boas bibliotecas. Os filhos de Bárbara Heliodora e Alvarenga Peixoto requereram na justiça a anulação de doações que a mãe viúva, “possuída de contínua melancolia”, fizera.

Este livro da historiadora portuguesa Maria Beatriz Nizza da Silva é mais um de sua já longa bibliografia que contempla a História do Brasil desde a Colônia até a Independência. Como todos os que o antecederam, é obra indispensável a qualquer biblioteca de História do Brasil.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em dezembro de 1998.

Cinema impresso: o Rio colonial

Luís Edmundo. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. Brasília: Senado Federal, 2000, 480 p.

O lançamento dessa edição de *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis* proporciona ao leitor de hoje um encontro muito peculiar. O encontro com um estilo de escrever e de ser que marcou uma geração ou mesmo mais de uma geração de autores de livros de crônica histórica. Miuçalhas, antigualhas, são muitos os títulos que denotam o espírito do que ali vai se encontrar: a narrativa da história em seu aspecto mais pitoresco. O trabalho daqueles que Peter Burke identifica como antiquários.

Quem tem hoje pouco mais de 40 anos pegou ainda nas seletas da escola primária um ou outro texto de Paulo Setúbal, Viriato Correia (autor daquele adorável livro que marcou a nossa infância: *Cazuza*). E, se seu pai era um leitor, na biblioteca dele não faltariam os livros de Alberto Rangel, Raimundo de Menezes e Raimundo Magalhães Júnior. Era um gênero de jornalismo histórico que ia da crônica mais ligeira até atingir o nível de sofisticação de Brito Broca e de Otávio Tarquínio de Sousa.

Algumas editoras têm investido em reedições desses autores e muito recentemente foram lançados livros de Adolfo Morales de los Rios e de Brasil Gerson. A redescoberta deles pela universidade se deu no âmbito dos modernos estudos históricos que, a partir da emergência da chamada história das mentalidades, encontraram nesses livros boas

fontes para estudos. É que em muitos deles se antecipa a constatação feita pela moderna historiografia de que “tudo é documento”.

Neste sentido, pode-se dizer que Luís Edmundo é completamente atual. Suas fontes incluem coisas como *Luz das comadres e das parteiras*, de Sebastião de Sousa, livro que, desde 1725, iluminou a sabedoria das aparadeiras de ofício; *O secretário português ou método de escrever cartas por meio de uma instrução preliminar* (cujo título completo se estende através de quatro linhas) foi fundamental num tempo de tanta ignorância, em que muitos viviam no ofício de escrever cartas; livros de receitas, correspondência, desenhos, versos e canções. Tudo é fonte para a produção desse espetáculo cinematográfico que é *O Rio de Janeiro do tempo dos vice-reis*. Pois o livro produz a sensação de que estamos nos movimentando numa perfeita reconstituição de época. Pena que Luís Edmundo não tenha organizado suas fontes num índice, ou pelo menos não as tenha indicado em notas. Elas aparecem mencionadas aqui e ali, ao longo do texto, com uma certa casualidade *blasé*.

Luís Edmundo foi, possivelmente, o mais prolífico dos autores de seu gênero, tendo publicado também *A corte de D. João VI no Rio de Janeiro* (três volumes), *Recordações do Rio antigo* e *De um livro de memórias* (cinco volumes). Porém, seu livro mais conhecido é *O Rio de Janeiro do meu tempo* (três volumes). Sobre este último se debruçaram muitos historiadores durante as décadas de 1970 e 1980, quando estiveram em moda os estudos sobre o “bota-abaixo” do prefeito Pereira Passos; sobre a campanha da vacina obrigatória de Oswaldo Cruz e sobre a cultura e a sociedade

da nossa *belle époque* tropical. Para coisas assim, Luís Edmundo é insuperável.

E é como um homem de seu tempo, um *bon vivant* que viajava a Paris; que foi vaiado no Municipal junto com João do Rio pelo uso de moderníssimas casacas coloridas; um bem-humorado repórter do *Correio da Manhã* que tentou por todos os meios entrevistar Anatole France, que Luís Edmundo nos conduz através deste amável passeio pelo Rio de Janeiro dos vice-reis.

Muito o incomoda a sujeira do trajeto e a desgraçosidade da arquitetura das casas e das igrejas coloniais. Simpático e paternalista com o sofrimento dos escravos e dos negros em geral; com o pitoresco de sua cultura; de suas festas; cai, no entanto, com toda a força de sua ironia sobre os hábitos e costumes de nossos ancestrais portugueses. Não perde também a ocasião de falar sobre a corrupção das autoridades e dos comerciantes; sobre a movimentada vida sexual de padres e frades do tempo; sobre a cupidez da Igreja na coleta das esmolas, escorçando o cristão com exorbitantes taxas para enterros, batizados e casamentos.

A mulher colonial aparece no livro como uma prisioneira. Criada com zelos e cuidados mouriscos, a donzela colonial vivia como uma flor de estufa que nasce, esplende e se fana à sombra da sua morada conventual. O pai de família – que era, segundo Luís Edmundo, em 1932, o água-morna, chamado pelos filhos de o velho, o camarada, quase o trouxa – tinha na Colônia, através do que lhe garantiam as Ordenações do Reino, amplíssimos poderes, podendo castigar e até emendar de más manhas tanto os

escravos quanto a mulher e os filhos. O escritor convida as moças avançadíssimas de seu tempo a se apiedarem do destino de suas antepassadas.

Filhas do século do aeroplano e do rádio, moçoilas de hoje que tomais, em movimento, auto-ônibus vertiginosos, a caminho da cidade tentacular, buscando o escritório, a fábrica, a oficina, ou a escola, cariocas de 1932, que discutis questões sociais e políticas, maneiras de fazer coquetel em grupos, com rapazes, pelos halls dos Palaces, pelos bares, pelos cinemas, naturalmente, desembaraçadamente, vós que sabeis ainda escolher, sem sugestão de família, aquele a quem vos deveis entregar por toda a vida, raparigas da minha terra, raparigas de hoje, a luzinha cintilante, que palpita através dessa portada de rótula, vem do olhar aflito daquela que foi vossa irmã...

Comentário que arremata com uma quadrinha preciosa:

Olha o pano que foge
E que balouça:
Põe o olho pra dentro,
Sinhá moça!

Se o estilo de Luís Edmundo tem hoje algo de rebuscado, de antiquado pelo uso de expressões ultrapassadas, não se perde nem por isso o charme de sua narrativa nem o valor da obra, imensa na informação e levíssima na forma de se apresentar. Lê-se Luís Edmundo

com prazer, com descuido, sem o compromisso de quem está enfrentando uma obra histórica. E sai-se de sua leitura mais sabido e mais contente.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em maio de 2001.

O processo de colonização da América Latina em livro organizado por Leslie Bethell

Leslie Bethell (org.). *História da América Latina – A América Latina Colonial*. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp / Fundação Alexandre de Gusmão, 1997, 680 p.

Podem-se dizer sobre a América Latina os mesmos versos que Gregório de Matos dedicou à Bahia: “Triste Bahia, ó quão dessemelhante...”. Como é dessemelhante a triste América Latina que emerge das 680 páginas dessa obra admirável, o primeiro dos dez volumes da coleção *História da América Latina*, à qual Leslie Bethell, professor emérito dessa disciplina na Universidade de Londres, dedicou mais de dez anos. Sem ter a pretensão de ser um exercício de História Comparada, o livro nos põe diante de duas histórias de colonização vividas no mesmo continente.

Do lado de lá dos Andes e acima da linha do Equador, viveram povos indígenas que se distinguem dos nossos pela organicidade de suas culturas, com sociedades de estruturas complexas que já existiam há centenas de anos. Verdadeiros impérios, com governantes, sacerdotes, política, economia e ciência. Do lado de cá, no entanto, quase não há referência a grandes chefes identificados nominalmente; poucas são as individualidades que se destacam.

Do lado de cá, sempre romantizamos este manancial de imagens trágicas de que se enriqueceu o cinema: os Montezumas, os Atahualpas, os Túpac Amarus, com suas misteriosas culturas. A imagem que ficou do nosso índio,

não. Ele era a representação mais perfeita do bom selvagem: simples, alegre e nu. Mas também preguiçoso. Passados 500 anos, o processo civilizatório igualou a todos num estado geral de miséria, desencanto e apatia.

O grande drama que atravessa este livro é o da derrocada das populações encontradas aqui pelos conquistadores: dizimadas ao longo de séculos de espoliação, alijadas de suas terras, de sua cultura, impedidas de praticar suas religiões tradicionais, obrigadas ao trabalho escravo, mortas de susto, de bala ou de vício ou por causa de um prosaico resfriado. Mesmo assim, seu drama não obscurece a grande aventura que foi a saga dos conquistadores. É, antes, o contraponto melancólico daquela admirável epopeia.

Evangelização trouxe escravidão mal disfarçada

A primeira etapa da colonização espanhola se beneficiaria justamente do alto grau de organização e de obediência civil que já estava institucionalizado para aquelas populações. Cortés e Pizarro são os grandes conquistadores da primeira fase da colonização na América espanhola. Um empreendimento em que as armas e os cavalos tiveram um papel fundamental. Mas a astúcia política teve igual importância estratégica.

Desde o começo, a Igreja jogaria um papel ambíguo. De um lado, o protesto de frei Bartolomeu de las Casas contra a escravização dos índios. A missão dos descobridores se inscrevia na tradição que determinara a retomada da Europa do domínio dos mouros. Os índios da América

representavam uma nova frente para a missão evangelizadora. Uma nova cruzada, na qual os infiéis eram submetidos a uma escravidão mal disfarçada para receberem a palavra da salvação.

A escravidão do indígena, diante de sua pequena resistência às doenças europeias e aos trabalhos forçados, provocou enormes índices de mortalidade. Por causa disso, os índios foram, principalmente na América portuguesa, substituídos pelos africanos. Pela salvação e aculturação destes últimos, mesmo os jesuítas, que tanto se empenharam na defesa dos índios, pouco se interessaram. Se a conquista foi um empreendimento penoso, a colonização das áreas conquistadas foi outro ainda mais lento e complicado.

Os direitos dos descobridores e a divisão das regiões descobertas sofreram contestação por parte de outras nações da Europa. Os séculos XVI e XVII foram os séculos da pirataria mais ou menos patrocinada pelas coroas da Inglaterra e da França. A luta dos portugueses e espanhóis para proteger, da gana de seus vizinhos da Europa, seus territórios coloniais foi um esforço que consumiu boa parte da receita que dali vinha.

Curiosamente, a colonização espanhola (que trouxe para a América o prelo, universidades e uma razoável atividade industrial e comercial) foi menos benevolente com sua elite do que a portuguesa. Portugal, que até 1808 proibira qualquer tipo de imprensa no Brasil e procurava impedir qualquer progresso que representasse alguma independência para a colônia, foi mais permeável à emergência de brasileiros nos quadros da administração do reino. Os filhos dos senhores brasileiros formavam-se em

Coimbra e estabeleciam com a elite ilustrada da metrópole uma relação de proximidade. Exemplares são os casos de José Bonifácio e Manuel Ferreira da Câmara.

Datas históricas como a que o Brasil se prepara para viver são oportunidades raras para um exercício de anamnese nacional: o balanço dos 500 anos do encontro de dois mundos que se desconheciam. Deste ponto de vista, esta obra é tão oportuna quanto indispensável.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em maio de 1998.

A história como aventura

Eduardo Bueno. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil: 1500-1531*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998, 200 p.

É com muito prazer que a gente lê *Náufragos, traficantes e degredados*, da coleção Terra Brasilis. Quem conclui sua leitura tem a mesma sensação de quem acaba de sair de uma aventura de Stevenson, London ou Melville. São histórias cheias de aventureiros, piratas, batalhas navais, naufrágios misteriosos, antropófagos e romances entre homens brancos e belas índias. Bem escrito e com uma trama bem desenvolvida, o livro de Eduardo Bueno recupera para o leitor o prazer de ler e conhecer a história do Brasil.

Escolheu o autor trabalhar, neste segundo livro da coleção, com um período pouco frequentado pelos estudiosos: os primeiros anos da aventura colonial. O tempo de Caramuru e de João Ramalho, figuras lendárias dos livros escolares que desapareceram quando a história do Brasil se transformou no estudo dos sistemas econômicos, em que a abordagem dos aspectos sociais era ditada pela lógica da infraestrutura, com ênfase na “história dos vencidos”.

Sem deixar de reconhecer a contribuição que esta proporcionou para o desenvolvimento de uma maior base empírica e de uma consciência crítica da nossa realidade, a história que emergia dali era bem menos vibrante do que esta que a gente lê agora nas páginas do livro de Eduardo Bueno. Lá predominavam os sistemas, aqui predominam os personagens. E a preferência do leitor é sempre mais

facilmente conquistada pelo drama individual, pela personalidade singular.

Foi a partir dessa preferência que se construiu a antiga tradição historiográfica brasileira. Pesquisa realizada por Patrícia Hansen para o mestrado em História da PUC revela que, tanto nas *Indicações sobre a História Nacional*, publicadas por Alencar Araripe na revista do Instituto Histórico e Geográfico em 1894, quanto nas instruções para o ensino da disciplina no Colégio Pedro II, de 1881, estava presente o propósito de realçar os feitos dos homens extraordinários. Era uma história escrita com o fito de criar uma mítica nacional, de enaltecer os personagens fundadores da nacionalidade. Impulsionada pela retórica que também se ensinava nas escolas, ela se confundia com a educação moral e cívica e vinha recheada de exemplos capazes de calar no coração dos alunos. E essa atitude se manteve até o surgimento dos primeiros cursos universitários de história.

Era uma tradição que se prestava admiravelmente ao exercício da literatura. E não foram poucos os escritores que se aventuraram na produção de livros de história para as classes primárias: desde Joaquim Manuel de Macedo, o autor de *A Moreninha*, passando pela dupla Coelho Neto e Olavo Bilac, seguidos pelo simbolista Gonzaga Duque e, mais adiante, por Viriato Correia e Francisco Marins.

Numa outra vertente, a paixão pela história e o descompromisso desta com o rigor científico da prova, do documento, levavam escritores como Luís Edmundo e Paulo Setúbal a produzirem uma crônica histórica amena, ligeira, menos baseada na rigorosa pesquisa documental do que nas narrativas biográficas, no anedotário, na memória oral.

A história do Brasil que vem sendo produzida por jornalistas e escritores é herdeira direta daquelas tendências iniciais. É bem verdade que não há mais o compromisso com o fortalecimento e a valorização dos grandes mitos nacionais. Ao contrário, se esse novo jeito de fazer história recupera o sabor da boa escrita, da aventura, herda, por outro lado, das correntes que o antecederam imediatamente, o espírito iconoclasta com relação aos mitos construídos pela chamada história oficial. Seus personagens são homens extraordinários, mas não se distinguem pela virtude. Talvez apenas pela virtude tal como a compreendeu Maquiavel.

O livro de Eduardo Bueno também apresenta um considerável número de dados e informações sobre a conquista da costa brasileira e do Prata. Para escrever *Náufragos, traficantes e degredados*, o autor consultou cerca de 200 livros e 80 documentos, que são arrolados em bibliografia comentada no final do volume. Talvez o livro merecesse um prefácio ou posfácio dando conta de como foi feita a pesquisa, quanto tempo de trabalho consumiu e de que maneira foram levantados e reunidos os dados.

Os dois trabalhos de Eduardo Bueno publicados na coleção Terra Brasilis representam uma real contribuição para estimular, na juventude e mesmo nos adultos, o gosto pelo conhecimento e pela leitura da história e, por isso, já merecem figurar naquela galeria dos livros que se fixam como os primeiros que despertaram em você o interesse pela pesquisa histórica.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em novembro de 1998.

Um olhar inglês matizado por anos de América

Kenneth Maxwell. *Mais malandros – ensaios tropicais e outros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 268 p.

Tratando de temas tão variados – dos atentados ao World Trade Center às diversas e variadas consequências do reinado do Marquês de Pombal – este novo livro do historiador inglês radicado nos Estados Unidos, Kenneth Maxwell, reúne artigos que foram originalmente publicados no nunca suficientemente pranteado *No.*, revista eletrônica que reuniu um elenco de conhecidos e respeitados jornalistas, intelectuais e artistas de conceituada atuação em suas áreas. Naturalmente, o público tradicional do prof. Maxwell encontrará maior interesse nos textos sobre a história brasileira e portuguesa que compõem boa parte do livro.

Antes de entrar nesta matéria, no entanto, merece registro o ensaio biográfico sobre outro *brazilianist* notável: Charles R. Boxer. Maxwell rebate aqui a acusação assacada contra Boxer por um jornal inglês de que ele teria agido como espião contra seu país, durante os anos 1940, em Hong Kong. Os perfis de Boxer e de sua mulher, a jornalista americana Emily Hahn, são de molde a emprestar sabor de aventura à usualmente tida como tediosa vida de historiador. Maxwell acentua a importância de Charles Boxer: “um dos maiores historiadores do século XX”, lembrando que

“desbravadores, substanciais e altamente originais, seus livros, monografias e artigos fluem sem esforço”.

Nos textos em que analisa a política pombalina, o historiador recupera o minueto silencioso que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, dançariam Inglaterra e Portugal. Libertar-se do poderio econômico e militar da Inglaterra sem contrariar a Inglaterra: esta a difícil tarefa dos governantes portugueses. Nesta empreitada revelou-se grande estrategista o Marquês de Pombal. Maxwell ressalta o real significado que a renovação cultural, política e econômica provocada pelo marquês na Península Ibérica teve para o mundo moderno.

Ao analisar as razões econômicas da expulsão dos jesuítas do Brasil, o autor demonstra que partiu de Portugal este movimento que depois se espalharia por todas as cortes da Europa. Medida que foi estrategicamente planejada para proteger as fronteiras do Brasil, expandidas pela ação dos bandeirantes e sacramentadas pelo Tratado de Madri (1750). Fronteiras que eram então ameaçadas pela ação dos jesuítas espanhóis e portugueses em suas missões, tanto no norte quanto no sul. A reação dos jesuítas das Missões do Rio Grande, que, junto com os índios missionados, pegariam em armas para impedir a desocupação prevista no tratado, foi o pretexto para sua total expulsão do império português.

Maxwell chama a atenção para o caráter reativo dos grandes feitos da política de Pombal. Se foi graças ao terremoto de Lisboa que pôde reconstruir a cidade a partir de uma perspectiva nova, foi por causa da expulsão dos jesuítas que foi levado a reformar o sistema de educação português, até então controlado e orientado pela ordem de

Santo Inácio. Baseadas nas ideias do oratoriano Luís Antônio Verney, autor do *Verdadeiro método de estudar*, esta reforma representou verdadeira revolução, estimulando a valorização das ciências exatas e a reformulação das cadeiras de teologia e de filosofia.

Bastante revelador é também o belo ensaio sobre as relações de Thomas Jefferson com o abade português José Corrêa da Serra. Figura fascinante, típico homem do Iluminismo com seu conhecimento imenso e variado, Corrêa da Serra foi figura importante na reforma do ensino pombalina e teve papel fundamental na trajetória de José Bonifácio de Andrada. O patriarca da Independência foi um dos três estudantes universitários contemplados com bolsa de estudos junto às melhores universidades europeias, projeto idealizado por Corrêa da Serra com o fito de pôr o Império português em contato com o mundo.

A influência do ambiente cultural português em que se formou certamente estaria na origem da posição corajosa de Andrada na questão abolicionista. No estudo sobre as peculiaridades de nossa Independência, o ouro que mais brilha é o das ideias e das atitudes de José Bonifácio, segundo Maxwell, estadista de porte comparável ao de um Franklin, com quem, aliás, Andrada gostava de ser comparado.

Num estilo que é bem próprio do historiador, dos temas gerais tratados outros temas vão surgindo - assim como no *Jardim dos caminhos que se bifurcam*, de Jorge Luís Borges - para se encontrarem mais adiante. Exercício de rara habilidade, pois que, apesar dele, a prosa não parece sobrecarregada por acessórios desnecessários. Em alguns desses textos, temas como o papel dos cristãos-novos no

Portugal pombalino e o debate intenso sobre a questão da Abolição na Independência nos proporcionam o privilégio raro de ler a nossa história através do sóbrio olhar de um inglês matizado por tantos anos de América.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em março de 2003.

O fetiche dos livros

Lilia Moritz Schwarcz. *A longa viagem da Biblioteca dos reis – do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 554 p.

Os que trabalham com livros, aqueles para os quais os livros são meros instrumentos para se chegar ao conhecimento ou à informação, pouco se importam com o aspecto material do livro. Se a edição é bonita, se tem capa trabalhada, se tem um projeto gráfico sofisticado, pouco se lhes dá, pois tudo isto são apenas curiosidades em torno do objeto livro que nem sequer aparecem nas resenhas dos jornais. Também não se preocupam muito – a menos que isto interfira no conteúdo – com mudanças de edição para edição.

Por isso muito me surpreendi quando, uma vez, conversando com Plínio Doyle, famoso bibliófilo e amigo de saudosa memória, ouvi dele que era muito importante em seu ofício “conhecer o livro”. Mas conhecer nesse sentido que mencionei acima. Plínio, é claro, dava muito valor ao conteúdo desses livros e sua coleção de livros e de amigos escritores é prova patente disto. Mas ele tinha esse fascínio pelo objeto livro, aquele desejo ardente de possuir uma primeira edição. Ele sentia um prazer quase físico em tocar, manusear, cheirar e folhear um velho livro, descobrir-lhe anotações, recortes, cartas e fotografias esquecidos entre as folhas, descobrir erros e variações entre uma edição e outra. Enfim, tinha com os livros uma relação bem diversa da que tem o intelectual da universidade.

Começo falando sobre isto porque, em *A longa viagem da Biblioteca dos reis*, de Lilia Schwarcz, ficamos sabendo que foi o valor dos livros enquanto objetos que deu origem à Biblioteca Real; foi por causa do prestígio que os livros davam a quem os possuísse, num tempo em que ainda eram artigos de luxo, que os reis de Portugal tiveram tanto empenho em colecioná-los, em possuir as edições mais ricas e as mais raras. Não importava se o dono tinha uma prosaica alma de comerciante, mais voltada para o lucro de seu comércio, de suas empresas marítimas. Importava era fazer saber que o rei de Portugal tinha em sua biblioteca livros e documentos raríssimos que ninguém mais na Europa teria; importava era poder exibir orgulhoso uma biblioteca digna do maior dos reis. As monarquias daquele tempo, nos diz Lilia Schwarcz, se apresentavam a partir de suas livrarias, como se a cultura presente nesses acervos projetasse a própria imagem do soberano.

Segundo a autora, a tradição dos livros “ajuntados no Paço” remonta a D. João I (1385-1433), que colecionara obras que servissem de esteio para a educação dos infantes da dinastia de Avis; seu sucessor, D. Duarte (1433-1438), era escritor e se propôs a contar a história do reino; D. João II (1477-1495) seguiria a mesma tradição, procurando reunir os livros dos primeiros monarcas da dinastia de Avis. Mas foi D. Afonso V (1438-1481) quem colocou o acervo à disposição dos estudiosos, isentou de taxas a importação e a circulação de livros e constituiu uma equipe para a biblioteca: um escrivão de livros, dois iluminadores e dois calígrafos. Os dois reis seguintes, D. Manuel (1495-1521) e D. João III (1521-1557), continuaram a proteger e enriquecer a biblioteca real.

Enquanto durou a União Ibérica (1580-1640), a fase menos gloriosa da história de Portugal, houve muitas perdas e roubos. Foi só com a restauração da coroa portuguesa, com D. João IV (1640-1656), que a biblioteca voltou a crescer, atingindo seu apogeu no reinado de D. João V (1706-1750), o Rei Sol português, quando chegou a ser equiparada à do Vaticano e à do rei de França, as maiores do gênero.

Essa joia da coroa portuguesa, que reunia o acervo de várias gerações de soberanos portugueses, foi totalmente destruída pelo terremoto de 1755. Se a tragédia portuguesa abalou o mundo, se repercutiu em toda a Europa como uma calamidade de proporções aterradoras, a destruição da biblioteca representou a perda de uma riqueza de grande valor simbólico para o então já empobrecido Portugal.

Situações extraordinárias pedem medidas igualmente extraordinárias e, para executá-las, só mesmo homens extraordinários. O rei de Portugal era D. José I e seu principal ministro era Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Diante da tragédia que apavorou e paralisou o rei, o ministro arregaçou as mangas e pôs-se a trabalhar na reconstrução de Lisboa, disposto a reerguê-la mais bela e mais grandiosa do que jamais fora. Nesta tarefa, Pombal empreendeu uma verdadeira campanha, repensando o traçado das ruas, a planta dos palácios reais, sua localização e dando especial destaque à reconstituição da Biblioteca Real.

Símbolo da grandeza da coroa, a nova biblioteca real a ser constituída no Palácio da Ajuda, também novo, exigiu a mobilização de boa parte do patrimônio livresco do país. A expulsão dos jesuítas e a apreensão de suas riquezas

significaram também a apreensão de suas bibliotecas. Essas foram enriquecer a biblioteca do rei. Logo, esta seria motivo de orgulho também para D. José e seu poderoso ministro. Ampliada também pela aquisição no exterior de coleções de gravuras e de livros, ela seria exibida aos estrangeiros como símbolo do poder português, mas também como símbolo do poder de Pombal.

Toda uma estrutura fora concebida para a sua administração e zelosos bibliotecários se empenhavam pela aquisição de novas coleções e pela contratação de mais empregados para mantê-la funcionando. A instituição da propina, a obrigação do depósito de uma cópia de cada livro que se imprimisse no reino na Biblioteca Real, contribuiu também para o seu engrandecimento. Tanto empenho em ter biblioteca levou à constituição de duas livrarias reais: a Real Biblioteca Pública da Corte e a Real Biblioteca, para substituir a antiga coleção. A Real Biblioteca, por sua vez, se subdividia em duas coleções: a livraria real (biblioteca dos monarcas) e a do infantado (especializada na formação dos filhos dos soberanos).

A morte de D. José I fez com que subisse ao trono sua filha, D. Maria I, inimiga de Pombal, cujo reinado seria marcado por um permanente esforço para negar e anular todo vestígio de espírito pombalino que estivesse associado à administração do reino português. A desgraça do Marquês colocou sob suspeita todos os seus projetos, inclusive o da biblioteca real. D. Maria I preferiu investir na Real Biblioteca Pública, que, durante o seu reinado, foi consideravelmente enriquecida e ampliada.

Com a fuga da família real para o Brasil, em novembro de 1807, boa parte das riquezas da coroa portuguesa seguiu para a América nos porões dos navios. Dentre essas, devia seguir a Biblioteca Real. D. João dera ordens expressas nesse sentido. Mas foi tamanha a confusão na hora do embarque que os livros e os manuscritos da biblioteca, encaixotados e prontos para embarcar, ficaram no porto de Lisboa. Recolhidos a um depósito, escaparam da pilhagem que o exército francês promoveu contra Lisboa. Entre as idas e vindas dos franceses em Portugal, preservou-se o acervo dos livros e, entre 1810 e 1811, a biblioteca finalmente seguiu viagem para o Brasil. Quem a comboiava era o bibliotecário Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, que deixaria uma curiosa memória do período joanino nas cartas que, por um longo período, enviou ao pai, também bibliotecário em Portugal.

Um aspecto dos mais interessantes deste livro é a caracterização dos bibliotecários. Se para os reis o fetiche dos livros estava associado ao prestígio que a posse deles acarretava, para bibliotecários e colecionadores particulares outras razões se impunham. Uma das grandes dificuldades que até hoje as bibliotecas públicas enfrentam quando da aquisição de bibliotecas particulares é que, como lembra Lilia Schwarcz, junto com as doações vêm as manias, as preferências e os gostos de cada colecionador. Pois cada colecionador tem suas motivações e organiza sua coleção a partir de uma lógica baseada nelas. Assim, as coleções podem ser organizadas pela beleza das edições, pela preferência do colecionador por determinados autores ou gêneros, enfim, a partir de tantos motivos quantas podem ser as peculiaridades do ser humano.

Naqueles tempos pretéritos, bem antes de a indexação ter se constituído em uma ciência com estatuto próprio, as regras para a organização de bibliotecas e arquivos públicos iam sendo definidas pelo funcionário encarregado de zelar pelo acervo. Cabia ao funcionário acondicionar, organizar e classificar as novas aquisições, assim como dar-lhes um destino conjunto. Daí que muitos deles, principalmente os mais velhos, que haviam dedicado a vida a uma determinada biblioteca, se sentiam terrivelmente ameaçados quando os superiores da repartição à qual a biblioteca de que cuidavam pertencia decidiam estabelecer novas regras para a catalogação do acervo.

Quando chegou ao Brasil, a Real Biblioteca foi alojada provisoriamente no hospital da Ordem Terceira do Carmo, bem juntinho do Paço, de forma que o rei e seus filhos pudessem ter fácil acesso a ela. Saem os doentes, entram os livros, mas os frades carmelitas viveram em intensa disputa pelo espaço agora ocupado pela biblioteca. Disputa que chegaria até depois da metade do oitocentos, em pleno reinado de D. Pedro II, quando finalmente a biblioteca deixaria o prédio e iria se instalar na Rua da Lapa.

No Rio de Janeiro, instalada ao lado do palácio do rei, a Biblioteca Real prosseguiria em seu processo de expansão, sendo aumentada a partir da aquisição de bibliotecas particulares, como as do frade naturalista José Mariano da Conceição Veloso (2.500 volumes), em 1811; a do poeta e advogado Manuel Inácio de Alvarenga, que morrera em 1815 (1.576 volumes); e a do arquiteto português José da Costa e Silva, em 1818, composta de muitas estampas, desenhos, mapas, esboços de arquitetura, que ele trouxera da Itália,

onde vivera. Mas a aquisição que, de fato, mudou a feição da Biblioteca foi a do acervo do Conde da Barca, falecido em 1817: mais de 74 mil volumes em obras de astronomia, música, artes, desenho e pintura, arquitetura, antiguidades, pedras gravadas, inscrições numismáticas, livros de viagens, de geografia e muitas edições raras ilustradas por belas estampas. Essas aquisições, as várias doações de particulares e o sistema das propinas, adotado aqui também a partir de 1812, contribuíram para o considerável crescimento do acervo durante o período joanino. Sua dimensão era tamanha que, em 1818, D. João ordenou que fosse remetido à biblioteca pública de Salvador um exemplar de cada obra em duplicata.

Se o rei não levou com ele a biblioteca quando teve que voltar a Portugal em 1821, não deixou por isso de nos mandar a conta pelo precioso acervo: 800.000\$000 (oitocentos contos de réis). Como mostra Lilia Schwarcz, era uma indenização muito maior do que a que se pedia, por exemplo, pelas pratas e por outros objetos valiosos. Na relação de “Conta dos objetos que Portugal teria direito de reclamar do Brasil”, apresentada durante o processo de reconhecimento de nossa Independência, a biblioteca aparecia em segundo lugar, correspondendo a 12,5% do valor total do pagamento a ser efetuado. Ela foi avaliada em quatro vezes mais do que toda a prataria da coroa, que, com os demais móveis e objetos, só alcançou 200 contos.

Custou-nos caro a biblioteca. Para pagar a conta que nos mandou Portugal pela Independência, o Brasil teve que pedir três milhões de libras emprestados à Inglaterra. Empréstimo que está na origem da dívida externa brasileira.

A Biblioteca Real virou Biblioteca Nacional e, com seu maravilhoso acervo, reunindo tantas raridades que, de vez em quando, são exibidas, merece ser visitada, se não fora já pela raridade e beleza das obras que reúne, mas também pelo tanto que nos custaram, pelo tanto que ainda nos custarão.

Publicada na revista eletrônica *Trópico* em setembro de 2002.

Carlota Joaquina, rainha das Américas

Francisca L. Nogueira Azevedo. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 397 p.

Carlota Joaquina é um daqueles personagens da História do Brasil cuja imagem não é alvo de qualquer controvérsia. A má opinião sobre ela é unânime. Dos mais eruditos, como Otávio Tarquínio e Oliveira Lima, passando por cronistas mais amenos como Luís Edmundo, Viriato Correia e Paulo Setúbal, até chegar aos adeptos da história francamente sensacionalista como Assis Cintra, todos a descrevem como feia, baixa, manca, peluda, com dentes e pele estragados, perversa, traiçoeira, prepotente, intrigante e ambiciosa. Para coroar tudo isso, era também devassa e adúltera. O excelente livro de Francisca Nogueira de Azevedo, *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*, joga nova luz sobre a personagem, apresentando-nos a uma Carlota que, apesar de intrépida, vivia isolada e hostilizada pelos inimigos no Rio de Janeiro.

Carlota Joaquina nascera em uma corte animada. Seu avô, Carlos III, e depois sua mãe, Maria Luísa – uma princesa siciliana, filha de mãe francesa, tão feia quanto Carlota e abrasada pelo mesmo furor erótico – haviam levado um pouco de luz e alegria à antes opressiva e inquisitorial Espanha dos Felipes. A pequena princesa, que se casou aos dez anos, estranhou a tristeza e o ambiente soturno da corte portuguesa de D. Maria I.

Quando a família real embarcou para o Brasil, no final de 1807, Carlota já havia caído em desgraça. Ela estivera

envolvida em uma conspiração para afastar D. João do trono e fazer dela mesma a regente. Por volta de 1805, D. João tinha mergulhado em profunda depressão, abandonara todas as suas obrigações e recolhera-se a Mafra, onde vivia cercado de frades. Circulavam em Portugal quadrinhas que diziam: “Nós temos um rei chamado João / fazem o que lhe dizem / comem o que lhe dão / e vai para Mafra rezar cantochão”. O golpe de Carlota fracassou. O casal, que já não vivia bem desde 1802, passou a viver completamente separado, e ela se tornou, desde então, a inimiga número 1 do marido.

Em 1806, todos os nove filhos de Carlota já tinham nascido. Segundo a maledicência do tempo, apenas os três primeiros seriam filhos de D. João. D. Miguel, nascido em 1802, quando Carlota já vivia na Quinta do Ramalhão, era dado como sendo filho do caseiro. Carlota, que já vivera seus bons momentos nos braços de D. Pedro de Menezes, o Marquês de Marialva, espalhara que este era o verdadeiro pai. O povo das ruas, no entanto, preferia dizer: “D. Miguel não é filho / nem de Pedro / nem de João / é filho do João dos Santos / da Quinta do Ramalhão”.

Ela nunca teve pejo de misturar amor com política. Teria se insinuado junto a Junot quando este foi embaixador da França em Lisboa. Não é por acaso que a descrição mais cruel do aspecto físico de Carlota Joaquina tenha sido deixada por Madame Junot, a Duquesa de Abrantes. Com aquele veneno que só as mulheres conseguem destilar contra uma rival.

Aqui no Brasil, outro objeto de sua sedução foi o almirante inglês Sir Sidney Smith, que se empenharia em fazer de Carlota Joaquina – cujos pais e irmãos estavam

prisioneiros de Napoleão – regente da Coroa de Espanha. O livro de Francisca Nogueira é um minucioso e preciso apanhado desse processo que poderia ter feito de Carlota Joaquina a rainha de todas as Américas, ou até mesmo rainha da Espanha. Através de intrigas palacianas, entre chantagens e cartas cifradas, por meio de emissários e espiões, Carlota viveu seus primeiros anos no Brasil em função desse projeto.

Se das páginas do livro de Francisca Nogueira não salta uma outra Carlota, pelo menos são revelados os aspectos mais notáveis dessa mulher forte e determinada. Era capaz de ações ignóbeis – pesam contra ela as suspeitas de alguns envenenamentos, até do próprio D. João –, mas era também intransigente defensora dos protegidos. Não hesitou em se desfazer de suas joias para financiar a luta dos aliados no Prata. Fica ainda a nos dever a autora uma biografia mais completa e atualizada dessa mulher que deixou o Brasil dizendo que, quando chegasse a Portugal, ia ficar cega, pois aqui vivia no escuro, só via negros. Mas que tinha a petulância de exigir que os embaixadores da Inglaterra e dos Estados Unidos se ajoelhassem à sua passagem. Numa época em que o mundo todo se ajoelhava diante da Inglaterra e começava a fazer o mesmo diante dos Estados Unidos.

Publicada no Caderno Ela, do jornal *O Globo*, em novembro de 2003.

A retomada da Brasileira

Luís Norton. *A corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008, 408 p.

A Companhia Editora Nacional retomou este ano a publicação de sua obra maior: a Coleção Brasileira. Lançada no começo dos anos 1930, período de grandes esperanças e entusiasmos nacionalistas, a Brasileira foi definida, nas palavras da historiadora Eliana Dutra, como biblioteca da brasilidade, “lugar, ainda que imaterial, onde a acumulação de livros foi articulada com um sentido”. Seus objetivos implícitos seriam: a acumulação de conhecimento sobre o Brasil; a produção de diagnósticos sobre o país e a difusão de modelos compreensivos que pudessem sustentar projetos e políticas públicas com vistas ao progresso do país.

Reunindo os nomes mais expressivos da intelectualidade nos anos 1930 (Oliveira Viana; Afonso Arinos de Mello Franco; Pedro Calmon; Gilberto Freyre; Azevedo Amaral; Roberto Simonsen; Fernando de Azevedo; Nestor Duarte; Gastão Cruls; Vicente Licínio Cardoso; Afrânio Peixoto; Lúcia Miguel Pereira e Otávio Tarquínio de Souza, entre dezenas de outros), a Coleção se configuraria como a mais ampla e abrangente reunião de obras do pensamento brasileiro do período.

Fundada em 1931 por Octalles Marcondes Ferreira, diretor-proprietário da Companhia Editora Nacional, e sob a coordenação do educador Fernando de Azevedo, a Brasileira foi, sem dúvida, o maior empreendimento

editorial daquela década. Em um tempo de predomínio e prestígio de educadores como Azevedo, filiados à chamada Escola Nova – movimento em prol do aprimoramento do ensino público que teve início nos anos 1920 –, a coleção foi concebida como uma das cinco subséries em que se dividiria a “Biblioteca Pedagógica Brasileira”. A própria Brasileira se subdividia em várias seções que previam a reedição de obras raras e de relatos de viajantes; a publicação de documentos históricos inéditos; de obras importantes de autores estrangeiros e de novos trabalhos de autores nacionais, tudo sobre o Brasil. Esses trabalhos, que assumiam muitas vezes a forma de ensaios, contemplavam aspectos da formação histórica e social do país; vultos históricos e problemas brasileiros em geral.

Seis anos depois do surgimento da Brasileira, que se iniciara com a obra *Figuras do Império*, de Antônio Batista, era publicado seu centésimo título, *História econômica do Brasil*, de Robert Simonsen. Em 1941, por ocasião do aniversário de dez anos da coleção, ela alcançava, segundo Eliana Dutra, a marca dos 200 títulos publicados, “todos em mais de uma edição, algo sem precedentes e jamais equiparado por qualquer outro projeto editorial no Brasil”.

No entanto, apesar do enorme prestígio que trouxera para a editora, a Brasileira jamais deu muito lucro. Suas tiragens eram, com algumas exceções, pequenas e, a partir de 1943, com a saída de Fernando de Azevedo da coordenação editorial, a publicação tornar-se-ia inviável sem os subsídios que passou a receber do Governo Federal depois da Guerra. A publicação foi suspensa em 1960 e retomada depois de 1964, mas sempre de forma irregular, primeiro sob a direção

de Américo Jacobina Lacombe, e finalmente, já nos anos 1970, com Sérgio Buarque de Holanda. Naquela década, ainda apareceriam, no âmbito da Brasileira, obras de jovens autoras que representaram contribuições importantes para a historiografia contemporânea: Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Odília Dias e Maria Sylvia de Carvalho Franco. No começo dos anos 1990, a Brasileira deixou de ser publicada.

Os três volumes que saíram recentemente são exemplares do espírito que orientou a coleção, pois procuram atualizar as antigas edições pela inclusão de textos de novos comentadores ou de documentos complementares. O livro de Luís Norton, *A corte de Portugal no Brasil*, originalmente publicado em 1938 (com o número 124), é antecedido por um ensaio de Arno Wehling que joga luz sobre a real contribuição dessa obra para a historiografia sobre o tema. O volume *Cartas baianas* é, nesta segunda edição, apresentado por Maria Beatriz Nizza da Silva e traz ainda textos explicativos de dois autores portugueses, Antonio Pinto da França e Antonio Monteiro Cardoso. Esses dois também comparecem no volume *Cartas luso-brasileiras* – pela primeira vez publicado no Brasil –, que é apresentado por Lilia Moritz Schwarcz.

Convém salientar que esses dois conjuntos de cartas são complementares, pois dizem respeito a uma mesma família, a de Luís Paulino de Oliveira Pinto de França, figura de relevo na transição do Brasil joanino para a Independência. A importância desse conjunto de cartas diz respeito não só à história do Brasil como também à de Portugal, que as publicou no ano passado através da editora de sua Biblioteca Nacional.

O interesse da reedição da Brasileira se mede ainda pelo elevado valor que alcançam os exemplares das antigas edições no mercado de livros raros. Por outro lado, sua atualidade e seu significado para a cultura brasileira podem ser ainda avaliados pelo fato de a mesma coleção ser hoje o tema de um grande projeto de pesquisas envolvendo muitos pesquisadores, ora em curso na UFMG, sob a liderança de Eliana Dutra, professora do departamento de História daquela universidade.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em dezembro de 2009.

A pedra no caminho dos portugueses

Barbosa Lima Sobrinho. *Hipólito da Costa: Pioneiro da Independência do Brasil*.
Brasília: Fundação Assis Chateaubriand / Verano Editora, 1996, 220 p.

Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça foi o grande precursor do nosso jornalismo. O seu *Correio Braziliense*, publicado em Londres, de junho de 1808 a dezembro de 1822, foi a pedra no sapato dos portugueses interessados na recondução do Brasil ao estado colonial. A transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, promovera a inversão dos papéis: Portugal tornado colônia e o Brasil tornado metrópole.

À Revolução do Porto, em 1820, sucederam-se os debates em torno da Constituição portuguesa. Aí é que os interesses de Portugal se revelaram diversos dos do Brasil. O progresso da metrópole dependia, na visão de muitos deputados portugueses, da submissão da antiga colônia, do fechamento dos órgãos e instituições aqui implantados junto com a Corte e da volta da família real. E Hipólito da Costa foi quem mais se bateu contra esta volta. E indagava: “Poderia o Brasil ser governado e conservado unido à monarquia portuguesa posteriormente ao corrente ano de 1814, como o foi e esteve até 1807?”.

Segundo Barbosa Lima, a questão brasileira após 1808 “era antes ser metrópole, e não deixar de ser metrópole”. A História do Brasil até então não fora mais do que uma luta desesperada contra os monopólios do regime colonial. Naquele estágio em que o Brasil se encontrava, valia a

epígrafe de um dos jornais que se batiam contra as medidas das Cortes: “retornar seria sacrilégio”.

Varnhagem identificou na ação do jornalista a coerência: o mesmo pensamento político de promover a prosperidade e aumento do Brasil. Para Varnhagem, quando Hipólito da Costa chamava a atenção para a política equivocada da Europa para com as colônias americanas, tinha em mente o Brasil: “A obstinação em que se está na Europa de querer considerar aquelas importantes e poderosas regiões como pequenas colônias em sua infância, é um erro que a experiência dos Estados Unidos devia ter ensinado a retificar”, escreveu o jornalista.

Se as ideias de Hipólito da Costa circulavam amplamente e difundiam entre o povo um conhecimento melhor dele próprio e do mundo – e se o próprio d. João VI contava entre os seus leitores –, havia os que combatiam a sua influência, como o conde de Linhares, que, em 1811, proibiu a circulação em Portugal do *Correio Braziliense* e de todos os escritos de seu “furioso e malévolos autor”. Um parecer oficial de 1810 perguntava: “Seria eu temerário se dissesse que este homem quer revolucionar o Brasil?”.

Para Barbosa Lima, o processo de independência do Brasil começou realmente em 1821, com o regresso de D. João VI para Portugal. Neste momento, a ação de Hipólito da Costa é assemelhada à de José Bonifácio na campanha para fazer com que a causa de D. Pedro se confundisse com a do Brasil, para fazer com que quaisquer restrições ao Brasil valessem como restrições ao príncipe. Eles tinham a certeza de que a presença do príncipe era indispensável à Independência.

Com a publicação de *Hipólito da Costa – Pioneiro da Independência do Brasil*, Barbosa Lima Sobrinho completa o importante e indispensável trabalho que já iniciara quando, em 1977, publicara a *Antologia do “Correio Braziliense”*. Contribuição valiosa à história da imprensa no Brasil, este livro nada deve ao que de melhor tem apresentado a moderna pesquisa acadêmico-universitária sobre o assunto.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em outubro de 1996.

A Gazeta do Rio de Janeiro e a transformação dos costumes mundanos

Maria Beatriz Nizza da Silva. *A Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822: cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2007, 289 p.

Quem trabalha com periódicos sabe como é difícil abrir mão de tanta coisa importante que eles contêm para se deter apenas em um assunto. Os periódicos são universalistas, no sentido de que tudo podem abrigar em suas páginas, desde atos do governo até resumos de tratados médicos, passando por receitas, versinhos, anedotas e cartas.

A historiadora luso-brasileira Maria Beatriz Nizza da Silva, que, desde 1977, com *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro – 1808-1821* (Companhia Editora Nacional), vem publicando inúmeros trabalhos importantes, realizou um levantamento extensivo das matérias contidas na *Gazeta do Rio de Janeiro*, único periódico que então circulava na Corte.

Dividido em capítulos que informam sobre moradia, moda e vestuário, festas religiosas e cívicas, cerimônias fúnebres, estrangeiros, escravos, novidades médicas, ensino, artes e ciência, entre outros temas, este livro nos põe em contato com uma sociedade variada, rica e em rápida transformação. Transformação que foi fortemente marcada pela presença estrangeira.

Dos estrangeiros, foram os ingleses que predominaram na primeira fase, da abertura dos portos (1808) à elevação do Brasil a reino (1815). A eles se devem a diversificação da oferta de mobiliário doméstico, de instrumentos musicais e de

transportes e acessórios para montaria. Graças a eles, também objetos de decoração foram introduzidos nas habitações da elite local e louças e vidros se tornaram comuns. Um sucesso que devia animar as reuniões elegantes eram os relógios ingleses de pêndulo que tocavam uma sonata ou minueto diferente a cada hora. Inicialmente, era dos portos ingleses que chegavam os produtos alimentícios europeus.

Mas quem revolucionou mesmo a cidade foram os franceses, que passaram a chegar ao Brasil em 1816, depois do reatamento das relações entre Portugal e a França. Em 1818, Durand vendia acessórios masculinos e femininos como calçados, chapéus, luvas, suspensórios, leques, escovas, pentes, flores artificiais e bijuterias. Os franceses também influíram nos hábitos e cuidados com a toalete, proporcionando uma série de serviços antes inexistentes na cidade. Cabeleireiros franceses, como Richaud e Catelineau, competiam pelo mercado, oferecendo toda sorte de essências, perfumes, sabonetes, tinturas para cabelo e pomadas das melhores fábricas da França.

Alfaiates como Gudin ofereciam roupa pronta para vender. César Bouliech prometia fazer vestidos “à moda do mais moderno de Paris”. Tornier, chapeleiro de Paris, oferecia na rua São José chapéus redondos e armados.

A presença dos estrangeiros difundiu o hábito de comer fora de casa. Os últimos a entrar nesse ramo de negócios foram os franceses, mas, já em 1819, funcionava no final da rua do Ouvidor a famosa casa de pasto do francês Pharoux. As confeitarias, que eram principalmente de italianos, especializaram-se no fabrico de empadas. A

procura por cozinheiros especializados aumentou consideravelmente e os melhores costumavam ganhar mais do que recebia um professor.

A autora chama a atenção para o papel que tiveram franceses e ingleses na modernização do ensino no Rio de Janeiro. A música permeava então a sociedade carioca, e professores de canto, piano e outros instrumentos anunciavam seus serviços. Também passou a ser importante saber dançar, e os melhores mestres eram franceses, como Louis Lacombe, Auguste Toussaint e Louis Alberti. Este último era, ao mesmo tempo, mestre de fogos artificiais, profissão muito lucrativa numa cidade que era a sede da Corte e onde tudo era motivo de festejos.

Para os historiadores especializados no período, este livro proporciona o reencontro com alguns velhos conhecidos. Tomás Hipólito Taunay, José Alves Macamboa, Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, o padre G.P. Trilbury e o irmão de Hipólito da Costa, José Saturnino da Costa Pereira, são alguns dos nomes que aparecem anunciando seus préstimos. Em 1813, o barão de Eschwege, mineralogista amigo de José Bonifácio, enviou notícias de Minas sobre a qualidade das águas minerais de Araxá. Mesmo ano em que, no colégio de São Joaquim, Silvestre Pinheiro Ferreira realizava preleções filosóficas. Em 1809, dava aulas de francês no seminário São José o padre Renato Pedro Boiret, cuja companhia, imposta pelo marido, contribuiu para tornar mais infeliz o último ano de vida de dona Leopoldina.

Publicada no Caderno Mais!, da *Folha de S.Paulo*, em julho de 2007.

O lugar do *Jornal do Commercio* na história da imprensa do Brasil

Cícero Sandroni. *180 anos do Jornal do Commercio: 1827–2007 – De D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Quorum Editora, 2007, 574 p.

Escrever a história de um objeto tão multifacetado quanto um jornal é tarefa árdua. Ao lado da leitura e análise do variado conteúdo, é preciso situá-lo em seu contexto, enfrentando também a história da empresa. Cabe ao historiador – diante da densa massa de informação produzida ao longo de tantos anos – dominar a arte de selecionar os temas que melhor deem conta da identidade de seu objeto. Tudo isto e um pouco mais conseguiu Cícero Sandroni nesse alentado livro sobre a história do *Jornal do Commercio*. Aspectos que merecem destaque em seu trabalho são: a objetividade da narrativa; a boa síntese histórica dos acontecimentos relacionados com os textos do jornal que selecionou e a pesquisa bibliográfica e documental de que se valeu para complementar suas informações.

A história da empresa e de seus proprietários e editores marcha *pari passu* com a história do Brasil tal como figurou nas páginas do jornal. E ambas são apaixonantes. A começar pelo fundador, o francês Plancher, desembarcado no Rio de Janeiro no ano de 1824, período turbulento que sucedeu à dissolução da Constituinte por D. Pedro I. Editor de Benjamin Constant – que inspirara a carta constitucional brasileira –, Plancher se valeu desse excelente cartão de visitas para, depois de alguns percalços, cair nas graças do

monarca e se estabelecer como próspero livreiro e editor de jornais. Foi ele o criador do *Jornal do Commercio*, em 1827. Em 1834, Plancher volta a Paris, vendendo a empresa a outro francês, Junius de Villeneuve. Dez anos depois, Villeneuve passa o bastão para o genro, o também francês François Picot, e segue para a França. Caminho que também será seguido por Picot em 1852. Com a morte de Junius, em 1863, seu filho, Julio, herda seus negócios, mas é Picot quem, mesmo da França, continua dirigindo o *Jornal do Commercio* até 1890.

O periódico surgira para servir de órgão informativo das chamadas classes conservadoras e teve sempre como lema “imparcialidade e independência nas opiniões, verdade e escrupulosa exatidão no noticiário”. Privilegiando as matérias relativas à economia, seus editores procurariam, a todo o custo, mantê-lo à margem das disputas políticas. No entanto, essa neutralidade seria duramente testada depois da Proclamação da República. De longe, os franceses viram o movimento republicano com os olhos com que a Europa o viu: instauração de uma ditadura militar nos moldes das tantas que vinham se sucedendo nas ex-colônias espanholas. Diante disso, decidem-se pela venda do jornal ao antigo colaborador José Carlos Rodrigues.

Com Rodrigues começa uma nova fase na história do periódico. A República dos Bacharéis precisaria de todo o apoio possível para se estabelecer e este lhe seria dado pelo *Jornal do Commercio*. A boa ligação com o Poder Executivo se traduz na correspondência entretida entre José Carlos Rodrigues e os três primeiros presidentes civis e pela constante presença na redação de um colaborador ilustre: o

Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912.

Em 1915, José Carlos Rodrigues passou o jornal a Antonio Botelho, que o dirigirá, coadjuvado por Felix Pacheco, até que este o assuma integralmente, em 1923. A partir de então, o jornal se afasta do governo; apoia a Revolução de 1930; condena a Revolução Paulista de 1932; aplaude a Constituinte de 1934 e, em 1937, adota postura cuidadosa diante do golpe do Estado Novo, quando, já morto Felix Pacheco, quem comandava o jornal era Elmano Cardim. De 1945 em diante, o *Jornal do Commercio* será francamente antigetulista. Depois do suicídio de Vargas, continuará a dar combate às forças populistas que o tinham apoiado, até que, durante o curto período em que San Tiago Dantas foi seu proprietário (1957/1959), recupera algo de seu antigo brilho, elogia a política de Juscelino e a transferência da capital para Brasília.

Já integrado aos Diários Associados de Assis Chateaubriand, o *Jornal do Commercio* criticará a precipitada renúncia de Jânio e combaterá o governo Jango, assestando suas baterias principalmente contra Leonel Brizola. Nesse contexto, será apoiador de primeira hora do golpe militar de 1964. Continuará apoiando a Ditadura até o AI-5, quando, diante do endurecimento do regime, seguindo sua tradição, adota uma postura neutra. Aderirá ao movimento pela redemocratização, apoiando a campanha das Diretas Já e o restabelecimento do estado de direito.

Em linhas gerais, é esta a história que o livro de Cícero Sandroni conta, ilustrando esse longo trajeto com trechos de matérias e de editoriais. Ao mesmo tempo, a narrativa

registra as mudanças que sofreu o jornal ao longo do tempo: as sucessivas gerações de grandes jornalistas que nele trabalharam; as aquisições de novos equipamentos; as mudanças de sede etc. Desta maneira, os que se dedicam aos estudos de história da imprensa têm neste livro uma ótima fonte para seus trabalhos.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em setembro de 2008.

Uma síntese bem ilustrada de *Casa-grande & senzala*

Estevão Pinto (adapt.). *Casa-grande & senzala em quadrinhos*. Desenho de Ivan Wasth Rodrigues. Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2000, 52 p.

Casa-Grande & Senzala, o grande livro de Gilberto Freyre, chega às livrarias em sua versão quadrinizada. Nessa edição que a Letras e Expressões leva ao grande público, aliam-se a boa economia do texto de Estevão Pinto aos primorosos desenhos de Ivan Wasth Rodrigues, realçados pelo colorido que lhes deu Noguchi, a partir de indicações de Ivan.

É difícil, à primeira vista, pensar que obra tão vasta, na qual o estilo do autor se confunde com sua concepção original de nossa história cultural, criando dificuldades para a análise, possa se adequar a um formato que tem na síntese seu maior objetivo. Todos os reconhecimentos merece o autor do texto, que conseguiu extrair e sintetizar da densa obra de Freyre aqueles elementos mais significativos, tornando acessível a ideia central do seu pensamento sobre a brasilidade. Com isto também foram preservados os estereótipos que, ao lado da notável contribuição à história do pensamento social brasileiro, fazem parte da obra. Estes, numa versão mais simplificada, mostram-se de maneira mais crua. No entanto, se algumas das ideias de Freyre sobre as matrizes de nossa cultura hoje nos aparecem como aspectos óbvios da realidade, tiveram no seu tempo um papel extremamente positivo, pois representaram uma releitura, de caráter favorável, ao contrário do que até então

se fazia, do papel fundamental do negro na nossa história cultural. E são justamente estes aspectos que, dando sensualidade e colorido à obra de Freyre, tornam seu livro mais adequado ao formato dos quadrinhos; são eles que dão o toque de conquista e sedução ao processo colonial brasileiro. São eles também que, no belíssimo traço do grande artista que é Ivan Wasth Rodrigues, encontram sua melhor expressão.

O grande público talvez não conheça este discreto e silencioso artista, herdeiro direto do tio José Wasth Rodrigues, de quem aprendeu a arte. Superando hoje o mestre, seu trabalho ilustra muitos livros didáticos, muitos postais dos Correios e exposições dos museus da República e do Exército.

Trata-se de um preciosista, de um artista único em sua especialidade. Quem o conhece sabe que Ivan, antes de produzir cada um de seus delicados desenhos, realiza uma minuciosa investigação sobre todos os aspectos do que vai representar. Seu cuidado é tanto que, antes de apresentar um uniforme militar, verifica cada detalhe descrito na bibliografia do tempo: o punho, as armas, as botas, os capacetes, a maneira de se postar etc. Suas fontes são variadíssimas, compreendem desde enciclopédias, os autores clássicos da história do Brasil, os arquivos pessoais e fotográficos, até as revistas de moda etc. Ele se utiliza de toda fonte que forneça uma informação que possa tornar mais preciso, mais próximo do que realmente foi, o que pretende mostrar. É o melhor consultor possível para reconstituições de época. E isso aparece por inteiro nessa deliciosa versão de *Casa-Grande & Senzala*. Os lindos desenhos da capa já

antecipam o que o leitor vai encontrar no miolo: ao longo das páginas, as imagens representam verdadeira contribuição ao trabalho de reconstituição histórica não só de aspectos da indumentária do tempo a que se referem, como também das habitações, dos costumes, das técnicas de trabalho, dos meios de transporte e dos processos produtivos. É trabalho de obsessivo, trabalho onde a arte se alia e serve de sustentação à atividade do pesquisador atento e minucioso.

Por isso, a edição em quadrinhos de *Casa-Grande & Senzala* se recomenda não só enquanto fonte para um primeiro contato com a obra de um dos pensadores mais importantes e polêmicos de nossa história cultural, como também, em virtude dos desenhos de Ivan Wasth Rodrigues, revela-se verdadeira fonte de conhecimento do processo de transformação de nossa cultura material.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em agosto de 2000.

Leopoldina: entre o amar e o sofrer

Sonia Sant'Anna. *Leopoldina e Pedro I: a vida privada na corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, 180 p.

Coisa boa é ler uma história bem contada. Mesmo quando é uma história bem sabida. E ser bem narrado não é o único mérito do livro de Sonia Sant'Anna sobre D. Pedro I e dona Leopoldina. Ele é também muito bem pesquisado, dando conta dos aspectos mais interessantes que marcaram o drama que foi a vida em comum do primeiro casal imperial brasileiro. Trata-se de narrativa mista: é ficção, mas tem notas de pé de página e fornece ao leitor um bom panorama do contexto histórico em que trafegam os protagonistas. O que garante a sua classificação como paradidático.

Do lado de D. Pedro, os antecedentes, melhor conhecidos de nós, são apresentados na sequência habitual: as aventuras de Carlota, a esperteza de D. João, a loucura de dona Maria, a fuga da Corte, a má educação do príncipe e suas primeiras aventuras com as mulheres. O lado de Leopoldina é mais interessante, pois a autora se detém na história de Maria Luiza, a irmã de Leopoldina que se casou com Napoleão, na educação das princesas austríacas, na interessante personalidade de sua culta madrastra Ludovica, a quem Leopoldina foi estreitamente ligada, e nas circunstâncias que marcaram o casamento de Leopoldina com Pedro. Sua paixão pelo marido ainda desconhecido e o interesse de sua alma de cientista pelo Brasil.

Após o casamento, a penosa aculturação da princesa aos hábitos da corte portuguesa e, mais penosa ainda, a acomodação à personalidade exuberante do marido. A paixão de Leopoldina por Pedro se conservaria intacta mesmo em meio ao calvário que se tornaria a relação após a entrada em cena de Domitila e de sua ávida e inescrupulosa família. Antes disto, a firme atuação da princesa, ao lado de José Bonifácio, no processo da Independência, dá grandeza a essa mulher tão especial, como o revela a correspondência que deixou.

Um aspecto que merece reflexão é a plena consciência das filhas de Francisco I do dever de casar-se em função dos interesses políticos de seu país. De alguma forma, foi esse sentido do sacrifício do interesse próprio por razões de Estado, inerente ao status de princesa da casa de Áustria, que fez com que Leopoldina se submetesse às tantas humilhações que sofreu do marido. Só se rebelaria no final, quando lhe foi imposta a presença da filha bastarda do Imperador junto de suas próprias filhas, ou nos momentos finais de seu casamento, quando, ausente o imperador de sua casa por quase um mês, mandou que levassem para a casa da outra todos os seus pertences.

A autora não acredita no suposto pontapé que D. Pedro teria dado em dona Leopoldina às vésperas de partir para o Rio Grande. Pontapé que teria sido a causa da morte da imperatriz. A imprensa do tempo explorou o episódio, que circulou nas cortes europeias, dando ao imperador brasileiro a imagem de um ser brutal, selvagem e imoral. As dramáticas cartas da imperatriz relatando a sua miséria e os relatos dos

viajantes sobre sua situação no Brasil também ajudaram a fixar a imagem negativa.

Muito do caráter dramático do livro resulta do bom uso que a autora faz de documentos como as cartas de Leopoldina para a família e para Maria Graham. Se D. Pedro, depois da dissolução da Assembleia (12.11.1823), vivia cercado de gente da mais baixa qualidade, oportunistas que se aproveitaram da ligação do governante com a concubina para obter benefícios, os poucos amigos leais que restaram a Leopoldina foram perseguidos e afastados. A solidão, a humilhação, a pobreza e o aprisionamento da Imperatriz na Quinta da Boa Vista, enquanto reinava poderosa na Corte a Domitila, foram testemunhados por Maria Graham. A formidável inglesa, que é também autora de um perfil bem interessante de D. Pedro I, foi uma das últimas amigas de Leopoldina.

A narrativa alumia um pouco mais alguns personagens secundários, como o barbeiro Plácido. Essa figura ignóbil, administrador das contas da Quinta da Boa Vista, que tanto perseguiu a Imperatriz, era um dos amigos de primeira hora da Domitila, mas não teve pejo de apoderar-se de muitos dos bens da marquesa quando esta foi obrigada a deixar a Corte em 1829. O Museu Imperial tem um interessante documento sobre isto.

Culta, inteligente e boa, assim é a Leopoldina que se revela nesse livro. Perto dela, o nosso Imperador, cercado por sua corte de intrigantes e mexeriqueiros, só realça as qualidades da heroína que viera da corte mais ilustrada e refinada da Europa para viver aqui um drama quase semelhante ao da heroína de *Dogville*. E bárbaro não foi o

povo que de fato amava a Imperatriz; bárbara foi a elite medíocre, hipócrita e corrupta cuja herança maldita se propaga até hoje no seio da nossa melhor sociedade.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em setembro de 2004.

Os sonhos e desenganos de uma princesa austríaca nos trópicos

Leopoldina. *Cartas de uma Imperatriz*. Coautoria de Bettina Kann e Andrea Slemian. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, 494 p.

Finalmente D. Leopoldina começa a ocupar na bibliografia um espaço digno de sua dimensão histórica. O volume que ora vem à luz reúne pela primeira vez toda a correspondência relevante que se conhece da primeira imperatriz do Brasil. O material, selecionado e organizado por Bettina Kann e Patrícia Sousa Lima, vem antecedido de ensaios da própria Bettina e de Andréa Smelian, André Machado e István Jancsó, além de um interessante ensaio psicanalítico de Maria Rita Kehl.

A parte da correspondência relacionada à história do Brasil estava disponível de forma dispersa em várias publicações. Delas, a mais notável era a coleção das cartas da imperatriz para Maria Graham, publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1940. Todo o material reunido aqui servira como fonte para a biografia publicada, em 1973, por Carlos Oberacker, mas aparecia ali apenas em citações. No ano passado, Glória Kaiser publicou o diário secreto da princesa, também citado por Oberacker. As cartas de Leopoldina escritas do Brasil para o pai mereceram análise acurada em artigo de Maria de Lourdes Viana Lyra, do IHGB, aprofundando questões sobre a

importância de seu papel na política sugeridas pelo historiador Tobias Monteiro.

Brasil e príncipe idealizados em sua imaginação

Como heroína romântica, a austríaca Leopoldina finalmente conseguiu superar a trêfega e ambiciosa rival Domitila de Castro. Pois, se a brasileira e a paixão carregada de sensualidade que provocou no imperador Dom Pedro I – ajudada pelo trabalho de Alberto Rangel, que reuniu e anotou as cartas deste – mereceram destaque como personagem no cinema e na TV, o drama de Leopoldina e sua fascinante e moderna personalidade só começaram a ser visitados recentemente. Os livros de Glória Kaiser, Vera Moll, Sonia Sant’Anna e Clóvis Bulcão ajudaram a revelar o potencial dramático do personagem e sua atualidade. O trabalho acadêmico reforçou o papel de ator político consciente e fundamental no processo histórico brasileiro.

Nessa coleção de cartas, o material mais fresco é mesmo o relativo à infância e à adolescência da imperatriz. Nele ressoam informações que apareceram no diário publicado no ano passado: a profunda afeição pela irmã, Maria Luiza; a imagem que passou a ter de Napoleão; e, depois de 1814, a ligação de Maria Luiza com o general Neipperg. Mas o que chama a atenção nas cartinhas da infância e da adolescência é, como bem percebeu Maria Rita Kehl, o longo tempo que Leopoldina levou para deixar de ser criança.

Leopoldina escreveu cartas ao pai e à irmã mais velha “com a alegria e a ingenuidade de uma menina pequena, séria e aplicada a seus deveres”. Mas também extremamente sensível e observadora. Por isso, ao ler suas cartas, somos transportados para cenários e situações como as do filme “Sissi, a imperatriz”. Sucedem-se as viagens por vales de onde se avistam montanhas nevadas e lagos encantadores. Nos ricos palácios acontecem banquetes e bailes onde, em vestidos maravilhosos, as princesinhas valsavam nos braços dos príncipes. Todo o imaginário romântico que povoou as fantasias de nossa infância burguesa encontra lugar nas cartinhas da menina-moça que sonhava em se casar com um príncipe. Até a caridade que pratica e seu projeto de se tornar cientista têm algo de ingênuo e romântico.

Neste conto de fadas não falta nem mesmo uma linda e delicada princesa que é obrigada a se casar contra a sua vontade com um ogro. É Maria Luiza que, por razões da “feia política”, como diz Leopoldina, teve seu casamento acertado com o inimigo número um de seus pais e de sua pátria: Napoleão Bonaparte. O mais doce romantismo germânico transborda das cartas de Leopoldina, desde as dirigidas ao “amado papai” até as em que conta para a irmã sobre o próximo casamento.

Ela registra as impressões sobre o noivo e sobre o Brasil, e percebemos como vai se apaixonando à distância, embriagada pelo sonho de conhecer a América. Sonho que era, aliás, compartilhado por muitos de seus compatriotas. Idealizando o lugar, ela acabou por idealizar também o príncipe desse país distante e exótico que lhe estava destinado. A certeza de que logo D. João e sua corte estariam

de volta à Europa dava à viagem ao Brasil o ar de uma excursão aos trópicos com data para voltar. Foi aqui que o conto de fadas virou drama e a princesa se fez mulher. O sonho lhe garantiu algum tempo de felicidade no casamento que a realidade cuidaria de destruir.

Leopoldina garantiu seu lugar na nossa história à custa de seus merecimentos, mas também de muito sofrimento. As cartas da imperatriz mostram o quanto era superior, em todos os sentidos, ao meio em que teve a infelicidade de terminar os seus dias.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em dezembro de 2006.

O primeiro revolucionário brasileiro

Marco Morel. *Cipriano Barata na sentinela da liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2001, 412 p.

Só se conhece uma imagem de Cipriano José Barata de Almeida e o retrato não o favorece. O semblante carrancudo, os cabelos brancos, longos e desgrenhados descendo pelos lados da calva até o pescoço; a testa proeminente; o olhar duro sob o sobreceixo sombrio; o rosto magro, seco, de finos lábios crispados. Não é uma figura simpática. E os fatos de sua vida, a força dos tantos artigos que deixou, contribuem para fixar a personalidade polêmica que não parece ser a do homem elegante, de maneiras afáveis, o homem de Corte típico daqueles tempos. Barata era duro, áspero e cioso de suas convicções.

Pouco estudado, pouco conhecido, no entanto, Cipriano Barata é a única figura de autêntico revolucionário que o Brasil da virada dos séculos XVIII para o XIX conheceu. Esteve em todas as revoluções brasileiras de seu tempo ou com elas de alguma maneira se relacionou. Sua vida é uma sucessão de processos políticos e de prisões. Filiou-se à Maçonaria quando estudante em Coimbra, adotando desta a versão mais revolucionária, mais *sans-culotte*.

Barata foi preso pela primeira vez em 1798, na Bahia, por suspeita de envolvimento na Revolução dos Alfaiates. E, se foi absolvido da acusação de ter participado diretamente do movimento, muitos depoimentos daquela devassa denunciam a sua biblioteca, onde se destacavam as obras do

Iluminismo francês, o seu papel de propagador das novas ideias liberais e as suas falas anticlericais.

Após a Revolução Constitucionalista do Porto, em 1820, Barata foi eleito deputado pela Bahia. A imagem que deixou nas Cortes portuguesas foi a do mais aguerrido defensor dos interesses do Brasil, mas foi também a do homem capaz de derrubar das escadarias do Palácio das Necessidades o seu rival, Luís Paulino Oliveira Pinto de França, também deputado pela Bahia. Este último, nascido em Portugal, mas casado com brasileira, homem culto e dono de engenhos de açúcar na Bahia, defendia interesses contrários aos do Brasil. No dia 30 de abril de 1822, Cipriano Barata, revoltado com o apoio dado por Luís Paulino ao envio de tropas para a Bahia, depois de esmurrá-lo, empurrou-o escada abaixo, fazendo com que fraturasse umas costelas.

Barata recusou-se a assinar a Constituição Portuguesa, alegando que “tudo quanto eles acabavam de decidir para o Brasil eram Bulas do Papa para o Imperador da China”, pois que nem D. Pedro era tolo para obedecer a tais coisas e nem o povo do Brasil em tal consentiria. Por essas e outras tantas, saiu de Portugal fugido. Chegando ao Brasil, no início de 1823, encontrou a Bahia em guerra, controlada pelas forças contrárias à Independência. Fixou-se em Pernambuco, de onde iniciou a carreira de jornalista e panfletário, exercendo, a partir de então, uma enorme influência no debate político das décadas de 1920 e 1930. Enquanto viveu, Barata escreveu, de forma agressiva e desassombrada, e foi sempre incômodo, difícil, provocador.

Injusto seria compará-lo a Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, eternizado e mitificado pelo martírio. A este, já os jornais da Independência chamavam mártir. Cipriano, por suas ideias, por suas atitudes, também teve o seu martírio. De cepa dura, além dos dois anos em que esteve preso por conta da Revolução dos Alfaiates, enfrentou sete anos de cadeia, de 1823 a 1830. A Regência também não o poupou. Voltou para a prisão em 1831, ali ficando até 1833. Dizem que foi o brasileiro que mais prisões conheceu. Seu jornal chamou-se sempre “Sentinela da Liberdade na guarita da...” – e daí seguia-se o nome do forte ou cadeia em que estava. Cipriano viveu muito, morrendo já no final da Regência, aos setenta e seis anos de idade, obscuro e esquecido em Natal, no Rio Grande do Norte. Porque sua Pernambuco, há muito o expulsara, e do Rio de Janeiro, a Corte corrompida e exploradora na sua visão de revolucionário sertanejo, ele é que não queria saber.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em abril de 2001, como texto complementar à resenha assinada por Rachel Berthol.

Palavras, ideias e ações: a política das letras na Independência

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Faperj / Revan, 2003, 477 p.

Defendida no Departamento de História da USP em 1992, esta tese, agora transformada em livro, é uma daquelas obras destinadas a se tornar um clássico. Não se trata de livro fácil, de leitura amável. Talvez suas maiores qualidades, seus melhores momentos, só sejam perceptíveis para os especialistas nos temas de que trata. É livro multifacetado, pontuado por *insights* que iluminam um mar de informações também fundamentais e inéditas.

Trabalho que denuncia o autor obsessivo, este livro proporciona conhecimento bom e elaborado sobre múltiplos assuntos. Assim é o que resulta do esforço para identificar o público leitor do período, bem como da composição econômica e social dos membros da elite brasileira que esteve à testa do processo da Independência. Ao lado disso, outro trabalho minucioso é a profunda investigação dos sentidos que conceitos como liberalismo, despotismo, república e democracia tinham naquele tempo. O material é rico, interessante e constitui-se em ferramenta fundamental para os que estudam o período.

Outro aspecto inédito e que merece registro foi o esforço de Lúcia Bastos em manter em equilíbrio informações e análises relativas ao que se passava e se

pensava tanto no Brasil como em Portugal. Desta maneira, pode-se perfeitamente acompanhar a evolução do debate entre os jornais e os panfletos daqui e os de lá, como também os temas centrais que estavam em disputa e o lugar, na cosmologia política do tempo, de cada um dos atores.

Como principal produto desse notável trabalho de pesquisa e análise, ressalta o mapeamento do universo político-ideológico e dos interesses que estavam em disputa. Lúcia Bastos estabeleceu a filiação dos conceitos básicos da cultura política da Independência à cultura política da Ilustração portuguesa. A seu ver, a Independência transcorreu exclusivamente no interior de uma mesma cultura política, elaborada em Portugal por influência das Luzes. Portugal e Espanha tinham se mantido à margem do processo de renovação propiciado pelo Iluminismo e pelas transformações sofridas pela Europa ao longo do século XVIII. A força da Igreja Católica e a permanência da Inquisição tinham se tornado efetivos fatores de atraso e de obscurantismo. Em decorrência dessa situação cultural e política, o liberalismo, quando teve condições mínimas de aparecer ali, assumiu uma forma mais assemelhada a um absolutismo esclarecido.

Na raiz da cultura política da Independência, diz Lúcia Bastos, encontrava-se a ideia do Império luso-brasileiro. Cultivada na Corte Portuguesa por ministros ilustrados como o Conde de Linhares, essa ideia ganhara força no final do século XVIII como uma espécie de antídoto aos temores gerados pela independência das colônias inglesas da América e pela Revolução Francesa. Partilhada pelas elites dos dois lados do Atlântico, a ideia do Império luso-brasileiro só veio

a se revelar como ponto de conflito depois da vinda de D. João VI para o Brasil. A partir de então, a disputa com Portugal pelo direito de sediar a monarquia e suas instituições superiores levaria à Independência do Brasil. Foi o aprofundamento da discussão em torno do formato que deveria assumir o Império luso-brasileiro, a partir da Revolução do Porto (1820), que colocou em questão a sua integridade.

Assim, conclui Lúcia Bastos, a Independência foi o resultado da disputa pela hegemonia entre o Brasil e Portugal no interior do vasto Império luso-brasileiro. Foi em torno das palavras União e Independência que se construiu, ao longo do ano de 1822, o discurso político no Brasil. Se o que predominou inicialmente foi a defesa da integridade do Império luso-brasileiro, com a Independência esse objetivo deslocou-se para a luta pela integridade do novo Império brasileiro.

Envolvendo apenas um público reduzido, formado pelas elites e por um pequeno número de homens livres, e movimentando ideias que faziam parte de um universo mental comum, a Independência não foi uma revolução. Ela resultou, na verdade, de um processo que evoluiu no dia a dia, em função do jogo de ações e reações entre um recém-instituído Legislativo reunido em Lisboa para elaborar a Constituição portuguesa e as elites brasileiras. Estas últimas, por sua vez, dividiram-se, ao longo dos anos de 1821 e 1822, em várias facções, das quais as mais importantes são identificadas pela autora como elite coimbrã e elite brasiliense. A elite coimbrã seria aquela parte da elite brasileira ilustrada que frequentara a Universidade de

Coimbra no final do século XVIII e se formara sob a influência do projeto do Império luso-brasileiro. Dela seriam membros mais influentes, dentre outros, José Bonifácio, Hipólito da Costa e José da Silva Lisboa.

Esta parte da elite brasileira lutaria bravamente, em uma primeira frente e em primeiro lugar, contra as políticas das Cortes portuguesas que intentavam diminuir os privilégios conquistados pelo Brasil e pelos brasileiros a partir da vinda da Corte para o Brasil. Eles desejavam sinceramente fazer do Brasil a sede do Império luso-brasileiro e desenvolveriam uma bem fundamentada argumentação em defesa desse projeto. Em contrapartida, seriam também os que mais duramente combateriam, no front interno, atitudes mais radicais que pudessem levar à Independência. Até os últimos momentos que antecederam a Independência, a elite coimbrã, que teria em José Bonifácio seu mais importante representante, procurou apresentar as políticas em que se contrapunham às medidas das Cortes portuguesas como atitudes que garantiriam a união do Brasil com Portugal.

O discurso político elaborado pelas elites coimbrã e brasiliense baseava-se em uma herança cultural comum: as mesmas Luzes portuguesas que assumiram a forma do que a autora denomina de “mitigado liberalismo”. A elite brasiliense, com evidente, mas nunca assumida, vocação republicana, menos vinculada a Portugal e ao projeto de um Império luso-brasileiro, mais facilmente faria a transformação da bandeira dos ideais da geração de 1790 para a forma possível de um Império brasileiro. Mas os fatos que marcaram o ano de 1822, sobre os quais teve grande

influência a circulação cada vez mais intensa dos impressos, permitindo a difusão de algumas ideias francesas – mais radicais –, propiciariam mudanças nas práticas e ações políticas do grupo brasiliense.

No cerne do debate entre esses dois segmentos em que se dividiu a elite brasileira que cercava D. Pedro estava o projeto do Estado Nacional brasileiro. De um lado, a elite brasiliense, liderada pelo prócer da Maçonaria no Brasil, Joaquim Gonçalves Ledo, e formada por aqueles que “desejavam um governo baseado na soberania popular, tendo D. Pedro como chefe escolhido pelo povo e subordinado aos seus representantes”. Do outro lado, a elite coimbrã, liderada por José Bonifácio e formada pelos que “defendiam uma Constituição que limitasse os poderes da Assembleia Legislativa, aceitando a autoridade do soberano como um direito legalmente herdado através da dinastia”.

O grupo liderado por Ledo cederia logo nos primeiros momentos ao aceitar a monarquia como solução definitiva para a realidade do Brasil. Seu esforço, ao longo do ano de 1822, concentrar-se-ia na tentativa de dar a essa monarquia uma feição republicana. Em tentar fazer, através de uma Constituinte brasileira, que o Legislativo se sobrepusesse ao Executivo, reduzindo e limitando os poderes de D. Pedro. A resistência de José Bonifácio e do próprio D. Pedro a esse projeto fez com que, ao se definir o regime de governo que seria adotado, a opção democrática viesse a ser definitivamente afastada. A postura mais moderada da elite coimbrã, com a instalação de um Estado cuja concepção não se afastava tanto das práticas do absolutismo ilustrado, sairia vencedora. O regime que veio a ser adotado, depois do

afastamento do próprio José Bonifácio e de seu grupo da cena política, teria formato ainda mais conservador: o de uma monarquia constitucional nos moldes adotados pela Europa da Restauração, com a Carta Constitucional sendo outorgada pelo Imperador em 1824.

Aspecto importante desse livro é a trajetória de D. Pedro, personagem inicialmente secundário que vai, pouco a pouco, tomando a cena. Segundo a avaliação de Lúcia Bastos, ao longo do processo, o Imperador jogara matreiramente com os interesses de coimbrãos e brasilienses. Ele aceitava a Constituição, mas não admitia converter-se em mero instrumento nas mãos dos representantes da nação. Para ele, a adesão à causa do Brasil na disputa com as Cortes de Lisboa representou não só a possibilidade de se livrar do jugo das mesmas Cortes, como também a “perspectiva futura de um império dual, sobre o qual reinaria, após a morte de D. João VI, com redobrada autoridade e autonomia”. D. Pedro I e sua trajetória naquele contexto são exemplos da desanimadora persistência da velha ordem na nova.

A corte que se constituiria em torno do Imperador, depois da Independência, foi também exemplo da persistência do Antigo Regime. Característica desta seria a manutenção do poder como segredo corporativo reservado ao reduzido grupo dos que gozavam dos favores da corte. Nessas condições, conclui Lúcia, “a política limitar-se-ia à disputa de ingressos para esses círculos privados em que se tomavam as decisões, restando aos excluídos do momento o manejo da retórica liberal, sob a forma de invectivas contra o despotismo ministerial e a influência dos áulicos”.

Diante desse quadro, não parece tão surpreendente que a cultura política da Independência tenha se mostrado tão avessa a manifestações de jacobinismo, condenando excessos que denotassem qualquer proximidade com os princípios revolucionários franceses. Essa atitude era herdeira do processo que se iniciara em Portugal, onde o nome que se deu à convocação de Cortes em 1820 foi o de Regeneração. E sua justificativa central baseou-se na tradição, fazendo filiar aquelas Cortes novas às velhas Cortes do século XVI que estariam na origem da nação portuguesa. Ao mesmo tempo, seguindo o movimento de Restauração que tomara a Europa a partir de 1815, o objetivo de todos parecia ser o estabelecimento da ordem. A Constituição assumia assim menos a feição revolucionária que tivera nos Estados Unidos, de 1776, e na França, de 1789, para se converter na lei que espantaria de vez o fantasma da revolução e da desordem.

Assim também se deu no Brasil da Independência, onde o termo “radical” foi utilizado apenas para anatematizar os adversários. Aqui, lembra Lúcia Bastos, uma expressiva parcela das elites políticas e intelectuais era constituída de sacerdotes. A interferência das instâncias eclesiásticas na vida pública e a persistência do escravismo no Brasil diminuía a força da mensagem do liberalismo e davam à estrutura social uma rigidez típica do Antigo Regime. Apesar disso, acrescenta Lúcia Bastos, todo o movimento propiciado pela Revolução do Porto e, na sequência, pelo movimento da Independência foi fundamental para a introdução de ideias e práticas sociais inéditas.

A liberação e a difusão do prelo conquistadas a partir da Revolução Constitucionalista do Porto de 1820 contribuíram decisivamente para converter a Coroa em Estado, para extrair a política dos círculos palacianos e, finalmente, como consequência, para converter a política em coisa pública. Toda a agitação envolvendo o povo e a tropa do Rio de Janeiro nos momentos cruciais daqueles anos de 1821 e 1822 emprestou nova feição à praça pública.

A partir da difusão e do estabelecimento de concepções e práticas inéditas no mundo luso-brasileiro, apareceu, ainda que de forma incipiente, pela primeira vez, a noção de opinião pública. Esta era o produto do debate de ideias, cujo exercício cabia fundamentalmente à imprensa, mas que exigia igualmente instâncias de sociabilidade, a exemplo da maçonaria, e órgãos representativos, como as assembleias. Conceitos diferentes, lembra Lúcia Bastos, passaram a fazer parte do cotidiano dos indivíduos do mundo luso-brasileiro: Cortes, eleições, voto, deputado etc.

Novas palavras entraram no dia a dia, consolidando um vocabulário político herdado da Ilustração e identificado com o liberalismo e com o constitucionalismo, ao qual a elite intelectual de ambos os lados do Atlântico passou a recorrer. Vocabulário que, como lembra a autora, apesar de já anteriormente conhecido, ampliava o seu sentido no contexto das manifestações políticas do período.

Publicada na revista eletrônica *Trópico*, dezembro de 2003.

O primeiro político brasileiro

José Murilo de Carvalho (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999, 272 p.

Segundo lançamento da Coleção *Formadores do Brasil*, da Editora 34 Letras, o volume sobre Bernardo Pereira de Vasconcelos põe o leitor contemporâneo em contato com um dos personagens mais interessantes da nossa história política. Vasconcelos foi, talvez, o primeiro político de fato que o Brasil conheceu, pois os que o antecederam – Cairu, Bonifácio, Hipólito, Lêdo, Januário, enfim, a geração que fez a Independência – foram os nossos pais fundadores, em um tempo em que ainda nem mesmo havia o Brasil como uma sociedade organizada, quanto mais como Estado político.

Naturalmente que, sendo idealizada por José Murilo de Carvalho, esta coletânea ganha substância e destaque na coleção de que faz parte. A começar pelo ensaio assinado pelo historiador que, ao combinar a análise da biografia política aos discursos que a pontuaram, produz um retrato de corpo inteiro do polêmico personagem. Na seleção dos discursos e artigos, Murilo procurou contemplar os momentos cruciais da trajetória de Vasconcelos, correspondentes às várias fases de sua carreira, como também aqueles textos emblemáticos e definidores de suas ideias.

Bernardo Pereira de Vasconcelos surgiu na cena política nacional como deputado, na segunda encarnação da Assembleia, a de 1826. Apesar de ter sido mais de uma vez

ministro e de sempre ter atuado como jornalista, Vasconcelos era e sempre haveria de ser o deputado, o legislador. E sua grande missão foi a que empreendeu no Parlamento. Estreando timidamente em 1826, logo se transformou no orador mais brilhante e na primeira voz da oposição. Os contemporâneos ressaltam a precisão lógica e a agudeza de seu raciocínio, veiculado através de discursos onde a ironia e o sarcasmo funcionavam como eficazes armas retóricas. Vasconcelos, com seu enorme talento para a argumentação, foi o orador mais temido de seu tempo.

Segundo José Murilo de Carvalho, a preocupação inicial de Vasconcelos na Câmara foi colocar em funcionamento a monarquia representativa, acabar com os resíduos do absolutismo ainda vigentes na cabeça e nas práticas do Imperador, de seus ministros e até mesmo nas leis. E foi naquela primeira fase de sua atuação que Vasconcelos escreveu sua obra mais importante.

Mais alentado dos textos reunidos, a “Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais” é, segundo José Murilo, nosso primeiro manifesto liberal, um raro documento de nosso aprendizado democrático. Nela, Vasconcelos denunciava a violência da ação do governo na repressão aos revoltosos da Confederação do Equador e cobrava que os ministros fossem obrigados a apresentar relatórios, atender a convocações, enfim, a prestar contas de seus atos e ser por eles responsabilizados.

Bernardo Pereira de Vasconcelos foi o grande artífice do Ato Adicional que modificou substancialmente a Constituição outorgada por D. Pedro I, em 1824. Modificou-a, com o Ato de 1834, no sentido liberal, impregnando-a do

federalismo tão desejado pelos liberais da Independência, abolindo o Conselho de Estado e estabelecendo eleições populares para a escolha do chefe do governo. Voltaria a modificá-la, em sentido contrário, quatro anos depois, quando o político liberal que Vasconcelos fora já estava totalmente metamorfoseado pelo Regresso, movimento criado por ele e que deu origem ao Partido Conservador. Aí sua ação foi no sentido da centralização e do restabelecimento do Conselho de Estado.

O tom mais radical de Vasconcelos já se atenuava em 1834, ano mesmo de sua maior vitória como político liberal. Seu discurso de 1º de julho de 1834 repete os mesmos argumentos dos conservadores de 1823 contra a federalização do Império. Tal como aqueles, Vasconcelos chamava a atenção para a diferença entre o processo histórico de criação do Estado na América Inglesa e o nosso e apresentava como resultado previsível da descentralização do Brasil a anarquia e a guerra civil que ensanguentavam a América Espanhola.

Foi a partir da aprovação do Ato Adicional de 1834 que Vasconcelos começou a afastar-se dos antigos companheiros moderados, Diogo Antônio Feijó e Evaristo da Veiga, e a elaborar os princípios que orientariam a ação do Partido do Regresso. Esta guinada ideológica tem na sua profissão de fé o mais belo argumento de um vira-casaca que a história de nosso país já registrou. O texto atribuído a Vasconcelos, tantas vezes citado e que, segundo José Murilo de Carvalho, não se encontra em lugar algum de sua obra, serve de fio condutor ao ensaio que abre o volume.

Fui liberal; então a liberdade era nova em meu país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la; e por isso sou regressista. Não sou trãsfuga, não abandono a causa que defendi, no dia do seu perigo, de sua fraqueza: deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete. Quem sabe se, como hoje defendo o país contra a desorganização, depois de o haver defendido contra o despotismo e as comissões militares, não terei algum dia de dar outra vez a minha voz ao apoio e à defesa da liberdade? Os perigos da sociedade variam: como há de o político cego e imutável servir o seu país?

Avesso à democracia e à igualdade social, insensível à sorte dos escravos, pois foi, na fase conservadora, um defensor intransigente do tráfico e da escravidão, que considerava vitais para a economia brasileira, Vasconcelos foi também um teórico do liberalismo conservador em política e economia. Declarava-se contra qualquer tipo de protecionismo ou de monopólio estatal e dizia, fazendo uso de um tipo de imagem tão ao gosto da retórica do tempo, que as artes, o comércio e a indústria só pediam ao governo o que Diógenes pediu a Alexandre: que não lhes tape o sol da liberdade.

Aspecto paralelo, contemplado no livro apenas no caderno de imagens, mas igualmente digno de interesse, é o da presença de Bernardo Pereira de Vasconcelos na imprensa. A crítica do tempo será implacável com a migração política de Bernardo do liberalismo para o Regresso. Acusavam-no de venal e de navegar no mar da política com tantas bandeiras quantas lhe fizessem feição para a pilhagem. Mas será a paralisia progressiva, provocada supostamente pela sífilis na juventude, e que foi, gradativamente, tomando-lhe todo o corpo, o principal alvo da sátira impiedosa dos adversários.

Exemplar da baixaria a que chegava a imprensa do tempo eram as referências a D. Dioguina, sua irmã, que, em virtude da doença de Vasconcelos, fazia-lhe as vezes de dona da casa. *O Grito dos Oprimidos* propunha, em abril de 1833, a seguinte adivinhação: “Dá-se metade do ordenado de um ano de Senador, pago no Ceará em moeda forte, a quem ensinar o tratamento que os filhos de uma mulher devem dar a um irmão da dita, que é pai dos ditos”. Outro jornal dizia que Vasconcelos, desconhecendo ou postergando todo o pudor, achou, segundo a fama pública, um meio de duplicar os laços de parentesco, tendo filhos e sobrinhos ao mesmo tempo.

Um dos primeiros personagens a ser alvo da caricatura no Brasil, Vasconcelos foi um caricaturista da palavra, descobrindo com facilidade o ridículo alheio. Ele que, segundo Otávio Tarquínio de Sousa, não cultivava a benevolência de ninguém, além dos ataques e das réplicas, procurava também destruir os adversários com “versinhos”, nem sempre pudicos, que passava às bancadas e chegava ao

cúmulo de, da própria tribuna, arremedar gestos e exclamações dos contendores.

Para se ter uma ideia do padrão de jornalismo que fazia o primeiro grande político brasileiro, basta que se diga que *O Sete de Abril*, jornal que ele fez publicar depois da abdicação de D. Pedro I, era, segundo seu antigo aliado Evaristo da Veiga, lido não pela coerência de suas doutrinas, mas sim pela malignidade com que era escrito, malignidade que não respeita partido algum. Uma quadrinha, publicada em outro jornal, dizia: “Dizem que *O Sete de Abril* em fulano ferra o dente. Ora, é forte admiração ver um cão morder na gente”.

Se isto tudo não serve de consolo para os que assistem estarrecidos ao espetáculo que dão os nossos políticos de hoje na Câmara e no Senado, talvez sirva para refletir que o mistério da política reside justamente neste enigma: o de que um homem pode ser ao mesmo tempo um grande político e um grande canalha. Ou, de um ponto de vista mais pessimista, como queria Maquiavel, essas duas qualidades seriam mesmo indissociáveis.

Publicada no jornal *Folha de S.Paulo* em julho de 2007.

Humor paulistano

Cabrião. Semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis (1866-1867). São Paulo: UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 2000, 408 p.

No interessante ensaio com que prefacia o *Cabrião*, Délio Freire dos Santos vai recuperar a observação bem-humorada de Alcântara Machado sobre o jornalismo de sua terra:

Eu não conheço no mundo nem de ouvir falar coisa mais triste do que um jornal paulista. Não pode haver mesmo. Estou convencido. Tristeza hereditária e incurável a do paulista. O primeiro jornal pornográfico de São Paulo sabe como é que se chamava? O “Nu Piratiningano”? Não. “São Paulo em camisinha de meia”? Também não. “O gemido do Ipiranga”? Também não. Chamava-se “O pensador”.

O *Cabrião*, publicado entre 1866 e 1867, vem contradizer a tese do grande escritor paulista. Segunda incursão de fôlego do genial Ângelo Agostini na imprensa brasileira, tendo como redatores os jornalistas Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, o *Cabrião* foi um marco na história das nossas revistas ilustradas. Nele, o melhor texto se aliou ao melhor traço para produzir as melhores sátiras à Guerra do Paraguai publicadas naquele ano.

Foi munido do espírito revolucionário que inflamava os corações italianos, em meio ao sonho da unificação de seu país, que Ângelo Agostini empunhou o lápis e estreou na

imprensa paulistana. Ali iniciou uma trajetória que fez dele o grande nome da caricatura brasileira do século XIX. Este italiano, que nascera em Vercelli, na região do Piemonte, a 8 de abril de 1843, chegou ao Brasil provavelmente em 1859, vindo de Paris, onde fora estudar pintura. Radicando-se em São Paulo, suas primeiras manifestações foram no *Diabo Coxo* (1864) e no *Cabrião* (1866-1867). Ao se mudar para o Rio e, antes de criar sua própria revista, a *Revista Ilustrada* (1876-1898), Agostini atuou no *Arlequim* (1867), na *Vida Fluminense* (1868) e colaborou também com *O Mosquito* (1869-1875). O último jornal que editou foi *Dom Quixote*. Colaborou também com a *Gazeta de Notícias*, *O Malho* e com o célebre almanaque infantil *O Tico-Tico*. Ângelo Agostini faleceu no Rio de Janeiro, a 23 de janeiro de 1910.

No *Cabrião*, seu desenho é pesado e desigual, mas com muitos momentos de humor e de boas caricaturas. O traço é ainda mais escuro e esfumado do que seria na *Revista Ilustrada* e, aparentemente, ainda mais prejudicado pela má impressão. A impressão das revistas ilustradas daquele tempo, como se sabe, era feita pelo processo litográfico, e Agostini conseguiria posteriormente excelentes resultados. Mas, no *Cabrião*, muitas vezes o excesso de preto compromete a compreensão da imagem.

Do ponto de vista temático, o *Cabrião* é uma revista que trata naturalmente com mais constância do que acontece naquele momento em São Paulo, e a sua publicação hoje representa uma fonte de inestimável valor para os que estudam a história daquela província durante o Império. O grande interesse para quem estuda a história do Brasil está na representação da Guerra do Paraguai. Com algumas boas

caricaturas de D. Pedro II, algumas poucas de Solano López e outras tantas do Duque de Caxias, a guerra é mais interessante do ponto de vista de seu impacto sobre a população. Assim é que as questões envolvendo a substituição de convocados são motivo de chacota, bem como as fugas para escapar da convocação e a apresentação de soldados improvisados, sem o menor garbo ou mesmo sem condições físicas de combater.

Uma marca constante no trabalho desse artista é a maior liberdade do traço, com melhor resultado caricatural nas cenas urbanas envolvendo populares do que na representação das figuras da elite. Também divertidíssimas são as imagens que satirizavam a moda feminina então em voga. Como lembra Délio Freire dos Santos, “as primeiras peças iconográficas desse gênero sobre a vida paulistana nos vieram dos jornais humorísticos *Diabo Coxo* e, sobretudo, do *Cabrião*”.

Mas o que torna o *Cabrião* extremamente peculiar no cenário das publicações do gênero que circulavam na imprensa do tempo é o seu radical anticlericalismo. E isto talvez se deva à origem do seu ilustrador que, vindo de uma Itália em luta pela unificação, projeto ao qual se contrapunha o Papa, não terá pejo de atacar (de forma mais velada) o sumo pontífice, padres e freiras, em geral, mas, de maneira mais radical, os jesuítas. Chega a ser aborrecida a intensidade dos ataques contra a ordem fundada por Santo Inácio de Loyola: ao longo de boa parte do período em que foi publicado, o *Cabrião* dedicou quase a metade da parte impressa do periódico à publicação de supostas regras secretas da

Companhia de Jesus destinadas a desqualificá-la junto ao público.

Délio Freire dos Santos identifica o nome do jornal e de seus personagens com a obra de Eugène Sue, *Mistérios de Paris*, folhetim publicado em Paris no *Journal des Débats* entre 1842 e 1843 e, mais tarde, no *Le Constitutionnel*. Uma das características dos romances de Sue seria justamente a campanha contra os jesuítas. O personagem-título do jornal de Agostini, o Cabrião, tem como interlocutor permanente Pipelet, outro herói da galeria de Sue. E a história do Cabrião, narrada ao longo de alguns números, é claramente calcada nos romances de Sue. Qual a participação de Agostini na escrita dos textos? Esta é uma questão que os estudiosos de sua obra ainda não cuidaram de responder. Mas, certamente, em um jornal brasileiro onde um dos editores era claramente católico praticante, chegando a publicar depois um jornal para a Igreja, e o outro um desses boêmios românticos, alegres e irresponsáveis, na linha da boemia literária do seu tempo, o mais provável é que o anticlericalismo tivesse a inspiração do colaborador europeu.

Uma das primeiras inserções desse personagem fascinante que foi Ângelo Agostini na cena impressa brasileira, o *Cabrião* é fonte fundamental para entender sua trajetória e o espírito que animou sua ação ao longo dos anos de atividade jornalística. O ensaio assinado por Délio Freire dos Santos supre o que falta de informação sobre o lugar de Agostini na história da imprensa paulistana. Como ele mesmo diz:

Se faltou um Debret que, com sua arte admirável, nos deixasse tão extraordinária documentação sobre os costumes quanto a que subsiste na imprensa carioca, tivemos aqui Ângelo Agostini, um mestre do desenho e da caricatura, o grande caricaturista do Império!

Publicada na revista eletrônica *NO* (no.com.br), em junho de 2003.

Órfão de pátria

Lilia Moritz Schwarcz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 623 p.

Lá pelo final do filme *O Show de Truman*, quando a coisa se revela para o espectador como uma farsa totalmente montada em torno do personagem de um programa de TV, aparece a manchete de um jornal onde se lê que Truman tinha sido a primeira criança adotada por uma empresa. A história de D. Pedro II lembra a daquele personagem. Ele também foi uma criança criada e educada num cenário artificial, construído em torno e por causa dele, uma criança cujos movimentos eram minuciosamente controlados. D. Pedro II, órfão de mãe e abandonado aos cuidados da nação brasileira pelo pai aos cinco anos de idade, foi a primeira criança adotada por um país.

Possivelmente a cena mais traumática da sua infância deve ter sido a da manhã de 7 de abril de 1831, em que fora dormir herdeiro do trono e acordara Imperador do Brasil, sem pai, nem mãe, nem madrasta. Naquele dia, depois de um reinado marcado pela contradição entre discurso liberal e práticas absolutistas, D. Pedro I foi levado a abdicar em nome de seu pequeno filho. O menino, muito afeiçoado ao pai, já não mais o encontrou ao acordar. Foi vestido e levado, em prantos, aterrorizado, de S. Cristóvão ao Paço Imperial, para ser aclamado Imperador do Brasil. Talvez tenha lembrado dessa cena quando, na madrugada de 17 de novembro de 1889, pisou pela última vez em terra brasileira, expulso pelo

mesmo país que o educara e criara. Dois abandonos, duas orfandades: neste interregno cresceu o homem e cresceu a nação, numa simbiose que parecia impossível de ser desfeita.

Lilia Schwarcz recupera em seu livro a trajetória de D. Pedro e das várias imagens que se veicularam de sua persona: de órfão da nação a imperador tropical e mecenas do movimento romântico; de senhor da guerra a rei-cidadão; de soberano viajante, amigo e divulgador das ciências e das belas letras, a mártir da Pátria, morto no exílio. É empreendimento corajoso, tanto pelas dimensões do período quanto pelo caráter mítico do personagem e de sua trajetória, através dos quais fica difícil, como a autora mesma anota, distinguir onde acaba a metáfora e onde começa a história. O imperador viera ao mundo antes do menino: era mito antes de ser realidade. Os mestres, os horários rígidos, os costumes, a solidão revelam a triste realidade de um personagem que vai sendo esculpido como monarca. Daí a atitude que o acompanharia até a morte: o porte impassível, a cautela nas palavras, o caráter enigmático e pouco suscetível.

Aparentemente ia se deixando moldar, apático e dissimulado, mesmo quando a questão foi a do casamento. No entanto, mais de um contemporâneo registra sua decepção diante da Imperatriz que viera de encomenda da Europa e que em nada se assemelhava aos retratos que a antecederam. D. Teresa Cristina era feia, baixa, gorda e mancava de uma perna. Sob o impacto do primeiro encontro, o jovem monarca desolado chorou nos braços de sua aia, a Condessa de Belmonte. Ainda naquele momento acabou por se submeter ao que lhe recomendaram o

mordomo Paulo Barbosa: “Lembre-se da dignidade de seu cargo”; e a Condessa: “Cumpra seu dever, meu filho”. Mesmo para um rapaz tão conformado, foi uma dura empreitada. Diz Lilia que, apesar de todo o ritual e das medalhas comemorativas, na esfera íntima, digamos assim, o casamento demorou um pouco a se concretizar.

Após o casamento, o jovem príncipe começa a intervir na vida cultural do país. Filho do ambiente beletrista e bacharelesco do tempo, produto de uma esmerada educação que privilegiava os aspectos mais ornamentais do conhecimento, como era típico no Brasil do século XIX, D. Pedro logo encontraria sua turma no Instituto Histórico e Geográfico e na Academia de Belas-Artes. Durante as décadas de 1840 e 1850, no período que antecedeu a Guerra do Paraguai, D. Pedro foi o centro de uma incipiente vida cultural e científica. Além de dedicar-se aos estudos de astronomia, engenharia, medicina, hebraico e à tradução de textos clássicos, ele comandava um salão literário no Palácio de São Cristóvão, dirigia as sessões do Instituto Histórico, ia à ópera, acompanhava exames do Colégio Pedro II e inaugurava as exposições anuais da Academia de Belas-Artes.

São desta fase as representações pictóricas do Imperador tropical, sempre cercado de palmeiras, abacaxis, cajus e outros que tais. Por meio da mistura de elementos nativos e estrangeiros caracterizavam-se, simultaneamente, o monarca e a nação: um Habsburgo, alto, louro, de olhos azuis, envolto em um manto de penas de galo-da-serra, em meio a uma natureza exuberante. Este imperador e este império americano pediam um símbolo. A imagem escolhida, o índio, deixava na sombra tanto o negro, por

demais associado à vergonhosa escravidão, quanto o branco, seu feitor. Encarnação americana do “bom selvagem”, o índio era o representante mais digno e legítimo para o jovem país. Do contato entre essas duas imagens, diz Lília, saíram alterados tanto o imperador quanto o índio: os indígenas nunca foram tão brancos; o monarca jamais foi tão tropical.

Nessa fase do mecenato imperial, o indígena se torna tema privilegiado na literatura e nas artes. Entre os “patriotas caboclos”, como os apelidaria Varnhagen, avesso à elevação do índio àquelas alturas, logo se daria um racha. Tudo começou com a polêmica iniciada em 1856 em torno do poema de Gonçalves Magalhães: *A Confederação dos Tamoios*. Magalhães fazia parte daquela plêiade de artistas e intelectuais que, liderados pelo jovem imperador, pretendiam estabelecer as matrizes de nossa identidade cultural. Seu poema deveria ser um dos pilares daquele projeto. Mas o jovem e ambicioso filho do padre Alencar, o então quase desconhecido escritor José de Alencar, publicou no *Diário do Rio de Janeiro* violenta crítica ao poema de Magalhães. D. Pedro e sua turma reagiram através dos jornais. Alencar, que também teria grande atuação na vida política, pagaria caro por sua oposição à liderança intelectual do príncipe. Excluído do ministério, só lhe restaria vociferar através da imprensa contra as veleidades literárias do monarca: “Não seria muito mais feliz esse povo se seu defensor perpétuo (...) estivesse agora cogitando na difícil solução da situação financeira e perscrutando os males que nos afligem?”

Logo D. Pedro se ocuparia dos males que nos afligem. Sua segunda encarnação, durante os anos 1860, seria a de

senhor da guerra. Ou por total aversão aos caudilhos latino-americanos, com quem tinha pavor de vir a ser confundido, ou para se vingar de ter sido chamado nos jornais paraguaios de *El gran Macacón, rey de los macaquitos*, o fato é que D. Pedro prolongou a Guerra do Paraguai além do que até mesmo Caxias considerara necessário. Apenas para garantir que não sobrasse nem sombra de Solano López.

Ao senhor da guerra sucederá, nos anos 1870, o monarca cidadão e, com ele, o império tropical, apesar da escravidão, dar-se-á ares de democracia coroada. De cartola e casaca, o rei viaja pelo mundo, renuncia ao título de soberano porque a soberania era do povo, abole o beija-mão e rejeita títulos e estátuas. O país acompanha o rei e procura mostrar sua melhor imagem nas grandes exposições universais. Desde a primeira, em 1862, o esforço das elites e do imperador será no sentido de veicular uma imagem diversa deste país distante, agrícola, monárquico e escravocrata, mas que queria se ver representado como uma nação moderna e cosmopolita. Seu rei é um pioneiro, aberto às novas tecnologias, um dos primeiros a incorporar e popularizar a fotografia e o telefone.

Falando sobre a Proclamação da República, Mendes Fradique diz, na *História do Brasil pelo método confuso*, que esta era pedida nas facções, nos clubes, nos botequins, nos quartéis e até no Paço, onde um velho boêmio já estava farto de condecorar Gê-Acayabas e de visitar escolas tico-tico. Ao final de seu reinado, D. Pedro II parecia realmente farto, mas não das coisas que menciona o humorista. Estava farto mesmo era do cargo e da farsa. Farto de carregar o personagem, como confidenciaria à Condessa de Barral. O

menino que, aos doze anos, parecia um homem de quarenta
era, aos 64, quando foi deposto, um velho cansado e doente.
Sua incredulidade diante dos acontecimentos que
resultaram na República parecia fruto de seu gradativo
alheamento dos negócios públicos. Lilia acentua, no final de
seu trabalho, a representação do exílio e da morte do
Imperador como fecho ideal, quase necessário para a
consolidação definitiva do mito. Da mesma maneira que o
suicídio o foi para Vargas.

A rica e detalhada iconografia funciona aqui como
fonte e objeto, na medida em que a autora constrói seu
argumento aliando a análise das imagens à análise dos fatos
e à análise da versão dos fatos. Lilia estabelece um proveitoso
diálogo com as imagens e estas, com o que têm de
problemático, intencional, duvidoso, acabam sendo tão
reveladoras no que pretendem esconder quanto no que
querem mostrar. Sem dúvida, o trabalho de Lilia Schwarcz,
além da valiosa contribuição para a historiografia que, por
todos os seus já reconhecidos méritos, representa, é
demonstração de que a iconografia, quando bem utilizada,
pode ser muito boa para pensar.

Publicada no jornal *Folha de S.Paulo* em setembro de 1999.

D. Pedro II: talhado para ser monarca

José Murilo de Carvalho. *D. Pedro II: Ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 296 p.

Quando se acaba de ler a biografia de *D. Pedro II - Ser ou não Ser*, de José Murilo de Carvalho, o primeiro pensamento que nos ocorre é como teria sido sua vida se não tivesse nascido imperador do Brasil. Não que D. Pedro não tivesse qualidades para governar. Depois de quase 50 anos de reinado, como bem resume o autor, ele foi para o exílio “deixando consolidada a unidade do País, abolidos o tráfico e a escravidão e estabelecidas as bases do sistema representativo”.

Mas D. Pedro II era um homem de qualidades medianas. Na vida real teria sido um bom e honrado pai de família, um prosaico funcionário público, frequentador de rodas literárias, amante das belas letras, mas sem nenhum talento para elas. Seu texto era correto, mas sem brilho, sua poesia era deplorável, suas ideias eram sensatas, mas não exatamente ousadas.

Sua vida pessoal foi das mais tediosas; passou-a quase toda cercado de poucos amigos verdadeiros, em um lar triste e pouco confortável, com uma esposa sem encantos que não escolhera. Seu único consolo eram os livros e as filhas. As amigas que teve, amores platônicos em sua maioria, cultivou-as, na maior parte do tempo, por meio de cartas.

O longo diário que deixou supera o de Vargas na extensão e na sensaboria. São os diários de dois homens

minuciosos e permanentemente ocupados com a burocracia, atentos a ela, sabedores que eram dos perigos da má administração.

Talvez fossem essas características pessoais, aliadas a um excelente caráter, a uma total honestidade e a uma natureza bondosa, que tenham feito de D. Pedro II o homem mais bem talhado para ser o imperador do Brasil. Pois ele foi, sem dúvida, um bom governante e isto talvez tenha se devido exatamente às suas qualidades medianas: a falta de ambição e de gosto pela pompa necessariamente associada à posição que ocupava e a ausência dos sonhos de glória e de fama que impulsionaram seu pai.

Características que lhe faziam ver o lugar de imperador como “uma cruz que carregou por dever”. Orientava sua vida por um estrito sentido de cumprimento de suas obrigações e por valores de humanidade. Em seu diário escreveu que amava sobretudo, nesta sequência: a Deus, à humanidade, à Pátria, à família e, só por último, aos indivíduos. A humanidade vinha antes da Pátria.

Como imperador, D. Pedro II foi, antes de mais nada, um funcionário público exemplar que se dedicava quase exclusivamente ao serviço da nação. Como chefe de Estado, foi hábil para conservar todas as prerrogativas que lhe garantiam a Constituição de 1824, agindo sempre dentro da lei. Que lhe era favorável. herdara do avô a capacidade de se cercar de homens valiosos e de chamá-los e dispensá-los quando conviesse. Fez disso mesmo a base da estabilidade de seu reinado. Não é à toa que os grandes momentos de sua biografia coincidem com os grandes momentos da história brasileira na segunda metade do século XIX.

O livro de José Murilo nos proporciona uma análise minuciosa dos atos e pensamentos de D. Pedro II sobre a questão escravocrata. Certamente, todo o esforço do imperador no sentido de fazer com que fossem aprovadas as leis do fim do tráfico, do ventre livre e dos sexagenários, enfrentando um parlamento em que tanto liberais como conservadores defendiam a escravidão, muito honra a sua memória.

Ao lado disso, a permanente defesa da liberdade de imprensa – mesmo quando esta era usada contra ele e sua família, o que aconteceu muitas vezes – e seu trabalho incansável para tornar mais democráticas e funcionais as instituições representativas brasileiras bastam para erguê-lo acima dos brasileiros de seu tempo. Sua ação firme na Guerra do Paraguai, determinado que estava a deter o ditador que atacara e insultara seu país, proporcionou-lhe alguns dos poucos momentos de aclamação popular de seu reinado.

Em sua viagem aos Estados Unidos, a simplicidade de suas maneiras encantou os americanos e ele recebeu do povo e da elite daquele país as homenagens que poucas vezes recebeu em seu próprio país. Não se podia querer mal a um imperador que se vestia com modéstia, conversava com o mesmo interesse com todas as pessoas e que distinguia e valorizava o talento e a inteligência. Como diz o autor, era apenas nas viagens internacionais que ele podia se dar ao luxo de ser apenas Pedro de Alcântara, um homem simples que amava as belas letras e a ciência e que gostava de visitar lugares novos, de assistir a conferências, aulas e espetáculos como um espectador comum. A maneira quase ascética

como vivia na intimidade comprova seu desprendimento dos bens materiais. D. Pedro II não enriqueceu no trono. Ao contrário, empobreceu.

É interessante comparar o seu destino, a maneira como ficou aqui no Brasil, criança pequena, com suas três irmãs também meninas e sem nenhum outro parente por perto, com o do filho de Luís XVI e Maria Antonieta, o delfim, corrompido e massacrado pelos revolucionários. O nosso menino não teve amor de mãe, nem exemplo de pai para seguir, mas foi bem cuidado, bem-educado e se tornou um adulto cujos valores dizem bem dos que foram responsáveis por sua formação. Pelo menos em seus primeiros anos de vida, a pátria foi uma mãe gentil para o menino que, mesmo de longe, nunca deixou de amá-la e compreendê-la.

Publicada no jornal *O Estado de S.Paulo*, em julho de 2007.

A atriz, o Imperador e uma amizade acima de qualquer suspeita

Alessandra Vannucci (org.). *Uma amizade revelada: correspondência entre o Imperador dom Pedro II e Adelaide Ristori, a maior atriz de seu tempo*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004, 282 p.

Dos três monarcas que reinaram no Brasil, certamente a figura que menos desperta polêmica é a de D. Pedro II. Seu avô, D. João VI, passou à história como um medroso, tímido, depressivo, sem iniciativa, sem ação, a não ser a de fugir para o Brasil. Seu pai, D. Pedro I, era um mulherengo, péssimo marido, sovina, temperamental e autoritário. Desse cotejo, a figura humana de D. Pedro II sai francamente valorizada. E todos os novos livros que se vêm publicando sobre ele só confirmam a boa impressão.

Dessa safra faz parte este interessante achado, que é a correspondência com a atriz dramática italiana Adelaide Ristori. Nas tantas cartas que lhe escreveu, D. Pedro é sempre o mesmo: distinto, amável, culto, generoso. A profunda carência afetiva que marcaria suas relações pessoais aqui – de forma bem menos intensa do que na correspondência com a condessa de Barral – também se manifesta. É sempre a queixa de estar sendo esquecido, a cobrança por cartas, fotos e lembranças da amiga e de sua família. É sempre a afirmação da amizade, a fome de ligações mais estreitas com gente em que possa confiar, com quem possa conversar. A erudição de D. Pedro, suas preocupações com a alta cultura, seu conhecimento sobre as artes, seus estudos de tradução,

tudo aparece nessas cartas através dos títulos dos livros que encomenda à amiga, dos comentários sobre as obras recebidas, da preocupação de não escrever um italiano perfeito. Ao mesmo tempo, a vida familiar, as lembranças e recomendações da “esposa”, como chama nas cartas a imperatriz, para a amiga italiana, como ela, as saudades da filha, do genro e dos netos em viagem denunciam uma tranquila vida burguesa. Mas também, em mais de uma carta, aparece o monarca ocupado, sem tempo para escrever, angustiado com a terrível seca do Ceará (1877), que o teria deixado de cabelos brancos.

A correspondência cobre mais de vinte anos da vida do imperador. A primeira carta da Ristori para ele data de 1869, logo após a triunfal primeira viagem da atriz ao Brasil. Durante aquela temporada, o imperador e sua família acumularam de honrarias e de presentes valiosos. A última carta de D. Pedro II para Adelaide Ristori é de setembro de 1891, três meses antes da morte do ex-imperador em Paris. Cobrindo tantos anos, a correspondência é pontuada por referências a momentos trágicos da vida deste: a Guerra do Paraguai; a morte da filha Leopoldina e a morte da imperatriz, poucos dias depois de chegados à Europa após a Proclamação da República. Nas entrelinhas, também descobrimos mais um ou outro detalhe sobre a enorme influência da Barral especialmente seu ciúme da amizade do “amigo” com a atriz. Esta, sim, é uma relação cujo status nunca foi totalmente estabelecido.

No entanto, a grande personagem deste livro é Adelaide Ristori em seu ambiente: o dos artistas que viajavam em turnê pelo mundo na segunda metade do

século XIX. Através do excelente ensaio da organizadora desse volume, Alessandra Vannucci, ficamos conhecendo a mecânica das grandes companhias, as rivalidades entre as estrelas, a disputa pelo mercado, as negociações dos agentes que antecediavam cada uma dessas viagens e as técnicas de divulgação do espetáculo. Dentre essas, já se incluía, quando necessário, o pagamento à imprensa para críticas favoráveis, o release louvando as qualidades da artista e seu reconhecimento internacional. Também já se produziam peças promocionais, pequenos objetos a serem comercializados ao lado do espetáculo com a imagem da estrela da companhia. Era toda uma indústria cultural que antecipa a que conhecemos hoje.

A biografia de Adelaide Ristori tem, no entanto, uma peculiaridade que a distingue das demais estrelas do seu tempo. Enquanto a fama de uma vida de escândalos perseguia grandes atrizes como Eleonora Duse e Sarah Bernhardt, Adelaide Ristori era uma respeitável mãe de família. E uma mãe de família nobre. Pois casou-se, em 1848, com o marquês Giuliano Capranica Del Grillo, com quem teve dois filhos, Giorgio e Bianca, e com quem viveria um casamento feliz de mais de quarenta anos, até a morte do marquês, em 1892. Este revelou-se um competentíssimo empresário e foi, em grande parte, o responsável pela bem-sucedida carreira da mulher.

Adelaide Ristori revela-se, em suas cartas, uma mulher cultíssima e bem-informada sobre a situação política da Europa. Ao lado dos livros que recomenda a D. Pedro – que tinha total confiança nos critérios de seleção da amiga – seus comentários sobre a política de Napoleão III, sobre o

fuzilamento de Maximiliano, sobre a crise na Itália envolvendo o papa, suas críticas a este e sua simpatia pelos monarcas Vítor Emanuel e Umberto proporcionam uma interessante amostra do que se passava na Europa naquele momento. Fascina acompanhar a vida nômade da artista e pensar no que era ser uma mulher que, no final do século XIX, podia dizer que conhecia o mundo de cima a baixo. Estivera em quase todos os países da Europa, visitara a Índia, a Rússia e a Austrália. Fizera mais de uma turnê pelos Estados Unidos, estivera em Honolulu e em vários países da América Latina. A descrição que suas cartas proporcionam de alguns desses lugares, sobretudo do México, é apaixonante.

A bela edição da Biblioteca Nacional teve o cuidado de incluir trechos dos diários de D. Pedro II e da condessa de Barral, algumas cartas de D. Tereza Cristina para o genro, o conde d'Eu, e uma coleção de notas bastante elucidativas. Pena é que alguns erros tenham passado. Erros que, se não comprometem o livro como um todo, causam certo desconforto ao leitor mais atento. Nada que uma errata não possa resolver. No mais, é um belo documento de época, reunindo uma coleção de imagens interessantíssimas e lidando com um tema que sempre nos desperta a curiosidade: a vida de artista. E, ao lado disso, contribuindo para dar um pouco mais de cor ao retrato em preto e branco de nosso mais honrado monarca.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em fevereiro de 2005.

O príncipe das ruas do Rio

Eduardo Silva. *Dom Obá II d'África, o príncipe do povo: vida tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 264 p.

Transformar uma nota de pé de página, uma informação que a muitos pareceria lateral, em tema de tese, desenvolvê-la, retirando da pequena informação todas as suas possibilidades: este é o exercício a que se dedicou Eduardo Silva ao recuperar a história de D. Obá II d'África e, com ela, todo um mundo de relações e situações que remontam aos tempos da Guerra do Paraguai e alcançam a Proclamação da República. Num paciente esforço de reconstituição histórica, Eduardo Silva percorre a trajetória do obscuro personagem, revelando, através de um ângulo novo, importantes aspectos da realidade brasileira do século XIX. Cada etapa da vida de D. Obá funciona como ponto de fuga para a reelaboração de temas da história brasileira do período.

Quem trabalha com o Rio de Janeiro da virada do século certamente esbarrou com uma ou outra referência ao Príncipe Obá, tipo de rua que circulou pela cidade entre 1875 e 1890, quando morreu. Ora trajando fraque, cartola e *pince-nez* de ouro com vidros azuis, ora seu belo uniforme de alferes dos zuavos, com que se distinguiu durante a Guerra do Paraguai, Cândido da Fonseca Galvão, o Príncipe Obá, andava pelas ruas do Rio recebendo as reverências de uma corte de homens livres, escravos e libertos que viam nele a encarnação negra da realeza.

D. Obá nasceu em Lençóis, na Bahia. Para recuperar o cenário, a paisagem do semiárido, Eduardo Silva, especialista em estudos sobre o negro e a escravidão no Brasil, descreve a curiosa e acidentada aventura de Spix e Martius, que quase morreram à míngua quando se viram perdidos no sertão baiano. É dos naturalistas alemães a primeira descrição da terra onde nasceu D. Obá e a revelação das possíveis riquezas escondidas em seu subsolo. Os naturalistas compraram mantimentos de escravos de uma das fazendas da região, onde a cultura de subsistência estava entregue à iniciativa dos escravos. Eles, explica o autor, cultivavam suas pequenas roças nos dias de liberdade. Aqui, como em outros trabalhos do historiador, ressalta-se o aspecto negocial da relação entre senhor e escravo. Relação que esteve na origem do grande contingente de libertos, aqueles que adquiriram sua liberdade às custas do trabalho realizado nas “horas vagas”.

Lençóis era, em 1864, a mais importante cidade do centro-oeste baiano, status que alcançara em virtude da corrida às suas jazidas de diamante. Um perfil de suas elites e do papel que desempenharam na arregimentação de tropas para lutar no Paraguai liga, de maneira eficiente, um assunto a outro. Pois foi a incorporação aos quadros do Exército como voluntário que proporcionou ao Príncipe Obá a aquisição de um lugar no mundo dos brancos. Eduardo não é dos que apostam que todo o contingente de escravos, homens livres negros e de libertos que lutaram no Paraguai fosse composto apenas de voluntários de pau e corda, recrutados na marra. Muitos o foram de fato, principalmente os arruaceiros, os mestres da pernada carioca e da capoeiragem soteropolitana. Mas não foi este o caso de D.

Obá. Para ele, como para muitos outros homens livres de cor, o Exército representou uma via de integração na sociedade mais ampla.

No entanto, esses mesmos combatentes que tiveram na guerra um meio de valorização, no pós-guerra experimentariam um sentimento de profundo desencanto. Ou por ter se tornado mais evidente a situação de desvantagem social em que tinham vivido antes, ou por terem criado grandes expectativas, depois da guerra tornaram-se todos eternos credores do Estado. É aí que surge o tipo do veterano resmungão a destilar sua amargura através de longos e numerosos requerimentos. A frustração também levava ao alcoolismo e à doença mental. D. Obá não escapou a esse destino. Em maio de 1876, era um dos internos do Asilo de Inválidos da Pátria.

D. Obá chegara ao Rio em 1875. Era um negro de estatura gigantesca, de porte marcial e de olhar respeitável, como o descreveu um contemporâneo. Aqui se integraria ao universo da chamada Pequena África. A comunidade formada pelos distritos de Santana, Cidade Nova, Santo Cristo, Saúde e Gamboa, que ganhava a vida através da herança comum afro-brasileira de trabalho, festa e religião. Aqui já pontificava, desde 1872, Hilário Jovino Ferreira, pernambucano, criado em Salvador, mais conhecido como Lalau de Ouro, criador dos primeiros ranchos carnavalescos. É o mundo das “tias baianas”, matriarcas poderosas em torno das quais se organiza, em parte, aquela comunidade, como Hilária Batista de Almeida, a famosa tia Ciata de Oxum, nascida em Salvador em 1854 e que chegou ao Rio em 1876; Tia Amélia do Aragon, mãe do Donga; e Tia Perciliana de

Santo Amaro, mãe do Chico da Baiana. Quase todas elas eram frequentadoras do candomblé nagô de João Alabá, que ficava no nº 174 da Rua Barão de São Félix. Quando morreu, em 1890, D. Obá morava no número 26 dessa mesma rua, “área de cortiços superpovoados, capoeiras, prostitutas e feiticeiros”. Perto de sua casa, no número 132, ficava o famoso “Cabeça de Porco”, velho casarão que, depois de dividido e subdividido, passara a abrigar inúmeras famílias. O Cabeça de Porco, denominação que se incorporaria ao nosso vocabulário, quando foi demolido, em 1893, tinha seu prédio principal dividido em 104 quartos.

D. Obá reinava sobre essa gente, da qual recebia donativos que lhe garantiam não só a sobrevivência, mas também o apuro dos trajes e a publicação de seus artigos nos jornais. Convicto da nobreza de sua estirpe, o príncipe afro-brasileiro, descendente de Abiodun (num trabalho quase arqueológico, o historiador conseguiu recuperar as origens africanas de D. Obá), comparecia religiosamente ao beija-mão que D. Pedro II dava aos sábados, em São Cristóvão. Um *flash* do que era essa cerimônia é proporcionado pela descrição do beija-mão do dia 13 de outubro de 1883. A ele compareceram cerca de vinte pessoas. Eduardo Silva destaca a presença do alemão Carl von Koseritz e do mandarim Tong Kingsing, cuja vinda ao Brasil causou *frisson* na sociedade carioca do tempo. Cada um destes representava, junto com D. Obá, três destinos diversos não só para a economia nacional, como também para a própria constituição da sociedade brasileira. Koseritz estava em campanha em favor da imigração alemã para o país, projeto que trazia em si, a um só tempo, o estímulo à cultura da pequena propriedade

em oposição ao latifúndio e a possibilidade do “branqueamento” da população. Perspectiva que mobilizava nossos intelectuais, em virtude das correntes científicas em voga, preconizadoras de um tenebroso destino para o mestiço povo brasileiro.

A presença do mandarim chinês tinha a ver com a aflição em que viviam os grandes proprietários de terra e senhores de escravos com o impasse que a escassez dessa mão de obra, resultante da política de abolição do tráfico e de limitações criadas pelas leis, trouxera para o futuro de seus negócios. Considerava-se a possibilidade da importação de asiáticos, cuja proverbial docilidade, supunha-se, facilitaria a submissão a um regime de semiescravidão. Em contrapartida, temia-se pelos estragos que sua assimilação produziria na eugenia nacional, já tão prejudicada, do ponto de vista das teorias do tempo, pelo cadinho racial que misturara aqui brancos, negros e índios.

A corrente que D. Obá representava era a que queria que o Brasil continuasse a importar mão de obra da África, desta vez trazendo homens livres em vez de escravos. Em virtude deste projeto, D. Obá fez, sem sucesso, campanha para ser nomeado embaixador do Império do Brasil na costa da África. Foram tantas as sátiras nos jornais do tempo a esta pretensão que ele teve que contra-atacar, através de um dos seus artigos de jornal, indagando: “Dizem que é vergonha ir Obá nomeado para Guiné enviar ao Brasil para as florestas livres braços. Como não fora vergonha o Príncipe ir nos zuavos para o Paraguai comer balas?”.

Através da história deste fantástico D. Obá, emergem aspectos do cotidiano, da ambiência cultural e do universo

simbólico em que viviam os escravos, os libertos e os homens livres de cor do Brasil do século XIX. Com seu estilo original, sua escrita tosca, mas exuberante, seu orgulho de soldado brasileiro, seu livre trânsito junto ao complacente Imperador, D. Obá representa algum ponto de contato, ainda que tênue, entre as elites dominantes de então e a massa brasileira que emergia da desagregação da sociedade tradicional. Vazado no texto elegante e economicamente correto de Eduardo Silva, este livro é uma contribuição única e original à moderna historiografia brasileira.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em janeiro de 1998.

Memória e história de dois herdeiros muito especiais do barão de Pati do Alferes

Maria Werneck de Castro. *No tempo dos barões – histórias do apogeu e decadência de uma família fluminense no ciclo do café*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2004, 212 p.

Para o brasileiro comum, para aquele sujeito de classe média cuja família tem um ou outro figurão, mas nada que se possa chamar de nobreza do tempo do Império, descender de barões continua a ter um charme incrível. Não se conhece alguém assim sem dizer depois, sabe de quem ele descende? Do barão de não sei das quantas. E quando o personagem descende de alguém que foi além do título e por algum motivo deixou seu nome na história, a legenda do amigo descendente ganha mais força, mais distinção.

Melhor ainda é quando esse nosso conhecido fez ele próprio uma carreira que realçou com o brilho de suas qualidades pessoais. Moacir Werneck de Castro é um caso desses. Um jornalista admirável, um escritor apreciado pela distinção de seu estilo, um historiador que explorou temas originais, com argúcia e trabalho sério de pesquisa. Ao par disso tudo, Moacir é um gentil-homem, pessoa de modos refinados, de conversa culta e agradável.

O livro *No tempo dos barões: a Menina do Abaíba*, que a editora Bem-te-vi está lançando, é de Maria Werneck, uma das irmãs mais velhas de Moacir. Possivelmente a que lhe era mais próxima, pois na narrativa, de caráter biográfico, transparece a enorme afeição que um sente pelo outro. E a

própria produção desse livro, depois da morte de Maria em 2000, é ainda uma prova dessa amizade fraterna.

O livro tem como sua primeira parte um depoimento de Maria sobre sua infância na fazenda do Abaíba, na região de Pati do Alferes, da qual o bisavô de Moacir e Maria foi o grão senhor na segunda metade do século XIX. Esta primeira parte tem o estilo mais solto do depoimento; a naturalidade na referência a parentes e amigos que hoje fazem parte da história; episódios banais da vida familiar que ganham significado especial por conta dos personagens envolvidos, tudo é falado sem pretensão, com graça e leveza. Mas também de forma menos objetiva, sem a ordem que o escritor mais experimentado costuma dar a este tipo de texto.

Antes desse livro que deixou inédito, Maria só publicou reflexões sobre o desenho científico no Brasil, área a que se dedicou depois de se aposentar dos Correios, onde foi funcionária de 1935 até 1971.

Por tudo isso, a primeira parte do livro toca e comove pelo que tem de triste a derrocada das pessoas que foram muito ricas, que tiveram a sua grandeza, vistas pelos olhos de uma menina que nasceu em 1905. Maria registra a imagem da avó, Maria Isabel, viscondessa de Arcozelo, que conheceu ainda imponente em sua grande casa na fazenda de Monte Alegre, guardando ainda muito do mobiliário e da louça do tempo em que viveram o marido e o Barão de Pati do Alferes, seu pai. A menina viu a grande senhora que fora tão rica, que tivera tantas fazendas, que em sua casa recebia mais de 30 pessoas para jantar e pernoitar porque quartos e comida havia à farta, ter que vender a fazenda para o genro

e mudar-se para uma casa muito modesta. A cena que guardou do enterro da viscondessa é notável: “Nunca esqueci a cena, eu de luto, em pé na varanda da sala de jantar, vendo passar o caixãozinho carregado pelos ex-escravos, maltrapilhos, descalços, de chapéu na mão, um a um”.

Como a viscondessa, muitos outros personagens da família dão testemunho do que era ser rico e nobre no Brasil do final do século XIX: o primo Quinquim do Guaxe, herdeiro único da mãe e de uma tia solteirona, dono de fazenda Tabões, tão estroina que no auge da fortuna mandou vir da Inglaterra um cavalo puro sangue com tratador e treinador. Aliás, os cavalos foram a causa da sua ruína, viciado em apostas, morreu pobre vivendo de favor na casa da filha em Jacarepaguá; o tio Antonio Velho Ribeiro de Avelar, tido como misógino, que tinha a seu serviço um casal francês que teria servido à princesa Isabel. E tia Zizinha, herdeira deste e irmã da mãe de Maria, que viu morrer todos os filhos e legou tudo o que tinha como herança para um advogado esperto por quem se deixara dominar.

Muito da narrativa da primeira parte, escrita na primeira pessoa, tem o sabor de um diário de menina. Mas é a segunda parte do livro que nos ajuda a decifrar a primeira. Esta teve que ser reconstituída a partir das notas da própria Maria e do material coletado por ela, mas que não tivera tempo de organizar. Moacir respeitou o estilo da irmã, mas mesmo assim sentimos uma mudança na forma do texto, que se torna mais objetivo e claro, fornecendo material de grande valia para juntar o que é memória ao que é história.

A segunda parte do livro junta as duas pontas da história: de um lado nos proporciona um quadro mais

definido da genealogia da família, um perfil biográfico do Barão de Pati do Alferes e a relação da família com a questão dos escravos. De outro lado, ficamos conhecendo a história de Maria, de seus irmãos e de seus pais. Maria, mais do que Moacir, o filho caçula e temporão, era a guardiã da memória da família. Por isso pode nos proporcionar uma imagem preciosa da infância do jornalista e de seus irmãos na Blumenau da segunda e terceira década do século XX, para onde a família se transferiu em virtude do emprego finalmente conseguido pelo pai.

Aliás, é imagem muito delicada a que nos deixa do pai, Luizinho, o típico neto de avós ricos, filho de pais nobres e que se torna pobre. Filho do visconde de Arcozelo, educado na Europa, onde fizera amigos que continuavam a acreditá-lo riquíssimo no Brasil, talvez envergonhasse ao personagem proustiano que Luizinho se revela nessas páginas a mesquinha luta pela sobrevivência da classe média. Homem que tivera muita dificuldade de se adaptar ao mundo do trabalho, o filho do visconde de Arcozelo deixou, no entanto, como herança para os filhos um profundo sentido de justiça social, que foi a marca da vida de todos eles.

Tudo nesse livro é de uma delicadeza nobre: tanto a vergonha de Maria pelos maus-tratos que seus avós impingiram aos escravos, ao lado da profunda pena pelo que representou de sofrimento para seus pais e avós o gradativo empobrecimento da família; a consciência do valor das coisas boas e belas que se perderam com o patrimônio; e uma nota aristocrática que escapa aqui e ali na maneira de se expressar. Junto com a sensibilidade política e social da

autora e do organizador essas coisas fazem de *A Menina da Abaiba* um documento precioso e belo.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em fevereiro de 2005.

Historiadores lançam novas teorias sobre as causas da guerra do Paraguai

Maria Eduarda Magalhães (org.). *A Guerra do Paraguai – 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, 231 p.

Foi durante a Guerra do Paraguai, segundo me contou José Murilo de Carvalho, que os argentinos aprenderam a nos chamar de “macaquitos”. Aprenderam com os paraguaios que, diante dos grandes contingentes de soldados negros que combatiam do lado brasileiro, escolheram como sinônimo depreciativo da brasilidade a representação zoológica e pejorativa que faziam dos afro-americanos.

Ao longo do seminário realizado em novembro de 1994, na Biblioteca Nacional, sobre a “mais sanguinolenta e mais destrutiva das guerras que já assolaram a América Latina”, nas palavras de Leslie Bethell, a questão polêmica ficou por conta do suposto interesse da Grã-Bretanha na destruição da República paraguaia sob a ditadura de Solano López. No entanto, na mesma edição, o professor Enrique Amayo, ao ressaltar o caráter imperial da chamada “Pax Britannica” – nome pelo qual teria ficado conhecido o século XIX – diz que ela se caracterizou pela relativa paz na Europa e pelas chamadas guerras coloniais, nas quais os interesses das grandes potências, aparentemente apaziguados nas metrópoles, se confrontavam de formas muitas vezes violentas. Como na Guerra do Paraguai, que teria tido por fim abrir o mercado paraguaio às mercadorias inglesas. Leslie Bethell, por sua vez, procura demonstrar justamente o

contrário: que a Inglaterra nada ganhou com a destruição do Paraguai. Que a suposta participação da Inglaterra no conflito contraria todas as outras medidas tomadas pela Coroa inglesa na política colonial do período.

Este é o aspecto novo deste livro organizado por Maria Eduarda Castro Magalhães Marques, em que convivem lado a lado teses diversas. De um lado, Leslie Bethell, grande historiador inglês especializado no Brasil; de outro, o próprio coordenador do seminário, Carlos Guilherme Mota, e seu colega da USP Fernando Novais. Do lado destes, sobressaindo-se por ser um especialista no assunto, Enrique Amayo, que encarou de forma mais circunstanciada a questão inglesa. Sintoma do novo espírito da academia é que duas teses opostas convivam e saiam incólumes de um mesmo seminário, passando a frequentar lado a lado um livro de seriedade inquestionável.

Nova também é a versão que o professor Eduardo Silva cria no seu admirável texto sobre os voluntários da pátria. Silva destaca especialmente o papel dos voluntários negros, para os quais a guerra representou a aquisição de um status social antes inexistente. Numa pesquisa meticulosa, ele reconstituiu a trajetória de Obá II d'África, notável príncipe africano, em trabalho inédito na historiografia brasileira.

Tem sabor de novidade também o texto de Francisco Alembert sobre três versões literárias do conflito: as crônicas de Machado de Assis no período; o livro de Taunay, *A retirada da Laguna*; e a série de conferências de Baptista Pereira sobre o assunto. O texto instiga a curiosidade, notadamente pela revelação de um Machado jovem, aguerrido, cheio de gás contra a barbárie que identifica nos

paraguaios e em Solano López. Um Machado desconhecido de nós e que faria aquele outro ruborizar.

O texto de Leon Pommer ressalta o papel da guerra na construção e consolidação do Estado argentino e a aliança dos interesses ingleses com esse projeto. É, ao que parece, uma visão que destoa das demais, pois apresenta a política colonial inglesa como um colonialismo “do bem” e, ao reconhecer a ação da Inglaterra no chamado esforço de guerra, a considera um sinal positivo pelo que trouxe de benefício ao fortalecimento da Argentina.

O importante papel da Marinha na guerra é o objeto do estudo de Max Justo Guedes, que revela aspectos bastante específicos das batalhas. Fica faltando, no texto do crítico de arte paraguaio Ticio Escobar, que fala sobre as imagens da guerra veiculadas pela imprensa, o registro do humor de caserna expresso nas caricaturas dos jornais daqui e de lá.

Fecha o livro com elegância o embaixador Alberto da Costa e Silva. Se não faz um estudo aprofundado sobre o assunto, é dele o *insight* de que a guerra foi motivada pelos grandes interesses gaúchos no Uruguai. O Brasil entrou na guerra por causa do Rio Grande, por causa daquela gente estranha, resultante de uma química específica, que criara a figura apaixonante e apaixonada do gaúcho, sempre a pelejar em duelos à faca, na beira do fogo, cultura de fronteira, coisa de tango, coisa de macho. Ali, os partidos políticos eram plurinacionais e se aliavam e combatiam brasileiros, uruguaios, bonaerenses, entrerrianos e correntinos, divididos em partidos que tinham réplicas além-fronteiras, fossem eles blancos ou colorados, unitários ou federalistas, maragatos ou chimangos. Segundo Costa e Silva, foi essa

permanente disputa entre os interesses do comércio e do campo, nesse lugar com realidade política própria, que empurrou o Brasil para a guerra.

Deve-se ao professor Leslie Bethell o relato mais preciso dos acontecimentos que levaram à chamada Guerra da Tríplice Aliança. É também dele a detalhada cronologia que abre o volume. O livro ainda traz o mais completo levantamento bibliográfico e documental sobre o assunto. Informações preciosas nesta obra notável com que se comemoraram os 130 anos da guerra que legou para nós, brasileiros, um exército nacional constituído, armado e cheio de *esprit de corps*.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em dezembro de 1995.

Joaquim Nabuco: entre a Monarquia e a República

Ricardo Salles. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, 343 p.

Joaquim Nabuco: um pensador do Império, de Ricardo Salles, é muito mais do que uma biografia intelectual. O esforço do autor foi no sentido de produzir a análise mais profunda e circunstanciada possível da obra de Joaquim Nabuco, relacionando-a diretamente com sua trajetória política. Ricardo Salles procurou estabelecer as matrizes de cada uma das atitudes intelectuais de Nabuco – que estiveram sempre na base de suas atitudes na vida pública – identificando seu lugar no contexto da história das ideias; a tradição a que cada uma delas se filiava e as consequências da adesão de Nabuco a elas para sua vida.

Numa outra frente, Salles procurou identificar seu papel na história do Brasil – de como ele atuou nela e como ela influenciou sobre o seu destino – e as influências dessas duas histórias, a do Brasil e a de Joaquim Nabuco, na obra de Joaquim Nabuco. Tarefa árdua que, para garantir o perfeito encadeamento dos assuntos, fazendo com que eles dialoguem entre si e inserindo nesse movimento eventuais discussões com autores que já se debruçaram sobre o tema – dos quais o mais notável é o historiador Evaldo Cabral de Mello –, resultou em um livro que exige atenção redobrada do leitor.

Ricardo constrói seu argumento apresentando inicialmente uma panorâmica de como o tema da escravidão (e seu oposto, a liberdade) foi trabalhado no desenvolvimento das ideias liberais no Ocidente entre os séculos XVIII e XIX. Em seguida, o autor apresenta a maneira como essas ideias foram absorvidas e adaptadas pelas elites pensantes brasileiras. Nesse contexto, é que Ricardo vai situar o pensamento abolicionista de Joaquim Nabuco. Para Salles, Nabuco, que começara sua militância abolicionista durante o curso de Direito em São Paulo, radicalizou as propostas daquele movimento ao incluir nelas a ideia de que a Abolição só se completaria com a integração da população escrava à Nação, com a inclusão desta na cidadania, representada pela instrução.

Ricardo ressalta no abolicionismo de Nabuco, por um lado, a ausência de qualquer traço de racismo, ou racialismo, como querem alguns, e, por outro, sua profunda adesão à Monarquia: sua convicção de que a Abolição seria o coroamento da grande obra da dinastia Bragança no Brasil.

Mas a adesão dos ex-senhores de escravos à causa republicana, logo após a Abolição, garantiu o sucesso da revolução de 15 de novembro de 1889 e representou o encerramento daquele projeto. Os anos que se seguiram à Proclamação da República foram para Nabuco anos de exclusão. Preparado que fora para seguir a trajetória do pai na vida pública e estando profundamente ligado ao projeto monarquista, viu-se subitamente fora de lugar. Durante dez anos ele se manteria à margem da política, sem qualquer função pública, vivendo fora do Brasil durante parte desse tempo.

Nabuco não era um monarquista como os demais, pois o radicalismo de suas posições no abolicionismo e o caráter conciliador de sua visão da política – atitude que herdara do pai – o afastavam tanto dos monarquistas quanto dos liberais do Império aos quais estivera formalmente ligado. Nunca fora um homem do partido, era um homem do país. Acreditava que o Brasil tinha um papel importante no contexto das nações americanas; sua Monarquia o ligava à Europa e o aproximava da Inglaterra, a nação modelo do liberalismo moderno. A Monarquia e sua estabilidade preservavam a imagem do Brasil, que assim evitava confundir-se com os demais países da América Latina, agitados por sangrentas revoluções e governados por sucessivos governos militares. Desse ponto de vista, a República era um retrocesso.

Em meio ao desencanto de que é tomado após a República, Nabuco vive um período de profunda religiosidade. Suas reflexões sobre a importância e o papel da fé naquela fase refletem também o impacto da grande desilusão política que vivera: a decepção pessoal que associara a ela e a frustração diante de um mundo que vira ruir e para o qual não via remissão. O mergulho na fé foi fundamental para a volta de Nabuco à vida pública, pois o fez repensar seu próprio papel. Seria através da recuperação da memória do Império, de seus grandes homens, liderados pelo Imperador D. Pedro II, os quais ele reuniria em seu *Um estadista do Império*, que ele encetaria a volta ao cenário nacional.

A biografia do pai foi o lugar e o pretexto para Nabuco representar o regime monarquista com as cores ideais. Nesse

cenário, Dom Pedro II aparece como o líder iluminado e o centralismo que marcara o seu reinado como a fórmula para impedir a fragmentação do país. Para ele, a Monarquia fora o lugar dos grandes homens, membros de uma elite fundamental para a condução da política. Política essa mesma entendida como seu ofício exclusivo. Pois, a seu ver, o povo, estragado por tantos anos de escravidão, não tinha sentimento cívico, não estava preparado para o autogoverno.

Foi após a publicação dessa obra e antes de publicar seu livro de memórias, *Minha formação*, que a Monarquia deixou de ser para Nabuco um projeto para se tornar uma utopia inalcançável, cujos bons exemplos poderiam, no entanto, iluminar a República. Conformer-se com a República representou também para Nabuco a revisão de suas ideias abolicionistas. Suas obras de memorialista, se não adotam as teorias científicas do tempo, que afirmavam a inferioridade natural do negro e do mestiço, já não advogam como imprescindível para o sucesso de qualquer projeto político futuro a integração da população negra e ex-escrava ao corpo da Nação.

O foco havia mudado. A República ameaçava a integridade da própria nação. E era a nação brasileira, enquanto unidade, a grande obra que vinha sendo edificada desde Pedro I, que precisava ser protegida e conservada. A ameaça representada pelo expansionismo imperialista dos Estados Unidos foi a causa da adesão de Nabuco ao serviço público republicano na qualidade de diplomata. Atendendo ao convite de outro monarquista que também resolvera servir à República, Rio Branco, sua missão, daí em diante,

seria lutar pela preservação da soberania nacional e das nossas fronteiras ameaçadas.

É com a adesão de Nabuco à República e com a identificação da filosofia que orientaria sua política diplomática que o livro se conclui. Para produzir esse retrato tão bem-acabado de Joaquim Nabuco, Ricardo Salles mergulhou fundo na mecânica de seu objeto, desvendando suas contradições e relativizando-as no contexto em que se deram. O resultado desse belo trabalho analítico é a imagem densa e bem estabelecida de Joaquim Nabuco, de sua obra e de seu tempo.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em agosto de 2003.

Histórias de um Rio que se perdeu

Luís Martins. *Lapa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, 172 p.

Luís Martins. *Noturno da Lapa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, 286 p.

Joaquim Manuel de Macedo. Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro. São Paulo: Planeta, 2004, 336p.

Como o Rio tem mudado nestes últimos tempos! Podemos quase dizer que Copacabana vai aos poucos matando o Rio. Porque Copacabana pouco ou nada tem a ver com o Rio. Copacabana é alegre, é luminosa, é turística, é cosmopolita, vitaminada, esportiva e incontestavelmente bela. Mas não é o Rio. O Rio é a velha cidade imperial das ruas mal calçadas que aos crepúsculos se iluminavam a bico de gás. São os becos estreitos e sinuosos, com recordações coloniais apontando a cada passo.

O trecho acima, de 1948, é citado pelo próprio autor, Luís Martins, em *Noturno da Lapa*, livro pela primeira vez publicado em 1966, reeditado em 1979, quando ainda era vivo o autor, e novamente apresentado agora pela José Olympio numa embalagem que também inclui o injustamente polêmico romance *Lapa*, de 1936. Martins mudara para São Paulo em 1937, movido pelos desgostos que a perseguição do governo Vargas a ele por conta do caráter subversivo e imoral de Lapa tinha provocado. Tornar-se-ia paulistano de coração, como ele mesmo diz: “Eu tenho orgulho de ser paulista de adoção”.

O Rio de Janeiro onde nascera e vivera todas as aventuras que inspiraram o romance e que subsidiavam em grande parte o *Noturno da Lapa* desaparecera. Morando em São Paulo, ele ainda viveria muito do que a Lapa tivera de vida boêmia nas visitas frequentes que faria ao Rio. Mas a Lapa que conhecera no começo da década de 1930 perdera a graça original durante a Segunda Grande Guerra e, no pós-guerra, o próprio Rio de Janeiro já havia mudado seu eixo no sentido da Zona Sul.

Copacabana começava a atrair a cidade e os olhares do resto do Brasil para lá. Era outro Rio, este Rio que conhecemos hoje, cuja história está magistralmente levantada nas páginas de *Chega de saudade* e em outros livros do prefaciador dessa edição de Luís Martins, Ruy Castro. O Rio que seria o Rio de Ruy Castro, Paulo Francis e da turma do *Pasquim* começava a nascer com a morte da velha Lapa. Por isso, quando perguntavam a Luís Martins se, morando em São Paulo, não tinha saudades do Rio, respondia: “Tenho muitas saudades do Rio quando estou no Rio”.

O Rio de Janeiro de Martins e dos seus contemporâneos era ainda o Rio de Janeiro do século XIX. Era ainda o Rio de Janeiro das velhas casas da rua de Matacavalos (atual rua do Riachuelo, na Lapa), tão frequentadas pelos mais respeitáveis personagens de Machado. Na década de 1930, o bairro já perdera há muito seu aspecto familiar, era ocupado por muitos cabarés, bares, hotéis suspeitos e pensões de mulheres. Já tinha adquirido a feição boêmia que seria a sua marca. O velho casario era o mesmo, mas os seus usos eram bem outros.

Os dois livros de Martins tratam a Lapa de maneira bem diferente. O *Noturno* é francamente boêmio, masculino, recheado de personagens conhecidos, escritores, jornalistas, pintores, poetas... Anedotas, farras homéricas, pequenas molecagens típicas da boemia de todos os tempos fazem dele uma leitura deliciosa. *Lapa*, por sua vez, é todo um lamento pelas vidas desperdiçadas das mulheres da Lapa. Do ponto de vista literário, *Lapa* não é um grande livro e o autor se apressa a informar ao leitor que sabe disto. Quis fazer uma reportagem. Mas o livro não é uma reportagem, pois trata muito de perto os dramas individuais e tem como protagonista um personagem vivendo seu próprio drama íntimo, sua própria experiência autodestrutiva. Martins nega que tudo o que narra tenha se passado com ele, mas em *Noturno* revela aspectos de sua biografia que coincidem com os do personagem.

Não há nos livros de Martins qualquer referência a uma “malandragem da Lapa”. Aqui e ali aparece um leão-de-chácara, ou um cafetão mais espaçoso, mas a figura do malandro clássico, popularizada pela música popular, com seu terno branco, chapéu e navalha, não é personagem em nenhum dos dois livros. Talvez porque Martins frequentasse um circuito mais intelectualizado, sendo ele mesmo um jovem boêmio de classe média, talvez porque haja um tanto de ficção romântica na construção deste suposto malandro que, ao vivo, possivelmente não tivesse tanto glamour.

O Rio de Janeiro é o tema de outro livro que se reedita neste momento: *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, de Joaquim Manuel de Macedo. A uni-lo aos de Luís Martins, a consciência deste último de que o verdadeiro Rio de Janeiro

não conhecia a Zona Sul. Se Martins e Macedo estavam separados por quase um século, o Rio de Janeiro que contemplam, pelo menos em sua paisagem física, tem muito em comum. Macedo passeia por alguns recantos (bem poucos, aliás) da cidade, proporcionando uma descrição detalhada dos ambientes que resulta em material muito útil para os que trabalham com a recuperação do patrimônio. O autor é defensor da preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro e seu relato tem claramente o objetivo de identificá-lo e de chamar a atenção da sociedade e do Estado para a sua importância e para a necessidade de preservá-lo.

Macedo recupera a história daqueles lugares e dos fatos e personagens pitorescos a eles ligados. E o que o seu livro tem de mais interessante para o leitor de hoje são as ótimas histórias sobre Mestre Valentim, Padre José Maurício, Frei Sampaio e outros personagens importantes para a vida política e cultural brasileira do começo do século XIX. O texto é coloquial, amável, bem no estilo dos cronistas que lhe sucederam (Machado inclusive), e revela muito sobre o próprio Macedo, suas opiniões, suas idiossincrasias, suas simpatias. O passeio é curto, pois o autor prefere se deter no detalhe. Ficamos conhecendo assim a história do Paço Imperial, do convento das carmelitas de Santa Teresa, do convento de Santo Antônio e da igreja de São Pedro. E com elas as histórias das pessoas ligadas a esses lugares e o lugar desses lugares na história da cidade.

Autor que vem sendo redescoberto pela moderna crítica literária, Macedo foi o primeiro escritor brasileiro a conquistar grande popularidade em seu tempo. Até a publicação de *O Guarani*, em 1857, *A Moreninha* fora o livro

brasileiro mais vendido. José de Alencar, aliás, reconhecia a grande influência de Macedo sobre a sua geração e recordaria em suas memórias a presença e a boa verve do escritor nas reuniões da casa de seu pai, o Senador Alencar.

Nascido em 1820, no Rio de Janeiro, Macedo foi professor de História e Geografia no Colégio Pedro II, deputado pela província do Rio de Janeiro e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Para além do escritor que escrevia romances adocicados para mocinhas, Joaquim Manuel de Macedo destacou-se pela sua atividade na imprensa, e muitos de seus artigos provocaram polêmicas.

Tema sempre apaixonante, o Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, é, como disse uma vez Luís Severo (pai da atriz Marieta Severo) em discurso no Sabadoyle, do qual era assíduo frequentador, “a outra terra natal de nós que não tivemos a felicidade de aqui nascer”. Daí que publicações como essas sempre encontrem (e mereçam) boa receptividade junto ao público leitor brasileiro.

Publicada no Caderno Mais!, da *Folha de S.Paulo*, em janeiro de 2005.

Um passeio pela história do Rio

Robert Moses Pechman. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, 421 p.

Robert Pechman reúne neste livro os principais temas que empolgaram e ainda empolgam os pesquisadores que se dedicam aos estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro, privilegiando o processo de urbanização tanto no sentido da transformação física do espaço quanto da instauração de uma cultura de urbanidade tal como foi se constituindo a partir do século XIX.

Se a sociedade colonial era a sociedade ainda tangida pelo chicote do feitor e governada pelas Ordenações Filipinas, a partir da chegada do rei e de sua corte constituiu-se uma nova ordem. Pechman mostra como fazer a cidade digna de abrigar a Corte foi a principal meta do Intendente Geral de Polícia, que cuidaria não só de “aformosear” o Rio de Janeiro como também de educar o novo cidadão. Tirar as gelosias das janelas das casas; erguê-las assobradadas ao invés de ao rés do chão; limpar as ruas das imundícies; ver se a gente está se comportando bem no teatro e nas casas de pasto; enfim, tudo o que dizia respeito à ordem pública no sentido da urbanidade, das boas maneiras, dos bons usos, era assunto para o intendente de polícia.

Interessante aspecto dessa ação da polícia revelado por Pechman é a série de Termos de Bem-Viver: documento que algumas pessoas eram convocadas a assinar na sede da Intendência Geral de Polícia, em presença da autoridade,

comprometendo-se a “bem-viver”, isto é, a viver dentro dos parâmetros definidos como os da ordem.

O imaginário da nova ordem que ia se impondo era, segundo Pechman, calcado na ideia da reserva nos costumes, da autodisciplina e da moderação como meios necessários à instauração e manutenção das distâncias sociais. Neste sentido, tinham grande saída os manuais de boas maneiras que se propunham a disseminar ensinamentos relativos ao comportamento social, à higiene do corpo, ao cuidado com as vestimentas, ao trato com as pessoas e, também, ao respeito à hierarquia social. Os primeiros capítulos tratavam, em geral, da contenção dos movimentos, da contenção das palavras e da contenção das ações no sentido de regular os excessos derivados da sociabilidade. Funcionando quase como um “código” dos costumes, os manuais ecoavam de maneira mais ampla e mais “suave” aquilo que a Intendência Geral de Polícia vinha exercitando como prática da civilidade.

Memórias de um sargento de milícias, romance de Manuel Antônio de Almeida, traduz justamente essa ruptura com a “civilização colonial”, ao colocar em cena os personagens de uma pequena burguesia de perfil nitidamente urbano. A clientela preferencial do Major Vidigal na perseguição aos vadios é justamente essa pequena burguesia que surgia, sem muita ordem, sem muita definição do seu lugar no mundo, um grupo que vive na cidade e que não pode ser compelido ao trabalho, por não serem escravos. Tais pessoas tampouco têm condições de serem senhoras de si, uma vez que não são proprietários de nada. E Pechman reproduz a cena

antológica da prisão de Leonardo, quando o Major Vidigal surpreende os farristas dizendo:

— Pois, meus amigos, não se assustem que o caso não foi para tanto: um sócio de menos numa patuscada não faz falta nenhuma. Este amigo vai conosco (...).

— Qual, meu Deus! Mas por que é então isto? Que mal é que ele fez?

— Ele não fez nem faz nada; mas é mesmo por não fazer nada que isto lhe sucede. Leva, granadeiro...

Pechman nos mostra também como a prática da *flânerie* como melhor meio de apreender a realidade urbana já era sugerida em 1827 pelo leitor do *Espelho Diamantino*, que dizia: “Ah! meu bom redator, o quanto tendes que notar em um passeio feito com passo de padre-mestre, saindo do Largo da Carioca para ir a Mata-Cavalos!”. Doze anos depois, em 1839, o passeio podia ser feito em ônibus puxados a burros, como registra Martins Pena em suas crônicas. Ali o escritor se diverte com cenas como a em que uma velha maluca aborda o passageiro pedindo tabaco e este, para impressionar a mocinha do banco em frente, responde em francês: *Je n'en ai pas*. Ao que a velha imediatamente retruca: “Eu não peço jenipapo, eu peço tabaco”.

Mas de *flânerie* mesmo entenderam os cronistas do começo do século XX, e Pechman escolheu João do Rio, Ribeiro Couto, Benjamin Costallat e Orestes Barbosa como os melhores exemplares da crônica do Rio, cidade moderna e tão grande que já não se desvendava mais num simples passeio de ônibus. Cidade cujos mistérios estavam no

submundo, na Lapa, no Mangue e nas favelas. Favela, “morro do crime”, cuja descrição em Costallat, em plenos anos vinte, pouco difere do que hoje se vê: uma cidade dentro da cidade, onde, longe das vistas da polícia, predomina a lei do mais forte. Uma cidade diversa e absolutamente autônoma que não é atingida pelos regulamentos da prefeitura; lugar onde ninguém faz contrato. Não tem luz, não tem esgoto, não tem água, não tem nada. Um esconderijo onde a ordem urbana não entra.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em julho de 2003.

Panorama do Brasil Imperial

Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889. Coordenação: Ronaldo Vainfas, Lúcia Bastos Pereira das Neves, Lúcia Paschoal Guimarães, Martha Abreu, Hebe Maria Mattos, Sheila Siqueira Castro Faria e Magali Engel. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, 749 p.

Na década de 1970, dificilmente professores universitários de história se reuniam para publicar um dicionário como este. Naquele tempo, os estudos históricos privilegiavam as questões de caráter macro, tentando entender o Brasil, sua ordem social, política e econômica, seu lugar no concerto das nações. O particular, o peculiar, o fato isolado eram assuntos dos que faziam a chamada *petite histoire*. Por outro lado, estudos sobre grandes vultos ou sobre grandes fatos de nossa história eram vistos como temas da história oficial. A história do Brasil então produzida nas universidades era nitidamente influenciada pela sociologia, e os historiadores dedicavam pouco interesse e cuidado ao estabelecimento da base empírica de seus trabalhos.

A mudança de rumo dos estudos históricos no Brasil foi propiciada, a partir da década de 1980, pelos que se dedicaram a recuperar a chamada história dos vencidos. Como pouco ou nada havia de estudos sobre estes, foi preciso buscar as fontes, dedicar algum cuidado aos estudos de caso. A revelação da trajetória de personagens anônimos ou populares, propiciada por esses estudos, fez com que os historiadores lançassem um olhar mais relativista sobre as elites. Processo que foi fortemente influenciado pelos trabalhos produzidos no âmbito da Nova História francesa e

de seus seguidores nos Estados Unidos, Robert Darnton e Natalie Zemon Davis. Este dicionário é um produto desse trajeto.

Se, pela forma, ele se aproxima de livros clássicos do gênero, como as *Efemérides* do Barão do Rio Branco ou o *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, de Sacramento Blake, ou mesmo a galeria de homens célebres de Sisson, ele é também – pela adoção de conceitos e métodos típicos das ciências sociais – herdeiro da história dos anos setenta e oitenta. Trata-se de um produto híbrido. Pois tanto mantém em seus devidos lugares monarcas, políticos, intelectuais e cientistas quanto realça tipos e personagens populares.

Atenção especial merecem ainda temas que só recentemente passaram a ser estudados pelos historiadores: candomblé, capoeiras, lundus e batuques, de um lado; boa sociedade e salões, de outro. Ao mesmo tempo, delimitam-se aqui conceitos que se construíram a partir de estudos especializados: Abolicionismo, Bacharelismo, Imigrantismo. Ressalte-se ainda que, sendo feito por uma equipe de historiadores liderados por Ronaldo Vainfas, profissionais que, em seus estudos, vêm dialogando com o que de mais novo tem sido produzido pela moderna historiografia, o dicionário também aproxima o leitor da bibliografia atualíssima e das análises mais interessantes que hoje circulam no meio acadêmico.

Os temas e personagens relacionados com o negro e a escravidão proporcionam, sem dúvida, os verbetes mais instigantes. Abolicionistas como Antônio Bento e o ator Avelino Fóscolo; ex-escravos que se tornaram traficantes de escravos, como Joaquim de Almeida e Antônio Galinheiro;

tipos como Adolfo Mulatinho e o Príncipe Obá; histórias tocantes como a da escrava Liberata ou extraordinárias como a de Mahommah Gardo Baquaqua; ou ainda a do jangadeiro cearense José Napoleão, mentor das greves de praia que impediam o desembarque de escravos no Ceará, dão colorido e vida à cena imperial.

Revoltas populares como a Balaiada, a Cabanagem e a Sabinada desmentem a tese de que nossa história não foi feita com sangue. Mas o dicionário também registra revoltas de caráter bem singular, como a Cemiterada: em 1836, em Salvador, irmandades e ordens terceiras, que sempre foram as responsáveis pelos funerais de seus associados, depredaram o cemitério construído pela empresa privada que obtivera o monopólio dos enterros por trinta anos. Outra manifestação curiosa foi a Intentona Caricata: no auge da campanha para destituir José Bonifácio da tutoria de D. Pedro II, criados, mercenários e militares saíram às ruas com os canhões de brinquedo que foram de D. Pedro I e de D. Miguel.

Uma novidade deste dicionário é o grande espaço destinado às mulheres: Carlota Joaquina, Leopoldina, Joana Angélica, Anita Garibaldi, Maria Quitéria e Ana Néri figuram aqui ao lado de personagens menos conhecidas, como a poderosa fazendeira Joaquina do Pompéu; a fundadora do primeiro candomblé da Bahia, Marcelina da Silva; e a escritora Maria Angélica, mulher do célebre ator João Caetano. De estrangeiras, destacam-se Ina von Binzer, alemã que foi preceptora de filhos de fazendeiros paulistas, e a inglesa Maria Graham, amiga de D. Leopoldina, que deixaram notáveis registros de suas experiências. Não faltam

as mulheres da vida de D. Pedro II: D. Mariana de Verna, Condessa de Belmonte, que cuidou dele durante a infância, e o grande amor de sua vida, a Condessa de Barral. Talvez explicadora da forte personalidade da Condessa seja o verbete sobre seu pai, Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca. Representando a Bahia nas Cortes de Lisboa, em 1821, ele defendeu o direito de cidadania da mulher, dizendo que o sexo frágil “não apresentava defeito algum que o privasse daquele direito, embora os homens, ciosos de mandar e temendo a superioridade das mulheres, preferissem conservá-las na ignorância”.

Das tantas instituições oficiais relacionadas, merece destaque a Biblioteca Real, cujo acervo deu origem à nossa Biblioteca Nacional. Criada por decreto de D. João, em 1810, ela representou enorme abertura para o então acanhado mundo da cultura brasileira. Seu acervo original foi ampliado pelas bibliotecas de Frei José Mariano da Conceição Veloso; de Manuel Inácio da Silva Alvarenga; do Conde da Barca; de Francisco de Melo Franco; de José Bonifácio de Andrada; e, com o final do Império, pelos 48.326 volumes da biblioteca do Paço de São Cristóvão.

Novas leituras sobre velhos temas estão presentes em verbetes como o de D. João VI, que, mesmo não tendo agido com brilho ou decisão em nenhum dos tantos momentos dramáticos de seu reinado, “tampouco deixou de usar um sólido bom senso para buscar uma certa contemporização”. No verbete de D. Pedro I, aprendemos que ele era dono de um verdadeiro talento musical e que lia, falava e escrevia francês, entendia inglês, conhecia os *Sermões* de Vieira e as obras de Burke, Voltaire e Benjamin Constant. “Não foi,

portanto, o semianalfabeto que alguns pretenderam divulgar.” D. Pedro II, por sua vez, estava longe de ser o Pedro Banana das caricaturas. Ele, que foi sempre muito cioso de suas prerrogativas e rigoroso nos protocolos, “reinou, governou e administrou”. O Baile da Ilha Fiscal, que marcou o final da Monarquia, foi, na citada definição de Wanderley Pinho, um paradoxo do destino. Pois uma dinastia cuja corte não se sobressaía pela mundanidade e na qual predominou o “tom lilás de meia melancolia”, justamente na sua última semana de poder rompeu com esse clima e promoveu a mais pomposa festa do Segundo Reinado.

Muitos são os verbetes sobre viajantes estrangeiros – Langsdorff, Debret, Rugendas, Martius, Couty, Vauthier, Saint-Hilaire, dentre outros – apontando para as possibilidades que os escritos e os registros que esses senhores deixaram têm aberto para os historiadores. Igualmente reveladores são os verbetes relativos aos nossos homens célebres: o século dezenove teve o seu José Olímpio na pessoa do tipógrafo Paula Brito, homem de origem mestiça e humilde, primeiro patrão de Machado de Assis, cuja oficina era então ponto de encontro de escritores, artistas, políticos e viajantes. Barão de Drummond, Henrique Fleiüss, Montezuma, o Chalaça, o padre Perereca, além dos líderes das grandes revoltas que agitaram a Regência, como os irmãos Vinagre, Angelim e Sabino, são algumas das tantas personalidades que deram paixão e movimento ao Brasil do século XIX.

Mas, destes todos, para concluir, destaco, pela atualidade e pela herança que deixou, Felisberto Caldeira

Brant, Marquês de Barbacena. Em 1824, ele negociou, em Londres, através da casa de Rothschild, um empréstimo de três milhões de libras. Gênese da dívida externa brasileira, esse empréstimo mereceu a censura dos deputados da Assembleia de 1826, principalmente quando foi revelado que Caldeira Brant e Gameiro Pessoa receberam, a título de retribuição pelos serviços prestados, uma comissão de 2% sobre o valor total do empréstimo.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em outubro de 2002.

O último panorama do Brasil Imperial

Émile Pierre Levasseur. *O Brasil*. Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001, 192 p.

Foi na Exposição Universal de 1889 que inauguraram em Paris a Torre Eiffel. Construída em ferro, com seus 300 metros de altura, a torre de M. Eiffel deveria ser o “símbolo gigantesco do século da ciência e da indústria”. Através da imprensa, um grupo de artistas e escritores famosos – Dumas fils, Gounod, Garnier, Bonnat, Sully-Prudhomme, Delaunay, dentre outros – protestou “de toute leur indignation” contra aquela torre “vertiginosamente ridícula” que, “dominando Paris como a gigantesca e negra chaminé de uma fábrica, esmagaria com sua massa bárbara” todos os grandes monumentos franceses. Temiam eles que a Paris dos (hoje pouco lembrados) Jean Goujon, Germain Pilon, Puget, Rude e Barye se tornasse a Paris de M. Eiffel. Protestaram em vão porque tanto a torre se fez, começando a ser erguida em fevereiro de 1887, quanto se tornou definitivamente o maior símbolo de Paris.

A Torre Eiffel era apenas um dos aspectos monumentais da exposição com que a França quis mostrar ao mundo que era “a mais laboriosa das nações”. Comemorativa do centenário da Revolução Francesa, a sétima exposição universal se propunha a reunir tudo aquilo que “a liberdade do trabalho, inaugurada em 1789, tinha produzido ao longo do século que terminava”. A homenagem à Revolução, no entanto, fez com que as coroas

européias a boicotassem. Apenas uma monarquia aderiu à grande comemoração dos direitos do homem, fazendo-se representar na exposição: o Império do Brasil.

Concebidas por intelectuais, políticos e empresários como um local de exibição de produtos, técnicas e novas ciências, as exposições internacionais tiveram início em meados do século XIX. Como diz Lilia Schwarcz, essas feiras eram a melhor expressão da força e da utopia modernista e, a cada uma delas, reacendia-se a competição entre as nações participantes. O tamanho, o estilo arquitetônico dos prédios, a variedade dos pavilhões e de produtos: tudo visava à ostentação perante os outros países.

Desde a terceira exposição, que aconteceu em 1862, em Londres, até a de 1889, da qual também participou a Argentina, o Brasil foi o único país da América do Sul a se apresentar. D. Pedro II investia pessoalmente na elaboração dos estandes brasileiros, estimulando as mostras nacionais que antecederiam as internacionais. Nestas, sempre houve empenho em apresentar produtos de nossa indústria, mas eles nunca despertaram a atenção. O interesse ia todo para o café, o chá, a erva-mate, o guaraná, a borracha, o tabaco e o algodão. Esta atitude não se modificaria nas exposições seguintes. Na de 1889, os organizadores, sabendo que os europeus só iriam ao estande brasileiro se a propaganda estimulasse esses aspectos, apelavam: “Você gostaria de estar em plena vegetação fantástica? Aproxime-se do palácio do Brasil”.

D. Pedro compareceu pessoalmente à de 1876, na Filadélfia, onde associou seu nome à invenção do telefone. Mesmo assim, os autores do folheto brasileiro consideraram

necessário advertir que: “Se as exposições não podem, ainda, por parte do Brasil, significar uma competição na área industrial, elas têm proporcionado ensejo para que o Império seja melhor conhecido e apreciado como região de solo fertilíssimo e nacionalidade pacífica, inteligente e laboriosa”. Num tempo em que os países ricos competiam para mostrar seus avanços tecnológicos, o Brasil continuava a exaltar suas dimensões continentais, suas belezas naturais e a boa índole do seu povo.

Em 1889, portanto, o Brasil já era veterano em exposições internacionais. Com 1.600 expositores, aquela foi a maior presença do Império numa exposição. O governo resolveu então publicar uma separata ilustrada do verbete sobre o Brasil na Grande Enciclopédia Francesa. “Resumo sucinto e metódico da geografia física, política e econômica, da história e dos progressos sociais do maior e mais populoso país da América do Sul”, como a descreve o organizador, a primeira edição de *Le Brésil* esgotou-se antes do final da exposição e uma outra foi logo publicada.

Organizada por E. Levasseur, a segunda edição foi revista e corrigida com o apoio do Barão do Rio Branco. Na apresentação, os autores “dirigem seus mais respeitosos agradecimentos” a Dom Pedro II, que lhes enviara notas e documentos, assim como um grande número de fotografias. Uma dissertação sobre a língua tupi – único texto apócrifo do livro – enviada do Rio de Janeiro “por um membro do Institut de France que sabe dividir seu tempo entre as grandes preocupações da política e o culto às letras” foi incluída no final. O discreto membro do Institut de France não poderia ser outro senão D. Pedro II, um estudioso das

línguas indígenas. Não seria estranho que D. Pedro II também tivesse participado do interessante texto de Levasseur sobre a emancipação dos escravos. Nele, há referências muito precisas à fala do trono da Princesa Isabel em 3 de maio de 1888 e a um artigo de Joaquim Nabuco. Levasseur lembra que “a supressão da escravatura foi realizada pacificamente no Brasil sem custar uma gota de sangue”, mas que ela não se efetuariá sem dificuldades econômicas que só o tempo, pouco a pouco, faria desaparecer.

Fotografias de Marc Ferrez, Ducasble e Rodolfo Lidermann ilustram ou servem de base às gravuras produzidas na Europa. Merece atenção especial o belíssimo material fotográfico sobre as cidades brasileiras. O resultado é um rico panorama do Brasil *fin-de-siècle*, enriquecido, nesta bem cuidada edição, por um pequeno fascículo onde os editores contam um pouco sobre o destino daqueles lugares.

O livro traz informações preciosas sobre as finanças brasileiras, o estado da dívida externa então (a coisa já ia mal naquele tempo) e as questões relativas aos limites (minuciosamente apresentadas no começo). Toda a primeira parte é dedicada a textos sobre situação geográfica e superfície; relevo do solo; geologia; regime das águas; clima; flora; fauna e paleontologia. Seu principal autor é o próprio Levasseur. É a partir do texto sobre a antropologia e as explorações científicas que o Barão do Rio Branco colabora. E é, sem dúvida, a partir daí que o livro se torna realmente interessante.

Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco, oficial da Legião de Honra, fidalgo da Casa Imperial e conselheiro do

Imperador, fora professor de Corografia e História do Brasil do Colégio Pedro II. Depois de uma movimentada juventude no Rio, onde se revelara um excelente capoeirista, entrara para a carreira diplomática, sendo nomeado cônsul-geral do Brasil em Liverpool, em 1876. Seus textos em *Le Brésil* são elegantes, precisos, altamente informativos e antecipam as *Efemérides Brasileiras* que depois faria publicar. Levasseur atribui a ele não somente a autoria dos capítulos sobre a história, a imprensa e as belas-artes, como também a maior parte do capítulo de antropologia e numerosas notas. Seu magnífico estudo sobre a imprensa brasileira no século XIX é, até hoje, uma fonte de valor inestimável.

O outro grande colaborador é Eduardo Prado. Cavaleiro da Legião de Honra, publicista e escritor, Eduardo Prado, figura da aristocracia paulista, era então o tipo acabado do *bon vivant*, de hábitos tão exageradamente refinados que, sendo amigo de Eça de Queirós, lhe inspiraria o esnobe Jacinto de Tormes de *A cidade e as serras*. Prado comparece como autor dos capítulos relativos à língua, à literatura e à música, tendo também colaborado com as notas e a revisão das provas. Sua visão crítica do Brasil, que se manifestaria posteriormente no clássico *Ilusão Americana* (1893), já transparece nos comentários sobre a preponderância do estudo do direito entre nós, que, a seu ver, contribuíra para privar as classes dirigentes de uma educação prática. Crítica que se estende também ao romantismo, que teria tido aqui a forma de uma adesão algo artificial às belezas da natureza tropical e dos costumes primitivos dos índios. Curiosa, no texto de Prado sobre a música, é a referência ao autor de modinhas, o mulato

carioca Joaquim Manoel, que improvisava e executava suas composições num instrumento de que foi o inventor: o cavaquinho.

Visto com os olhos de hoje, *O Brasil* é um importante documento sobre o estado geral do país no final do século XIX, no final da monarquia. É um apanhado do que foi aquele século para a indústria, a ciência, as artes, a cultura e o comércio brasileiros em geral. Sabendo-se que sua publicação antecedeu apenas em poucos meses a queda da monarquia, o livro que celebra as grandes realizações do Império do Brasil ganha um valor ainda mais significativo. Representando a melhor homenagem deste século que se despede ao que o antecedeu.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em dezembro de 2000.

PARTE III

O SÉCULO XX

BRASILEIRO

Um novo olhar sobre a República Velha

Cristina Buarque de Holanda. *Modos da Representação Política: O experimento da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009, 311 p.

Na historiografia brasileira, há alguns períodos sobre os quais paira uma espécie de névoa, como se, naquela fase, nada de relevante tivesse acontecido no país. Durante muito tempo, este foi o caso da Primeira República ou, como antigamente se chamava, República Velha. Aquele período que vai de 1889 a 1930 ou, mais precisamente, depois dos governos militares que inauguraram a República no Brasil, Deodoro e Floriano, até o da chamada “República do café-com-leite” ou “República dos Bacharéis”. De fato, entre 1894, início do governo de Prudente de Moraes, e a Revolução de 1930, pode-se dizer que o Brasil foi governado basicamente por paulistas e mineiros, em um ambiente de conchavo, onde a política era controlada por um pequeno grupo.

A participação popular era nula, e as eleições, em que o voto era aberto (e não secreto, como hoje), eram sempre produto de fraude. Eram as chamadas eleições a bico-de-pena, em que o eleitor declarava seu voto em voz alta diante do mesário, que o inscrevia em um livro. Naturalmente, esse sistema se prestava à intimidação dos eleitores pelos chefes políticos locais e garantia, quase sempre, a vitória e a continuidade dos que controlavam a máquina. Isto foi muito útil para o pacto de Campos Sales com os governadores, com vistas à estabilidade de que a presidência da República necessitava para implementar as duras medidas econômicas

que adotou. A pirâmide conservava a estrutura de poder imutável, e uma base apoiava a outra até o topo. A autonomia dos governadores sobre suas províncias era, assim, garantida pelo pacto federativo. Estes, por sua vez, comprometiam-se a realizar em suas províncias eleições que produzissem um parlamento em harmonia com os propósitos do governo federal.

A imoralidade do sistema era evidente e incompatível com os ideais republicanos que tinham mobilizado importantes intelectuais que apoiaram a Proclamação da República. A aparente ausência de conflito entre os quadros da elite política brasileira naquele contexto contribuiu para fixar na historiografia a certeza do compromisso dessas elites com a preservação daquele sistema. No entanto, mesmo que o sistema tenha se mantido durante toda a Primeira República, ele foi alvo de reflexões, debates e mesmo de contestação.

É a análise desses discursos e práticas políticas que movimentaram o parlamento brasileiro em torno da questão eleitoral que a tese de Cristina Buarque de Holanda nos proporciona. Através de suas páginas, tomamos contato com discussões e projetos sobre o nosso sistema eleitoral que, ao par de representarem linhas de pensamento sobre o próprio sentido da República, se conectam com as tendências que então predominavam no âmbito do pensamento social brasileiro. Este livro nos mostra que, se, de fato, houve poucas manifestações objetivas e consistentes no sentido de mudar aquela forma de fazer política, essa estabilidade não se deu sem tensões. O trabalho nos revela que havia vida inteligente animando o parlamento brasileiro da República

Velha e que mesmo o sistema em que predominou a fraude teve seus teóricos.

Interessante pensar como, ali também, as boas intenções poderiam levar ao inferno. Pois, ao pensar o povo brasileiro de forma idealizada, os positivistas, em sua maioria, defenderam o voto aberto. Os que acreditavam que o povo precisava ainda ser formado e educado adotaram uma forma híbrida de liberalismo na qual, mais do que Burke, predominava era mesmo o velho Hobbes, do *Leviatã*. Cristina Buarque identifica e classifica as teses que o discurso parlamentar adotou para enfrentar o problema.

A análise da atuação de alguns notáveis naquele contexto, especialmente de Rui Barbosa e Assis Brasil, resulta num profundo trabalho em que se associam discurso e prática política. Assis Brasil, personagem cuja grandeza a tese de Cristina Buarque revela, destaca-se em um cenário onde, tal como sempre ocorreu no Brasil, discutia-se a questão do preparo ou despreparo do nosso povo para o exercício da democracia. Na sequência, vinha a especulação sobre qual seria o melhor sistema político para lidar com o problema da alienação do eleitorado. Eram especulações que acabavam levando ou a uma solução política autoritária e antidemocrática ou à justificação da farsa democrática da República Velha.

Assis Brasil se revela como uma mente lúcida que, desde a Constituinte de 1891, apresentou uma proposta, só adotada depois de 1930, em que o sistema, baseado no princípio fundamental da igualdade perante a lei para todos, garantia a neutralidade possível e necessária para o funcionamento da democracia. E, nesta, a garantia da

liberdade individual estava onde sempre esteve: no voto secreto.

Brilhante trabalho de ciência política e história, a tese de Cristina Buarque também analisa a forma como os partidos políticos foram ganhando função e legitimidade e recupera o conceito de representação na política, arejando a interpretação que os autores clássicos deram ao tema. Sem dúvida, este livro representa um notável avanço nos estudos sobre a Primeira República no Brasil.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em julho de 2010.

Pereira Passos, o prefeito cosmopolita

Maria Isabel Ribeiro Lenzi. *Pereira Passos: notas de viagem*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 2000, 127 p.

Muito já se tem escrito sobre Pereira Passos e a grande transformação que o Rio de Janeiro sofreu durante o tempo em que foi seu prefeito. Entre 1902 e 1904, o famoso “bota-abaixo” modificou radicalmente todo o centro da cidade para dar lugar às avenidas Central (Rio Branco), Beira-Mar, Mem de Sá e Rodrigues Alves. Na gestão de Pereira Passos também começaram a ser construídos o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional e a Escola Nacional de Belas-Artes (Museu de Belas-Artes). Durante a remodelação da Praça Marechal Âncora (Praça XV), Passos demoliu o antigo Mercado Municipal e ergueu, em seu lugar, outro, todo em ferro, inspirado no Les Halles, de Paris. Também demolido em 1960, daquele belo exemplar da arquitetura de mercados públicos só restou o pavilhão onde funciona o Restaurante Albamar.

Com Pereira Passos, o Rio civilizava-se. O próprio prefeito representava o paradigma do que a elite pensante do país tinha como modelo de civilização. Culto, viajado, elegantíssimo e com uma bela estampa, Francisco Pereira Passos, antes de ser um político, era um homem de sociedade. Esta imagem pessoal de Pereira Passos é a que sobressai neste belíssimo livro de Maria Isabel Lenzi, que o Museu da República lança em parceria com a editora Sextante. Em seu trabalho, Isabel comenta *Notas de viagem* –

cartas a um amigo, pequeno livro publicado em 1913, relativo à mais longa das viagens que Pereira Passos fez à Europa. Quando Pereira Passos embarcou com a família no paquete *Atlantique*, era a oitava vez que deixava o país. Durante três anos, de 1906 a 1909, viveria em Paris, realizando, a partir dali, três viagens. É em torno delas que se divide seu livro, que reúne 30 das cartas que enviou ao amigo Alfredo Américo de Sousa Rangel.

Pioneiro na construção de ferrovias, Pereira Passos era, segundo Maria Isabel Lenzi, um adepto entusiasmado das ideias de civilização e de progresso. Fazia questão de conhecer os pormenores da vida cotidiana e de observar o progresso e os melhoramentos por que passavam os lugares visitados. Para ele, viajar era mais instrutivo do que ler livros.

Em texto elegante, sóbrio e de agradável leitura, a autora acompanha as viagens, inserindo informações e comentários que complementam as cartas e recuperam aspectos da personalidade, bem como da vida e da obra do viajante. A propósito dos elogios à *Promenade des Anglais*, em Nice, Isabel relembra os esforços de Passos para dar um ar civilizado ao Rio de Janeiro e sua reação ao ver mulheres lavando roupa em plena *Promenade*: o que se diria se nós permitíssemos este espetáculo em Botafogo? Mesma surpresa que demonstrará diante dos rebanhos de cabras que cruzavam as ruas de Barcelona, vendendo leite. Ele, que banira do centro do Rio as vaquinhas que aqui tinham o mesmo papel.

O que torna as cartas de Passos mais interessantes são curiosidades como a descrição dos cassinos de Monte Carlo; dos costumes do Oriente: a barganha como parte do

comércio (muitas vezes sentam-se três, quatro ou cinco pessoas para decidir o preço de um pequeno objeto) e os escrivães públicos em suas pequenas guaritas (onde mal há espaço para ele e para o analfabeto que vem procurá-lo).

Na Rússia, soube que o czar Nicolau I, em meio ao debate travado pelos engenheiros sobre o melhor traçado para a estrada que ligaria Moscou a São Petersburgo, tomou o lápis e a régua e riscou no mapa uma linha reta, pondo um ponto final na questão. Passos também conta histórias românticas como a do príncipe Roberto de Broglie que, contrariando a vontade do pai, um dos homens mais ricos da França, se casara com uma cantora. Isabel aproveita para lembrar que o próprio Passos, que se comovera com a história, também não permitira o casamento da filha com o músico mulato Brasília Itiberê da Cunha. Sinhazinha Maria Paula se casou com Ernesto Teixeira de Castro e, na foto em que posa ao lado do marido, parece bem contrariada.

O livro tem um belíssimo projeto gráfico e uma excelente pesquisa de imagens, bastante representativa do acervo de Pereira Passos que hoje se encontra no Museu da República. Vale não só pelo texto e pelas imagens, como também como uma pequena amostra do estilo de vida das elites do Rio de Janeiro na *belle époque*.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em dezembro de 2000.

Almanhaque: um almanaque cheio de manhas

Aparício Torelly (Barão de Itararé). *Almanhaque para 1949, ou, “Almanhaque d'A Manha”*: primeiro semestre. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / EDUSP, 2002, 255 p.

Foi para resolver problemas financeiros e garantir a sobrevivência d'*A Manha* que o Barão de Itararé lançou, em 1949, o *Almanhaque*. Empreendimento pensado para dar lucro, o *Almanhaque* trazia suas páginas recheadas de anúncios, alguns produzidos pela própria equipe de artistas gráficos liderada por Guevara.

Único paraguaio que venceu no Brasil, no dizer de Humberto de Campos, o caricaturista e artista gráfico Guevara teve enorme influência na caricatura e nas artes gráficas brasileiras nas décadas de 1930, 1940 e 1950 e sempre esteve ligado aos projetos do Barão de Itararé. Seu traço é a marca maior deste *Almanhaque*, do qual Guevara é o autor da maior parte dos desenhos. Graficamente, é o brasão de Itararé a obra mais delicada, mas também merece registro a beleza do caderno de anúncios da Alpargatas, em quatro cores, apresentando cenas brasileiras.

Paródia dos almanaques tradicionais, o *Almanhaque* reunia textos do Barão com passatempos, jogos, anedotas, quadrinhas e contos humorísticos. Logo nas primeiras páginas, aparecem aspectos da biografia de Itararé e de sua família. Senhor feudal de Bangu-sur-mer, o Barão seria um “homem sem segredos que vive às claras, aproveitando as

gemas e sem desprezar as cascas”, um “grande herói que a pátria chora em vida e há de sorrir, incrédula, quando o souber morto”. Dentre seus parentes, aparece Victor Hugo, que seria primo em linha reta, sem escalas, do Barão de Itararé, e um “inimigo íntimo dos banqueiros que não emprestavam dinheiro às pessoas decentes e contra os quais escreveu um veemente libelo, intitulado ‘Os miseráveis’”.

A biografia do Barão brinca com duas informações verdadeiras: seu ano de nascimento, 1895 (teria 54 anos quando publicou o *Almanhaque*), e sua passagem pela Faculdade de Medicina. Itararé declara, no entanto, que pode provar que tem, na verdade, 39 anos, pois perdeu 10, repetindo o segundo ano do curso de medicina em Porto Alegre, e dois, na prisão, “onde se enclausurou para meditação e retiros espirituais, como hóspede do Estado e com guarda permanente à sua disposição”.

Finalmente, diz que, “manuseando com ar de romântico desconsolo um velho diário de notas, todo tatuado com nomes femininos, de corações sangrando, com endereços e números de telefones, tendo as páginas separadas por fitinhas mimosas de diversas cores e, às vezes, entremeadas de folhas murchas, de pétalas secas de rosas e raminhos de violetas descoradas, mas que ainda permanecem roxas de saudades”, chegara à conclusão de que perdera, pelo menos, três anos perseguindo mulheres bonitas.

Naturalmente, não poderia faltar neste *Almanhaque* outra marca do humor do Barão: seus aforismos. As chamadas máximas e mínimas do Barão, às vezes, estão impregnadas de poesia: “a estrela de Belém foi o primeiro

anúncio luminoso”. Em outras, o sabor é extremamente atual, como naquelas que dizem: “o erro do governo não é a falta de persistência, mas a persistência na falta” ou “anistia é um ato pelo qual o governo resolve perdoar generosamente as injustiças que ele mesmo cometeu”; ou ainda: “os juros não dormem”.

Este *Almanhaque*, publicado em plena Guerra Fria, não é rico em sátiras aos políticos e à política em geral. Getúlio, ainda vivendo no exílio em São Borja, aparece ali em uma ou duas situações, sem muito alarde. Alusão à sua próxima volta à presidência é o anúncio, aliado a uma daquelas típicas montagens fotográficas d'*A Manhã*, onde se informa que o “sr. G. Túlio Vargas, que já foi campeão presidencial de golfo e ping-pong”, e está se dedicando ao futebol, tem treinado diariamente em sua fazenda, “organizando uma equipe com a qual tenciona disputar, para o ano, o campeonato nacional”. Israel Pinheiro, político de Minas que fora presidente da Vale do Rio Doce, naquele posto, segundo o Barão, comeu o “Doce”, bebeu o “Rio” e deixou um vale na “Caixa”. Outra vítima é o governador Benedito Valadares que, despachando em seu gabinete, no Palácio da Liberdade, incomodado com a luz, ordenou: “Baixa essa venezuela”. Itararé justifica Valadares dizendo que, se, na Pérsia, aquele tipo de cortina é chamado de veneziana e, em Veneza, de persiana, por que, então, não podemos chamá-la, no Brasil, de venezuela?

Dentre os recursos típicos dos almanaques, o Barão inclui uma série de passatempos, enigmas e curiosidades. Frases que se leem da mesma maneira de trás para frente (“Somar só os ramos”); divertidas e, naturalmente, falsas etimologias de palavras como negócio, esnobe, ragu etc.;

curiosidades como a do nome de Vital Brasil e de suas irmãs (chamar-se-iam, respectivamente, Vital Brasil Mineiro da Campanha, Maria Gabriela Cabloca de Itajubá e Iracema Ema do Vale do Sapucaí); piadas de salão; contos exemplares e quadrinhas. Tem também aquelas quadrinhas tão populares no Brasil de antigamente. Nelas, por vezes, se expressa um julgamento pessimista da humanidade: “Venci, cheguei a subir:/ nada, ninguém me ajudou!/ Mas, comecei a cair:/ toda a gente me empurrou”. Ou apenas um comentário malicioso sobre a indumentária feminina: “Teus vestidos, eu não acho/ Mui decentes, minha prima/ São altos demais em baixo,/ São baixos demais em cima”.

Dentre os vários autores incluídos no *Almanhaque*, destacam-se Lima Barreto, Artur Azevedo, Belmiro Braga, Êrico Veríssimo e, entre os estrangeiros, Mark Twain. Bernard Shaw, cuja influência sobre o Barão é contestada logo no começo do volume, não tem texto incluído. Algumas referências ao humor nordestino aparecem nos trechos de Leonardo Mota. A melhor é aquela do coronel que queria comprar um burro de carga novo e possante. “Eu tenho um, seu coronel – ofereceu o Miguel Carpina”. O coronel foi ver o animal e, constatando que tinha um defeito, reclamou: “Ora, Miguel, seu burro é defeituoso: falta metade de um beíço... Por que você não me disse isso logo?” Ao que Miguel Carpina retrucou: “Eu não disse, seu coronel, porque estava na mente que Vossa Senhoria queria era um burro pra carregar carga. Agora é que estou vendo que Vancê quer é um burro pra assobiar”.

Coisas assim aproximam o *Almanhaque* do Barão daqueles almanaques tradicionais e, talvez por isso, ele tenha

feito tanto sucesso. Sucesso que, segundo Cláudio Figueiredo, autor de *As duas vidas de Aparício Torelly* (Record, 1988), provocou um certo desafoço às suas dificuldades financeiras e permitiu que relançasse *A Manhã*, que havia deixado de circular em 1948.

Box

Aparício Fernando de Brinkerhoff Torelly, o Barão de Itararé, nasceu no Rio Grande do Sul, em 29 de janeiro de 1895. Chegou ao Rio de Janeiro em 1925, trabalhando em *O Globo* e n'*A Manhã*, de Mário Rodrigues. Em 1926, funda *A Manhã*. Em 1930, proclama-se Barão de Itararé. Em outubro de 1934, lança o *Jornal do Povo*, de caráter político-doutrinário, que dura apenas dez dias. Por conta de matérias publicadas ali, foi sequestrado e espancado por oficiais da Marinha. Preso, novamente, em 1935, fica na prisão durante todo o ano de 1936, onde convive com Hermes Lima, Eneida de Moraes, Nise da Silveira e Graciliano Ramos. Depois de solto, reabre *A Manhã*, que só consegue funcionar por um ano, sob censura. Durante seis anos, a partir de janeiro de 1938, publica no *Diário de Notícias* a coluna “A manhã tem mais...”. Durante o Estado Novo (1937-1945), é preso diversas vezes. Em 1945, ressurgem *A Manhã*, e Aparício Torelly é eleito vereador pelo PCB, mas, no final do ano, o registro do partido é cassado e ele perde o mandato. Em 1948, em virtude de problemas financeiros, *A Manhã* deixa de circular. Em 1949, associa-se a Guevara e lança, em São Paulo, o primeiro *Almanhaque*. Em 1950, reaparece *A Manhã*, editada

em São Paulo, onde o humorista viveria até setembro de 1952, quando o jornal deixa de circular definitivamente. Em 1955, lança dois *Almanhaques*, no primeiro e no segundo semestres. Em 1963, viaja à China, passando por Praga e Moscou. Os últimos anos (1964/1971) passou-os só e afastado da imprensa, realizando pesquisas esotéricas. Em 27 de novembro de 1971, morre, no Rio de Janeiro, Aparício Torelly, o Barão de Itararé.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em julho de 2002.

O tombo da jangada nas ondas do mar

Estrigas (Nilo de Brito Firmeza) (org.). *Raimundo Cella: 1980-1954*. São Paulo: Editora Pinakothèque, 2004, 416 p.

Além das imagens de surpreendente beleza de um artista tão pouco conhecido no Sudeste, o que esse livro nos proporciona é uma janela para o Ceará. Um Ceará de praias oceânicas, de jangadas e de jangadeiros. Um Ceará da gente do mar, com muita luz, vento, areia e água salgada. Certamente está na obra de Raimundo Cella a melhor tradução pictórica dessa paisagem nordestina.

Raimundo Cella foi um pintor cearense do começo do século XX. Pintor e engenheiro, artista e técnico, uma contradição em termos? Pode ser, mas talvez a engenharia explique muito da qualidade de sua arte. Segundo Cláudio Valério Teixeira, na obra de Cella nada é inocência, tudo é fruto de planejamento, economia e técnica. Mas tudo é também movimento, força, agilidade e graça. Sua arte não procura simplesmente imitar as coisas representadas, é de uma beleza solene, meio melancólica, mas luminosa. Ela nos revela de maneira muito sutil, sem grandiloquência ou pieguice, a poesia que inspira a visão dos pescadores e de suas jangadas nas praias do Ceará.

Raimundo Cella nasceu em 1890, em Sobral, no interior do Ceará, mas criou-se em uma cidade litorânea próxima: Camocim. O pai de Cella era espanhol, funcionário de uma empresa ferroviária. Sua mãe era professora. O meio familiar em que o artista foi criado era um meio culto e a

superioridade de sua educação e de sua cultura se patenteiam nas poucas cartas dele para o pai aqui reunidas. Cela veio para o Rio de Janeiro em 1910, estudar engenharia, como desejava o pai, e pintura, como ele mesmo desejava. Aqui estudou sob a orientação dos maiores mestres do começo do século, ficando pessoalmente ligado a Eliseu Visconti. Formando-se em engenharia, trabalharia com Rondon e, mais tarde, no escritório do então famoso arquiteto Arquimedes Memória (autor do projeto da Câmara dos Vereadores, a famosa “gaiola de ouro”).

Em 1917, Cela ganhou o prêmio de viagem do Salão Nacional de Belas Artes. Por causa da Guerra e da necessidade de concluir o curso de engenharia, só viajou mesmo em 1920. Permaneceu na França por dois anos, quando se dedicou ao aprendizado da gravura em metal. Suas gravuras, segundo Adir Botelho, não são apenas registros gráficos, históricos, são obras universais no sentido e na expressão.

De volta ao Brasil, foi viver em Camocim, onde trabalhou durante dez anos como engenheiro de uma pequena usina elétrica. Em 1938, a pintura de um painel para o governo do estado representando a libertação dos escravos do Ceará o trouxe de volta à vida artística. Pouco depois, em 1940, estabeleceu-se em Fortaleza, onde constituiu ateliê nos altos do Teatro José de Alencar. O artista francês Jean-Pierre Chabloz, que o conheceu nessa fase, nos diz que o que mais lhe agradou no estilo pessoal de Cela foi seu cunho tipicamente francês: um artista requintado, cultíssimo, dotado, num alto grau de *measure*, daquela *finesse* afetuosa e

ligeiramente irônica que faz o encanto indiscutido dos espíritos e das sensibilidades verdadeiramente franceses.

Cela era um homem discreto e reservado sem, no entanto, ser antipático. Ele fazia parte daquela geração de brasileiros que se criara sob a influência da cultura francesa. E esta, aliada à influência dos mestres brasileiros do final do século XIX, marcou sua obra. Cláudio Valério Teixeira identifica em seu trabalho a simbiose da pintura com a aquarela: uma seleção de pigmentos de quem já havia olhado a pintura impressionista e por ela se deixado envolver, uma paleta aberta cujas cores luminosas tomam o lugar das terrosas.

O artista soube se apropriar dos temas de sua terra, dando-lhes um tratamento natural, mas valendo-se de distorções quase caricaturais. Recurso que, na opinião de Cláudio Valério, subtrai de seus desenhos o caráter naturalista, fazendo-os ganhar em expressividade. O importante, diz ainda o mesmo crítico, é verificar como o artista vai transformando a forma clássica – poses típicas de estudos de academia – em traços pessoais, desenhos menos laboriosos, realizados ao natural, agregando características formais inteiramente próprias.

Raimundo Cela, sendo um moderno, nunca foi um modernista. Ele apareceu justamente naquele momento de nossa história cultural em que as artes iam ser atingidas pelo radicalismo de 1922. Criou-se então o mito, que hoje vem sendo revisto pelos estudos sobre o pré-modernismo, de que havia um hiato entre os mestres do século XIX e a Semana de Arte Moderna. Neste período nada teria sido produzido de interessante e criativo. Os que surgiram naquela fase

foram mantidos assim numa espécie de limbo cultural. Mas o valor da arte de Raimundo Cella deve-se ao fato de ter sido concebida à margem das escolas, de não ter sido contaminada pelos modismos passageiros.

O pintor retornou ao Rio de Janeiro em 1945. Aqui tornou-se professor de gravura em metal da ENBA, cargo que ocuparia até a sua morte, em 1954. Nesta última fase da carreira, Raimundo Cella foi duas vezes premiado com a medalha de ouro do Salão Nacional de Belas Artes. Retirado em Niterói, viveu ali seus últimos anos apegado aos quadros, dos quais vendeu poucos. Não que lhes faltassem compradores, apenas porque o artista tinha por eles um apego sentimental e raramente se dispunha a se separar deles.

O autor do ensaio biográfico de Raimundo Cella é Nilo Firmeza, o Estrigas, pintor especialíssimo que fez de sua vivenda em Mondumbim, nos arredores de Fortaleza, uma espécie de Giverny cabocla. Lá, ele e Nice, sua mulher, encantadora artista *naïf* do Ceará, reuniram o que há de mais representativo na história da arte cearense num pequeno museu. Perfumado pelas flores dos jardins de Nice e cercado de mangueiras, o que o Minimuseu Firmeza tem para mostrar de melhor é a arte de Estrigas, seu criador. Artista de sensibilidade delicada, de cores suaves e formas difusas, que está a merecer antologia que lhe faça a justiça que esta fez a Raimundo Cella.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em maio de 2004.

A São Paulo da *belle époque* impressa a cores

Ana Luiza Martins. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, 593 p.

Revistas em revista não é o que parece ser. Não se iluda o leitor com a bela aparência do volume, com as encantadoras reproduções das tantas capas de revista que aparecem no miolo, tudo levando a crer tratar-se de livro ameno, tipo *coffee table*, como tantos que se encontram por aí. Não, não é um livro para ser lido calmamente na sala de estar enquanto se espera a dona da casa aparecer. É antes uma obra densa, consistente e, em muitos momentos, difícil. Mas, para todo aquele que estuda a história da imprensa no Brasil, para as instituições que lidam com acervos jornalísticos e para quem gosta de conhecer e entender a história de São Paulo, é livro indispensável, que veio para ficar no cenário das grandes obras relativas à história da nossa imprensa.

Revistas em revista é muitos livros ao mesmo tempo: é obra de referência fundamental, completa, exaustiva, que cobre, sem deixar lacunas, todos os campos da produção de revistas na São Paulo do período que a autora escolheu contemplar; é obra analítica densa, que situa em seu contexto todas as publicações que apresenta; e é também grande contribuição ao conhecimento do processo de construção da identidade paulistana no âmbito de um de seus principais suportes documentais: a imprensa periódica. Ao apresentar as revistas publicadas em São Paulo na *belle époque* em sua

multiplicidade e na variedade de temas e públicos a que se destinaram, o livro acaba produzindo uma panorâmica da cultura paulista em todas as suas frentes, acompanhando o processo de transformação da São Paulo provinciana do século XIX na grande metrópole do progresso do século XX.

Ana Luiza analisa inicialmente a especificidade de seu objeto, lembrando que a revista é fonte privilegiada pelo historiador por envolvê-lo no tempo pretérito que ele busca reconstruir e por “documentar” o passado através do registro múltiplo: do textual ao iconográfico, do perfil de seus editores ao de seus leitores, reunindo suas variadas visões de mundo e imaginários coletivos. Dessa maneira, tanto quanto o jornal, porém mais que o livro, a revista foi um instrumento eficaz na propagação de valores culturais, em virtude de seu caráter de momento, condensado, ligeiro e de fácil consumo.

O trabalho de Ana Luíza se debruça sobre a história das revistas periódicas publicadas na cidade de São Paulo, entre 1890 e 1922, procurando dimensionar seu significado no quadro mais amplo do impresso no Brasil. Tematizando suas séries, analisando títulos que espelharam as práticas culturais do período, inferindo persistências e inovações daquela sociedade, Ana Luiza ressalta a importância de aspectos laterais como o crescimento da indústria do papel; o aumento do número das gráficas e os progressos técnicos do setor; além de nos dar uma ideia das condições de trabalho dos operários do ramo e de seus primeiros movimentos reivindicatórios. Ela também situa o progresso das revistas no contexto da economia cafeeira e do processo de industrialização de São Paulo.

O projeto original da tese de doutorado de Ana Luiza, base deste livro, era bem mais amplo, indo além das fronteiras da pauliceia. No curso de suas pesquisas, no entanto, a autora foi levada a reconhecer a diferença entre a realidade do Rio de Janeiro e a de São Paulo, cada uma com produção periódica característica de seu cotidiano, conjunturas e demandas. Fica, no entanto, patente a presença referencial constante do Rio de Janeiro no processo paulistano, tanto na inclusão de celebridades da Capital Federal entre os articulistas, quanto na imitação de linhas editoriais. Mas a evolução editorial também nos revela o esforço paulistano para se libertar dessa referência e como, ao longo daquele período, São Paulo foi se impondo e fazendo-se também uma capital da cultura que aprendeu a valorizar suas características peculiares.

Cobrindo um amplíssimo espectro que vai das revistas institucionais, como a do IHGSP e a do Museu Paulista, até as revistas esportivas, femininas e infantis, o livro esgota o assunto ao registrar até o papel de revistas que tiveram menor importância naquele contexto, como as religiosas, as educativas e as teatrais. Mas joga luz sobre a importância, em um Estado cuja maior riqueza vinha da terra, de revistas agrárias como *O Fazendeiro* e a que tinha o delicioso nome de *Chácaras e Quintais*, onde Júlia Lopes de Almeida chegou a escrever. Sem dúvida esta é uma marca específica, pois em São Paulo as revistas agrárias cumpriam um papel que dificilmente teriam no Rio de Janeiro.

Destaque também merece o capítulo dedicado às revistas esportivas. Ressaltando a importância dessas para a valorização dos esportes numa sociedade de poucos lazeres,

ávida de novidades, Ana Luiza chama a atenção para o espírito que informava essas publicações. Diz ela que

das inofensivas e diletantes revistas destilava-se todo um programa de purificação da raça, em nome da constituição de uma nacionalidade, mensagem oficial e uníssona do periodismo ilustrado na Primeira República.

Nas primeiras páginas do livro, a autora nos proporciona uma história geral das revistas brasileiras, inclusive as que se publicavam no estrangeiro, como a *Revue de Brésil*, que, entre 1896 e 1897, cumpriu papel esclarecedor produzindo informações sobre o país então praticamente desconhecido no além-mar. Esta foi seguida depois pela *Ilustração Brasileira*, que era impressa em Bordéus, de 1901 a 1902, procurando copiar o aspecto luxuosíssimo das revistas francesas do gênero. Ana Luiza as chama de “frivolidades embaladas em couché” e destaca como modelo de revista feminina desse gênero *A Estação*, continuação brasileira da publicação francesa *La Saison*.

Os capítulos que tratam das revistas femininas e da presença da mulher no contexto dessa imprensa são os melhores do livro. Acompanhando as publicações do gênero, desde *A Mensageira*, de 1900, de Presciliana Duarte de Almeida, que pretendia estimular a “simpatia espiritual entre as brasileiras”, levando quinzenalmente “ao remanso do lar” alguns pensamentos novos, passando por todas as produções dedicadas “ao belo sexo”, o livro assinala a contradição que se observa a partir da intensificação do comércio dessas revistas. “Coube ao periodismo”, diz Ana Luiza,

a prefiguração de modelos femininos, reiterando a tradicional postura de rainha do lar, mas abrindo um leque de condutas alternativas, em que se projetava a mulher emancipada, educadora, esportista, saudável, moderna e, por que não, a sufragista feminina.

Revistas em revista também se detém sobre o papel do literato no contexto daquela imprensa. Jornais e revistas constituíam-se então no espaço ideal para o exercício dos gêneros em moda no cenário da produção literária brasileira, confirmando a importância do papel do periodismo na formação e na emergência de várias gerações de poetas e escritores. Na impossibilidade de publicar o romance, em virtude da exiguidade e do desinteresse do mercado editorial pela produção nativa, produzia-se o conto, que tinha publicação garantida nas revistas. Os romances só tinham vez sob a forma de folhetim, que os jornais geralmente publicavam ao pé da primeira página. A esse propósito, indaga Ana Luiza:

O sucesso desse gênero teria sido o mesmo, não fosse o recurso do jornal, e mais que isso a característica da serialização, que por si só instigava a leitura seguinte, garantindo o consumo do impresso enquanto lá se encontrasse, de suspense em suspense, o enredo instigante com todos os lances rocambolescos pertinentes?

No capítulo “São Paulo: uma matéria de sucesso”, a autora conclui que uma revelação que as revistas nos proporcionam é a da cidade como um palco, abrindo-se para

viver o projeto de ordem e progresso. Impulsionada pelo seu próprio bota-abaixo, pelo ímpeto transformador do começo do século XX, São Paulo aprendeu a se amar e a se ver positivamente através das páginas de suas inúmeras revistas de variedades. O “maior empório comercial da América do Sul” queria merecer também o título que lhe dera Sarah Bernhardt, em 1893: “capital artística do Brasil”.

Acreditando no que dizia a *Revista do IHGSP*, lançada em 1895 – “a história de São Paulo é a própria história do Brasil” –, as revistas paulistanas investiram na celebração do progresso, na criação de seu próprio mito. A exaltação do passado bandeirante e da Independência proclamada às margens do Ipiranga foram retomadas, transformando o Estado no palco disseminador da nacionalidade: o progresso legitimava a aspiração.

Em 1900, Rui Barbosa afagava o ego dos paulistas dizendo que a singularidade de sua capital era a “expressão do espírito *yankee* amenizado e perfumado pela graça do gosto italiano” e profetizava: “Triplicada em população e opulência, no espaço de poucos anos, esta cidade está destinada a ser a mais magnífica de toda a América meridional”.

A conclusão de Ana Luiza sobre o legado dessas revistas não é animadora. A seu ver, elas, que, em muitos casos, contavam com “patrocínio do sistema”, acabavam por “reproduzir aquilo que o Estado aprovava, divulgando os mesmos nomes já consagrados pelo crivo oficial” e teriam se pautado pelo esforço de valorizar manifestações de pouca criatividade artística. A crítica que exerceram foi, a seu ver, em geral, laudatória, refletindo a produção das igrejinhas

literárias, cultivando os virtuosos musicais de “sucesso no exterior”, numa tentativa melancólica de divulgar o “adiantado da capital”.

De fato, no panorama das revistas brasileiras e do contraste com a produção do Rio de Janeiro, em cada um dos gêneros em que se manifestou, não se pode afirmar que a produção paulistana daquele período tenha representado um papel transformador ou revolucionário. Mas o que o trabalho de Ana Luiza nos revela, para além do que se propunham essas revistas, é a riqueza, o progresso, a vontade de civilização que estiveram presentes naquele intenso movimento de transformação que marcou a *belle époque* paulistana e que, sem dúvida, possibilitou a eclosão ali do Modernismo e das arrojadas revistas que o informaram.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em janeiro de 2002.

Origens do carnaval carioca

Rachel Soihet. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, 198 p.

Um panorama das festas populares no Rio de Janeiro e o processo pelo qual resultaram no que se convencionou denominar de “maior espetáculo da terra” é o que nos apresenta o livro de Rachel Soihet. A autora contempla o surgimento das escolas de samba como produto das inúmeras transformações que viveu o carnaval, passando pelos cordões, blocos de sujos e ranchos, acompanhadas *pari passu* pelas mudanças de formato da música popular.

As origens da famosa Festa da Penha são o tema do primeiro capítulo, que também nos revela como foi que ela passou de típica festa religiosa para festa popular promovida e organizada pelos pequenos comerciantes portugueses, até ser quase que totalmente tomada pelos grupos musicais da Pequena África. Nas décadas de 1910 e 1920, a festa era o cenário onde se decidia o destino dos sambas, funcionando assim como *avant-première* do carnaval. Heitor dos Prazeres, Sinhô, Caninha, Pixinguinha, Donga, João da Baiana e outros expoentes da música popular lançavam na Festa da Penha, que ocorre em outubro, as músicas que animariam o carnaval seguinte. O grande poeta Cartola fez música sobre a Penha, onde dizia com humor: “Levarei dinheiro pra comprar vela de cera/ quero levar flores para a santa Padroeira,/ só não subirei ajoelhado/ para não estragar o terno que foi emprestado”.

O livro também recupera a memória do entrudo, a guerra de limões-de-cheiro que movimentava a cidade nos carnavais do século XIX. Do entrudo foram adeptos entusiasmados tanto D. Pedro I quanto D. Pedro II. Apesar de tão ilustres admiradores, o entrudo, por seu caráter mais agressivo (consistia em jogar água, farinha e/ou tinta nos passantes, fazendo lembrar o tradicional trote da universidade), foi gradativamente sendo eliminado do carnaval.

O permanente “esforço civilizatório” das elites procuraria, em meados do século XIX, substituir o costume colonial do entrudo pelos desfiles das grandes sociedades, numa tentativa de copiar o carnaval francês. Mas, apesar de terem se estabelecido como marca do carnaval carioca, elas não impediram que surgisse também, na mesma década de 1850, o famoso e barulhento Zé-Pereira, bloco de homens que percorriam as ruas tocando tambores e bumbos. As fantasias populares de então representavam diabinhos, velhos, “príncipes” que, quando reunidos, formavam os blocos de “sujos”. Apelido que receberam justamente em 1904, época da apologia da limpeza, marcada pela campanha da vacina obrigatória e pela remodelação do Rio, capitaneadas, a primeira por Oswaldo Cruz e a segunda pelo prefeito Pereira Passos.

A partir do último quartel do século, os cordões povoaram as ruas. O desfile dos cordões era aberto por grupos fantasiados de índios. Eram, em geral, negros ou mulatos, hábeis na capoeira, e compunham a tropa de choque do cordão porque, de vez em quando, rolava grossa pancadaria entre um cordão e outro. Alguns desses

confrontos causavam vítimas fatais. É de Luís Edmundo a admirável descrição, citada por Rachel Soihet, do enterro de uma dessas vítimas numa manhã de carnaval, que terminou, naturalmente, em festa.

A origem religiosa da maior parte das manifestações carnavalescas é evidenciada pela autora tanto no caso da Festa da Penha quanto no das tias baianas, das quais a mais famosa foi Tia Ciata. Nessa vertente, a religiosidade associa diretamente o candomblé aos ranchos. Chamavam-se de terreiro tanto o lugar onde se praticava aquela religião quanto o lugar onde os ranchos ensaiavam, e era praxe, antes do rancho sair, receber a proteção das tias. Dentre os fundadores e líderes de ranchos célebres, destacam-se Hilário Jovino, que criou, em 1894, o Rosa de Ouro, e Maria Adamastor, grande estrela dos desfiles, que brilhou em inúmeros ranchos até a década de 1920. Rachel Soihet ressalta o caráter de cordão mais comportado que tinham os ranchos e revela que quase todos eles adotavam nomes de flor: Sempre-Vivas, Ameno Resedá, Flor do Abacate, Papoula do Japão... Com os ranchos surgiram as pastoras, compondo o coral. Em 1909, foram proibidos, acusados de arruaceiros, os tradicionais “índios” que abriam o desfile.

Subversão pelo riso é fruto evidente de pesquisa extensa, rigorosa e aprofundada, por isso cabe chamar a atenção para algumas questões de forma e conteúdo. A autora interrompe com frequência a narrativa dos processos para fornecer explicações e análises nem sempre necessárias, o que dá, por vezes, ao livro um caráter excessivamente didático. O uso abusivo da palavra “segmento” (que aparece em quase todas as páginas) empobrece o estilo.

A tese central do livro é a da resistência das manifestações populares às tentativas do “segmento dominante” de domesticá-las ou simplesmente eliminá-las. A ideia de “subversão pelo riso”, prometida no título, não é, no entanto, comprovada no desenvolvimento subsequente, nem é retomada na conclusão. Há certa romantização e idealização do que a autora chama “segmentos populares” e de sua “resistência”, bem como uma valorização, talvez exagerada, inspirada naturalmente em Bakhtin, do humor e do riso como armas contra a dominação. Embora, em princípio, não exista humor a favor, é certo que também há dominação pelo riso, até porque quem está no topo da sociedade tem muito mais motivo para rir. Mas, até por propor questões tão instigantes, *Subversão pelo riso* representa inegável contribuição para a História Cultural brasileira.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em janeiro de 1999.

Uma outra história do carnaval

James N. Green. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, 541 p.

Quando João do Rio foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 1910, Emílio de Menezes saudou-o com uma maldosa quadrinha: “Na previsão dos próximos calores,/ a Academia que idolatra o frio,/ não podendo comprar ventiladores/ abriu as portas para João do Rio”. A associação da “frescura”, que então já tinha o mesmo sentido que tem hoje, ao nome do jornalista não era novidade. Novidade era a eleição de um jovem de 29 anos, mulato e homossexual conhecido, para tão nobre agremiação. A popularidade de João do Rio era tão grande que seu enterro, onze anos depois de sua posse na Academia, seria acompanhado por cerca de cem mil pessoas.

Esta e outras histórias estão no livro de James Naylor Green, *Além do carnaval*. Por trás deste belo título, o autor, um americano de 49 anos, professor de História da Universidade da Califórnia, personalidade conhecida nos meios acadêmicos e culturais brasileiros, constrói uma outra história do Brasil. Uma história que estava acontecendo ao mesmo tempo que as outras, uma história que tem seus lances dramáticos, mas tem também muito humor e *joie de vivre*: a história da homossexualidade masculina no Brasil do século XX.

Green trabalha em vários níveis: estabelecendo os espaços eleitos pelos gays do Rio e de São Paulo desde a

virada do século; a maneira como estes se vestiam e se comportavam; recuperando a etimologia dos nomes que se criaram para classificá-los ao longo da história e a forma como se autodefiniram e como foram vistos pela sociedade. O livro analisa a trajetória do papel dos homossexuais no carnaval e das primeiras publicações especializadas. Green também acompanha a evolução do discurso médico-legal acerca do problema, analisando as teses de Viveiros de Castro, Pires de Almeida, Leonídio Ribeiro e Afrânio Peixoto.

O discurso médico-legal é o grande vilão da história. Foi com base nele que muitos jovens foram internados por seus familiares e torturados com eletrochoques para se curarem da infamante “doença”. O grande centro de recuperação especializado neste tipo de tratamento, nos anos 30, foi o Pinel de São Paulo. Green encontrou em seus arquivos relatos que, lidos com o olhar contemporâneo, revoltam pela crueldade e injustiça com que, em nome da ciência, se destruiu a identidade e a vida de muitas pessoas.

Ao mesmo tempo, é a partir de uma vasta pesquisa empreendida por estudantes do Instituto de Criminologia do Estado de São Paulo que Green pode recuperar as comoventes histórias de Zazá, Gilda e Tabu, homossexuais que circulavam pelo Vale do Anhangabaú durante a década de 1930. A foto de Zazá e Tabu, maquiados, nus, com seus corpos magros languidamente recostados em almofadas, expressa uma sensualidade mórbida e inquietante.

Ao lado dela, imagens viris como a do negro Amaro, personagem central do romance de Adolfo Caminha, *O Bom-Crioulo*, publicado em 1895, onde se conta a história de um

caso de homossexualidade na Marinha, e do célebre e violento travesti da Lapa dos anos 1950, Madame Satã, contribuem para desmontar o estereótipo da fragilidade feminina associada àquela opção sexual. Para ser homossexual num Brasil de tantos preconceitos, era preciso ser muito macho.

A partir dos anos 1950, o cenário vai gradativamente se modificando. Pode-se dizer que a virada das décadas de 1960 e 1970 representa uma conquista maior de espaço para os gays nas grandes cidades. Aos poucos, bares e regiões do Rio e de São Paulo vão se especializando nessa clientela que, por sua vez, vai também se tornando mais e mais visível e numerosa. É aí que também surgem as primeiras publicações. O carnaval é o cenário onde, de forma velada, nos primeiros anos do século e, de maneira cada vez mais explícita, a partir da segunda metade, a manifestação de uma identidade homossexual encontrará seu espaço maior de liberação.

O livro de James Green é fruto de uma vasta e profunda pesquisa. Seu autor nos revela um aspecto da história do Brasil contemporâneo que ainda não tinha sido contemplado de maneira tão ampla e com tanto rigor acadêmico. Ao mesmo tempo, o tratamento imparcial que o autor deu ao seu estudo confere dignidade e seriedade a um tema que, até então, tem sido filtrado ou através da visão caricata e preconceituosa do anedotário ou dos discursos mais radicais e apaixonados da militância.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em novembro de 2000.

Impressões de uma guerra

Boris Schnaiderman. *Guerra em surdina*. São Paulo: CosacNaify, 2004, 246 p.

Contra o ferro e contra o fogo, contra o cansaço e o frio, contra a chuva e contra a neve, os homens lutaram na montanha.

Boris Schnaiderman, brasileiro naturalizado, nascido, em 1917, na Ucrânia, lutou na Força Expedicionária Brasileira como preparador de tiro, com a patente de sargento, durante a Segunda Guerra Mundial. O Sexto Regimento, ao qual pertenceu, teve participação decisiva na tomada de Monte Castelo e de Zocca. Dois combates dos quais Boris Schnaiderman participou. Ele tomou parte das tentativas de conquista de Monte Castelo e assistiu ao ataque frustrado de 12 de dezembro de 1944. Em uma das passagens de *Guerra em surdina*, ele descreve esse episódio.

Olhei para o morro. Nossos homens já se aproximavam da crista, mais um pouco e o Castelo ia ser nosso. Mas, qual, foi um tiroteio tremendo. Morteiros, fuzis, metralhadoras, uma barulheira infernal. E os nossos homens descendo o morro, as lurdinhas cantando, gente caindo. Depois, de noite, saía patrulha de carne, para recolher pedaços de gente na encosta do morro.

Boris Schnaiderman apreende a guerra através de seus cinco sentidos. E a razão pela qual vê a guerra de uma

maneira tão peculiar talvez se explique pelas características peculiares do personagem que criou para ser o seu alter ego. Até ser convocado, João Afonso, estudante de medicina de uma família de classe média, levava uma existência metódica, sem problemas, “embora as pequenas coisas da vida de um jovem aparecessem por vezes transfiguradas e ampliadas por uma tendência excessiva para a introspecção”. Essa tendência à introspecção, aliada a certos conformismo e disciplina, havia mantido João Afonso afastado de qualquer atividade política. A eclosão da guerra e a confiança, também típica da jovem classe média culta, de que o lado certo era o dos Aliados fizeram com que João Afonso recebesse com boa vontade a convocação para a FEB.

É com a convivência que João Afonso vai se dando conta da enorme distância entre a sua maneira de pensar e a da maior parte de seus companheiros. Os soldados, que receberam com certa indiferença a notícia da libertação de Paris, vibrariam, no entanto, ao saber que Oswaldo Aranha se demitira do cargo de ministro das Relações Exteriores. “Agora sim, dizia-se, a coisa vai melhorar. O Velho vai chamar a gente de volta. Quem nos mandou para cá foi o homem dos americanos, que nos vendeu por uma garrafa de uísque”. João Afonso não consegue entender a crença do homem do povo na lenda de um ditador bonzinho que enviou homens para a guerra por pressões de um ministro vendido aos americanos. Ao mesmo tempo, durante os combates, esses homens que não queriam a guerra, que não acreditavam no que se dizia das atrocidades do nazismo: “como se dedicam, como enfrentam esta natureza hostil,

como investem contra um inimigo experimentado e ardiloso!”

A narrativa proporciona uma sensação quase física quando descreve, por exemplo, a longa noite que João Afonso passou a ouvir os lamentos de companheiros feridos que foram deixados na encosta do Monte Castelo, região que estava sob o fogo cerrado do inimigo. Ou ao descrever o olhar de semidemência do russo que estivera por muito tempo prisioneiro dos alemães ou, ainda, ao reproduzir o discurso da francesa Viviane, completamente surtada. Impressões de uma guerra que também estão na aparência repulsiva do mingau de aveia frio e insosso que lhes servia de refeição; dos ambientes fétidos, opressivos; e do cheiro adocicado dos cadáveres em decomposição que evolva das ruínas. Dentre tantas imagens perturbadoras, destaque merecem as terríveis imagens da subida ao Monte Castelo, recém-conquistado:

Nuvens sinistras de corvos, numa curva da estrada, o cadáver de um soldado brasileiro, tem as unhas fincadas no barranco, o corpo dobrado para frente, num esforço supremo para galgar aquele obstáculo, vão aparecendo outros cadáveres, capacetes alemães e americanos, peças de fardamento rasgadas e sujas de sangue, papéis velhos, latinhas, armamento abandonado, todo um mundo que se desmantela e desaparece na confusão do campo de batalha.

É através do personagem denso de João Afonso, espécie de Hans Castorp, o herói de *A montanha mágica*, de Thomas Mann, que Boris Schnaiderman dá grandeza literária a seu

livro. O turbilhão emocional que, de vez em quando, toma a alma do narrador, ou mesmo a aceleração súbita dos acontecimentos, quando se sai da modorra em que a tropa estacionada vivera durante meses para mergulhar subitamente nas batalhas mais sangrentas, numa proximidade tão grande do inimigo, a ponto de se poderem ouvir seus gritos de “Heil Hitler”, dão movimento e intensidade à trama. De tudo isso resulta um relato tão impressionante, tão emocionante e, ao mesmo tempo, tão literariamente sofisticado que creio poder dizer que se trata da melhor obra de ficção histórica sobre a Segunda Guerra que já se publicou no Brasil.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em outubro de 2004.

A última cartada da “esfinge do catete”

Getúlio Vargas. *Diário*. Rio de Janeiro: Editora Siciliano / FGV, 1997, 2 volumes, 682 p.

Os que conhecem o *Diário de Helena Morley*, anotações de uma menina de 13 anos que viveu no interior de Minas Gerais no final do século XIX, ressaltam a importância dessa obra para a história da nossa literatura e para a própria história dos costumes brasileiros.

Como diz Celina Vargas do Amaral Peixoto no prefácio ao diário do avô, diários são registros ambíguos: ao mesmo tempo que estabelecem a cumplicidade do segredo, demonstram um desejo latente de serem revelados.

Mais do que este desejo, tanto no diário de Helena Morley quanto no de Vargas parece estar presente uma ânsia de ordem, de controle do cotidiano. Helena escreve o dela por instigação do pai inglês, que desejava estimular-lhe o gosto pela escrita. Vargas começa a escrever o seu no mesmo dia do acontecimento que decidiria o seu destino: 3 de outubro de 1930, dia da revolução que derrubou Washington Luís e que marcou o fim da República Velha. Naquele dia, ele escreveu: “Que nos reservará o futuro incerto neste lance aventureiro?”.

O diário de Vargas pode, do ponto de vista do historiador, ser considerado como a sua última grande cartada. Quarenta e um anos depois do gesto trágico com que marcou a sua saída de cena – e que, contraditoriamente, lhe deu uma sobrevida na história política do país –, o velho

caudilho volta à cena, propondo novas questões para a historiografia. A face que sempre teimou em ocultar aqui se revela. E, aos tantos que a esfinge do Catete paralisa ante a clássica ameaça – “decifra-me ou te devoro” –, as revelações de hoje apresentam novos enigmas, novos teoremas.

“Vencer é adaptar-se”, este é o conselho que dará ao filho, intrigado com a sua biblioteca, onde predominavam as obras de filosofia política. Este é o lema que parece permear a sua ação ao longo dos 12 anos de vida pública em que manteve este diário. O Getúlio que se revela aqui não é o gaúcho esquentado, passional, cheio de autoridade. Quem fica conhecido é o Getúlio que apazigua. Apazigua os ciúmes de dona Darci, as irrupções apaixonadas de Oswaldo Aranha, as fúrias de Flores da Cunha, as conspirações de Góis Monteiro. Sucedem-se, durante páginas e páginas, os pedidos de demissão de ministros não aceitos, protelados. Vargas adia ao máximo os rompimentos, as situações-limite.

Ao longo do diário, amigos de ontem tornam-se os inimigos de hoje e podem vir a ser novamente os amigos de amanhã. É o caso de João Neves da Fontoura, que, junto com Lindolfo Collor, Batista Luzardo e Raul Pilla, entra em confronto com Vargas logo no começo, bombardeando o Rio Grande com panfletos violentos e pronunciamentos agressivos no rádio contra ele. É também este o caso de Flores da Cunha. Todos à sua volta parecem conspirar.

Do mesmo jeito que aceita de volta um amigo, Vargas é também implacável com os que optaram por um combate aberto. É com ironia que comenta o destino de duas grandes personalidades da República Velha: Artur Bernardes e

Borges de Medeiros, presos por terem apoiado a Revolução Constitucionalista de 1932.

O diário também não deixa dúvidas sobre o papel de Vargas na repressão ao comunismo após 1935. É por iniciativa dele que se cria a comissão dirigida por Adalberto Correia e que tão triste papel desempenha no período. É de Vargas que parte a decisão de mandar prender Pedro Ernesto. A escuta telefônica, as cartas cifradas, a espionagem, as conspirações contra os adversários, tudo faz parte das ferramentas de que se vale o ditador para realizar seu projeto. E que projeto era esse?

Vargas fala que só a fé o mantém firme diante das intrigas e conspirações. Seguidas vezes, se queixa do fardo que é a vida de presidente. Mas não deixa definida, pelo menos não de forma clara, a verdade que o move.

Sem dúvida é o romance que manteve com aquela que escolheu cognominar de “bem-amada” a grande revelação do livro. Não pelo caso em si. Sempre se soube que Vargas tinha tido suas aventuras. Mas pela importância que ele atribui ao caso num dos momentos mais decisivos de sua atuação. No dia seguinte ao golpe de 1937, em plena implantação do Estado Novo, Vargas encontra tempo para encontrar aquela que chegou a considerar como a coisa mais importante de sua vida. Sua amargura depois da partida da “bem-amada” é patente e se prolonga até o final do livro. Este se encerra com uma nota de desencanto e de desesperança após o acidente de carro que sofreu em meados de 1942.

O Vargas que resulta da soma dessas páginas não é melhor nem pior do que o Vargas que se tem pintado por aí. É um homem capaz das paixões mais banais.

Também parecem banais as intrigas envolvendo os seus parceiros na política, o cotidiano de trabalho rotineiro e monótono a que se obriga por conta de suas funções. Mas é por conhecer a banalidade que permeia a natureza humana, por ser um refinado decifrador da alma dos homens, por identificar com tanta clareza quais são as suas paixões, quais são os seus interesses, que o Vargas que se recupera das páginas deste diário confirma ser o que sempre se pensou que seria: um gênio da política.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em janeiro de 1998.

Uma carta póstuma para guiar o futuro do Brasil

Ronaldo Conde Aguiar. *Vitória na derrota. A morte de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra 2004, 248 p.

O mais belo documento político da história do Brasil é, sem sombra de dúvidas, a carta-testamento de Getúlio Vargas. Não só por seu tom intenso, dramático, recheado de passagens emocionantes. Nem apenas pelas frases que se fixaram no imaginário popular através de poesias e canções. Como naquele samba sensacional eternizado na voz de Jackson do Pandeiro: “Ele disse muito bem: o povo de quem fui escravo não será mais escravo de ninguém”. Ou a tão repetida sentença: “Saio da vida para entrar na história”. Carregada de significado, a carta é também uma exposição das razões que levaram Getúlio ao suicídio. É a ligação entre os elementos da carta, a política do segundo Governo Vargas (1951-1954) e o suicídio que torna extremamente original o tratamento que Ronaldo Conde Aguiar dá a este assunto tantas vezes visitado pela historiografia, sem que nunca se esgotem suas possibilidades.

O autor epigrafa cada capítulo com trechos da carta-testamento, estabelecendo uma relação direta entre os assuntos embutidos na carta e as situações políticas a eles relacionadas. Assim é que o trecho: “A lei dos lucros extraordinários foi detida no Congresso” propicia um capítulo bastante revelador sobre os interesses contrariados

que estiveram na origem da campanha de denúncias de que foram alvo Getúlio e o seu governo.

Também serve para analisar o que foi a criação da Petrobras e da Eletrobras o trecho que diz: “Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero”. Como também denuncia a guerra que enfrentou para promover os reajustes no salário mínimo, que se mantinha congelado desde 1945, na passagem: “Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios.”

O atentado da Rua Tonelero, em Copacabana, no qual perdeu a vida o major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz, é objeto de minuciosa análise. Armando Nogueira – testemunha ocular da história – diz que viu Lacerda sair do prédio caminhando normalmente na direção do major, que já agonizava no chão atingido pelos dois tiros do Smith & Wesson 45 de Alcino. Tiros que, segundo Lutero Vargas, que era médico, se o tivessem realmente atingido teriam esfacelado o pé de Lacerda. O fato é que, conforme revela o autor, todo o processo envolvendo o ferimento de Carlos Lacerda – boletim de socorro, registro no livro de ocorrência e as radiografias – desapareceu do Hospital Miguel Couto.

A partir do atentado da Tonelero criou-se a República do Galeão. Sugestão infeliz do verdadeiramente leal e solidário ministro da Justiça Tancredo Neves, que pretendia com ela demonstrar a isenção do presidente, a República do Galeão acabou se transformando num poder paralelo. Espaço de articulação para os inimigos da política

nacionalista de Vargas que, àquela altura, se haviam multiplicado e fortalecido nas Forças Armadas. Também reforçou os laços desses setores com a UDN, cuja voz mais agressiva era a do vereador e jornalista Carlos Lacerda. Apoiada pela grande imprensa que, municiada dos tantos dossiês e denúncias que já então se fabricavam à farta, a UDN alarmava a classe média e as elites contra Vargas e sua política estatizante, popular e nacionalista. Um aspecto interessante para o qual o autor nos chama a atenção é a relação entre algumas declarações premonitórias. Durante a campanha de 1951, Getúlio teria falado em uma entrevista:

Eles, os grupos internacionais, não me atacarão de frente, porque se arriscariam a ferir os sentimentos de honra e civismo do nosso povo. Usarão outra tática, mais eficaz. Unir-se-ão com os descontentes daqui de dentro, os eternos inimigos do povo humilde, os que não desejam a valorização do homem assalariado, nem as leis trabalhistas, menos ainda a legislação sobre os lucros extraordinários. Subvencionarão brasileiros inescrupulosos, seduzirão ingênuos inocentes. E, em nome de um falso idealismo e de uma falsa moralidade, dizendo atacar o sórdido ambiente corrupto que eles mesmos, de longa data, vêm criando, procurarão, atingindo a minha pessoa e o meu governo, evitar a libertação nacional. Terei de lutar. Se não me matarem...

Parecia uma antecipação de tudo o que estava por vir ou uma resposta a Lacerda que, diante dos rumores de que Getúlio seria candidato, dissera em 1949: “O senhor Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato. Candidato, não

deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”. Essas manifestações públicas de dois adversários terríveis que se preparavam para o embate, cada um sabendo o que viria, dão um tom de sacrifício à fala de Vargas quando aceitou ser candidato no dia 19 de abril de 1950.

Comemorava seu aniversário de 67 anos na fazenda de João Goulart. Após o comovido discurso do jovem anfitrião e diante de tantas demonstrações, Vargas encerrou seu breve comunicado abrindo os braços e dizendo: “Levai-me convosco!” Tal atitude assemelhava-se, segundo Conde Aguiar, “à submissão a uma fatalidade ou a um destino insondável que as circunstâncias impõem e contra os quais é inútil e impossível lutar”. Fatalidade que encontra seu eco final na carta-testamento: “Sigo o destino que me é imposto”.

Aguiar analisa o processo de criação da carta-testamento, sugerindo que não se trata da carta de um suicida. Para escrevê-la, Vargas teria seguido o caminho que normalmente adotava para a produção de seus discursos: anotações de próprio punho, relacionando os temas e o tratamento que deveriam merecer, eram encaminhadas a José Maciel Filho, que lhes dava forma literária. Conde Aguiar argumenta que ninguém recorre a um *ghost writer* para redigir um bilhete de suicídio e que seria impensável que Maciel, sabendo das intenções suicidas de Getúlio, nada fizesse para detê-lo. Não se tratava, portanto, da despedida de um suicida em potencial, mas sim do manifesto político de um homem que admitia morrer, mas resistindo ao golpe militar próximo. Maciel supunha, portanto, estar escrevendo um manifesto de Vargas ao povo brasileiro, a ser divulgado

depois de sua derrota ou deposição. O texto da carta, pronto e finalizado, foi entregue por Getúlio a Jango durante a reunião da madrugada de 24 de agosto com a recomendação: “Guarda contigo para ler em casa. Mas só abra o envelope se me acontecer alguma coisa”.

Durante aquela reunião, Getúlio já ameaçara: “Se os militares mantiverem a ordem pública, estou disposto a apresentar o meu pedido de licença. Caso contrário, se os amotinados quiserem chegar até o Catete, aqui encontrarão o meu cadáver”. Ao que parece, naquele momento, o presidente já se decidira pela única saída possível para ele. Getúlio sabia que seus inimigos não se contentariam em deixá-lo recolher-se a São Borja. Ele não admitiria as humilhações contra ele e sua família que ainda estavam por vir. Dissera-se, desde o começo, disposto a morrer lutando. Seu suicídio foi a sua última cartada. E, por suas consequências, pela violenta reação popular que provocou, por ter adiado o golpe militar dez anos, bem merece o título: vitória na derrota.

Não se trata de livro cujas qualidades literárias possam ser ressaltadas. É antes um texto jornalístico, enxuto, objetivo e muito bem documentado. O tom apaixonado com que o autor trata o assunto, a sua total identificação ideológica com o protagonista e com seu projeto para o Brasil, não prejudicam a narrativa; antes, a tornam mais estimulante. É livro para ler de uma tacada só. Mas é também livro didático que merece ser lido pelos estudantes, pelos jornalistas e políticos. Há muito o que aprender em suas páginas.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em agosto de 2004.

Coração de Estudante – a UNE e as esquerdas na Ditadura Militar

Maria Paula Nascimento Araújo. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará /Fundação Roberto Marinho, 2007, 291 p.

De leitura fácil e agradável, recheado de imagens e documentos, *Memórias estudantis* é um livro destinado a figurar na biblioteca de muita gente. Maria Paula Araújo nos proporciona um trabalho consistente de pesquisa e análise baseado em depoimentos e apoiado pela melhor bibliografia para contar a história de muitas gerações de jovens que acreditaram que podiam mudar o Brasil.

Se a história da UNE começa ainda no governo Vargas, é nas décadas de 1960 e 1970, durante a ditadura militar, que ela tem seus lances mais bonitos e dramáticos. Para as pessoas que estão hoje entre os cinquenta e os setenta anos, foram tempos agitados, especialmente na América Latina, cuja realidade de subdesenvolvimento era produto de uma história de corrupção, latifúndio, golpes militares e de controle pelos Estados Unidos. Para muitos daqueles jovens, a América Latina só resolveria seus problemas com a revolução socialista que, por sua vez, se faria através da luta armada.

Criada em 1937 para unir os estudantes em luta por questões relativas à universidade, logo a UNE estaria participando das grandes campanhas nacionais. No começo dos anos 1960, contaria com a eficiente ação do CPC para

ampliar sua rede de entidades filiadas. Reunindo um elenco de artistas e intelectuais que marcariam nossa história cultural, o Centro Popular de Cultura orientava suas ações com base em uma visão instrumental da arte e da cultura, tendo sempre como objetivo preparar o povo para a revolução socialista. O sucesso do CPC contribuiu para o sucesso da UNE-Volante, projeto de realizar assembleias e reuniões estudantis em várias partes do Brasil. Essas ações estavam em pleno curso no governo João Goulart. O golpe militar de 31 de março de 1964 interrompeu-as.

Através do Ato Institucional nº 1 foram cassados os direitos políticos de vários brasileiros. Foram proibidas as greves e as atividades dos estudantes, e a sede da UNE na Praia do Flamengo foi invadida, saqueada e queimada. Mas, tal como cantam em suas manifestações – a UNE somos nós, nossa força, nossa voz –, os estudantes acreditavam que, enquanto estivessem atuando politicamente, a UNE estaria viva. E foi o que trataram de fazer entre 1964 e 1968, através de entidades livres reunidas em congressos clandestinos.

De 1964 a 1968, as manifestações estudantis seriam, em geral, pacíficas. O estopim da reação jovem se daria quando, em 28 de março daquele ano, o estudante secundarista Edson Luís fosse morto pela polícia numa manifestação em defesa do restaurante Calabouço, no Rio. Os dias 19, 20 e 21 de junho foram marcados por violentos confrontos entre estudantes e forças da repressão. Na semana seguinte, em 26 de junho, acontecia a histórica Passeata dos Cem Mil, ponto máximo da mobilização estudantil naquela década.

O desfecho dessa série de tensões se daria com o malogrado Congresso da UNE em Ibiúna, quando todos os

líderes estudantis foram presos e fichados. O álbum contendo suas fotos seria amplamente utilizado durante a violenta repressão que seguiu ao AI-5, decretado em dezembro de 1968.

Depois do AI-5, grande número de lideranças estudantis, já vinculadas às organizações de esquerda, optou pela luta armada. Uma opção que se revelou trágica, pois, em poucos anos de enfrentamento com as numerosas, bem armadas, aparelhadas e organizadas forças da repressão, as organizações de esquerda foram destruídas, deixando um saldo de inúmeros mortos, desaparecidos, presos, exilados e banidos. Era evidente a distância que separava as esquerdas da sociedade. A autocrítica passaria pelo reconhecimento da democracia como um valor essencial em qualquer regime político. Com a luta pelas liberdades democráticas, a esquerda assumiria a liderança do movimento contra a ditadura, atraindo outras forças da sociedade para as campanhas pela Anistia (1979) e pelas eleições diretas para presidente (1984).

O movimento estudantil retomaria suas ações públicas no começo de 1977, quando um ato público realizado na PUC-RJ reuniu 5000 estudantes, marcando o início do processo de reconstrução da UNE. Logo começaram a ser reorganizados os centros acadêmicos e os DCEs. No dia 29 de maio de 1979, em congresso realizado em Salvador, a UNE foi reconstruída.

Nas primeiras páginas de seu livro, Maria Paula nos fala sobre o significado da juventude: aquela quadra da vida feita de generosidade e disponibilidade, onde se formam as grandes amizades e se elaboram os sonhos mais ambiciosos.

Em muitas sociedades, diz a autora, os jovens são o último reduto de coragem e indignação. Muitas vezes, movidos pelo voluntarismo, chegam a ser inconsequentes. Mas, em muitos casos, esse voluntarismo e essa inconsequência fazem avançar a história. É o que nos demonstram os setenta anos de história da União Nacional dos Estudantes Brasileiros.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em setembro de 2007.

PARTE IV

BELAS LETRAS

Antonio Candido coloca o Romantismo em seu devido lugar

Antonio Candido. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro / São Paulo: Ouro sobre Azul / FAPESP, 2006, 798 p.

Através do melhor texto, flui nas páginas deste livro o mais inteligente pensamento sobre a literatura brasileira. Antonio Candido estabelece aqui a genealogia de nossa maneira de escrever, pensar e criar, tal como foi se afirmando ao longo de nossa história como nação. A elegância de estilo, o senso de humor apurado, a clareza do argumento, tudo resplandece e encanta neste verdadeiro trabalho de sociólogo que, através de um método de análise especificamente desenvolvido para a matéria, vai desfiando as linhas que se entrecruzaram para produzir, no final do século XIX, o gênio de Machado de Assis. Gênio cujas melhores florações se deram no âmbito de outra fase de nossa história literária que não é contemplada aqui.

Romantismo é o tema maior do livro

Pois o tema maior deste livro é o romantismo. Mesmo o arcadismo que o antecedeu é investigado como antessala daquele, e os elementos do realismo e do naturalismo que se esboçam em sua fase final apenas como sua consequência. Fazendo justiça à influência do árcade Cláudio Manuel sobre o discípulo, Candido destaca a beleza e o realismo autoral da

obra de Tomás Antônio Gonzaga. Ao talento do maior poeta daquela fase soma-se a integridade de uma biografia sem mancha, na qual a lealdade ao amigo foi além do cárcere. O poeta que cantou Marília, ao contrário dos outros inconfidentes, como vamos descobrir nas páginas das biografias que o autor reúne no final do volume, terminou seus dias próspero e feliz em Moçambique, para onde fora degredado.

Um final bem diferente do que foi dado a tantos outros, como os vários e fascinantes padres atormentados de nossa literatura: Durão, seu carreirismo e seus dramas de consciência; Montalverne, sua imensa vaidade e a cegueira que o afastou do púlpito onde brilhara; Junqueira Freire e sua sensualidade aprisionada sob o hábito de monge.

Na obra de cada um, há contribuições fundamentais para nossa cultura: no *Caramuru* de Durão, a força do exotismo de nossa paisagem tropical, pela primeira vez tematizada poeticamente em versos singelos. Em Montalverne, o tremendo papel da oratória religiosa, que impulsionou a vida cultural da corte joanina e animou a campanha da Independência. Em Junqueira Freire, a religiosidade e a culpa das paixões reprimidas produzindo uma obra típica de nossa cultura, que teve na força inspiradora do cristianismo uma de suas matrizes mais férteis.

Candido destaca o papel fundamental de José de Alencar, cuja obra viabilizou esteticamente o indianismo como matriz da ficção romântica. Na mais célebre polêmica literária do século XIX, ao demolir a *Confederação dos Tamoios*, obra do poeta preferido do imperador, o jovem Alencar

desenvolveu a agenda de sua própria obra. Nela, o índio brasileiro seria romantizado e idealizado dentro do padrão que fora proposto, aliás, por um francês, Ferdinand Denis.

Um índio de inspiração claramente europeia, mas que seria o elemento gerador de temas que tiveram na poesia de Gonçalves Dias e na literatura de Alencar o seu mais rico aproveitamento. Também constata a influência de Casimiro de Abreu e de sua poesia de cesto de costura. Poesia diurna de quintais e pés de laranjeira, cheia de reminiscências da infância e que deu, ao lado dos romances de Macedo, um tom de família burguesa à vida do Brasil imperial.

Da galeria dos românticos malditos, o lugar principal é de Álvares de Azevedo, gênio adolescente, de mente noturna e povoada de sombras, orgias em cemitérios e noivas cadáveres. Menino rico que, mesmo tendo morrido aos 20 anos, foi capaz de influir de forma decisiva sobre uma vertente importante de nosso romantismo.

Seu companheiro de farra dos tempos da Faculdade de Direito de São Paulo, Bernardo de Guimarães, foi o autor do único poema satanista de nossa literatura, o inacreditável *Orgia dos duendes*, que faz lembrar os quadros de Jerônimo Bosch em sua delirante, sádica e movimentada sequência de situações absurdas. O mesmo Bernardo que, tendo depois produzido bons romances rurais, se tornaria célebre por um livro de menor importância: *A escrava Isaura*.

A obra seminal de Candido transformou a literatura brasileira ao mostrar que, a partir dela, se criou uma identidade nacional. Com o livro, publicado em 1959, o autor se firmou como um dos principais críticos do país, apesar das polêmicas que seu método levantou. A obra é tão profunda

em sua tentativa de revelar os caminhos de formação literária do Brasil quanto os clássicos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda na busca das raízes da brasilidade.

Candido busca compreender a obra literária como objeto estético independente, sem, no entanto, pôr de lado suas relações com a sociedade e o momento histórico em que foi escrita. Mesmo sem apontar a obra literária como um documento ou puro reflexo da realidade, o autor não deixa de considerar suas conexões com a realidade nos diferentes ensaios presentes no livro.

A coleção de ensaios abre com um texto que dá título ao livro, sobre a obra do poeta Álvares de Azevedo, ao qual Candido sempre dedicou muita atenção. O autor o apresenta como um artista experimental, que levou bem longe a ruptura romântica com os gêneros literários.

Candido faz um resumo sobre a literatura romântica no Brasil. É a partir do movimento, acredita ele, que surge uma oportunidade histórica para a literatura se alinhar com o espírito jovem da nação, o que resultou numa difusão sem precedentes da produção literária nacional.

Candido nos chama a atenção para o lugar que o romantismo da última fase deu ao negro, através, principalmente, da poesia de Castro Alves, possibilitando sua inclusão como elemento estético, o que viabilizaria seu reconhecimento no século XX como uma das forças matrizes da cultura brasileira.

No entanto, restavam ainda resquícios do preconceito, pois, tal como o índio idealizado a partir de qualidades e valores tipicamente brancos, os negros do romantismo eram

quase sempre mulatos na descrição, conservando feições e atitudes tipicamente brancas.

Nesse contexto *fin de siècle*, choca a naturalidade com que o sofisticado Taunay conta em suas memórias como havia comprado uma jovem índia de seu pai. Talvez, como revela, a única mulher que realmente amou e que lhe proporcionaria, além das vantagens previsíveis em tal acerto, inspiração para o seu mais importante livro: *Inocência*.

Obra antecipa métodos

Formação da literatura brasileira antecipa o uso de métodos que só emergiriam na teoria literária e nas ciências humanas brasileiras, de um modo geral, nas décadas de 1980 e 1990. Surpreende hoje constatar que, num tempo em que primavam as ortodoxias, Candido já acentuava a necessidade de pensar o contraditório; da interdisciplinaridade; do uso da intuição crítica para entender e compreender a literatura e os elementos sensíveis que a possibilitavam como expressão de nossa cultura.

Sem tirar os pés do chão do método, produz um universo plástico e cheio de movimento, pontuado de forma econômica e necessária por seus próprios sentimentos e opiniões. Assim é que, além de ter escrito uma obra cheia de pensamento sobre nossa trajetória cultural, também nos proporciona uma leitura amável, na qual se nos revela a importância fundadora do romantismo desde o final do século XVIII até os nossos dias.

De fato, nunca deixamos de ser românticos e, tal como os poetas da Inconfidência, buscamos ainda hoje a nossa essência cultural; ainda hoje procuramos, através de nossa arte, nos afirmar e entender como povo e como nação.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em dezembro de 2006.

Já existia uma literatura brasileira no Brasil colonial?

Joaquim Norberto de Souza e Silva (org.). *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario, 2002, 424 p.

Quem pensa no Brasil da segunda metade do século XIX, aquele Brasil descrito pelos viajantes, pensa-o como naquelas cenas pitorescas pintadas por Debret, Rugendas, Steimann, Planitz e outros, onde, em meio a uma paisagem exuberante e a uma população multicolor, reinava um jovem monarca muito alto e muito louro, com seu manto de penas de tucano. Quem lembra dessas imagens pensa num Brasil com a cara da Bahia em pleno carnaval, um ambiente pouco propício ao debate intelectual.

Mas foi em torno daquele jovem imperador, precocemente envelhecido, educado para ser um erudito, que se constituiu uma corte intelectualizada, uma espécie de recriação tropical da corte filosófica que cercava o “divino Frederico” em Potsdam. “Um soberano”, como diz Joaquim Norberto de Sousa, “dotado de uma inteligência tão elevada como seu coração, [que] ostenta no trono e na flor da mocidade o amor filosófico à liberdade e à sabedoria.”

Estudos sobre o ambiente intelectual da corte de D. Pedro II, como os de Lilia Schwarcz e João Cezar de Castro Rocha, nos revelam que este foi movimentado por algumas polêmicas, das quais a mais célebre foi a que envolveu o jovem jornalista e escritor José de Alencar e D. Pedro II em

torno do poema de Gonçalves de Magalhães, *A Confederação dos Tamoios*.

Joaquim Norberto de Sousa Silva foi um dos personagens mais ativos na Corte de artistas e intelectuais que cercavam D. Pedro II. Nascido no Rio de Janeiro em 1820, Joaquim Norberto começou a vida como caixeiro de uma casa comercial, logo ingressando no serviço público, destino certo para quase todos os homens de letras do seu tempo. Foi a partir daquele ano de 1841 que iniciou sua atuação no meio intelectual do Rio de Janeiro, numa trajetória que o levou à presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e que só se encerrou com sua morte, em 1891. Suas obras literárias propriamente ditas, em poesia e ficção, no entanto, não são consideradas relevantes pela crítica, sendo mais reconhecido por suas contribuições à história da literatura brasileira.

Este volume é a mais completa reunião de textos que comprovam esse esforço. Os capítulos que compõem a primeira parte do livro, marcados por um exacerbado nacionalismo romântico, lidam com o tema da especificidade da literatura brasileira. Norberto debate com outros autores em torno da questão: existe uma literatura brasileira ou devemos reconhecer nesta apenas um gênero da literatura portuguesa? Esta proposição leva o autor a reflexões mais gerais sobre o caráter específico da cultura brasileira em contraste com a portuguesa e sobre o que se concebe, de uma maneira mais abrangente, como literatura nacional.

Um aspecto desse debate que merece reflexão é o diálogo encetado entre o autor e críticos estrangeiros, tais

como o espanhol Juan Valera, o peruano Santiago Nunes Ribeiro e os franceses Louis Burgain, Emile Adet e Eugène de Monglave, o qual nos sugere que o mundo intelectual brasileiro não era assim tão isolado em meados do século XIX.

Autor difícil de ler, o estilo de Norberto torna-se particularmente pesado, gongórico, exagerado, no capítulo que trata da influência da natureza sobre a literatura de nosso país. Em meio a uma irritante sucessão de metáforas, antíteses, inversões, alusões clássicas e frases retumbantes que prejudicam a apreensão do conteúdo, ele produz um “porque me ufano” *avant la lettre* chatíssimo, em que desenvolve seu argumento através de passagens como esta: “a imaginação avigora-se nesse berço imenso, educa-se com o espetáculo que tem ante si, e, como o condor, nascido nos píncaros dos Andes, olha e contempla ainda implume a imensidão do espaço, e depois, sem temor, ensaia o ardido voo”.

O estilo melhora nos dois capítulos que tratam da literatura indígena. A partir do relato de viajantes europeus, Norberto reconstitui ou recria de forma muito feliz algumas lendas indígenas para provar a existência de uma literatura brasileira anterior ao descobrimento. A tese é discutível, mas as analogias que Norberto estabelece entre elas e alguns mitos da cultura ocidental são extremamente promissoras.

O contraste entre o estilo de Norberto e a leveza e simplicidade da narrativa nessas lendas nos leva também a pensar em que medida elas eram de fato registros fiéis da narrativa oral. De qualquer maneira, a linguagem despojada que se usa ali é a mesma com que se convencionou construir

narrativas atribuídas aos índios brasileiros. Vide Darcy Ribeiro com o seu *Uirá*.

Do maior interesse é também o seu estudo sobre o papel do teatro no trabalho de catequização dos índios pelos jesuítas. Essas primeiras manifestações do nosso teatro, das quais quase não ficaram registros, são descritas por alguns viajantes, e é a partir desses relatos que Norberto trabalha. Naturalmente, tanto no caso das lendas quanto, com mais razão ainda, no do teatro, a tese de uma literatura brasileira permanece discutível, mas o tratamento monográfico dado pelo autor aos temas e seu trabalho de pesquisa constituem, sem dúvida, uma contribuição admirável ao estudo da evolução de uma cultura brasileira que certamente se beneficiou tanto das manifestações barrocas do teatro no Brasil colonial quanto da chamada literatura indígena.

Nos capítulos daquela que seria a história da literatura brasileira, merece especial destaque o que trata do século XVII, centrado quase que exclusivamente na vida e na obra de Gregório de Matos. Mas é a reconstituição do ambiente literário colonial o aspecto mais interessante de todo o livro. A vida intelectual da colônia aparece aí de uma forma surpreendente, animada, colorida.

O capítulo dedicado à Academia dos Seletos é uma preciosidade ao nos apresentar uma sociedade acanhada, tacaña, onde uma elite incipiente dá vazão às suas veleidades literárias. Todo o programa da academia, constituída especialmente para fazer a apologia do governador Gomes Freire; o tom da correspondência entretida entre seus membros; a agenda dos temas e do tratamento que deveriam ter os trabalhos apresentados; e o

relato do que foi a sessão, tudo, enfim, faz lembrar uma daquelas deliciosas peças de Martins Pena. É um documento maravilhoso, uma peça literária completa tanto no texto quanto nas notas. O fecho do artigo remete a Basílio da Gama, que figurara naquela sessão única da Academia dos Seletos como um modesto espectador.

Poucas foram as poesias de algum mérito que sobreviver puderam a esta aluvião de versos compostos sem entusiasmo e que foram depois reunidos e pomposamente publicados sob o título de *Júbilos da América*. A glória que a lira brasileira reservava ao futuro herói do *Uruguai* estava destinada não a uma academia inteira, mas ao único poeta que tinha valor mais do que todos esses acadêmicos que tão cheios de modéstia se denominaram seletos!

A coletânea se encerra com dois artigos que, reunidos sob o título “Histórias de poetas”, compõem a parte mais amável deste livro. O primeiro deles, o interessantíssimo “Poetas moribundos”, apresenta uma seleção de poesias de despedida de supostos moribundos que, bem dentro do espírito do romantismo, não poderiam partir desta para uma melhor sem deixar expressas em versos as sensações que a sua condição lhes proporcionava.

O capítulo sobre poetas repentistas mostra como este gênero que, no Brasil de hoje, pertence exclusivamente aos poetas populares do Nordeste, frequentava os melhores salões e as penas mais qualificadas de alguns dos notáveis políticos do Império. Deliciosas quadrinhas de Basílio da Gama, Domingos Caldas Barbosa e Lucas José de Alvarenga

ilustram e dão conta de como este gênero literário, mais adequado aos salões do que às páginas dos livros, funcionava como uma espécie de jogo, de brincadeira, estimulando a sociabilidade, o flerte e dando prestígio aos mais talentosos dos seus cultores.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em abril de 2002.

O método Rouanet de estudar

Sergio Paulo Rouanet. *Riso e melancolia: a forma shandiana em Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garrett e Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 254 p.

Trabalho exaustivo de erudito, escrito com graça e elegância, este livro de Sérgio Paulo Rouanet se destina a ser um marco nos estudos machadianos. Vai, além disso – se podemos ir além de Machado –, pois, na verdade, Rouanet pretende demonstrar que Laurence Sterne, com seu *Tristram Shandy* (1759), deu início a uma nova tradição romanesca, autônoma e específica, que ficou conhecida como shandismo.

Na verdade, é o estabelecimento do que é o shandismo e de como Machado e os demais autores aqui estudados se enquadram nele que faz deste livro um exercício em que se equilibram, da forma mais feliz, a razão e a sensibilidade. A razão, expressa na maneira metódica com que o filósofo e escritor dissecou as matrizes que distinguem o shandismo de outros gêneros. Sensibilidade, porque nem o mais elaborado método prescinde da sensibilidade criativa para perceber a beleza e a peculiaridade das obras aqui contempladas.

Partindo do prefácio da 3ª edição das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, onde Machado diz que, para escrever seu livro, adotou “a forma livre de um Sterne, ou de um Xavier de Maistre”, aos quais junta, mais adiante, o nome de Almeida Garrett, Rouanet identifica e analisa as características comuns às obras desses autores, incluindo ainda, pela clara e assumida influência sobre Sterne de *Jacques, o fatalista*, de Diderot. Certamente, dos livros aqui analisados, apenas o de

Machado de Assis é familiar à maioria do público leitor brasileiro. O contato com a obra de Sterne vem-nos mais do hábito de ouvir falar sobre a influência decisiva de Tristram Shandy na obra de Machado. Os demais autores, Diderot – nesta obra específica –, Garrett e de Maistre são ainda menos frequentados. De modo que o livro de Rouanet também representa uma oportunidade de contato com esses escritores. Nada, porém, que arraste o escritor para as digressões tipicamente shandianas. Ele traça sua diretriz desde o começo e não se afasta dela.

Para Rouanet, o estilo shandiano se caracteriza por “uma atitude libertina e sentimental; um sensualismo risonho; um humor afável e tolerante, capaz de perdoar transgressões próprias e alheias, mas também de zombar, sem excessiva malícia, dos grandes e pequenos ridículos do mundo”. A essa atitude corresponde uma forma caracterizada por: presença permanente do narrador; narrativa fragmentada por digressões; uso arbitrário do tempo e do espaço; e alternância entre o riso e a melancolia.

O narrador impertinente

O aspecto mais marcante dos romances shandianos é a presença ostensiva e soberana do narrador e seu interminável diálogo com o leitor. Ambos são personagens do livro e indispensáveis para seu efeito estético. O narrador shandiano é o senhor do tempo e da história. Ele mantém uma relação arrogante com o seu leitor e se porta como um déspota, concedendo-lhe a aparente liberdade de fechar o

livro; ler ou não um capítulo; participar de sua feitura etc. Caprichoso e imprevisível, o narrador interfere no rumo da história a todo o momento, modificando-a a seu bel-prazer. Totalmente livre de inibições, esse narrador volúvel, onipotente e onisciente tem opiniões sobre tudo e boboleta sobre todos os assuntos.

Para ele, o melhor caminho nunca é a linha reta. Ele prefere seguir em zigue-zague, interrompendo a trama para minuciar detalhes e deter-se na história de personagens laterais. No romance shandiano, enquanto a narrativa principal é econômica e incompleta, e só pode ser apreendida a partir de seus fragmentos, a matéria digressiva é copiosa. Na verdade, o narrador sabe que as digressões são a sua verdadeira matéria. Como diz Shandy: “Tira-as deste livro e podes levar também o livro junto com elas”. As digressões autorreflexivas, onde o narrador comenta a estética da obra e defende seu método, são as mais tipicamente shandianas. É quando o livro fala sobre ele mesmo, detendo-se em explicações sobre o conteúdo e o ordenamento dos capítulos.

O tempo e o espaço também são tratados despoticamente pelo narrador shandiano. Como diz Xavier de Maistre: “Eis o vasto campo em que passeio à vontade, pois não me faltam o tempo, nem o espaço... Tudo isso é meu”. E essa licença diz respeito tanto à forma quanto ao conteúdo. Experimentações gráficas são comuns a todos os autores, como também a supressão de capítulos e sua substituição por páginas em branco; a inversão de sua ordem e o contraponto entre capítulos longuíssimos e outros curtíssimos. A narrativa, ora se move com tanta rapidez que

anos e mesmo décadas inteiras são apresentados em poucas linhas, ora lentamente, quando minutos podem se arrastar quase em tempo real. O espaço é vivido e recordado de modo tão subjetivo quanto o tempo: ao sabor dos interesses e caprichos do narrador. Na verdade, a imobilidade é a vocação mais íntima de todos os autores shandianos. Estes têm à disposição, como diz Garrett: “mais que o espaço cartográfico, o espaço das ‘regiões ideais’”.

Shandismo: paródia do Barroco

Segundo Rouanet, Sterne construiu sua forma romanesca a partir de algumas categorias genéricas do barroco. Um dos traços mais fortes da literatura barroca, a hipertrofia da subjetividade, é representado na figura do tirano, que pode se permitir todos os caprichos, porque não está sujeito a nenhuma lei. Sua contrapartida na literatura shandiana seria a prepotência do narrador, que impõe sua vontade absoluta sobre seu domínio: a narrativa. Mas Rouanet especula: será que narradores tão irônicos, tão dispostos a rir de si próprios, podem mesmo ser comparados a tiranos barrocos? Podemos levar a sério a periculosidade de tiranos que exercem seu despotismo de modo tão infantil?

A seu ver, todo esse autoritarismo de fachada oculta um genuíno impulso crítico e o shandismo seria, na verdade, uma apropriação irônica do barroco. O autor shandiano só daria a impressão de que seu narrador é um tirano para melhor poder demonstrar o que os tiranos e as tiranias têm de ridículo. Mas, se no barroco, o riso castiga os costumes, no

shandismo, o riso é um antídoto contra a melancolia. Seu objetivo não é moral: denunciar a imoralidade da tirania, por exemplo. Ele não apresenta modelos alternativos, pois é um cético (o vício é o estrume da virtude, diz Brás Cubas), apenas procura espantar seu desalento diante da consciência da fugacidade de tudo o que parecia eterno e do poder que tem o tempo de nos condenar à decrepitude. O humor shandiano é, portanto, uma forma de rebeldia contra os limites de nossa condição existencial: valendo-se da pena da galhofa e da tinta da melancolia, ele desafia a morte.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em maio de 2007.

O *Bom-Crioulo* revelou segredos da Marinha

Adolfo Caminha. *Bom-crioulo*. São Paulo: Ática, 1994, 80 p.

Faz cem anos que *Bom-Crioulo* explodiu no seio da Marinha brasileira, causando danos incalculáveis à sua imagem. O livro de Adolfo Caminha, escritor cearense, ex-oficial da Marinha, narrava de forma detalhada o romance entre o marinheiro negro Amaro e o grumete louro Aleixo. Paixão sensual, que se desenvolveu nos conveses, porões e cantos mais protegidos de uma corveta da esquadra brasileira e que se concretizou em ligação assumida num quartinho alugado no centro do velho Rio. Durante um ano viveram em paz e harmonia. Mas um dia Aleixo se cansou dos apetites do Bom-Crioulo (audaciosamente descritos por Caminha) e resolveu experimentar emoção nova e mais próxima das formas ortodoxas do amor nos braços da quarentona portuguesa que alugara o quarto aos dois amantes. As desconfianças de Amaro, afastado de Aleixo por razões de serviço, seus sofrimentos físicos (sob a chibata que castigava os tipos rebeldes como ele), acabaram por provocar o desenlace trágico, com Aleixo sendo assassinado pelo Bom-Crioulo.

Uma história envolvendo homossexualidade, a descrição detalhada de uma paixão homossexual por si só, devia causar espécie naquele final de século brasileiro. Caminha já se revelara um escritor ousado, na linha do naturalismo de Aluísio Azevedo, em *A normalista*, romance pelo qual se tornara conhecido. Era um crítico mordaz, sempre a levar às últimas consequências as suas opiniões.

Expulso que fora da Marinha, quando ainda vivia no Ceará, por ter se envolvido em romance com mulher casada, com esta constituiu família e veio para o Rio tentar a vida como escritor e jornalista. Aqui, o seu talento, já manifesto nas contribuições que dera ao movimento da Padaria Espiritual, no Ceará, aliado às facilidades que a cidade então oferecia aos jovens homens de talento, propiciaram que se estabelecesse e ganhasse espaço na imprensa.

Bom-Crioulo é romance muito feliz na construção dos tipos. Ele apresenta uma curiosa descrição da vida em torno do cais do porto naquela época. É também um romance-denúncia contra a chibata – odiosa instituição que, apesar de teoricamente proibida, era praticada com rara violência (como já demonstrou José Murilo de Carvalho) tanto no Exército quanto na Armada. Nesta última, provocaria a chamada Revolta da Chibata, capitaneada em 1910 pelo marinheiro negro João Cândido.

Porém, mais do que a chibata, o que Caminha pretende denunciar é a recorrência dos casos de homossexualidade na Marinha brasileira. Talvez tenha sido apenas para escrever essas passagens que Caminha urdiu a tão bem tecida trama do *Bom-Crioulo*.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em dezembro de 1995.

Polêmica literária no Brasil Imperial: o debate entre José de Alencar e D. Pedro II

João Cezar de Castro Rocha. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, 251 p.

Um fenômeno que tem movimentado o mercado editorial é o esforço das editoras universitárias em enfrentar a concorrência das editoras comerciais, dando aos seus produtos uma apresentação atraente e bem-acabada. É o caso também das publicações que a Editora da UERJ vem trazendo a público, muito especialmente neste livro de estreia de João Cezar de Castro Rocha.

Com prefácio do teórico da literatura Hans Gumbrecht, o livro de João Cezar se propõe a analisar, no âmbito da tradição cultural brasileira e tomando como *leitmotiv* a controvertida tese de Sérgio Buarque de Holanda sobre a natureza cordial do homem brasileiro (as controvérsias giram, desde o lançamento de *Raízes do Brasil* até os nossos dias, em torno do sentido da palavra cordial), a polêmica que motivou o pequeno mundo cultural brasileiro de meados do século passado.

Foi a polêmica iniciada em 1856 pelo então quase desconhecido escritor José de Alencar em torno do poema de Gonçalves de Magalhães, *A Confederação dos Tamoios*. Trata-se de um interessante episódio de nossa história cultural que estava a merecer uma análise mais detida.

Magalhães era, desde a Regência, o poeta oficial da Corte. Fazia parte de uma plêiade de homens cultos,

membros do Instituto Histórico, que viam como missão o soerguimento do edifício da nossa identidade cultural. Acreditavam aqueles intelectuais e, com eles, o jovem imperador cujas veleidades intelectuais são sobejamente conhecidas, que aquele era o desafio que cabia aos nossos homens de inteligência enfrentar.

Por isso foi recebido com grande entusiasmo, com uma atenção quase religiosa, o poema de Gonçalves de Magalhães, que estaria destinado a se tornar um dos pilares daquele projeto intelectual. Foi aí que surgiu o jovem e ambicioso filho do padre Alencar, ainda mal iniciado nas belas letras, e perpetrou a violenta crítica que foi publicada no *Diário do Rio de Janeiro*. A reação da pequena corte que cercava o jovem imperador, e do próprio, foi imediata.

Para defender o poeta, sua obra e o projeto que representava, apresentou-se Manuel de Araújo Porto Alegre. Amigo de Magalhães, a ponto de assinar os artigos com que enfrenta Alencar como “o amigo do poeta”, Porto Alegre era homem das letras e das artes, tendo vivido em Paris, apadrinhado por Debret, e fora um dos criadores da revista *Niterói*. Dentre os argumentos de Porto Alegre desenvolvidos em defesa do poema estava justamente a questão da inoportunidade das críticas de Alencar. O poema em questão não era, a seu ver, “um deleite métrico, um romance em verso, mas sim um fato moral”.

A mesma preocupação demonstraria o Imperador nos artigos com que enfrentaria o jovem articulista; não queria ele que passasse despercebido o fato invulgar, para a história do país, da composição de um poema sobre assunto nacional. Seu desejo era que *A Confederação dos Tamoios* fosse

lida com a reverência dos que murmuram o padre-nosso da nacionalidade.

É em torno deste episódio que João Cezar constrói seu argumento. Ele acredita que esta polêmica se inscreve na tradição da cordialidade tal como a definiu (ou redefiniu) Sérgio Buarque (em meio à controvérsia suscitada por Cassiano Ricardo por ocasião do lançamento de *Raízes do Brasil*). Para desenvolver seu ponto, o autor lança mão de um variado repertório de informações do universo literário e cultural, o que dá à sua análise um aspecto vivo, vibrante, original, mas que a estilhaça, fragmentando-a em mil possibilidades e confundindo o leitor. Muitos dos autores que trabalha de maneira lateral, com *insights* luminosos, como Baudelaire, Proust ou Samuel Johnson, sugerem possibilidades a serem exploradas em textos específicos que talvez não merecessem ter sido desperdiçadas neste primeiro livro.

No entanto, *Literatura e Cordialidade* é, como anota na orelha Maria Helena Rouanet, um irrecusável convite ao debate, feito de maneira provocativa e dirigido àqueles que privilegiam o estudo crítico do sistema intelectual brasileiro.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em agosto de 1998.

Leituras para crianças de ontem e de hoje

Ana Maria Machado. *O tesouro das virtudes para crianças*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, 92.

Ana Maria Machado. *O tesouro das cantigas para crianças*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, 96 p.

Em vista do grande sucesso alcançado pelo *Livro das Virtudes para Crianças*, organizado por William J. Bennett, a editora Nova Fronteira resolveu publicar a versão brasileira daquela antologia, convidando para organizá-la a escritora Ana Maria Machado. A concepção do original – reunião de textos clássicos que, de alguma maneira, trazem mensagens que reforçam o valor de virtudes tais como fé, esperança, coragem, solidariedade etc. – foi respeitada na versão brasileira. Ana Maria nomeou a sua antologia, publicada em dois volumes, de *O Tesouro das Virtudes para Crianças* e aproveitou o filão para fazer também um delicioso *Tesouro das Cantigas para Crianças*, reunindo aquelas canções e brincadeiras mais frequentes que animaram infâncias onde ainda não predominavam a TV, o computador e o videogame.

Para o leitor brasileiro, a versão nativa parece mais atraente, pois equilibra melhor a qualidade dos textos com o seu propósito educativo. Enquanto o livro de Bennett, que foi seguido por um *Livro dos Heróis*, organizado pelo mesmo autor, inspira algum receio, por conta de certo clima conservador que nos faz lembrar aquelas histórias edificantes que líamos outrora na revista *Seleções*, a versão brasileira (*et pour cause*) tem mais humor e, é claro, mais

referências familiares, privilegiando autores e textos que fazem parte do repertório literário afetivo de muitas gerações.

Não que o livro de Bennett não tenha aparecido em boa hora. Seu sucesso se deve, na verdade, ao fato de que o momento pede mesmo que sejam recuperados com a maior urgência os valores de humanidade. O problema com ele é estar impregnado daquele bom-mocismo americano que Tocqueville identificou em seu *Democracia na América*. Aquele discurso cheio de boas intenções que, pretendendo moldar o mundo à sua imagem e semelhança, produziu tantas consequências funestas como Graham Greene apreendeu com perspicácia em *O Americano Tranquilo*. Se uma versão bem-humorada desse modo de ser esteve presente nos maravilhosos filmes de Frank Capra, nas adoráveis ilustrações de Norman Rockwell, nos velhos filmes de Walt Disney, o mesmo cinema e a mesma mídia norte-americanos produziram versões bem menos leves e amáveis desse espírito.

De qualquer maneira, os dois livros de Bennett, com suas belas ilustrações e com aquele estilo simples, objetivo e claro de dizer as coisas – outra marca americana – caíram no gosto e, sem dúvida, os valores que a maior parte de suas páginas veiculam são muito bem-vindos num tempo em que a tônica das relações humanas tem alternado apenas o interesse próprio com a indiferença.

Os livros de Ana Maria, como a própria autora diz em seu prefácio, se inspiram também nas seletas de antigamente. Aquelas antologias escolares reunindo autores e textos básicos que proporcionavam o primeiro contato das

crianças com a literatura e, como lembra a autora, “através dela, com várias tradições e valores morais que vinham passando de geração em geração”.

Mas as seletas de antigamente também representavam a agenda das leituras, das ideias e dos valores que o seu organizador considerava fundamentais. Eram obras de autor e o simples ato de incluir ou excluir tinha o mesmo significado que tiveram sempre as escolhas dos organizadores de antologias literárias. A inclusão de orações e dos versos de nossos parnasianos tão rebaixados pelo modernismo afasta a seleta de Ana Maria das que têm sido usadas nas escolas nos últimos trinta anos. É a volta triunfal de Olavo Bilac, não o Bilac recentemente descoberto pela crítica literária como excelente cronista, nem o Bilac personagem da ótima novela de Ruy Castro, mas aquele Bilac patriota e moralista (no melhor sentido dos termos) que foi expurgado da literatura escolar há muitos anos. Corajosa, Ana Maria vai mais longe e recupera Vicente de Carvalho e Augusto de Lima. Sem falar, é claro, de Gonçalves Dias e Casimiro de Abreu (autor de uma poesia que termina assim: “simpatia é quase amor!”).

O livro também põe o jovem leitor em contato com Cecília Meireles e seu nunca suficientemente louvado *Romanceiro da Inconfidência*: “Atrás de portas fechadas, / à luz de velas acesas, / entre sigilo e espionagem, / acontece a Inconfidência”. Versos que são seguidos mais adiante por uma das estrofes mais bonitas da língua portuguesa que uma lembrança teimosa associa sempre, na minha memória, à voz juvenil de Nara Leão em *Liberdade, liberdade*: “Liberdade

– esta palavra que o sonho humano alimenta que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”.

Quem também comparece é Vinicius de Moraes homenageando São Francisco em poesia, com direito a todos os “inhos” e “inhas” que povoaram sua lírica. Mas o poetinha está também aqui representado naquele seu belo e sóbrio poema revolucionário “O Operário em Construção”. E também há muita gente boa: Machado, Artur Azevedo, Sílvio Romero, Manuel Bandeira, Clarice Lispector, além de contos e adaptações da própria Ana Maria Machado.

Não sei como está sendo a recepção desses textos pelas novas gerações. Para estas, a autora procurou atenuar a dificuldade com as construções literárias mais elaboradas e com as palavras de uso pouco corriqueiras nos dias atuais, incluindo dois simpáticos personagens que, à margem do texto principal, dão breves explicações ou fazem comentários críticos: a traça Aurelina e o grilo Cri-cri (de Criatura Crítica).

Mas, para os que já conhecem de longa data esses textos e seus autores, é um feliz reencontro. A educação moderna, com as tantas teorias pedagógicas que pululam por aí afora, quase todas voltadas para a liberação do indivíduo, de certa forma abolira esses textos simples, antigos, recheados de uma moral que pregava o amor ao próximo, o respeito aos mais velhos, a fé no trabalho, na honestidade e na bondade. Dir-se-á que isto tudo é completamente passé, mas acho que foi a partir de fórmulas assim que alguns poucos remanescentes da minha geração desenvolveram esses anacrônicos sentimentos de amor e de fé no futuro do Brasil e da humanidade. Não que não tenhamos vivido, no ginásio

e depois, na universidade, aquela fase revolucionária, de furioso iconoclasmo, onde achávamos tudo isso muito careta. Mas acho que, no fundo, bem lá no cantinho do coração, ficou abrigada uma certa crença no valor daquelas virtudes, uma certa esperança. E quem é que vive sem esperança, não é mesmo?

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em novembro de 2001.

De Machado a Amado: literatura, cultura e sociedade na perspectiva dos historiadores

Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (orgs.). *A História contada – capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, 362 p.

Em doze artigos, este livro contempla a literatura brasileira do ponto de vista da história. Fazem seus organizadores, na introdução, um alerta: a literatura é lida aqui não apenas como fonte, documento, mas como objeto.

A primeira parte do livro reúne quatro estudos sobre Machado de Assis, sendo o primeiro deles do historiador inglês John Gledson. Gledson, que há muitos anos vem se dedicando aos estudos machadianos, trabalha aqui com dois dos contos reunidos em *Papéis avulsos*: “Verba testamentária” e “O espelho”. Analisa, através deles, a relação de Machado com a história do Brasil e demonstra o esforço feito pelo escritor para apreender a essência da identidade nacional.

Na sequência, o texto de Jefferson Cano apresenta informações preciosas sobre questões relacionadas com a historiografia brasileira. Partindo de correspondência entretida entre Machado e Capistrano de Abreu, tem a intenção de identificar o conceito de história em Machado, em contraste com o que era formulado e se impusera a partir dos paradigmas do IHGB. Lúcia Granja recupera a primeira fase do jornalismo machadiano e a leitura que ele fará, na década de 1860, dos acontecimentos relacionados com a Guerra do Paraguai.

Sidney Chalhoub fecha esta primeira parte com o artigo mais polêmico. Chalhoub diz que as políticas de dominação na sociedade brasileira do século XIX eram de caráter paternalista. Analisa, deste ponto de vista, as relações que entretinham entre si personagens machadianos tais como Capitu e Bentinho. Chalhoub acha que Capitu “conhecia a arte do diálogo político possível aos dependentes” e que os “dependentes”, “sempre que sujeitos da história”, traem os senhores. (Por senhores entenda-se aqui Bentinho.) Dessa assertiva conclui, valendo-se de expressão talvez não muito adequada para texto acadêmico: “Se esta é a única chave possível, podemos ficar aliviados: Capitu comeu Escobar”.

Os demais oito artigos detêm-se em autores e temas variados: o jornalismo que fez José de Alencar no *Correio Mercantil*, quando escrevia a sessão *Folhetins*, é o tema de Silvia Cristina de Souza. Seu texto é seguido pelo de Elciene Azevedo, que produz interessante apanhado das trovas do poeta negro Luís Gama, relacionando-as com sua trajetória. Marta Abreu trata, de uma perspectiva bastante original, da obra de Mello Moraes Filho, primeiro folclorista brasileiro que, no final do século XIX, reuniu em antologia descrições de festas religiosas e folguedos populares, dando peso igual aos de origem europeia e africana.

Leonardo Affonso Pereira apresenta as reações do meio literário ao surgimento do futebol no Brasil do começo deste século. Em seu artigo obtemos a curiosa informação de que foi o já então ultrapassado escritor Coelho Neto quem aderiu com entusiasmo ao futebol e que foi o mais que *gauche*

Lima Barreto quem liderou a maior campanha contra a penetração do esporte bretão nos hábitos brasileiros.

João Paulo Rodrigues estuda as diferentes leituras que biógrafos e protagonistas fizeram do universo literário e boêmio da nossa *belle époque*, lembrando a origem do termo, desde as migrações de ciganos da Boêmia para a França, passando pelo livro de Murger até a sua fixação, a partir do sucesso da ópera de Puccini. As sucessivas leituras da lenda da Mayandeua por gerações de literatos paraenses, antes e depois da eclosão do movimento modernista, dão o tema de Aldrin Moura de Figueiredo. O último artigo do livro é o estudo interpretativo de Ana Paula Palamartchuk sobre Jorge Amado e o lugar de suas ideias de homem de esquerda nas obras que publicou nos anos 1930 e 1940.

A meu ver, seria mais harmônico fechar o livro com o notável estudo de Margarida de Sousa Neves sobre Mário de Andrade. Tanto pelas qualidades intrínsecas do artigo quanto pelo fato de que, se não se pode desconhecer o valor de todos os autores contemplados aqui, também não se desconhece que Machado e Mário são fontes inesgotáveis de questões para todos que estudam a literatura brasileira. Os livros e todos os escritos desses dois escritores geniais obrigam o Brasil a pensar o Brasil. Se um é esfinge, enigma, o outro se expõe inteiro. Mas os dois têm em comum esse despojamento, o tom coloquial na maneira de escrever que desconcerta o leitor, trazendo-o para uma suposta, porém apenas aparente, intimidade.

Numa garimpagem sofisticada, Margarida descobre o relativismo poético com que Mário lidava com o conceito de memória. A memória dos fatos, na visão do escritor, tende a

se enfraquecer com o tempo, e nós só recuperamos sua realidade no hoje pelo exagero, fazendo das lembranças assombrações. Seriam a essas assombrações que nós chamaríamos de “passado”. O exemplo mais admirável dessa relação do escritor com a memória está na forma como relembra sua caminhada em algum lugar remoto da Amazônia, seguindo os passos de um índio peruano que lhe servia de guia.

Quando permito que o passado se lembre de mim, às vezes sinto esses pés huitotas andando na minha memória. E à medida que o tempo me afasta deles, vão ficando cada vez mais passos e cada vez mais memória. (...) Só eu os posso identificar com a minha memória e só pelo que está neste papel é que os homens podem saber o que foram esses passos.

Tudo o que Mário escreve, a carta mais banal, é pura poesia, transpiração de gênio. E Mário escreveu tanto, sobre tantos assuntos e para tanta gente, que sua obra, sua visão de mundo, sua leitura de Brasil são um manancial inesgotável de novas questões.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em agosto de 1998.

O menino e o sol

Antonio Carlos Villaça. *Os saltimbancos da Porciúncula*. Rio de Janeiro: Record, 1996, 140 p.

Sensualidade é uma palavra que aparentemente pouco combina com a imagem do gordo monge sempre de negro vestido. Surpresa tem o leitor ao se deparar com o narrador que se esconde ali: todo ele é expressão sensorial, registro de impressões infinitas, memória de sensações deliciosas que se renovam ao serem narradas. Partículas da realidade sobre a qual incidiu o raio de sua percepção, captando o momento único, o gesto que diz tudo, ou que, mesmo não dizendo nada, lança luz nova sobre o fato ou o personagem.

Villaça é o *flâneur*, é o homem das multidões, testemunha discreta e atenta, ávida de ver, de compreender, de entrar em contato. Seu olhar contemplativo percorre com calma e volúpia a paisagem e os homens em volta. Retira deles o que apenas a sua sensibilidade, o seu paladar, enfim, os seus sete sentidos apuradíssimos são capazes de apreender. Transforma tudo em palavras. Porque para ele, no princípio, não é a ação, é o verbo. Villaça defende a primazia da palavra sobre a ação. E as palavras brotam dele com uma naturalidade prazerosa, parecendo nascerem assim ao correr da pena, revelando as coisas conforme elas vão se apresentando à memória do que escreve. E, com elas, as sensações que evocam, renovadas, vívidas, palpitantes, como se o narrador estivesse a vivê-las naquele momento, a experimentar de novo a volúpia do sol sobre a pele no

quintal da sua infância. “O menino e o sol. Sob as ordens de mamãe, na manhã quente.”

Todo ele, ao escrever, é expressão. Entrega-se inteiro. Revela-se e desnuda-se por inteiro, com simplicidade. Daí a sua santidade de monge caber na sua sensualidade de homem amante das coisas boas, da alegria, do carnaval, das paisagens claras. Simpático e benevolente para com os pândegos, para com os que amam as mulheres, para com o avô maroto e irresponsável. E, neste livro, o texto flui assim, pequenas histórias que se encerram de forma brusca, por vezes desconcertante, como se o narrador pudesse continuar narrando *ad infinitum*. Pois, tal como o contemplar, é também seu ofício o narrar. Prosa ociosa que escorre morna pela tarde afora, repleta de reminiscências e de filosofia.

E tem também, neste último livro, admirável como os demais, o corajoso manifesto da não ação. Esta página formidável, quase sacrílega, nestes tempos em que tudo é competitividade, sucesso, ação objetiva e determinada, na qual Antonio Carlos Villaça afirma com todas as letras: “Na minha vida, nunca tive o gosto da ação”. Para depois completar: “não agir me parece fascinante”. E ainda: “sempre fui decididamente a favor da palavra e contra a ação”. Para ele, a sabedoria (*sagesse*) de certa forma se opõe à *science*. Cultura é poesia, é filosofia, é mística. A sabedoria consistiria num longo diálogo com a interioridade, com as origens da moral e da religião.

Os perfis amáveis das pessoas que conheceu e admirou surgem sob um prisma especial. A solidão de Anísio Teixeira no poço de elevador vendo a morte chegar. Alceu de Amorosso Lima e a loucura de sua irmã, “prisoneira de si

mesma. Uma terrível solidão baixou sobre ela.” O elogio da bondade, da generosidade e da doçura do amigo Pinheirinho, com a recomendação tão tipicamente sua: “não recuse nenhum convite limpidamente humano.” Laura Rodrigo Otávio aconchegando o vestido de noiva junto ao corpo do marido morto em seu caixão. Cecília Meireles, “aparentemente apolínea, mas, no fundo, dionisiaca, sensual, insatisfeita, ardente”. Vargas e a sua profunda solidão, sua capacidade de esperar. Gilberto Amado preparando-se para morrer numa tarde em Laranjeiras...

Solidão e morte vistas de outra maneira, a maneira vilaciana. “A morte é fraternal. A morte é nossa amiga íntima”. “A morte não existe, o que existe é a vida”.

Longa vida para Antonio Carlos Villaça, ainda e sempre, o menino de sua mãe, sob a luz quente do sol. Pois não haverá noite para quem sempre viveu “na tranquila e doce luminosidade do dia”.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em junho de 1996.

A última sociedade de homens bons

Homero Senna. *O sabadoyle: histórias de uma confraria literária*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000, 207 p.

Os que frequentam o sabadoyle já conheciam o livro de Homero Senna em sua primeira edição. Modesta publicação, em tiragem bastante reduzida, feita pela Xerox do Brasil, no tempo em que lá estava um amigo dos livros e dos escritores, Henrique Sérgio Gregori. Talvez nunca viesse a ser conhecido do grande público, não fosse a iniciativa da Casa da Palavra. O livro-reportagem conta a história do sabadoyle, o último salão literário do Rio de Janeiro. O nome, inventado por um dos frequentadores, Raul Bopp, junta o nome do dono da casa, Plínio Doyle, ao dia em que tradicionalmente se davam as reuniões, o sábado.

Advogado de grande prestígio no Rio, Plínio foi sempre um obsessivo colecionador de livros e revistas raros. Sua coleção, hoje pertencente ao acervo da Casa de Rui Barbosa, cobre quase toda a história literária do Brasil. Sempre ligado ao meio intelectual carioca, tendo sido colega na faculdade de Américo Jacobina Lacombe, Hélio Viana, Otávio de Faria, Santiago Dantas, Antônio Galloti, Plínio aproximou-se ainda mais do meio intelectual ao se tornar advogado do editor José Olympio. Sua proverbial sociabilidade foi saudada em prosa e verso nas atas do sabadoyle.

Não foi, no entanto, intenção de Plínio criar uma agremiação literária. O sabadoyle começou inocentemente com as visitas que Carlos Drummond de Andrade lhe fazia

aos sábados à tarde para consultar sua biblioteca. Américo Jacobina Lacombe foi um dia lá também e começou o hábito que foi agregando outros amigos, à sombra das estantes acolhedoras. Aos poucos foram se agregando Raul Bopp, Pedro Nava, Joaquim Inojosa, Henrique de Resende, Afonso Arinos, Alphonsus Guimaraens Filho, José Mindlin, Gilberto de Mendonça Teles e muitos outros. As reuniões começaram em dezembro de 1964 na casa de Plínio, que ficava na Rua Barão de Jaguaripe, número 62, em Ipanema. Depois ele adquiriu um apartamento no segundo andar do número 74, transferindo para lá a biblioteca de 20 mil volumes e as reuniões do sabadoyle.

O grande charme do sabadoyle era o de ser o lugar da pura, simples, fantasista, descompromissada conversa. Para Wilson Martins, frequentador bissexto que sempre que vinha ao Rio aparecia lá, o encanto especial da reunião estava na absoluta espontaneidade e na ausência completa de pedantismo. Os que comparecem para brilhar mal podem esconder a decepção debaixo de um silêncio emburrado. De fato, o sabadoyle não é um salão de preciosos pontificando sobre as próprias excelências; não é tampouco um viveiro de gênios autodesignados, repletos da própria suficiência.

As memórias dessa confraria literária puderam ser melhor recuperadas graças à instituição do livro de atas. A primeira ata, feita em versos, foi do poeta Alphonsus de Guimaraens Filho e inaugurou o livro em onze de novembro de 1972. Logo instituiu-se a prática: depois do café com biscoitos, Plínio pedia silêncio e o autor previamente escolhido por ele fazia a leitura da ata. Homero Senna seguiu a cronologia, alinhavando-as com suas próprias

memórias, sendo ele mesmo um sabadoyliano dos mais assíduos. Em seu livro, se estão registrados momentos de grande alegria, de confraternização, há também instantes de muita tristeza, relativos quase sempre ao desaparecimento de companheiros.

A página mais trágica é a que conta a morte de Pedro Nava. Um dos primeiros frequentadores, seguidas vezes citado nas atas, Nava era dos mais queridos. O dia 12 de maio de 1984 foi o do seu último sabadoyle. Estava contente porque ia receber o diploma de cidadão do Rio. No entanto, diz Homero, às primeiras horas da segunda-feira, 14, estava ele morto, nas trágicas condições que os jornais noticiaram.

Mas tanto a morte de Nava quanto a de outros companheiros ilustres, apesar de terem desfalcado o salão de parte de seu brilho, incorporaram-se à história do sabadoyle e à memória afetiva de seu longo anfitrião. Plínio, que fez 94 anos em 1.º de outubro, perfeitamente lúcido, ainda monitorando à distância a organização de sua biblioteca, pode se orgulhar de um dia ter inspirado versos tão amáveis como estes que, em outro aniversário, lhe dedicou Carlos Drummond de Andrade:

O Grande sertão falou
à Estrela da vida inteira:
— 1.º de outubro? Vou
fazer uma brincadeira.

Pular da estante, discreto,
e neste nosso domínio,
abraçar com muito afeto
o querido Dr. Plínio.

— Também vou! Diz Iracema.
E diz o Macunaíma.
— Vamos compor-lhe um poema
que traduza nossa estima,

nossa imensa gratidão
por tudo que faz por nós.
(Os livros têm coração
e suas letras têm voz).

Publicada na revista eletrônica *NO* (no.com.br), em novembro de 2000.

As muitas histórias de um hábil narrador

Ruy Castro. *Era no tempo do rei: um romance da chegada da corte*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2007, 248 p.

Ouvi, certa vez, do caricaturista e compositor Nássara, curioso comentário sobre a biografia de Nelson Rodrigues escrita por Ruy Castro. Nássara, que não tinha muita admiração por Nelson, e sim pelo irmão dele, o jornalista Mário Filho, via com perplexidade crescer a fama do escritor que conhecera na adolescência. Por isso dizia, referindo-se a Ruy: “Aquele menino fez mais pelo Nelson do que o Nelson por ele.” Ou seja, que o recente sucesso de Nelson Rodrigues se devia menos ao valor real de sua obra do que à visibilidade que esta obtivera a partir da publicação da biografia. De fato, com a repercussão, sucederam-se montagens de suas peças, reedições de seus livros e até mesmo outros livros sobre o tema.

Era o mesmo fenômeno que sucedera à publicação do livro anterior de Ruy Castro, *Chega de saudade*, que provocara um revival da bossa nova em plenos anos 1990. Portanto, se havia algum exagero na afirmativa do Nássara – quando a biografia foi publicada em 1992, o valor literário da obra de Nelson já fora bem estabelecido pelo meio acadêmico –, para muita gente o livro de Ruy Castro foi uma revelação. A que se deve atribuir o sucesso desse jornalista-escritor, que no rastro de seus livros desencadeia verdadeiros renascimentos culturais? Creio que a resposta reside no fato de que os livros de Ruy Castro são muito bons de ler. Não só pelas histórias

bem contadas, mas principalmente pelo estilo despojado da narrativa, que faz com que o leitor nem note que está obtendo informações reunidas por um pesquisador obsessivo, infatigável e minucioso.

E é com esse mesmo estilo, aliado a muita imaginação e engenhosidade, que Ruy Castro realiza sua segunda incursão no romance histórico. Em narrativa cheia de peripécias, que prende o leitor da primeira à última página, ele reúne sua própria trama e seus próprios personagens com a trama e os personagens de *Memórias de um sargento de milícias*. No centro de um Rio de Janeiro joanino, festivo e movimentado, onde palpitava toda a vida da cidade, Ruy promove o inevitável encontro do futuro imperador do Brasil, D. Pedro I, com o herói daquele romance fundador de nossa literatura, Leonardo. De temperamentos tão parecidos, os dois meninos protagonizam muitas aventuras, tendo por cenário as ruas da cidade colonial, suja e mal iluminada, à qual o intendente Paulo Fernandes Viana tentava dar ordem e limpeza.

A narrativa começa em pleno carnaval de 1810 e envolve intrigas e perseguições com fatos da História do período pouco contemplados pela crônica tradicional. Destaque merece a primeira grande festa a que o Rio de Janeiro assistiu: o casamento da filha mais velha de D. João. O casamento e as articulações de D. Carlota Joaquina para tornar-se rainha do Prata são essenciais para a trama. Alguns personagens ganham aqui contornos pouco usuais. É o caso de um D. João envolvido na juventude em um tórrido romance com Bárbara dos Prazeres. No entanto, se as brincadeiras de D. Pedro parecerem de péssimo gosto, quem

conhece sua biografia sabe que condizem com as que ele seria capaz de perpetrar. E, de fato, Sir Sidney Smith, outra figura importante da história, esteve realmente envolvido com o frustrado projeto de Carlota. Envolvimento que, talvez – especula-se desde então –, tivesse também uma conotação mais íntima.

Com essa segunda investida na ficção, Ruy Castro vai estabelecendo seu peculiar formato narrativo, no qual se combinam o interesse do pesquisador/jornalista em busca do fato pouco investigado com a situação ficcional em que aquele se torna o centro de uma história de suspense. E é no cruzamento de seu enredo com os fatos históricos que o autor revela particular habilidade. Em *Ouvir estrelas*, ele desenvolvera trama – na qual figuram personagens como Olavo Bilac e Santos-Dumont – em torno de aspecto pouco conhecido da vida de José do Patrocínio, o projeto em que consumira o final de sua vida: a construção do improvável balão Santa Cruz. Aqui, mais uma vez, ele desperta o interesse do leitor por um período importante da História do Brasil, em narrativa que diverte ao mesmo tempo em que educa.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em novembro de 2007.

Madame Maigret

Texto inspirado na leitura de vários livros de Georg Simenon que têm o comissário Maigret como personagem central.

“Todos os dias leio até me arderem os olhos o livro de Cesário Verde”. É um verso de Fernando Pessoa que uma amiga do tempo do Colégio das Doroteias, Filomena Pinheiro, gostava de declamar. Aliás, pensando bem, a Mena, como a chamávamos, era uma menina muito culta e madura para a nossa idade. Creio que tínhamos entre 14 e 15 anos quando nos encontramos. Ela sabia vários poemas de Pessoa e, acompanhada nas cordas pelo irmão, Zé Pinheiro, cantava as músicas de Milton Nascimento para a gente. Lembro bem do clima de despedida quando o pai dela foi transferido pela Shell de Fortaleza de volta para a terra deles, Belém do Pará. A gente lá no terraço da nossa casa da Piedade cantando “Sei que nada será como antes...”. A gente, vírgula, a Mena e o Zé, afinadíssimos, cantando, e eu desafinando. Naquele tempo, sem consciência. Precisei de quase 40 anos para ouvir um amigo dizer que eu era daquelas pessoas desafinadas que cantavam crenças que estavam cantando bem.

Mas a lembrança desse tempo feliz e desses amigos queridos me ocorreu por causa do verso de Pessoa sobre Cesário Verde, do qual tenho em casa uma pequena antologia. Não me lembro se a li. Minha biblioteca de poesia é modesta, pois sou mais de prosa do que de verso, e a poesia à qual me afeiçãoou ou pela qual me encanto é aquela que, de vez em quando, me cai diante dos olhos ou me chega aos

ouvidos, como os versos de Fernando Pessoa que a Mena declamava. E esse verso de Pessoa me veio à mente por conta de uma leitura bem diversa da poesia. É que eu, todos os dias, leio até me arderem os olhos as aventuras do comissário Maigret, de Georges Simenon. Claro que já tinha lido antes muitas delas em tradução para o português. Retomei-as durante o curso que fiz na Aliança Francesa antes de vir para Paris. Era para melhorar o francês. Já em Paris, quase todos os dias passo em frente a um sebo com grandes caixas de livros na calçada por 1 euro. Comecei comprando alguns avulsos até me decidir por comprar a coleção completa.

Nem sempre as tramas são muito bem elaboradas. O que as torna sempre interessantes é o clima que o autor dá à narrativa. Os personagens são densos, bem construídos e, dentre eles, o mais apaixonante é o comissário Maigret. Uma série que vi na TV5 o apresenta vivido por um ator, Bruno Crémier, que ficou para sempre na minha imaginação com a cara do comissário Maigret.

Mas é a personalidade do comissário, seus sentimentos, suas irritações e seus complexos que o tornam tão próximo do leitor. E sua vida de pessoa de classe média, que vive com o dinheiro contado; o apartamento modesto; a aposentadoria na pequena casa de campo comprada com as economias. Mesmo em seu emprego na polícia, Maigret, apesar de célebre, ocupa um cargo intermediário e tem que sempre apresentar seus relatórios a um superior, juiz ou procurador. Também merecem atenção a forma como trata os investigadores subordinados, a que chama “mes enfants”, mesmo quando são quase da sua idade, além das situações ambíguas com as mulheres e sua relação com Mme. Maigret.

Madame Maigret, aliás, merece um estudo à parte. Pois, se é um tanto Amélia, até um tanto simplória, sempre esperando o marido com o almoço pronto, ao mesmo tempo é muito confiante e pouco se importa com a possibilidade de alguma escapadela do marido. Entre tudo o que li não encontrei nenhuma. Nem acho que vá acontecer. No entanto, a descrição detalhada feita pelo narrador de aspectos físicos de alguns personagens femininos, acentuando o fato de serem ou não desejáveis, trai o desejo do próprio Maigret, que, no entanto, se conserva fiel a Mme Maigret. São muitas as situações em que a testemunha, em ambiente de intimidade e em trajes que deixam à mostra partes do corpo, se insinua para o inspetor. Ele registra o impacto, mas não cede. E, em geral, termina a investigação em algum programa prosaico junto com Mme Maigret, indo ao cinema ou viajando para um pequeno hotel no interior.

Um aspecto interessante de Mme. Maigret é o fato de que, em várias ocasiões, ela é confundida com uma criada do marido. Seu físico não é descrito – sabe-se que é um pouco gordinha –; apenas os seus vestidos e a modéstia de sua aparência fazem com que, mesmo bem-vestida, não ouse entrar nas lojas mais sofisticadas de Paris.

Enfim. Maigret segue aqui me fazendo companhia e é realmente ótimo para melhorar o conhecimento do francês coloquial. São muitos os livros, e não creio que lerei todos até voltar. Mas já imagino a imensa saudade que vou sentir do meu inspetor Maigret quando esse dia chegar.

Publicada no *Diário do Nordeste* em dezembro de 2010.

Félicie e o comissário Maigret

Georges Simenon. *Félicie est là*. In: *Tout Maigret*. v. 3. Paris: Omnibus, 2010, p. 751-840.

Uma das últimas novelas de Simenon que li tendo o comissário Maigret como protagonista foi *Félicie est là*. A trama é um pouco confusa, mas, como em outras novelas de Maigret, ela tem menos importância do que a construção dos tipos, do que o ambiente em que o crime aconteceu e do que a história que o antecedeu. A necessidade que Maigret tem de mergulhar profundamente na cena do crime e de se confundir tanto com os investigados a ponto de poder entender exatamente suas motivações é que compõe quase todo o corpo da narrativa. E são ainda as reações do próprio Maigret, seus humores variados, seus silêncios, que lhe dão a maior parte da graça.

Em *Félicie est là* todo o enigma a ser desvendado por Maigret se concentra no personagem feminino que dá nome à novela. Esse personagem, que tanto irrita Maigret, que tanto lhe parece ridículo nos primeiros contatos, vai ganhando consistência sem que altere um só aspecto de sua peculiar personalidade. É o comissário que, de um momento para outro, se vê envolvido e fascinado por aquela empregadinha de 24 anos, sempre maquilada com uma mistura de pó e rouge mal distribuída e vestida de forma ridícula: *aux vêtements baroques*. Com seus ares soberanos, toda vez que fornece alguma informação, Félicie, verdadeira

estátua da indignação, o faz de *très haut*, como a mulher de César, que não pode ser nunca suspeitada.

Magra como um aspargo, reta e dura como uma tábua de passar, com um nariz pontudo que dava ao seu rosto um ar meio caprino e com sua voz aguda, o que distinguia Félicie de outras jovens domésticas era a atitude. Félicie não admitia que fosse considerada apenas como a empregada do falecido patrão, deixando no ar a suspeita de que talvez fosse, na verdade, uma filha não assumida. No modesto *bal musette* que frequentava nos finais de semana, enquanto tomava sua limonada, sempre com o dedo mindinho levantado, procurava dar a impressão de que estava ali incógnita, como uma condessa disfarçada ou algo assim. Por isso, as pessoas do pequeno bairro residencial, espécie de novo condomínio nos arredores de Paris, onde ela vivia, a chamam de “princesa” ou, por conta das roupas extravagantes que costuma usar para se distinguir das outras mocinhas de sua classe, de *la perruche* (periquito). No entanto, as investigações comprovaram que Félicie era um dos sete filhos de um bêbado e de uma lavadeira de Fécamp – lugar miserável cuja descrição corresponde à de uma de nossas favelas –, que vivera ali até ser admitida na casa da qual era, de fato, empregada.

O que irrita Maigret em Félicie é a permanente encenação. Tudo nela parece fake, teatral e exagerado. Na cena em que se debulha em lágrimas verdadeiras, queixando-se da perseguição que sofre por parte do comissário, ele sabe bem que ela escolhera o lugar, o momento e a pose adequada para tentar mais impressioná-lo. No entanto, o modo como esse sentido de teatralização se

confunde com a própria realidade de Félicie só se revela para Maigret quando vê sua reação diante da notícia de que o rapaz que amava tinha sido ferido.

Realmente emocionada, Félicie pede a Maigret que a acompanhe ao hospital para vê-lo. Quando reaparece na sala para sair, está vestida de luto completo, com um enorme véu negro, sob o qual se via seu rosto lívido, pois estava coberto por uma camada espessa de pó de arroz muito claro que dava a ela algo de fantasmagórico. Durante a viagem de trem ao centro de Paris, ela é a expressão do sofrimento contido. Imóvel, hierática, a imagem da dor, com um olhar perdido na distância, era visível, diz o narrador, que desejava que se pensasse dela: “Meu Deus, como ela sofre... e como se domina”.

Félicie tinha um senso muito particular da *mise en scène*. Antes de chegar ao hospital, ela insiste em comprar uvas, laranjas, champanhe e um enorme buquê de lilases para oferecer ao enfermo. Pouco importava que ele não pudesse consumir nenhuma daquelas coisas. Era o gesto que contava: o espetáculo dos grandes cachos de uvas violeta, das laranjas maduras e perfumadas, da garrafa coberta de papel dourado... Ela faz questão de fazer sua entrada triunfal na enfermaria carregando todos aqueles pacotes de coisas caras e exóticas. A cena provoca risos abafados no corredor. Ainda mais porque Félicie, em mais um gesto teatral, possivelmente copiado de algo que vira no cinema, diz a uma das enfermeiras: “Faça tudo que puder para salvá-lo. Não meça despesas. Tome”, entregando-lhe uma nota de mil francos bem dobrada.

Maigret não zombava mais dela. Prestara-se a acompanhá-la pelas ruas de Paris e no hospital como um pai benevolente. E, no entanto, reconhece o narrador, ela nunca tinha sido tão ridícula como naquele momento. Mas, como então compreende Maigret, toda aquela sofisticação encenada, a vontade de se elevar acima dos demais, de ser alguém que se destaca, mesmo correndo o risco do ridículo, de alguma forma é a força que impulsiona meninas como Félicie.

Quantas “Félicies” não conhecemos ao longo da vida? A menina que “não se enxergava”, como a gente dizia. Aquela que, apesar da origem modesta, tem o gosto das coisas raras, das roupas e dos ambientes suntuosos. A moça pobre do interior, de nariz empinado, que, apesar de não ter nada a seu favor, “se achava”, como se diz hoje. Não só “se acha” como encena todas as suas atitudes para que os outros também “achem” algo dela.

Lembro que na minha adolescência considerava isso quase uma afronta. Aqueles arremedos de Blanche DuBois me despertavam os sentimentos mais inconfessáveis. E, no entanto, em muitos casos, a determinação com que elas se empenharam no papel produzia, no final, um curioso fenômeno: a menina pobre, feia e malfeita transformar-se em modelo de verdadeira sofisticação, elegância, charme e até de beleza. Superando a caricatura inicial com que mimetizavam os modelos – ou as sínteses dos vários modelos – que as inspiraram no começo, elas acabaram por se converter realmente em princesas.

A hora é boa para ler *O Americano Tranquilo*

Graham Greene. *O americano tranquilo*. São Paulo: Globo, 2004, 251 p.

Das imagens impressionantes que apareceram na imprensa sobre os maus-tratos que os americanos andam infligindo aos iraquianos, nada mais apavorante do que aquela de um homem nu, tentando se proteger ou cobrir suas intimidades dos cães ferozes que soldados atçam contra ele. Ou outra, parecida, de um sujeito vestido, sentado, e imobilizado pelo pavor, com o pescoço ferido pelo que poderia ter sido uma mordida, sendo ameaçado também por um cão.

Essas imagens remetem à violência e se assemelham àquela cena de *1984*, de George Orwell, onde, para fazer o protagonista abdicar de seu amor por uma mulher não aprovada pelo Big Brother, um ratazão faminto é colocado em uma espécie de máscara presa ao seu rosto. E ele abdica mesmo.

As outras fotos, de corpos nus, empilhados ou simulando atos sexuais, ou ainda de um corpo despido, coberto de excrementos, com os braços abertos, remetem à violação maior da dignidade humana. Do desrespeito aos valores do povo conquistado. As notícias que as acompanham, de violência sexual, de gente sendo obrigada a tirar sua comida de vasos sanitários, ou sendo obrigada a amaldiçoar seu deus, são notícias da degradação, notícias de uma guerra suja. Tão ou mais suja do que foi a guerra do Vietnã, cujas imagens de violência e barbárie voltam hoje às

páginas dos jornais, fazendo *pendant* com as do Iraque e impondo a inevitável comparação.

Mas o que mais desconcerta, nas terríveis fotos de hoje, é a carinha marota daquela soldada de 21 anos que arrasta um iraquiano nu pela coleira, ou que sorri, levantando o dedo em sinal positivo diante do corpo morto e desfigurado pela tortura de um outro prisioneiro.

Aquela carinha risonha é a carinha das crianças e mocinhos americanos das séries que nos acostumamos a ver na nossa infância, é o mesmo sorriso de *Jeannie é um Gênio*, é a mesma simpatia apple-pie da Doris Day, é a cara boa, saudável e bem-alimentada da América que aprendemos a amar através das propagandas dos sabonetes e dentifrícios da Gessy Lever, dos seriados da sessão da tarde, dos desenhos de Norman Rockwell e dos adoráveis filmes de Frank Capra.

Por isso, talvez seja uma hora boa para reler *O americano tranquilo*, de Graham Greene. Para os que têm menos tempo, no ano passado foi lançada uma versão para o cinema – *The Quiet American*, dirigido por Philip Noyce – que, mesmo não sendo um grande filme, mesmo não tendo conseguido captar, em sua essência mais sutil, o espírito *cool*, desencantado e irônico de Greene, vale a pena ver.

A história se passa em Saigon, em 1952, em meio ao conflito pela libertação do domínio francês. O protagonista é o jornalista inglês Thomas Fowler, um homem de meia-idade, correspondente do *London Times*, que se deixara esquecer na Indochina, entre uma garrafa de uísque, umas tragadas de ópio e uma bela oriental: Phuong. A chegada de Alden Pyle dos Estados Unidos, um jovem idealista, militante da política norte-americana de ajuda aos países em

desenvolvimento, altera a situação. Aproximando-se de Fowler, com aquela simplicidade e a boa-fé tão típicas de seus compatriotas, o rapaz se choca com o desencantado cinismo com que Fowler conduz sua vida. Movido pelo mesmo espírito salvacionista que o levara à Indochina, o rapaz decide conquistar a namorada de Fowler, prometendo casar-se com ela e levá-la para a América. Fowler era casado na Inglaterra e sua mulher, de quem já vivia separado, lhe recusava o divórcio. A história desse triângulo amoroso se desenrola em meio a uma série de revelações sobre a verdadeira missão de Pyle. Esta era muito menos inocente do que ele quis levar Fowler a acreditar.

O americano tranquilo foi escrito em 1953, bem antes do que nós costumamos considerar como a guerra do Vietnã propriamente dita. A guerra dos americanos no Vietnã veio suceder à guerra que os antigos colonizadores franceses combateram lá durante mais de dez anos, sacrificando nela o melhor de sua força militar. A guerra dos americanos que nos vem sendo revelada pelo seu cinema desde o *Amargo regresso*, passando por *Nascido em 4 de julho* e por *Apocalypse now*, estava começando justamente quando lá chegou Greene para trabalhar como correspondente da revista *Life*, em 1952.

O livro – e o filme – mostram o momento exato em que a presença americana começou a superar a presença francesa na Indochina. Através das desventuras do seu *alter ego*, Greene revela e denuncia as entranhas do processo, a perversa estratégia americana para convencer o mundo do perigo que representava o avanço comunista no Extremo Oriente. É o começo da grande armação para fazer com que a opinião pública mundial apoiasse a intensificação da

presença americana no Vietnã. Para tanto, era aceitável criar notícias falsas mesmo a custo de dezenas de vidas inocentes. Assim é que a trama e Pyle, o americano tranquilo, revelam suas reais dimensões na cena dramática da bomba explodida numa praça central de Saigon.

O que vem depois está nos livros de história. O que torna o livro/filme tão atual é a repetição da mesma estratégia – com recursos mais sofisticados – agora no Oriente Médio. É a maneira como Greene conseguiu estabelecer uma associação tão inteligente entre a lógica dessa estratégia e a imagem que os americanos têm de si e de seu papel no mundo. Em Greene também os velhos ideais da democracia americana, que hoje vêm sendo novamente agitados, já funcionam de forma a sofismar os mesmos interesses econômicos. O interessante para se pensar é como esse discurso consegue ainda convencer o mesmo eleitorado branco que ainda votará em Bush nas próximas eleições.

O espírito do bom-meninismo, na expressão de Raymond Aron, já havia sido identificado por Alexis de Tocqueville em seu *A democracia na América* (1835). Espírito eivado de boas intenções e pouco afeito a críticas, está na essência de uma identidade nacional de classe média, onde predominam os interesses de conservação do bem-estar, da propriedade e do trabalho e que se refletem na produção cinematográfica a que nós – americanos de outra estirpe – temos tido acesso.

A América resplandece de ideais humanitários e de ações grandiosas em meio às ilustrações de Norman Rockwell, onde os semblantes rosados e sorridentes de um povo simples e feliz nos encantam e sensibilizam. Nos filmes

de Frank Capra, com John Doe – o homem comum deste povo comum –, que levanta as massas rumo ao fascinante ideal da solidariedade entre vizinhos de bairro, ou em *Mr. Smith Goes to Washington*, em que o superchefe dos escoteiros chega ao Senado – como senador, vale acrescentar – para lutar por um campo nacional de escoteiros.

É claro que, tanto o momento fundador desses ideais, quanto a renascença deles no *New Deal* de Roosevelt, tão bem ressignificados nos filmes de Capra e nos desenhos de Rockwell, estão longe, assim como está longe a época da inocência. Ou talvez esta tenha sido sempre representada de maneira hipócrita, nessa arte genialmente bondosa, edulcorada, adorável como o sorriso de Doris Day. Representação idealizada de um mundo *yankee*, onde não havia lugar para índios, negros ou chicanos. Algo que, agora, assusta o professor Samuel Huntington e o leva a se perguntar, em seu último livro, "quem somos nós?" (eles, os americanos, não os chicanos, negros ou índios).

Em *O americano tranquilo*, Greene conseguiu reunir em um personagem a pureza das verdades democráticas, a simplicidade da fé inquebrantável na família e na liberdade em luta num mundo em que o torpe regime comunista tentava pôr suas garras. É nesse *insight* realmente genial de Greene que o filme falha. Falha, pois não consegue dar conta dessa imensidade de sentidos que a ideia de americano tranquilo traz em si. Na Indochina, Greene pôde perceber as dimensões da verdadeira bomba-relógio, que se escondia na mentalidade expressa nos tantos filmes de "Papai Sabe Tudo", "Lassie", enfim, todos aqueles adoráveis lares

americanos para os quais o personagem que justifica o título do livro sonhava um dia voltar.

Ninguém melhor do que Michael Caine para viver Thomas Fowler, mais um dos típicos europeus *encongainé*, como dizem os franceses, da galeria de Greene. Tipo do europeu destruído, fracassado, que os azares da fortuna acabaram por levar a algum lugar nos trópicos, onde vão cozinhar no álcool, sob o sol escaldante, ou no calor úmido da selva, as suas frustrações de europeu gorado, de branco que não deu certo. E, como não existe pecado do lado de baixo do Equador, encontram na desordem, na corrupção, no contexto político e social meio safado das republiquetas latinas e orientais o ambiente propício para a sua própria desordem e corrupção interna.

Sem jamais se adaptar, sem jamais se casar realmente, sinceramente, com o lugar, e com alguém do lugar, são sempre estrangeiros, expatriados, gente de lugar nenhum. Acabam por se ligar a alguma bela nativa, cujas opções afetivas são orientadas pelos dramáticos problemas de sobrevivência e que nada entendem do que se passa com aquele estrangeiro que apenas por acaso lhes caiu nas graças. E para aquele estrangeiro esse amor irreal, amor de desesperançado, amor utilitário sem qualquer comunicação de espírito, se transforma numa espécie de último bote a que ele se agarra para não se afundar de vez.

Se o protagonista é sempre o mesmo, se a situação de inglês deserddado pela pátria, de inglês que, como Fowler mesmo diz, gosta de Londres, mas prefere saber que ela está lá e ele cá; se o tipo de envolvimento amoroso desses personagens tem também muitas semelhanças, a situação do

Vietnã tal como a apresenta é única. No entanto, ao longo desse tempo, vimos assistindo aos desdobramentos tão previsíveis da guerra do Iraque, em que o Vietnã e toda sorte de ignomínias a ele associadas vêm sendo resgatados pela imprensa; fica cada vez mais atual a leitura que Graham Greene fez do espírito da América em seu genial *O americano tranquilo*. Só que, agora, os americanos não casam com os nativos. Torturam.

Publicada na revista *Insight Inteligência* em 2004.

PARTE V

MESTRA DA VIDA

A história da História

Jacques Le Goff (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, 318 p.

A História Nova chega às livrarias brasileiras com 12 anos de atraso. A primeira edição deste livro aconteceu em 1978. Organizado por Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel, o livro, que se pretende um dicionário, proporcionava aos historiadores informações detalhadas sobre as várias correntes que na França se abrigavam sob as asas da École des Annales. A primeira edição compreendia, além dos 10 ensaios reunidos nesta, mais 114 artigos curtos.

A École des Annales retira seu nome dos *Annales d'histoire économique et sociale*, revista fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch. O objetivo fundamental dos pais fundadores era tirar a história do marasmo, libertá-la das amarras disciplinares e pô-la em diálogo direto com as demais ciências humanas. A revista, que, entre o ano de sua fundação e 1939, às vésperas da Segunda Guerra, travara um combate sem quartel contra a velha história representada pela história política com enfoque na diplomacia, muda de nome várias vezes durante o conflito e, em 1946, passa a chamar-se *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*. A morte de Marc Bloch, fuzilado pelos alemães em 1944, implica a reestruturação do grupo em torno de Lucien Febvre. Emerge a figura de Fernand Braudel, que, entre 1940 e 1944, encontrara ânimo para escrever, em um campo de concentração nazista, sua obra máxima: *O Mediterrâneo e o*

mundo mediterrânico. Ao lado dele, Charles Morazé e o sociólogo Georges Friedmann comporão a equipe que herdará o poder nos *Annales* após a morte de Febvre, em 1956. A estes somam-se depois as competências de Robert Mandrou e de Marc Ferro. Em 1969, a direção passa ao grupo do qual formam parte alguns dos autores deste livro: Jacques Le Goff, André Burguière, Jacques Revel, Marc Ferro e Emmanuel Le Roy Ladurie.

Mas que história velha vem a nova suplantar?

Ao longo dos ensaios assinalam-se as críticas mais recorrentes: a história velha seria aquela que, prisioneira do factual, do acontecimento, tendo na história política a sua ponta de lança, privilegiava as biografias dos grandes, centrava seu foco nas histórias das elites, dos Estados, das grandes instituições. Pontuada de momentos-chave – guerras, revoluções, pestes e crimes –, ela não levaria em conta os processos que antecediam estes fenômenos, nem a participação do povo na história.

A história nova, por sua vez, parece voltar-se exatamente para estes últimos. A questão da longa duração se impõe em quase todos os ensaios. Servindo tanto à história econômica quanto à das mentalidades e à estrutural, a longa duração parece ser a logomarca da história nova.

Buscando na explicação dos fenômenos que se prolongam ao longo do tempo, na história das colheitas, nos aumentos dos preços, nas taxas de natalidade, nos costumes e nas crenças, a sobrevivência e as transformações relativas aos grandes grupos humanos, a história nova deixa de lado a buliçosa e movimentada elite dos governantes e dos poderosos para se deter na história do povo: a chamada

história imóvel ou “quase imóvel” (como prefere Michel Vovelle). Uma história que privilegia a estrutura (o que se transforma muito lentamente numa dada sociedade), sem deixar de levar em conta a conjuntura (as condições e o momento em que acontecem as transformações), mas dando importância mínima ao acontecimento, à explosão instantânea, ao fato eruptivo.

Neste contexto, fica mais curiosa a história de Maria Antonieta e da famosa frase “Se não têm pão, que comam briosches”. História explicável e deliciosamente explicada numa investigação sobre a alimentação do povo da França no século XVIII.

Citando Maloin, que declarara em 1766: “O pão preto foi deixado ao povo para que ele não adote hábitos de abundância”, André Burguière nos revela que, antes da Revolução Francesa, o pão branco era reservado às classes mais altas, e que a Revolução decretou o brioche para todos, tornando a provocação de Antonieta uma profecia que empobreceu a dieta dos pobres, pois o pão branco dos ricos, simples acompanhamento de lautas refeições, de fraco valor nutritivo, passou a ser o principal prato na mesa do pobre.

Sem dúvida, informações sobre as condições alimentares da população francesa naquele período pedem o acesso a uma documentação peculiar. Outra marca da história nova é o repensar da concepção do que é documento. Lidando com agrupamentos populacionais que não tinham na escrita o seu meio mais frequente de expressão, o historiador tem que adotar como fonte elementos os mais variados, tem que incorporar metodologias que não fazem parte da tradição da pesquisa

histórica. Saltando os muros que o separavam da antropologia, da geografia, da economia, ele faz das fontes e dos métodos dessas ciências métodos e fontes suas. Agora, os registros paroquiais, os objetos de uso corrente, as ferramentas de trabalho, os contos e lendas populares tornam-se documentos fundamentais para a compreensão da história e da mentalidade de um povo.

Ao mesmo tempo, ao incorporar metodologias, o historiador não se priva de adotar também um novo tipo de abordagem. A descrição densa, característica da Antropologia (etnografia), identificada por Clifford Geertz, é também uma preocupação do historiador. “O poder nunca está onde se anuncia”, diz André Burguière, no que é secundado por Le Goff, que destaca na história nova a transparência, a preocupação de revelar o poder embutido no simbólico e no imaginário. Ir além do que se apresenta como dado, interpretar, identificar o jeito de ver e de lidar com o mundo: esta é uma tarefa da história nova, da história das mentalidades.

A preocupação com o tempo das coisas implicou na percepção de que não há um tempo único. Desde que o rei Carlos V, o leitor de Aristóteles, ordenou, em 1370, que todos os sinos de Paris fossem acertados pelo relógio do palácio real, domesticando o tempo, que se tornou assim o tempo racionalizado do Estado, não se levantara a questão das diferenças de tempos. Ela surgiu novamente com os antropólogos e suas investigações sobre os povos ditos primitivos, mas entusiasmou os homens da história nova pela sua aplicabilidade. O tempo, um fenômeno social total, implica na construção de conceitos operacionais diversos

para os diversos tempos de uma mesma sociedade. Se Michel Vovelle prefere estabelecer a dialética entre o tempo das massas populares – imóvel ou quase – e o das elites, agitado, mutável, criador, os demais autores pleiteiam o estabelecimento de tempos variados para as várias abordagens: um tempo para as transformações dos costumes (mentalidades), um tempo para o econômico, um tempo para o político etc.

Subitamente impulsionada por uma dinâmica devoradora, a História Nova, partindo das influências da Geografia (demográfica), da Economia e da Sociologia, foi conquistando novos campos, adotando novas preocupações. Dada a volta ao mundo, ela retornou aos braços da velha história, ou melhor, ela, percorrida, viajada, pôde então repensar seus velhos temas, suas velhas abordagens, seus antigos documentos: um novo olhar para o mundo e para as fontes de conhecimento do mundo.

Sem vergonha, ela repensou o acontecimento através da história imediata. O acontecimento, banido no primeiro movimento, retoma seu lugar via história contemporânea, conferindo um novo status ao papel do jornalista. O jornalista dos novos tempos, munido de seu micro, cruza dados, confere informações instantâneas, adensa sua interpretação e candidata-se a uma vaga na história nova.

História cumulativa, fruto do experimentado, do conhecimento adquirido ao longo do percurso, a história nova que iniciou sua trilha através dos estudos econômicos e demográficos ressalta a consciência da relação do historiador com o seu tempo, com o tempo presente. Como diz Philippe Ariès, “as diferenças de todas as idades nos assediam;

contudo, nossa percepção ingênua, imediata, continua sempre sendo a de nosso próprio presente, único ponto de ancoragem no tempo”.

Produto do espírito de seu tempo, o historiador que já vivera no passado distante a preocupação com os estudos da vida cotidiana, quando o interesse se centrava em reconstruir o itinerário da civilização, deixou que este interesse fosse suplantado pelo estudo dos Estados-nação. Movimento que se inscrevia na tentativa de recrutar a memória coletiva para justificar a dominação através da história do Estado (tal como já fizera Carlos V com o tempo). Concepção redutora e centralizadora não só do dever histórico, como também da própria sociedade, que só foi suplantada pela escola dos *Annales*.

Neste sentido é que a noção da fatalidade do progresso, herdada dos intelectuais do final do século XIX, convencidos da superioridade radical das civilizações oriundas da Antiguidade greco-romana sobre as sociedades primitivas, é suplantada, ao apagar das luzes do segundo milênio, por uma tentativa de compreender melhor o que estava por trás mesmo dessa própria concepção. Pois, ainda segundo Philippe Ariès, a própria ilusão em que viveram os contemporâneos tem o valor de uma verdade.

Fim da religião do progresso. Fim da tentativa de buscar no passado os indícios que anunciavam a modernidade. À grande crise das consciências jovens que marcou o final dos 1960 sucedeu uma mudança de enfoque econômico na direção dos estudos das mentalidades nas sociedades pré-industriais.

Foi o universo em desencanto em que mergulhou a humanidade a partir de então que estimulou a guinada da história para os braços da Antropologia. É também ela que empresta um sabor tão antigo aos ensaios de Guy Bois e de Jean-Marie Pesez, marxistas ortodoxos que travam ao longo dos seus textos uma luta sem quartel em defesa do modo de produção. Escritos em 1978, envelhecidos em barris de carvalho – já então se queixavam os autores da marginalidade em que vinha sendo deixado o marxismo –, têm hoje o sabor ainda mais *déjà-vu* por centrarem suas concepções num pobre, morto e esquecido Louis Althusser ou num hoje jamais lembrado Maurice Godelier.

No entanto, esses textos aqui não permaneceram em vão. É o organizador da coletânea, Jacques Le Goff, quem lembra o caráter cumulativo da história. E quem ousará negar que foi a influência marxista o vento renovador que soprou do leste no início deste século? Se a calmaria depois se instalou, não se pode recusar ao marxismo o reconhecimento de sua influência sobre o acento no econômico que marcou o início da *École des Annales* e de toda a História Nova.

Sem dúvida é alentadora a reunião neste livro de autores dissonantes, demonstrando que, se a História Nova pode abrigar todas as ortodoxias, ela não depende de nenhuma ortodoxia ideológica. Ao contrário, ela afirma “a fecundidade das múltiplas contribuições, a pluralidade dos sistemas de explicação”. Este fervilhar de ideias em debate, em mutações inesperadas, faz lembrar o que disse um dia o genial Max Weber. Na história da história, como na vida, o

“fluxo de devir incomensurável flui incessantemente rumo à eternidade”.

Anteriormente internada nas academias, longe do barulho das ruas, embolorando-se nos corredores escuros do prédio nº 1 do Largo de São Francisco, onde, durante anos, reinou Eremildo, de triste memória, a História Nova viveu no Brasil dos anos 1980 a sua grande aventura.

Revigorada pela abertura política, ela, num primeiro momento, travestiu-se naturalmente de marxista e foi buscar na história das organizações populares, na recuperação da memória dos vencidos nacionais, a sua primeira inspiração.

Ao longo do novo tempo, novas concepções se instalaram e a história, prima pobre das Ciências Humanas na década anterior (1970), ingressa nos 1990 como a mais renovada e revigorante das formas de investigação sobre o humano. Rompidas as barreiras disciplinares, livres igualmente, a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política dos limites metodológicos cruzam juntas mares nunca dantes navegados. E aí é com enorme prazer que se pode assistir no IUPERJ ou na Casa de Rui Barbosa às exposições do estudioso da literatura Luiz Costa Lima em torno da discussão preconizada por Hayden White sobre a história enquanto narrativa. Podem os historiadores ler sem preconceitos o texto elegante do cientista político José Murilo de Carvalho, com um tratamento todo original sobre as diversas proclamações da nossa lamentável República. Seguir a pista do irrequieto Ricardo Benzaquen de Araújo, historiador, antropólogo, cientista social ou coisa que o valha, tem sido tarefa árdua para o seu numeroso círculo de fãs, totalmente deslumbrados com a sua infinita capacidade

de acumular conhecimento. E, se a sociologia viveu seu momento de crise de identidade, ela se incorpora ao movimento através dos trabalhos da professora Lícia do Prado Valladares, nos quais a sociologia urbana se beneficia da abordagem histórica para recuperar nas histórias de vida a memória dos agrupamentos sociais urbanos. Instituições como o CPDOC, a Fundação Casa de Rui Barbosa, o IUPERJ, a Fiocruz e os mestrados de História e Ciências Sociais do Rio se integram na realização de seminários onde se trocam experiências, se cruzam informações.

Sem dúvida, esta ebulição é também fruto de um repensar do papel do intelectual na sociedade e no seu tempo. Homens comuns, lutando pela sobrevivência como todo o mundo, conscientes do valor da mídia e tentados pelo seu *glamour*, os intelectuais tiveram ao longo dos últimos anos que rever seu próprio papel. Descendo da torre de marfim, ou abandonando a ilusão da vanguarda iluminada que liderava as massas rumo ao próximo modo de produção, os intelectuais brasileiros se obrigam hoje a um exercício de humildade, a uma tomada de consciência de que não cabe a eles a exclusividade da decifração do enigma, de que às vezes uma boa questão ilumina mais o caminho do que a mais acertada das respostas.

Tão perplexos quanto os seus contemporâneos diante do absurdo que é a aventura humana “num mundo em instabilidade definitiva”, os intelectuais romperam as cadeias das convicções para proporem aos novos tempos jogos de indagação. Não é à toa que o último livro do mestre Wanderley Guilherme dos Santos poderia ser perfeitamente

chamado de “o primeiro grande livro das indagações” ou “o grande livro das primeiras indagações”.

Atrasada no tempo, mas não menos indispensável, esta edição de *A História Nova* possibilita aos que se têm dedicado a este jogo aparentemente esquisito, ou fútil ou mesmo supérfluo (“This curious by-path of yours”, como disse um inglês a Marc Bloch), uma leitura sistemática dos métodos e preocupações e um exercício gratificante de autorreconhecimento.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em dezembro de 1990.

A Revolução Impressa

Robert Darnton e Daniel Roche (orgs.). *A Revolução Impressa – a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: EDUSP, 1996 408 p.

Antes de 1789, a imprensa na França era contida por rigorosa censura. Apenas um jornal diário circulava no Antigo Regime: a *Gazette de France*. Os periódicos políticos pré-revolucionários mais importantes eram todos editados no exterior e contrabandeados para o país. O destino dos livros era decidido pelos censores, após atenta leitura. Em várias ocasiões, Voltaire, Diderot e Rousseau buscaram entendimentos com a censura antes de mandarem para o prelo suas obras. Isto não livrou, no entanto, Voltaire de amargar uma temporada de onze meses na Bastilha.

Mas, às severas penas a que estavam sujeitos autores, editores e comerciantes, contrapunham-se os lucros fenomenais que advinham do sucesso instantâneo que adquiria qualquer livro que os censores condenassem ao fogo. Os chamados “livros filosóficos” – categoria abrangente onde cabiam desde o sisudo compêndio de filosofia iluminista até o mais licencioso e gaiato dos manuais eróticos – garantiram a fortuna de muitos livreiros. De uma forma ou de outra, a clandestina, porém intensa, circulação desses livros contribuiu para a difusão do ideário da Revolução.

Em 1789, Luís XVI pediu aos seus súditos que lhe enviassem sugestões para a próxima convocação dos Estados Gerais e quase foi soterrado pela avalanche de panfletos que

surgiram na praça em resposta ao seu apelo. Entre aquele ano e 1799, a luta pelo poder foi a luta pelo domínio da opinião pública. A imprensa, diz Robert Darnton, era uma força ativa na história. Os panfletos tornaram-se cada vez mais agressivos. Desses, os erótico-humorísticos dedicaram-se ao trabalho de destruir a imagem do rei, da rainha, da nobreza e do clero. O tema da austríaca corrompida, Maria Antonieta, competia, na preferência dos panfletários, com a figura de Dom Pederasta, criada pelos anticlericais.

A progressiva radicalização da imprensa regular teria no *Ami du Peuple*, de Marat, seu mais aguerrido representante. Marat voltaria suas baterias contra a Assembleia Nacional, à qual acusaria de ter-se vendido ao rei. Através de seu jornal, Marat se propunha a expor e desmascarar as intenções traiçoeiras dos deputados, mobilizando o povo contra eles. O *Ami du Peuple* expressava, com a sua veemência, as “reações altamente emocionais” de seu editor.

No processo da Revolução, a reforma do calendário, assim como a dos pesos e medidas, da educação e das ciências em geral, tinha por objetivo criar uma nova ordem para o mundo. Adotado pela Convenção para entrar em vigor a partir de 22 de setembro de 1793, o calendário da Revolução pretendia ser “mais adequado ao agricultor, cujo calendário deve ser tão simples como a natureza da qual ele nunca se separa”. A reforma do calendário fora pensada em função da visão romantizada que o revolucionário da cidade tinha do camponês. Cada mês lembrava o “ritmo da natureza”; cada dia era dedicado a uma planta em tempo de ser semeada ou a uma ferramenta agrícola a ser usada

precisamente naquele momento. O sucesso do novo calendário dependia da boa aceitação dos almanaques revolucionários.

A palavra almanaque, como explica Lise Andries, no capítulo correspondente a este tema, vem do árabe e quer dizer “livro do tempo”. Os almanaques sempre incluíam um calendário e frequentemente eram oferecidos como presentes de Ano-Novo. Livros práticos, cheios de conselhos úteis para a agricultura, eram consultados pelas pessoas durante todo o ano. Quase sempre eram o único livro na casa do homem do campo.

No lugar do santo do dia, o almanaque revolucionário trazia símbolos da Revolução ou o elogio de algum “grande homem”. O modelo criado por Sylvain Maréchal para o ano de 1792, por exemplo, fazia uma concessão a Jesus Cristo, de quem dizia:

Perdoemos o charlatanismo da sua vida e lembremos a sua morte, que foi bastante bela: condenado ao patíbulo pelos aristocratas por ter tentado uma insurreição sagrada com a ajuda dos *sans-culottes* de Jerusalém.

O calendário revolucionário, assim como os seus almanaques correspondentes, não conquistaram seu público-alvo. Os camponeses preferiram continuar comprando seus almanaques de modelo antigo nos contrabandistas.

Até 1790, não se fixaram canções revolucionárias significativas. Mas, em meados daquele ano, as frentes de trabalho voluntário reunidas no Champ de Mars para

preparar os festejos do aniversário da Revolução tornaram popular uma melodia bastante elementar, cujo refrão dizia simplesmente: “*Ça ira, ça ira, ça ira...*”, no sentido de algo que acontecerá de qualquer maneira.

O sucesso de *Ça ira* só seria superado em 1792. No final de abril, a falta de um hino patriótico que guiasse os exércitos da República nos campos de batalha foi reclamada pelo prefeito de Estrasburgo. Naquela noite, Rouget de Lisle foi para casa e escreveu a *Marselhesa*. No começo, ela foi recebida com pouco entusiasmo pelo povo de Paris. Mas, em 30 de julho de 1792, quando as tropas de Marselha entraram na cidade, trouxeram, diz Laura Mason, “entoada pelas vozes de centenas de soldados que a conheciam e estavam ansiosos por ensiná-la, uma emocionante forma de cantar a canção”. Entre 1792 e 1794, cerca de sessenta edições diferentes da *Marselhesa* foram impressas. Apesar de também ter sido cantada enquanto as guilhotinas do Terror trabalhavam, permaneceu identificada como a canção que levara o exército da República à vitória, a canção do orgulho francês.

Este livro foi lançado nos Estados Unidos, em 1989, durante as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa. Através dos trabalhos de quinze estudiosos, aliados a uma excelente coleção de imagens, ele nos apresenta o variado panorama das transformações culturais propiciadas pela Revolução, com ênfase no papel que nela teve a imprensa. Como diz Darnton, em sua introdução: a prensa tipográfica ajudou a dar forma aos eventos que registrava.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em junho de 1997.

Morte e Revolução em Michel Vovelle

Michael Vovelle. *Imagens e imaginário na História: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997, 407 p.

Quem nasceu num lar católico aprendeu desde cedo que quem é bonzinho vai para o céu e quem é muito mal vai para o inferno. Para quem não era assim tão mal nem assim tão bonzinho sobrava o purgatório, onde se ia expiar os pecados até que aparecesse uma chance de ir para o céu. O purgatório, nos diz Michel Vovelle, frequenta o imaginário católico desde o século XV, substituindo, a partir do século XVII, com grande sucesso, as representações do Juízo Final. Antes ocupando um lugar insignificante, a devoção ao purgatório acabou se impondo sobre a rigorosa divisão de Sto. Agostinho, que dizia: “só existem dois lugares”. O purgatório foi principalmente cultivado pelas congregações, pois proporcionava prestígio para os seus santos, que passaram a disputar entre si o lugar de agentes privilegiados entre as almas que lá estavam e o almejado reino dos céus. Com isso, foi sendo gradativamente destronado o implacável Arcanjo S. Miguel. Este, outrora o todo-poderoso árbitro do Juízo Final, chegou ao final do século XVII totalmente desprestigiado. Um S. Miguel “empenachado e afável”, espécie de porteiro do paraíso, a receber as almas vindas do purgatório, “vestido como um guerreiro das óperas de Lulli”. O purgatório, que nas representações iniciais quase se confundia com o inferno, com almas sofridas ardendo entre labaredas, chegou ao século XIX muito abrandado. Surgem

então as imagens de “purgatórios eufóricos”, de onde são libertadas belas e carnudas penitentes, semidespidas e apaziguadas.

De forma bem-humorada e partindo de pesquisas realizadas principalmente na região de Aix-en-Provence, Michel Vovelle nos revela um mundo que vivia em estreita familiaridade com os mortos. O culto ao purgatório tem parentesco com o culto aos mortos nos cemitérios. Culto que se impôs após a expulsão dos mortos das igrejas e das cidades a partir do século XVIII. Os cemitérios criaram com eles um novo lugar de peregrinação religiosa e abriram espaço para o incremento da arte escultórica que tinha como temática a morte.

Renato Janine, em seu prefácio, diz que muito do que Vovelle apresenta aqui é apenas esboço de pesquisa que ele oferece a outros pesquisadores como sugestão. No entanto, que repertório fascinante o historiador nos proporciona, confirmando o que dirá no texto final: “nenhum discurso é insignificante”. A maior demonstração desta afirmativa surge no capítulo sobre os monumentos construídos por aqueles que Vovelle escolheu chamar, junto com André Breton, de “inspirados” ou, por falta de melhor, *naïfs*. São aqueles elementos nascidos nas classes iletradas, eles mesmos, em sua maioria, iletrados ou semiletrados (sabendo apenas ler e assinar o nome), que sentiram a “necessidade imperiosa de materializar um conjunto de fantasias que os obcecavam”. E materializaram-nas, em geral, sob a forma de um monumento de caráter enciclopédico e didático, onde representavam a sua peculiar visão de mundo. São produtos dessa natureza aquelas casas exóticas de subúrbio, onde o seu

dono, um sapateiro, moleiro, artesão ou capataz, ao longo da vida, foi constituindo um agregado arquitetônico ou um conjunto de imagens escultóricas, pictóricas ou coisa que o valha. É para esse tipo de conjunto, instigante pela originalidade, pela ingenuidade e também pela pitada de loucura de quem o concebeu, que o historiador nos chama a atenção. Não se trata de arte do inconsciente, mas antes da expressão mais ousada do popular que não encontra veículo nos canais convencionais das elites.

Em sua apresentação, o autor diz que seu livro trata de Morte e de Revolução. Dentre os vinte e um ensaios aqui reunidos, no entanto, apenas cinco falam da Revolução. E o melhor deles fala também de morte. É o que trata das representações da guilhotina no imaginário da Revolução Francesa. De como esta surgiu inicialmente aliada a uma concepção moderna de execução, simples e indolor, para depois tornar-se popular, miniaturizada nos brincos das mulheres, até alcançar a sua imagem mais sombria e poderosa de símbolo da Revolução, capaz de aterrorizar os contrarrevolucionários. Impressiona a cena final de um desfile comemorativo em que ela aparece, triunfal, conduzida num carro – alegoria de si mesma – pelos cidadãos de Arles. A descrição de Vovelle faz lembrar a entrada igualmente triunfal da guilhotina na baía de S. Domingos, com sua lâmina fulgurando ao sol dos trópicos, símbolo da chegada do ideário da Revolução. Cena criada magistralmente por Alejo Carpentier para *O Século das Luzes*.

Imagens grotescas serão as exploradas pela caricatura revolucionária. Nelas, o que se acentuará é a tradição rabelaisiana do humor popular francês. A um elenco de

padres gordos vomitando suas riquezas, ou expelindo-as de formas ainda menos elegantes; de freiras desnudas, sendo violadas; de Marias Antonietas impudicas, debochadas; de Luís XVI, representado sob a forma de um porco, contrapõem-se as imagens contrarrevolucionárias das mulheres dos *sans-culottes*, meio prostitutas, meio prostituídas, das tricoteiras históricas, ou de um humor francamente sanguinolento que tem como estrela principal, ainda, a guilhotina.

Os estudos de Vovelle se inscrevem no que se convencionou chamar de história das mentalidades. Vovelle trabalha com a cultura popular. Aquela que não deixou documento escrito de sua própria lavra e que teve que se contentar em ser representada, ao longo de séculos, pelo “olhar preocupado e rigoroso das elites”. Para escutar a sua voz, tanto em suas representações coletivas – as cenas que os pintores anônimos de igreja deixaram; as caricaturas grosseiras da Revolução – como nas individuais – os ex-votos, os monumentos *naïfs*, as estátuas dos cemitérios –, as imagens são, segundo o historiador, a fonte privilegiada. Neste livro, muito especialmente, a imagem deveria ser a grande aliada do texto. A qualidade das reproduções, porém, deixa a desejar. Mas a densidade e a riqueza das pesquisas e proposições avançadas por Michel Vovelle garantem o valor desta coletânea.

Enquanto nos estudos relacionados com a morte o autor trabalha com a longa duração – os séculos de história que contemplam o surgimento e o enraizamento de uma mentalidade –, os estudos sobre a Revolução tratam de um curto decênio “onde tudo oscila”. A Revolução obriga o

moderno historiador a lidar com uma história onde não se pode desconhecer o primado do acontecimento.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em abril de 1997.

Maria Antonieta: futilidade que vem do berço

Antonia Fraser. *Maria Antonieta*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2006, 571 p.

Nesta minuciosa biografia de Maria Antonieta [1755-1793], temos a história da Revolução Francesa contada do ponto de vista de sua vítima mais famosa. Décima quinta filha e oitava filha mulher da imperatriz da Áustria, a grande Maria Teresa, não se previa um futuro muito grandioso para Antonieta. Destinada a se casar com um dos netos de Luís XV, ela chegou à França com 14 anos, sem ter recebido uma educação formal adequada e sendo, por natureza, dispersiva e desinteressada pelos livros. Pode-se dizer que Maria Antonieta encontrou seu elemento natural naquela corte das aparências e do luxo exagerado. Vocacionada para a vida nos salões, para o hedonismo tão bem cultivado na corte de Luís XV, Antonieta pôde ali desenvolver suas melhores qualidades: um irresistível encanto pessoal; uma postura altiva e elegante; um jeito gracioso e inconfundível de andar; talento para a dança, o teatro e a música (tocava harpa).

No momento em que as ideias de Rousseau penetravam em todos os setores da sociedade, mesmo nos salões da nobreza, momento em que se exaltavam a igualdade, o racionalismo e a valorização do homem comum, e em que o poder divino dos reis vinha há muito sendo desacreditado, o modo de vida ostentatório da monarquia passou a ser uma prática perigosa.

Isolados em Versalhes, Antonieta e seus amigos viviam em um mundo à parte, que não se dava conta das mudanças que se vinham operando bem ali, em Paris. Sem interesse nenhum por política, alheia aos problemas nacionais e tornando-se a rainha também da moda, Maria Antonieta virou o maior símbolo daquele modo de vida ultrapassado e irreal, de custo altíssimo para uma nação economicamente falida. Enquanto iam aumentando gradativamente o volume dos seus penteados, o rouge de suas faces, o preço de seus vestidos, o custo da elaborada decoração de suas residências e a mesada das pessoas de sua corte pessoal, ia-se construindo a imagem da rainha dissoluta e egoísta, cada vez mais identificada pelos franceses como “a austríaca”.

Panfletos indecentes

Luís XVI, um rei tímido, pusilânime, sem qualquer graça pessoal, cujas dificuldades sexuais eram de conhecimento público – o casamento demorou anos para ser consumado – , não tinha uma imagem capaz de fazer frente à perda da força simbólica da monarquia. O rei e a rainha se tornaram o tema preferencial dos panfletos indecentes, aos quais reagiram com indiferença.

Não avaliando o papel corrosivo que essa propaganda negativa causava às suas imagens junto ao povo, foram igualmente inábeis no trato com alguns setores da aristocracia e da classe política. Desmoralizada a realeza, quando a Revolução chegou, Luís XVI e Maria Antonieta não encontraram amparo nem mesmo entre a família real, ela

também dividida, com os Orléans aderindo à causa da Revolução.

A incapacidade decisória de Luís XVI seria fatal para o seu destino e o de sua família. A falta de visão do processo de escalada da violência, que teve início com a queda da Bastilha e a tentativa de assassinato de Maria Antonieta em Versalhes, seguida pela desastrada tentativa de fuga para Varennes, quando a família já se encontrava presa nas Tulherias, selou o destino da família real. O resto da história é a penosa descida aos infernos, onde o lado mais cruel da Revolução se revela no brutal massacre da princesa de Lamballe e nas humilhações impostas à rainha na prisão e durante a ida para o cadafalso.

O aspecto que mais revolta é o destino de Luís XVII, menino arrancado da mãe para ser corrompido e usado contra ela de maneira infame em seu julgamento. Foi esse processo trágico que permitiu a Maria Antonieta elevar-se acima de sua própria natureza, demonstrando ser maior na desventura do que jamais fora na fortuna.

O maior mérito do livro de Antonia Fraser reside no enorme volume de informações que, bem concatenadas, permitem acompanhar toda a trajetória de Maria Antonieta. O texto, que em si não é muito elegante, foi prejudicado na edição brasileira por um certo descuido em seu tratamento, evidenciado em muitos parágrafos mal redigidos e de leitura quase incompreensível.

Exemplar disso é a referência da autora, no prefácio, a um subtítulo – *a mulher extravagante, infiel e condenada de Luís XVI* – (no original, em inglês: *extravagant, unfaithful and*

doomed wife of Louis XVI) que, de certa forma, explicaria o sentido da obra e que foi subtraído da edição brasileira.

Publicada no Caderno Mais!, da *Folha de S.Paulo*, em janeiro de 2007.

Napoleão Bonaparte: o triunfo da vontade

Steven Englund. *Napoleão – uma biografia política*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005, 640 p.

Antigamente, em todo filme em que aparecia um hospício, dentre os doidos sempre havia um que pensava ser Napoleão. Mesmo hoje, na nossa música popular, Napoleão ainda comparece em “Vai passar”, de Chico Buarque, no bloco dos “napoleões vencidos”, e na “Balada para um louco”, dos Mutantes. Napoleão fixou-se no imaginário popular como a representação máxima da megalomania, do indivíduo que pretendeu “conquistar o mundo”. E quase conseguiu. Não fora a resistência da atrasada e inquisitorial península Ibérica, ele, que já dominava todo o continente europeu; que tinha sob o seu domínio todas as cabeças coroadas; que conseguira isolar a poderosa Inglaterra através do bloqueio comercial, teria realmente conquistado o mundo.

Nesta excelente biografia, temos a oportunidade de constatar que há muito de fundamento e razão para o surgimento do mito. Aqui podemos acompanhar a trajetória política do pequeno grande homem (tinha 1,60 m), desde a infância na Córsega até os esforços de seus pais no sentido de provar a (discutível) origem nobre da família, fundamental para o acesso a boas escolas. Mesmo detestando a nobreza que conheceu na escola militar, Napoleão sempre reivindicaria seu pertencimento a ela. Nunca quis se confundir com a ralé. Esta seria apenas uma de suas muitas

contradições: a enorme vontade de provar que era alguém, aliada à herança revolucionária que marcou sua geração. Em toda a sua trajetória política prevaleceu o espírito racionalista; o apego aos códigos (mesmo que, muitas vezes, apenas formal) e o reconhecimento do mérito pessoal acima dos privilégios de nascimento. A nobreza que criou durante o Império não ornava os salões, como no Antigo Regime, pois era formada por gente de ocupações muito burguesas: generais que tinham que estar ao lado de suas tropas, altos funcionários e grandes comerciantes que tinham que cuidar dos seus negócios. O Império Napoleônico foi um legítimo filho da República no que aquela teve de pragmático, de científico, de avesso à frivolidade.

Como militar, Napoleão cedo revelou o gênio de estrategista. Beneficiando-se tanto do vácuo deixado pela nobreza que emigrara com a Revolução (à qual se destinavam as altas patentes do exército) como também de sua impressionante capacidade de antecipar as coisas, logo tornou-se general. Aos 27 anos, já havia se distinguido na campanha da Itália. Aos 29, comandou a ocupação do Egito, onde revelou notáveis dotes políticos e administrativos. Reconhecendo a força do Islã, investiu na formação de lideranças muçulmanas e realizou grandes obras que contribuíram para lançar as bases do Estado moderno no Oriente Médio. Junto com as tropas, levou uma equipe de membros do Instituto de França, e dessa aventura militar resultou a criação de uma nova ciência: a egiptologia.

A multiplicidade de seus talentos e sua extraordinária capacidade de trabalho se refletiriam na eficiência e na durabilidade das muitas instituições que criou. Mas é a do

deus da guerra a imagem mais associada a Napoleão. Os milhões de mortos das guerras que provocou fazem com que seja comparado com frequência aos tiranos do século XX. Na opinião do autor dessa biografia, no entanto, esta é uma leitura equivocada, pois Napoleão agia nas guerras como um líder de seu tempo, e sua violência não era maior do que a de seus adversários, as cabeças coroadas do Antigo Regime.

A violência interna durante o seu reinado também, na visão de Englund, não pode se comparar aos crimes de Hitler e de Stalin contra judeus e camponeses. O tempo de Napoleão não foi marcado por perseguições e massacres contra os franceses ou contra os outros povos que conquistou. Com relação aos judeus, ao contrário, sua atitude, garantindo-lhes direitos que lhes eram negados, provocou reações no mundo católico. Sua polícia não foi especialmente violenta quando comparada a outros momentos da história da França. Os grandes erros de Napoleão nessa matéria estão mais relacionados a individualidades como o Papa Pio VII (que manteve cativo durante quatro anos) e o Duque de Enghien, que mandou sequestrar – na fronteira da Prússia, onde este mantinha uma base de ação conspiratória contra o governo francês – e fuzilar. Erros imperdoáveis para um especialista em autopromoção. Napoleão foi um habilidoso manipulador da opinião pública, fazendo uso intensivo da propaganda. Usava seu talento na escrita para enviar ao povo francês boletins diários das batalhas, com relatos nem sempre fidedignos.

Englund acredita que o jugo napoleônico sobre as nações conquistadas não foi inicialmente recebido de forma tão negativa quanto, por exemplo, a maneira arrogante e

prepotente com que a Inglaterra dominava a economia e, por decorrência, a política daqueles mesmos reinos. A seu ver, a aplicação do Código Napoleônico representou, para muitos daqueles lugares, o primeiro contato com um corpo fixo de leis, uma forma de ordenamento legal que modificaria definitivamente as relações sociais na Europa.

Esta biografia dá conta de múltiplos aspectos do personagem, estabelecendo interessantes conexões entre eles. Surpreende descobrir a dificuldade de Napoleão em punir as pessoas de seu círculo íntimo: irmãos, cunhados e amigos. Também a generosidade com que se conduziu com Josefina e seus filhos e o amor sincero que despertou nas mulheres que amou. Sua imensa determinação e força de vontade, sua brilhante inteligência, sua ampla cultura, seu carisma, a fidelidade apaixonada que despertou em seus soldados foram o motor e o combustível de uma vida marcada pela aventura e por feitos extraordinários. Figura cuja trajetória influenciou sobre o curso da história política de todo o século XIX, Napoleão Bonaparte, desbravador de múltiplos caminhos, continua a nos confrontar com questões essenciais relativas ao poder e à sua legitimidade.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em junho de 2005.

Arqueologia do capitalismo ou: como tudo começou a ficar assim

E. P. Thompson. *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 493 p.

Nesta notável coletânea de ensaios, E. P. Thompson dá continuidade a uma obra que o inclui, ao lado de Eric Hobsbawm e Christopher Hill, entre um dos nomes clássicos da moderna historiografia inglesa. Thompson se considerava menos um homem da academia que um homem de ação, e sua atividade acadêmica esteve parcialmente interrompida durante as décadas de setenta e oitenta, quando se dedicou à militância em movimentos pacifistas. Mas, tal como em sua obra clássica, *A formação da classe operária inglesa*, o autor também se impõe aqui pelo vigor de seus argumentos, respaldados por extensa documentação, por seu notável estilo e pela ironia com que enfrenta os estereótipos que se estabelecem episodicamente como “verdades definitivas” na universidade.

Costumes em comum é um corajoso documento contra os dogmas do modelo econômico que têm orientado a vida e o mundo nos últimos dois séculos. Thompson recupera, na história de seu país, a memória de um tempo em que as regras que definiam o certo e o errado ainda não haviam sido contaminadas pelas leis da competição, do lucro, do “tempo é dinheiro” e da defesa intransigente do “sagrado” direito de propriedade. No período aqui estudado, a ascensão do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos

costumes estão em conflito, um conflito consciente e ativo, verdadeira resistência aos novos padrões de consumo e de disciplina do trabalho.

Por isso, diz Thompson, podemos entender boa parte da história social do século XVIII como uma série de confrontos entre uma economia de mercado inovadora e a economia moral da plebe, que tem por base o costume. Através de manifestações típicas de sua cultura, a plebe reivindicava direitos, como os de morar, comer e trabalhar, baseados nas tradições paternalistas que o emergente capitalismo condenava.

O autor registra o momento em que os alimentos essenciais se transformaram em objeto de uma especulação totalmente alheia ou até mesmo estimulada pela fome que se instalava na Inglaterra. Ele também mostra como foi que as ideias de Adam Smith sobre a política de distribuição dos cereais se impuseram e como, muito rapidamente, as classes que delas se beneficiavam trataram de difundir-las e implementá-las, pregando “a liberdade ilimitada e irrestrita do comércio de cereais”.

A “natureza das coisas”, que, segundo Thompson, já tornara imperiosa nos tempos de escassez pelo menos uma solidariedade simbólica entre os governantes e os pobres, ditava agora a solidariedade entre os governantes e o “emprego do capital”. A seu ver, mais do que separar a moralidade e a economia, a nova teoria econômica propunha um tipo particular de moralidade no interesse de um tipo particular de economia política, limpa de imperativos morais importunos.

Thompson chama a atenção para o ar ilusório de validação empírica que o modelo contém. Enquanto a economia paternalista apelava para uma norma moral – as obrigações recíprocas dos homens –, a economia capitalista parece dizer: “é assim que as coisas funcionam, ou funcionariam se o Estado não interferisse”. E conclui Thompson: “Não deveria ser necessário afirmar que o modelo de uma economia natural e autorreguladora, funcionando providencialmente para o bem de todos, é tão supersticioso quanto as noções que sustentavam o modelo paternalista”. Pois, a seu ver, o modo como algumas pessoas conceberam o “mercado” não é prova de que o mercado tenha se comportado dessa maneira. Adam Smith teorizou um estado de competição perfeita e o mundo ainda está esperando por este estado.

Os frequentes motins da fome que marcaram aquele século são reavaliados a partir dessa perspectiva. O autor os apresenta como armas de resistência do povo à nova ordem e demonstra o caráter surpreendentemente organizado que tiveram. O objetivo daqueles motins não era o saque, e sim a “fixação do preço”. A multidão, reivindicando uma legitimidade derivada do modelo paternalista, procurava impor ao mercado a regulação dos preços.

Havia uma convicção profundamente arraigada de que os preços deviam ser regulados em tempos de escassez e de que o aproveitador se excluía da sociedade. Neste sentido, o motim era uma resposta racional, que não seria possível entre os indefesos ou sem esperança, mas apenas entre aqueles grupos que se sentiam com um pouco mais de força para tomar os víveres de que precisavam quando os preços

subiam às alturas, os empregos desapareciam e os alimentos básicos eram exportados.

Ao longo das oito partes de que se compõe o livro, o autor revela um panorama da cultura picaresca dos ingleses pobres do século XVIII, onde o protesto e as sanções sociais se faziam, muitas vezes, por meio da sátira, da música, do carnaval. Panorama que nos desperta, tal como pretendia o autor, para nossa dificuldade em conceber como possível a existência de uma época em que não parecia “natural” que um homem lucrasse com as necessidades dos outros.

Publicada no *Diário do Nordeste* em novembro de 2010.

Provérbios, adágios e refrões

Rodrigo Cortes de Lacerda (org.). *Dicionário de provérbios: francês, português, inglês*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999, 550 p.

Assim que tive nas mãos o *Dicionário de Provérbios*, da Lacerda Editores, fui logo procurar os que usei em minha tese de doutorado sobre a imprensa da Independência. Pois muito me impressionara o uso que todos os que escreviam nos jornais daquele tempo – de Hipólito da Costa, passando por Gonçalves Ledo e o Visconde de Cairu, até chegar aos jornalistas mais populares, como João Soares Lisboa e Luís Augusto May – faziam dos refrões, adágios, provérbios ou aforismos. Nomes que, com ligeiras variações de sentido, designam aquela expressão sucinta, quase sempre doutrinal ou sentenciosa, cuja legitimidade se baseia na antiguidade e na aprovação pelo senso comum. De onde vinha esta predileção, partilhada por gente tão diversa, pela fórmula singela de resumir situações representada pelo provérbio?

De muito longe, afirma Don José Maria Sbarbi, presbítero premiado pela Biblioteca Nacional de Espanha, em 1871, por sua monografia sobre *Los refranes, adagios e proverbios castellanos*. Aristóteles já os definia como “preciosas relíquias da venerável antiguidade preservadas pela memória dos homens”. Atribui-se a Horácio aquele que se usa até hoje: “quando vires as barbas do teu vizinho arder, deita as tuas de molho”. E a Sêneca, um de que muito gostava o Visconde de Cairu: “Quem dá primeiro, dá duas vezes”. Os que mais apareciam nos jornais brasileiros de 1822 eram

mesmo os de origem obscura: “palavras loucas, orelhas moucas”; “quem não tem padrinho morre mouro”; “quem seus inimigos poupa nas mãos lhes morre”; “na barba do tolo aprende o barbeiro novo”; “cada louco com sua teima...” etc.

Analisando a cultura do século XVI, na Europa do Norte, Natalie Zemon Davis mostra que, apesar da distância que havia entre a linguagem clerical e/ou literária e a fala do homem do campo, elas tinham algo em comum: ambas compartilhavam o uso do provérbio. Isso se deveria, entre outras coisas, ao fato de que o nível de alfabetização entre os leigos na Europa do Norte se conservava baixo até o século XV. O provérbio mnemônico era apreciado não apenas porque escritores antigos o tinham elogiado como recurso retórico, mas porque ele era necessário a muitas das atividades sociais.

Para os padres, os provérbios comuns eram uma maneira de invocar um universo de discurso familiar e de ajudar as pessoas a lembrarem a mensagem do sermão. Os advogados, por sua vez, encantavam-se com a estrutura harmoniosa e a brevidade, acreditando que, por sua densidade, os provérbios ajudavam a persuadir. Mas, segundo Davis, com o advento do Racionalismo e do Iluminismo, os provérbios foram postos de lado: passaram a ser vistos como produto de falsas associações. Não sendo passíveis de provas adequadas, não se recomendavam nem por sua concisão nem por sua familiaridade, tampouco por sua longa existência.

Talvez seu uso não tenha sido tão deixado de lado assim. Prova disso é sua presença no jornalismo que nasceu no Brasil da Independência. E, vindo mais perto, nos

surpreendemos ao verificar que Rui Barbosa parece ter sido, senão um estudioso, pelo menos um colecionador de obras que tratavam do assunto. De sua admirável biblioteca constam 15 títulos relacionados a aforismos, provérbios ou refrões. Um deles, de Gustave Le Bon.

Acreditava Don José Sbarbi que o império dos provérbios era universal e tão antigo como o mundo e que sua duração alcançaria até o fim das gerações. Decerto esse império não é tão poderoso hoje quanto em seu tempo. Mas o dicionário da Lacerda Editores, ao estabelecer as diversas formas que um mesmo provérbio pode assumir em vários idiomas, vem provar sua universalidade. E seu surgimento, no apagar das luzes do segundo milênio, atualiza a boa-fé com que aquele presbítero os escolhera como campo de estudos. Monsenhor Sbarbi acreditava que estudar os provérbios era adquirir ciência de modo “*más llevadero*”, consumando “*el difícil maridaje de lo útil con lo agradable*”.

Publicada em Prosa e Verso, do jornal *O Globo*, em dezembro de 1999.

Etnografia: James Clifford e o coração da matéria

James Clifford. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, 320 p.

A grande contribuição da antropologia cultural à história das ideias não se localiza tanto na revelação de culturas originais, exóticas, de povos de hábitos e religiões completamente diferentes, mas, principalmente, na revelação da nossa diferença: o “outro” como nosso espelho, onde olhamos e nos reconhecemos, mas também nos estranhamos. O exercício etnográfico nos ensina a humildade; ao relativizar a posição da cultura ocidental, compreendemos que nem todos são iguais a nós e que existem outras, infinitas, formas de ser humano no mundo.

Mas a antropologia também representa, no campo das ciências sociais, a mais rica fonte de métodos e técnicas de observação e de pesquisa sobre as sociedades e as culturas. Esse manancial rico, quase inesgotável, de matrizes de pensamento foi constituído a partir da inquietude de investigadores como Franz Boas, Radcliffe-Brown, Bronislaw Malinowski, passando por Margaret Mead, Evans-Pritchard e Claude Lévi-Strauss, até chegar a Clifford Geertz e Marshall Sahlins. Apesar do rigor científico que atravessa seus trabalhos, deles não está ausente, nem poderia deixar de estar, um certo sentido de aventura, de paixão pelo novo, pelo desconhecido, por todas as possibilidades que a nossa própria trajetória podia ter percorrido e, com isso, a visão de

uma humanidade diversa da que nós conhecemos. Como lembra José Reginaldo Gonçalves:

No coração da experiência etnográfica encontra-se a mesma atitude cultural, presente nos escritores e artistas modernistas, de busca de uma experiência autêntica. Ao mesmo tempo em que se articula a consciência de que essa experiência não é possível no mundo moderno.

Portanto, através das etnografias, ainda nos acena, bem lá do passado, o vulto do paradoxista de Genebra e de sua ficção mais genial: o bom selvagem. Artefato cultural do Ocidente que assombra a obra dos antropólogos mais isentos, como nos revela James Clifford em seus artigos.

James Clifford é professor do Programa de História da Consciência da Universidade da Califórnia, Santa Cruz e, em sua principal obra, analisou a atuação do etnógrafo Maurice Leenhardt na Melanésia. Leenhardt ingressara na carreira através de sua atividade como missionário. A partir da análise de um discurso assumidamente comprometido com um projeto de intervenção, como era o caso do de Leenhardt, Clifford iniciou a trilha que o conduziria às suas avançadas reflexões sobre o caráter retórico dos textos etnográficos.

Adotando uma posição distanciada, a ponto de preferir ser reconhecido não como antropólogo, mas sim como um historiador da Antropologia, Clifford diz estar preferencialmente interessado nas fronteiras sempre móveis que separam a história da antropologia e da literatura e nos meios pelos quais as ideias antropológicas “viajam” para

outras disciplinas. De sua perspectiva, a dimensão literária do discurso etnográfico deixa de ser considerada apenas como um ornamento dispensável, passando a desempenhar papel constitutivo nesse discurso.

Clifford analisa os processos de construção dos textos etnográficos como empreendimentos situados em circunstâncias históricas e culturais específicas e considera indispensável levar em conta as condições e efeitos da rede de relações que entretêm etnógrafos, nativos e outros personagens situados no contexto de situações coloniais. De seu ponto de vista, a etnografia não seria nem um método, nem uma criação literária, mas um campo articulado pelas tensões, ambiguidades e indeterminações próprias do sistema de relações no qual está situada.

O que dá especificidade às análises de Clifford é a concentração de seu foco nesta área indeterminada entre a linguagem e a experiência etnográfica. Mas parece ser este justamente o calcanhar de Aquiles de seus instigantes escritos, pois, daquela perspectiva, a antropologia cultural aparece como uma espécie de jardim dos caminhos que se bifurcam, sem um corpo teórico definido. As análises de Clifford parecem diminuir e quase anular a legitimidade da etnografia como o método privilegiado para a investigação antropológica. Após a leitura de seus artigos, fica a pergunta: se a escrita etnográfica está sob permanente suspeição, ainda tem sentido o exercício etnográfico?

Há que se partir de alguma parte para chegar a algum lugar. Ao propor uma equivalência radical entre o etnógrafo e seu informante, Clifford parece não levar em conta que o etnógrafo (seja qual for a sua origem) parte sempre de suas

referências culturais (por enquanto, ocidentais, pois a etnografia surgiu da necessidade de se criar instrumentos que possibilitassem à cultura ocidental entender as outras culturas) e de uma leitura do que imagina ser a vida em sua própria sociedade para se aproximar de outra sociedade e construir, a partir da comparação do que vê com o que experimentou, um pensamento que será sempre relativo, mas nem por isso menos crítico.

Certamente as provocativas questões colocadas por Clifford, que chegam ao público brasileiro através dessa coletânea organizada pelo professor José Reginaldo Gonçalves, representam um estímulo ao debate no campo da antropologia cultural, pois são, dentro da melhor tradição dos estudos antropológicos, boas para pensar.

Publicada no Caderno Ideias, do *Jornal do Brasil*, em julho de 1999.

Entre o prático e o belo: o dilema da urbe

Joseph Rykwert. *A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, 399 p.

Com erudição e bom humor, Joseph Rykwert, arquiteto e professor da Universidade da Pensilvânia, autor consagrado de vários livros, nos conta, em *A sedução do lugar*, como surgiram as cidades, como se transformaram no que são hoje e que papel os urbanistas desempenharam nesse percurso.

As grandes cidades sempre foram vistas como lugares confusos, onde o homem, tornado anônimo pela multidão, liberaria seus piores instintos. Foi do contraste com elas que Morus e Campanella imaginaram suas utopias. Essas obras proporcionaram uma crítica das práticas urbanas então correntes e se converteram em fonte de sugestões para os reformadores do século XIX. Talvez o fato de essas cidades se localizarem geralmente em alguma parte remota e desconhecida do mundo tenha levado muita gente a acreditar que a distância alcançada com uma travessia oceânica forneceria as condições para o estabelecimento de uma comunidade organizada, racional e benevolente que acabaria por melhorar a sociedade em geral.

A construção de utopias se tornou uma ocupação muito popular nos Estados Unidos do século XIX. Projetos de socialistas utópicos como Robert Owen para cidades nascidas em torno de fábricas baseavam-se na crença de que uma ordem social racionalmente concebida a partir de uma nova

cidade forneceria a cura para o caos urbano. Esta esperança foi sendo repetidamente frustrada ao longo do século XIX.

A disputa entre os que buscavam a beleza e os que se voltavam apenas para os problemas práticos da cidade acompanha a história do urbanismo e da arquitetura no mundo. Já na França revolucionária do século XVIII, Jean-Nicolas-Louis Durand, professor da École Polytechnique, criticava a inutilidade do ornamento. Seu método de ensino era claro e esquemático, e Durand foi o primeiro grande mestre da racionalização do planejamento urbano, o primeiro a pensar avenidas como grandes artérias destinadas apenas à circulação.

Desde o Palácio de Cristal, em Londres, da Exposição de 1851, até a Torre Eiffel da Exposição de 1889, em Paris, as artes decorativas passaram por grandes transformações. O arquiteto e designer Owen Jones lançou, em 1856, a ideia do ornamento baseado em formas da natureza que iria florescer plenamente no Art Nouveau. No entanto, esse estilo tão otimista não sobreviveu ao baixo-astral da Primeira Grande Guerra. A versão geometrizada do Art Nouveau, o Art Déco, surgiu por volta de 1920 e representou uma maneira alegre e cosmopolita de lidar com o modernismo. Rapidamente adotado nos Estados Unidos, onde revelou-se muito adequado para os arranha-céus e transatlânticos, o Art Déco parecia a síntese mais apropriada da era do jazz. Mas esse estilo também perdeu sua força após a queda da Bolsa de Nova York, em 1929.

Com o avanço das transformações tecnológicas, a questão do estilo perdeu importância. Arquitetos e engenheiros começam a dar cada vez mais atenção à planta,

à ventilação e à higiene. Uma nova visão sugeria que talvez os prédios não precisassem ter estilo, que suas formas talvez deversem ser projetadas a partir de suas funções e da melhor utilização dos materiais. Esta linha de pensamento desembarcaria na Bauhaus, onde Walter Gropius reduziria o arquiteto a um simples membro da equipe cuja atribuição era resolver o problema proposto pelo cliente. Com a chegada dos nazistas ao poder, em 1933, o pensamento da Bauhaus transplantou-se para os Estados Unidos, onde Ludwig Mies van der Rohe, seu último diretor, reorganizaria o Instituto de Tecnologia de Illinois segundo aqueles princípios.

No final do século XIX, as dificuldades de circulação e os constantes congestionamentos já eram vistos como uma doença urbana. Em 1894, Arturo Soria y Mata apresentou o projeto da *ciudad lineal* como solução definitiva para o problema da circulação. A cidade linear teria largura definida, mas podia se estender infinitamente. Entre 1929 e 1930, a cidade linear apareceu nos planos urbanísticos de Le Corbusier. Ela também encontrou seguidores na Bauhaus. Com a mudança de alguns deles para Chicago, a ideia foi ali desenvolvida. A aplicação das teses da Bauhaus, sem o talento de seus criadores, resultou, na visão de Rykwert, numa das paisagens urbanas mais desoladas do século.

Na origem dessa paisagem útil esteve também a reunião do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, o CIAM, que aconteceu em Atenas, em 1933. Foram formuladas ali as 111 teses que compõem a Carta de Atenas e que forneceram as bases para o urbanismo que se fez nos cinquenta anos seguintes. De acordo com a Carta,

toda cidade deveria ser analisada em função de quatro funções básicas: Habitação – com preferência por edifícios de apartamentos altos e afastados uns dos outros; Trabalho – repartições, escritórios e fábricas; Lazer – parques e estádios; e Circulação. Uma das consequências mais dramáticas para as cidades criadas a partir dessa receita foi o radical zoneamento de suas funções, com a perda daquela mistura urbana que dá às cidades mais antigas vida, agitação e movimento. O exemplar mais completo da aplicação da Carta de Atenas é, segundo Rykwert, Brasília.

A Nova Carta de Atenas, datada de 1998, promove a revisão crítica da anterior, adverte contra o aumento da densidade do tráfego nas cidades e chama a atenção para as implicações da revolução nas telecomunicações. Reconhecendo que “a aplicação de uma política estrita de zoneamento criou padrões monótonos de uso do solo e rompeu a continuidade e a diversidade da vida urbana”, recomenda o aumento das zonas de uso misto e dedica especial atenção à questão dos transportes e ao problema da poluição.

Rykwert acredita na força da ação comunitária e nas iniciativas dos cidadãos e das ONGs. Ele acha que o poder de protestos coletivos contra agências públicas e empresas do setor privado vem se tornando cada vez mais vigoroso e eficaz na solução dos problemas urbanos. Ao contrário dos que pintam a moderna cidade de forma negativa, Rykwert, um apaixonado assumido por New York City, acha que são justamente seus conflitos que a tornam tão convidativa e atraente. A seu ver, qualquer política urbana deve partir do

pressuposto de que não é possível obter uma resolução ideal para todos os conflitos que uma cidade comporta.

Publicada no Caderno Mais!, do jornal *Folha de S.Paulo*, em abril de 2004.

PARTE VI

ACADÊMICAS

O período joanino e a eficiência analítica de alguns textos desbravadores

1. Introdução

A vinda da família real portuguesa para o Brasil há 200 anos representou a imediata elevação do Brasil a sede do Império português, do qual ele era antes apenas uma colônia. Essa mudança teve consequências econômicas, políticas, sociais e culturais que modificaram rapidamente a vida brasileira, principalmente no Rio de Janeiro. Os principais fatores de mudança foram: a alteração nas relações de poder locais em virtude da presença física do monarca; a implantação do aparelho de Estado com suas repartições e seus serviços, inclusive uma imprensa oficial (Impressão Régia); a abertura do Brasil ao comércio internacional, rompendo a antiga tradição do exclusivo colonial; e a mudança da política administrativa relacionada ao Brasil.

Antes da vinda da Corte não havia empenho de Portugal no sentido de promover a integração das várias capitanias em que se dividia o Brasil. Ao contrário, o receio de que algum movimento as unisse e levasse à Independência fazia com que a abertura de estradas que facilitassem a comunicação entre as capitanias fosse proibida pela Coroa. Pelo mesmo motivo, também era rigorosamente proibida a produção de impressos e totalmente controlada a circulação de estrangeiros. A partir de 1808, o que antes era

proibido e indesejável passou a ser implementado: com a Abertura dos Portos, os comerciantes estrangeiros passaram a ser bem-vindos; um decreto real determinou que fábricas, antes proibidas, fossem criadas em alguns pontos do Brasil; estradas foram abertas ou melhoradas e a navegação de cabotagem e nos grandes rios brasileiros foi estimulada.

No entanto, mesmo em Portugal, há muito tempo havia gente pensando nas grandes possibilidades que adviriam para o país com a transferência da Corte para a América: os que desejavam o fortalecimento da Nação Portuguesa tendo por base as riquezas do Brasil. Um dos argumentos de que se valiam era o de que o Brasil – distante dos conflitos da Europa e com sua imensa costa difícil de ser atacada – oferecia maiores condições de defesa e segurança para a Coroa. Esses ideólogos pensavam em construir um império transoceânico que recuperasse para Portugal as glórias de seu passado. Seus sentimentos eram partilhados pela maior parte dos brasileiros cultos. Afinal, éramos todos portugueses antes de 1822.

A abertura dos Portos em janeiro de 1808 acabou com um sistema que vigorava há séculos: o exclusivo colonial. Por esse sistema, o Brasil só podia comerciar com o resto do mundo via Lisboa. E os negócios mais lucrativos da economia portuguesa, antes de 1808, estavam relacionados com o Brasil. Depois que os franceses foram expulsos de Portugal e a paz se restabeleceu, os portugueses começaram a pressionar pela volta do rei e, com ele, do velho sistema. Nem D. João queria ir, nem os brasileiros queriam voltar a ser colônia de Portugal. Os desdobramentos da Revolução Constitucionalista, acontecida na cidade do Porto em agosto

de 1820, provocaram a volta de D. João a Portugal, o “Fico” e a Independência.

Assim, pode-se dizer que o processo da Independência foi resultado direto da inversão de papéis entre Lisboa e o Rio de Janeiro. A vinda do chefe de governo com todo o aparato que o cercava e com a força militar com que contava para sua proteção representou o estabelecimento de um poder organizado e forte na colônia. Era uma instituição legítima e consolidada e criou nos brasileiros a expectativa de que o Brasil passaria a ser a sede definitiva da monarquia portuguesa. O que também, depois da Independência, deu uma sobrevida ao sistema, garantindo que o regime monárquico se prolongasse no Brasil por quase 70 anos.

2. Em torno de uma data

O breve resumo desses fatos históricos beneficia-se das muitas leituras e audições a que tivemos acesso ao longo de muitos anos, mas principalmente durante os festejos e publicações relacionados com os 200 anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil. Essas comemorações tiveram início ainda em 2007 e se prolongaram por todo o ano seguinte, com mais intensidade no primeiro semestre e na cidade do Rio de Janeiro, onde a Corte se estabeleceu. Na mídia, a data despertou enorme interesse de forma que, talvez, desde os festejos pelo centenário da Independência em 1922, nunca mais se tinha visto em relação a um fato histórico.

No entanto, não frequentaram muito o noticiário os temas mais polêmicos relacionados com o estudo do período, dos quais o mais interessante diz respeito à política econômica. Pois se sabe que é considerável a quantidade de estudos sobre os antecedentes e as consequências do decreto de Abertura dos Portos e do tratado de comércio assinado em 1810 com a Inglaterra e renovado em 1825 por D. Pedro I. Sobre esse importante tema, merece destaque o artigo de Rubens Ricúpero: “O problema da Abertura dos Portos”, inserido no livro organizado por Luís Valente e o mesmo Ricúpero, *A Abertura dos Portos*. Ricúpero faz um interessante estudo comparativo entre o decreto de Abertura dos Portos e o tratado assinado com a Inglaterra em 1810. O autor chama a atenção para o caráter daninho desse tratado, um mau negócio tanto para o Brasil quanto para Portugal, e para as razões políticas de sua assinatura – atender aos interesses da dinastia Bragança. Mostra ainda como foram esses mesmos interesses, depois representados por D. Pedro I, que levaram à renovação do mesmo tratado, em bases igualmente desvantajosas para o Brasil, em 1825.

Outro aspecto pouco contemplado nos debates foi a questão da concentração dos benefícios resultantes de todo o processo na região Centro-Sul do país, em detrimento do resto do Brasil e do Norte e Nordeste em especial. Esse fato foi o motor das revoluções que agitaram Pernambuco e só esteve em pauta nas comemorações por intermédio da voz solitária de um autor contemporâneo da maior importância: Evaldo Cabral de Melo.

No meio acadêmico-universitário, a data propiciou a realização de muitos seminários e conferências. Merecem

destaque os grandes encontros internacionais produzidos pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em março, e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em maio. Além do encontro promovido pelo Superior Tribunal de Justiça, no Museu da Justiça, e da série de conferências promovidas pela Academia Brasileira de Letras, todos realizados no Rio de Janeiro.

O seminário realizado na UFF reuniu pesquisadores do Brasil e do exterior, notadamente de Portugal, e foi, certamente, o maior evento acadêmico relacionado com o tema. Os que dele participaram tomaram contato com pesquisas que abrangem os mais variados aspectos: as razões da transferência da Corte; fatores que a antecederam; as vicissitudes da viagem; a Abertura dos Portos; a criação do Banco do Brasil; o papel dos naturalistas; o funcionamento da justiça; os desdobramentos econômicos causados pela transferência e instalação da Corte no Rio de Janeiro; o impacto da mudança sobre outras regiões do Brasil, como o Nordeste e o Sul. Figuras importantes como o conde de Linhares e o visconde de Cairu tiveram suas ideias e trajetórias analisadas em mais de um trabalho.

A administração de Paulo Fernandes Viana no Rio de Janeiro também mereceu estudo minucioso. Mais uma notável contribuição dessa grande historiadora luso-brasileira, uma das maiores especialistas no período: Maria Beatriz Nizza da Silva. Na questão da administração da justiça, os trabalhos que o professor Arno Wheling apresentou em vários dos encontros que se realizaram o definem como o maior especialista na matéria e jogam luz sobre esse aspecto tão pouco conhecido e, no entanto, tão

importante para os desdobramentos que ocorreram não só após a chegada do Rei, mas também depois de sua partida.

Tanto na UFF quanto no IHGB também foram abordadas questões puramente historiográficas relacionadas com o tratamento dos diversos temas, tal como vêm sendo trabalhados no Brasil e em Portugal. Nessas matérias, particularmente proveitoso foi o diálogo com os colegas portugueses que para cá vieram, em especial pela revelação de arquivos e de novos estudos vinculados à elite portuguesa e à situação econômica de Portugal depois de 1808.

Tantas foram as publicações lançadas no âmbito das comemorações dos 200 anos da chegada da Corte que seria fastidioso arrolá-las aqui. A música, a ciência e os impressos foram temas de livros que estão hoje entre os mais vendidos nas livrarias. O *best-seller* de Laurentino Gomes, *1808*, popularizou o tema, ampliando ainda mais o público leitor que já tinha se encantado com a obra de Patrick Wilcken, *Império à deriva*, lançada há poucos anos. O livro de Vasco Mariz, *A música do Rio de Janeiro no tempo de d. João VI*, também apresenta o ambiente da Capela Real, palco da disputa entre o arrogante maestro português Marcos Portugal e o modesto músico brasileiro José Maurício Nunes Garcia.

A antiga igreja do Carmo – que foi Capela Real e, depois da Independência, Capela Imperial, título que conservou até a Proclamação da República – foi totalmente restaurada para as comemorações. Os livros sobre a história do Jardim Botânico, *O jardim de D. João*, de Rosa Nepomuceno, e sobre Taunay e a chamada Missão Francesa, *O sol do Brasil*, de Lilia Schwarcz, jogam nova luz sobre esses

dois aspectos importantes do período. A trajetória e o papel de Carlota Joaquina naquele contexto, que já tinham sido estudados em livro anterior por Francisca de Azevedo, *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*, são agora reforçados pelas cartas da princesa e depois rainha reunidas em edição comentada pela mesma autora, *Carlota Joaquina: cartas inéditas*.

A imprensa do período joanino foi o tema de diversos livros lançados ou reeditados no âmbito das comemorações. Para o conhecimento da história e do conteúdo da *Gazeta do Rio de Janeiro* foram importantes contribuições os livros de Maria Beatriz Nizza da Silva, *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*, e de Juliana Gesuelli Meirelles, *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Importante publicação do mesmo editor da *Gazeta*, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, a revista *O Patriota* teve todos os seus textos reunidos em um CD que acompanha o livro de textos de quatro autores sobre a mesma publicação, organizado por Lorelai Kury, *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. O livro de Cybelle e Marcello de Ipanema, *Silva Porto: livreiro na Corte de D. João, editor na Independência*, mereceu bela reedição.

3. Os escravos e o Rei: a instância superior dos desvalidos

Em termos de estudos mais abrangentes, destacam-se dois trabalhos de fôlego: a biografia *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*, de Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, originalmente publicada em Portugal e aqui lançada pela

Companhia das Letras; e *Versalhes tropical: Império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro: 1808-1821*, da historiadora norte-americana Kirsten Schultz. A biografia de D. João é trabalho denso, que tem, em relação às biografias anteriores, a novidade do foco: é um olhar português sobre seu reinado. Novidade porque enfrenta outra questão que esteve em pauta nos debates: o contraste entre o olhar francamente favorável com que a historiografia brasileira viu o personagem e seu reinado e a visão crítica, para não dizer desfavorável, que dos mesmos se construiu em Portugal. No entanto, é biografia que vai na mesma direção das anteriores ao se deter no período bem mais do que no personagem, não trazendo maiores revelações a seu respeito.

Mas, sem dúvida, a longamente esperada publicação do livro de Kirsten Schultz foi o grande marco entre as tantas publicações do período. Originalmente publicado nos Estados Unidos em 2001, o livro de Kirsten Schultz já figurava na bibliografia da maior parte dos estudos que se produziram daí em diante. Baseada em densa pesquisa documental, a autora percorre os principais temas relacionados ao período, produzindo análise original e aprofundando as discussões propostas por outros autores que a antecederam. Sua maior contribuição é, sem dúvida, na análise da relação dos escravos com D. João, intermediada pelo intendente geral de polícia, Paulo Fernandes Viana. De certa forma, Kirsten repensa em seu estudo a questão dos limites do liberalismo no âmbito do despotismo ilustrado que orientou a política joanina. Ela analisa, de forma bastante feliz, o impacto que a “imediata presença do soberano” representou sobre as relações sociais, inclusive as entretidas

entre senhores e escravos. A seu ver: “no processo tanto de construir uma nova Corte quanto de forjar uma nova política de monarquia no Novo Mundo, os imperativos da sociedade colonial e os imperativos de uma Corte real reconfiguraram-se juntos”.

A prática de peticionar à Coroa estendia-se a todos os vassalos, independentemente do seu *status* social. No entanto, apesar de os escravos estarem formalmente excluídos da comunidade de vassalos do Rio, depois da transferência da Corte eles passaram a reivindicar um relacionamento particular com a Coroa, vendo “o monarca como a fonte de justiça à qual todos estavam sujeitos e à qual todos podiam apelar quando diante de dificuldades”.

Essa ação dos escravos, levando seus pedidos ao rei, criou uma situação de fato no que concernia às relações de poder que mantinham com seus proprietários. Assim, diz Schultz, a autoridade do rei antagonizava com a autoridade do senhor. Ao atender o pleito do escravo, o soberano demonstrava que a autoridade real estava acima de todas as demais hierarquias sociais e que a autoridade do proprietário de escravos deveria ser manifestamente circunscrita pela Lei e pela Coroa. Em outras palavras, a própria autoridade da monarquia, teoricamente reconhecida como absoluta, mas também justa e liberal, ficaria enfraquecida se proprietários de escravos fossem liberados para agir de maneira que seu soberano não podia agir. Ao intervir impedindo as injustiças e a tirania das autoridades inferiores, diz Schultz, a Coroa revelava que o poder real absoluto era virtuoso.

O valor de contribuições como o trabalho de Kirsten Schultz, só agora tornado acessível ao público universitário,

e seu enraizamento no campo historiográfico a que veio se associar só será devidamente avaliado com o tempo. No entanto, quero crer que, mesmo sendo grandes contribuições, elas todas se beneficiam em grande medida de alguns trabalhos precursores que ainda continuam a iluminar os caminhos dos que elegem essa importante fase de nossa história como tema de seus estudos. Dentre os que para mim foram fundamentais, destaco os trabalhos de Maria Odila Leite da Silva Dias e de Maria de Lourdes Viana Lyra. A meu ver, são obras que, tal como o estudo de Schultz, se propuseram a examinar o período de forma abrangente, reunindo um conjunto de informações inéditas e produzindo teses que hoje fazem parte do acervo de que partem historiadores e cientistas sociais para analisar esse momento histórico. Assim me parece que, mesmo sendo grande o esforço renovador das tantas investigações em curso, a acuidade e pertinácia das análises dessas duas autoras ainda não foram superadas. Cabe aqui resumir suas ideias centrais de modo a demonstrar essa afirmativa.

4. Progresso, ordem e conservação: as bases da Independência

Dois trabalhos de Maria Odila Leite da Silva Dias, recentemente reeditados, são os mais citados pela bibliografia relativa ao período. A autora reuniu em um pequeno livro, *A interiorização da metrópole e outros estudos*, seus três ensaios mais importantes. Contrastar a dimensão material dessa obra, em termos de páginas impressas, com a

enorme importância que teve para os estudos que se lhe seguiram deve, de alguma forma, nos ajudar a refletir sobre a possibilidade de um conteúdo capaz de prover com teses originais um campo do conhecimento ser formulado de forma econômica, clara e objetiva. De fato, com poucas e bem colocadas palavras, Maria Odila desenvolveu teses fundamentais que fizeram de seus artigos orientadores de trilhas seguidas posteriormente por outros grandes historiadores brasileiros e estrangeiros.

Seu texto mais antigo, “Aspectos da Ilustração brasileira”, publicado no começo de 1968 na revista do IHGB, abriu caminho para muitos estudos no campo da história das ideias e das práticas políticas do período. Como ele se relaciona diretamente com o trabalho de Maria de Lourdes Viana Lyra, que comentarei em seguida, me atenho primeiro ao texto clássico e que foi citado durante os eventos de 2008: “A interiorização da metrópole”. Publicado em 1972, portanto, quatro anos depois do primeiro, esse artigo abriu a senda para outros trabalhos importantes nas áreas da história econômica e social brasileiras.

Ao ter estabelecido em seu ensaio fundador as matrizes do processo de desenvolvimento econômico do Centro-Sul do país – predomínio social do comerciante; interdependência de interesses rurais, comerciais e administrativos; processo moderado de emancipação da colônia em relação à metrópole, no qual menos do que a questão política predominaram os interesses econômicos locais –, Maria Odila deu a régua e o compasso que possibilitaram, entre outros, os trabalhos de Alcir Lenharo, Riva Gorenstein e João Fragoso. Ela também explorou com

eficácia analítica a influência que tiveram, naquele contexto, os mecanismos sociais de acomodação baseados no receio das elites coloniais em relação aos riscos que qualquer agitação social traria para a economia.

A vinda da Corte para o Brasil, com o enraizamento do Estado e dos interesses portugueses no Centro-Sul, processo que a autora denominou de “interiorização da metrópole”, representou uma continuidade no processo de transição da Colônia para o Império. O surto de crescimento que tivera início a partir da descoberta das minas de ouro e diamante na passagem dos séculos XVII para XVIII, apesar do esgotamento das minas na segunda metade do século XVIII, não sofreu interrupção. A estrutura de estradas e a rede de pequenas vilas e fazendas que se criaram no período, ligando as Minas Gerais ao porto do Rio de Janeiro, serviram de suporte à produção agrícola e pecuária destinada à exportação e também ao abastecimento da população local. Com a chegada da Corte, a demanda por esses produtos se elevaria consideravelmente, gerando, a princípio, uma crise no abastecimento. Crise esta que seria logo seguida pela ampliação e intensificação da rede de comércio que já ligava o Rio a Minas e a São Paulo. Tudo isso proporcionou a mais estreita integração entre essas províncias do Centro-Sul, fazendo com que a região liderasse, posteriormente, o processo de rompimento com Portugal.

Maria Odila também sugere que o fortalecimento das elites da região estava associado às estreitas inter-relações dos interesses comerciais com os agrários, ao contrário do que antes se pensara. Suas elites comerciais, enriquecidas principalmente pelo tráfico negreiro, estreitarão seus laços

com a burocracia da Corte, tanto pela realização de investimentos em obras públicas quanto pelos casamentos entre filhos de uns e de outros. A proximidade do trono proporcionaria aos comerciantes estabelecidos no Rio de Janeiro acesso privilegiado à exploração de postos e de serviços administrativos, que, por falta de funcionários e de estrutura administrativa, passaram a ser terceirizados pela Coroa. Essa mesma elite será ainda a grande beneficiária das doações de sesmarias, onde, mais tarde, surgiriam as imensas fazendas produtoras de café, principal riqueza do país durante todo o século XIX e começo do XX.

Outro caminho importante aberto por Maria Odila foi o de mostrar como esse cenário lançou os fundamentos do novo império a partir do controle do Rio de Janeiro sobre as demais capitanias, especialmente as do Nordeste. O grande volume de recursos investidos na transformação do Rio em metrópole, às custas da elevação dos impostos sobre as demais partes da antiga colônia, teria representado, do ponto de vista das demais capitanias, apenas um recrudescimento dos processos de colonização portuguesa do século anterior. No entanto, entre as classes dominantes tanto do Sul quanto do Norte, a enorme distância que as separava do resto da sociedade seria um fator de união, reforçado pelo temor de aqui se repetirem os acontecimentos de São Domingos, onde uma revolta de escravos tinha dizimado a população branca. Tal perigo, sempre lembrado pelos conservadores, se casava bem com o espírito da contrarrevolução europeia que se seguiria à queda de Napoleão. Mas, principalmente, seria o risco que representavam para a estabilidade econômica que neutralizaria inconfidências, revoltas e regionalismos de

caráter separatista como os que mais de uma vez agitariam Pernambuco.

Da peculiaridade desse modo de transição resultou que o processo de Independência do Brasil de Portugal não foi marcado por um movimento nacionalista ou revolucionário, e também não ensejou, na sequência, um processo de consolidação nacional. A continuidade da ordem existente com a manutenção da monarquia era a grande preocupação dos homens que forjaram a transição para o Império. Ao contrário das elites *criollas*, que expulsaram e expropriaram os espanhóis metropolitanos, as elites brasileiras se confundiram com as portuguesas, que acabaram por enraizar seus capitais e interesses no Brasil.

A ideia de que se precisava de um governo central forte para neutralizar os conflitos da sociedade e as forças de desagregação internas era defendida pelos ilustrados brasileiros, que a viam como fator decisivo para a manutenção da unidade. Dessa forma, conclui Maria Odila, a independência se fez com base em um incipiente nacionalismo didático, integrador e progressista, que daria origem, no Segundo Reinado, a uma consciência nacional eminentemente elitista e utilitária.

5. Bases intelectuais e ideológicas da elite que fez a nossa Independência

Em “Aspectos da Ilustração brasileira”, publicado quatro anos antes do texto que resumi acima, Maria Odila já havia mapeado as bases sociais, intelectuais e ideológicas que

orientariam a ação da elite brasileira naquele contexto. A forma moderada com que o Brasil se tornou independente de Portugal, conservando inclusive a mesma dinastia no trono, pode ser apenas parcialmente explicada pela vinda da Corte e da estrutura administrativa para o Rio de Janeiro. Só mesmo a existência de uma elite constituída com base nos mesmos valores que tinham predominado durante toda a Regência e Reinado de D. João VI poderia dar sustentação a um modelo político que conservaria muito do que nos viera de Portugal.

“Aspectos da Ilustração brasileira” analisa a formação dos grandes quadros intelectuais e científicos que comporiam aquela elite – grupo formado na Universidade de Coimbra, que optou por uma formação que tinha por base os conhecimentos úteis, as ciências naturais e a matemática em detrimento das belas letras e que teve em D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o conde de Linhares, seu principal mentor.

No entanto, esse movimento de cooptação da juventude culta brasileira teria começado com Pombal e sua política de industrialização portuguesa, que deveria ter por base as matérias-primas produzidas no Brasil. Para desenvolver e diversificar a produção agrícola da colônia americana, de forma que compensasse as oscilações dos rendimentos do quinto e a baixa do preço do açúcar, o poderoso ministro de D. José I encomendou aos governadores e capitães-generais das principais capitanias a realização de estudos sobre a flora brasileira e o levantamento de seus produtos mais comerciáveis. Com isso, foi produzida por brasileiros letrados uma série de trabalhos

geográficos e estatísticos, que seriam depois continuados sob a orientação de D. Rodrigo.

Para Maria Odila, tais estudos, que eram frequentemente acompanhados por relatórios de viagem, mereceriam ser analisados como parte integrante do processo de formação de uma consciência nacional, pois revelam os conhecimentos de que os brasileiros daquele tempo dispunham sobre a realidade de sua terra. Esses trabalhos de natureza empírica e objetiva constituiriam, a seu ver, um patrimônio documental de caráter mais específico para os estudos das origens de uma cultura brasileira “do que a análise das primeiras manifestações revolucionárias e republicanas da colônia, formas generalizadas de um movimento cosmopolita e universal”.

Esses jovens ilustrados eram, em sua maioria, filhos dos grandes proprietários e negociantes brasileiros, estando perfeitamente identificados com os interesses materiais de seu grupo de origem e, por isso, não aderiram ao liberalismo democrático de Jean-Jacques Rousseau. Educados na atmosfera de Reforma do Antigo Regime que marcou a segunda metade do século XVIII português e no despotismo ilustrado que orientaria a política joanina, imbuídos de sentimento patriótico que os ligava à grande família portuguesa que se espalhava por vários continentes, estimulados por D. Rodrigo, adotariam o sonho do grande império luso-brasileiro.

Assim, Maria Odila chama a atenção para um aspecto fundamental da mentalidade desse grupo, que teria consequências para os desdobramentos posteriores de nossa história. Segundo a autora, “quase não se vislumbravam

ideias de separação entre os ilustrados brasileiros”, e menos ainda depois da vinda da família real para o Brasil, quando pareceu a eles que ia se concretizar o ideal de um grande império português centralizado na América. O que buscavam era a reforma do Estado absolutista nos moldes sonhados pelos reformadores, que viam no Brasil a única esperança de um futuro glorioso para Portugal. Pudemos constatar nos debates que marcaram a imprensa da Independência como esse sonho persistiria na mente de muitos brasileiros de atuação decisiva, até mesmo depois do Fico. Maria Odila vai ainda mais longe quando diz:

Tem-se a impressão de que a independência veio refrear um pouco os sonhos dos ilustrados brasileiros – sonhos que envolviam visões otimistas não somente de progresso material, como também de regeneração social, antecipando uma transfiguração idealista do novo império americano.

Um aspecto ressaltado pela autora é o papel da política do Estado, tanto com Pombal quanto com D. Rodrigo, nesse movimento de formação de quadros brasileiros e de cooptação dos mesmos para o grande projeto português. Naturalmente que, após a Independência, o Império a que dedicariam seus talentos e esforços seria outro. Migrando das ciências exatas para a política, como foi o caso de José Bonifácio de Andrada, eles levaram para a atividade pública o pragmatismo e o racionalismo próprios da Ciência. Evitando as abstrações e as teorias políticas tão caras aos grupos mais identificados com os ideais da Revolução

Francesa, eles procurariam “dar à política uma feição essencialmente moderada, preocupando-se, sobretudo, com a ordem, e lutando para manter a unidade do país e um executivo forte”.

6. O reformismo ilustrado e sua adaptação pós-transferência da Corte

Toda uma geração de jovens, boa parte deles nascidos no Brasil, se formaria tendo como ideal de progresso e desenvolvimento para todo o reino português, inclusive sua grande colônia americana, o programa pensado no âmbito do chamado reformismo ilustrado. O livro de Maria de Lourdes Viana Lyra, *A utopia do poderoso Império: Portugal e Brasil: bastidores da política: 1789-1822*, esquadrinha o universo de ideias e símbolos que foram utilizados para construir esse ideal, concentrando-se especialmente no discurso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

A autora percorre o caminho seguido pela ideia de Império luso-brasileiro desde quando, no reinado de D. João IV, o padre Antonio Vieira lançou a bandeira do Quinto Império para levantar o orgulho do povo português e estimulá-lo a lutar pela recuperação da autonomia do Reino diante da Espanha. Seguindo essa trilha, Maria de Lourdes produz certamente o estudo mais completo sobre o conteúdo e as contradições do chamado reformismo ilustrado no que diz respeito ao Brasil. A autora desencava as raízes do conceito, a partir da evolução do pensamento liberal propiciada pelas revoluções inglesa, americana e

francesa. Ela também analisa as ideias de dois autores do século XVIII que estiveram na base das formulações teóricas do reformismo ilustrado em Portugal: o abade Raynal e Adam Smith. A inevitabilidade da independência das colônias americanas, prevista pelos dois, e a maneira de sanar os danos que isto causaria às suas metrópoles, sugerida pelo segundo, vão influenciar na fórmula intermediária que intelectuais a serviço do absolutismo português desenvolveriam para preservar a colônia sem mudar o regime.

Seu estudo também nos proporciona uma viagem pela história das visões do Brasil que circulavam na Europa e das idealizações que se construíram a partir não só dos relatos, mas também por conta da própria realidade desesperançada dos portugueses, que poucas saídas tinham para o crescimento da metrópole, cada vez mais dependente de sua mais importante colônia. O império americano lavava a alma portuguesa da humilhação de ser uma nação de segunda no contexto das monarquias europeias e os confortava com a ideia de que possuíam um tesouro na América, uma terra prometida para onde a Coroa e o próprio povo de Portugal poderiam migrar a qualquer momento. Terra tão rica e boa que, para alguns, valeria até mesmo a troca da sede europeia pelas possessões espanholas na América do Sul, a fim de realizar o destino do poderoso império luso-brasileiro. As dimensões continentais dessa terra eram tais que a ela só poderia caber o título de Império.

O livro de Maria de Lourdes é também um precioso estudo sobre o pensamento de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e de outros ilustrados acerca do Brasil, e de como

esse corpo de ideias lidou com as situações do acaso. A tese do poderoso império, elaborada no âmbito do reformismo ilustrado, serviu para mitigar a imagem absolutista do regime monárquico português e para mascarar a profunda desigualdade no tratamento dado à colônia em favor da metrópole. Sob a alegação do necessário equilíbrio entre as duas partes do Reino, o Brasil, por suas dimensões, estaria destinado à produção das matérias-primas que, na Europa, movimentavam a balança comercial portuguesa. Portugal, por sua vez, além de conservar o monopólio da produção do vinho e do azeite, devia receber investimentos no sentido de estimular o incremento e a diversificação de sua produção industrial.

No entanto, o modelo que embasava esse ideal tinha como pontos de ancoragem o fato de que se destinava a Portugal o posto necessário de líder da nação portuguesa, tanto por sua história quanto por estar situado no continente europeu, junto ao grande mercado, vizinho das demais Coroas. No entanto, depois de 1808, com o estabelecimento da sede da monarquia na América, essa tese ficaria comprometida. Afinal, Portugal se mostrara um lugar estrategicamente menos favorável à sobrevivência da monarquia do que o Brasil, protegido pela distância e por sua imensa costa de um possível ataque estrangeiro. Ao mesmo tempo, a transferência da Corte também mostraria que o mesmo poderoso império se tornaria mais viável se governado e administrado diretamente da América.

Essa também é outra contribuição do trabalho de Maria de Lourdes: a análise da adaptação do projeto do poderoso império à nova realidade no discurso de D. Rodrigo, que, no

Brasil, volta a ocupar o posto de principal ministro de D. João. D. Rodrigo também fora, antes de 1807, um dos intelectuais portugueses que tinham defendido a ideia da transferência da sede da Corte para o Brasil. Projeto que, levado a cabo por força das circunstâncias, tinha muitos adversários entre os conselheiros de D. João. No Rio, o grande esforço de D. Rodrigo foi o de realizar, a partir do Brasil, as reformas de que o Reino de Portugal precisava, mantendo o projeto do grandioso império, sem explicitar, pelo menos em seus documentos, a evidente intenção de tornar definitiva a permanência da Corte no Brasil.

D. Rodrigo morreu em 1812. Não enfrentou, por isso, a pressão que, da Europa, fizeram os portugueses para restabelecer o modelo antigo. Um dos seus seguidores, Silvestre Pinheiro, o mais ilustrado representante desse projeto junto a D. João, apresentaria, em 1814, a divisão dos dois reinos como alternativa às pressões portuguesas, que, depois da expulsão dos franceses, se intensificariam. D. João permaneceria no Brasil e o príncipe D. Pedro seguiria para Portugal, convertido em uma espécie de reino anexo ao Brasil, com relativa autonomia administrativa.

D. Rodrigo, que, com muitos recursos retóricos, tentara manter os portugueses na mesma ilusão com que, na década anterior, conseguira atrair os brasileiros para o seu projeto, talvez não tivesse ido tão longe. O fato é que a tese do poderoso império luso-brasileiro se desfez por inevitável depois que a sede do poder mudou para o Rio.

Os portugueses da Europa não se conformaram com o papel secundário a que estavam destinados na era americana da monarquia portuguesa. Um dos dois lados fatalmente

romperia. A solução encontrada pelos ilustrados brasileiros que tinham se formado sob a orientação de D. Rodrigo, no entanto, foi a mais próxima possível do seu projeto: o rei voltou, mas aqui ficou o príncipe. E, apesar da Independência, o vínculo com Portugal prolongar-se-ia, por intermédio da dinastia Bragança, até o final do século XIX. Uma transição lenta e gradual que teria agradado aos reformistas ilustrados do final do século XVIII.

Dessa maneira, o trabalho de Maria de Lourdes, publicado pela primeira vez no final da década de 1970, completou o concentrado esboço analítico que havia sido produzido por Maria Odila. Creio que o trabalho de Kirsten Schultz é herdeiro direto dessa tradição de historiadoras que produziram análises de conjunto da realidade brasileira daquele período, a partir de uma pesquisa documental densa. Cada uma em seu estilo representa uma tradição preciosa na historiografia brasileira, que, talvez, depois que vierem à luz os tantos trabalhos produzidos em virtude da comemoração dos 200 anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, será ainda mais aumentada.

Publicado na revista *Escritos*, da Fundação Casa de Rui Barbosa, em 2008.

Referências

- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Moderna, 1980.
- AZEVEDO, Francisca de. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- AZEVEDO, Francisca de. *Carlota Joaquina: cartas inéditas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.
- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COSTA, Emília Viotti. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração brasileira. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1968.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Planeta, 2007.
- IPANEMA, Cybelle; IPANEMA, Marcello de. *Silva Porto: livreiro na Corte de d. João, editor na Independência*. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.
- KURY, Lorelai. *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 25).
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império: Portugal e Brasil: bastidores da política: 1789-1822*. Rio de Janeiro: 7Letras, 1994.

- MARIZ, Vasco. *A música do Rio de Janeiro no tempo de d. João VI*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.
- MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império: a elaboração da Independência*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2 v.
- NEPOMUCENO, Rosa. *O jardim de D. João*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- RICUPERO, Rubens. O problema da Abertura dos Portos. In: OLIVEIRA, Luis Valente de; RICUPERO, Rubens (org.). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Senac, 2007. p. 15-50.
- SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical: Império, Monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. São Paulo: Record, 2008.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- SOUSA, Otávio Tarquínio. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1952.
- VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1961. v. 2.

O uso político dos cadáveres na França da primeira metade do século XIX

Emmanuel Fureix. *La France des larmes: deuils politiques à l'âge romantique (1814/1840)*. Seyssel: Editions Champs Vallon, 2009.

Se há muitas maneiras de se contar a mesma história, Emmanuel Fureix achou a mais completa possível para apresentar o espírito que marcou a Restauração e o reinado de Luís Felipe na França, ou, para usar a expressão que unifica politicamente o período, o tempo da monarquia censitária. Diz o autor que “a emoção do luto participa inegavelmente da socialização política dos indivíduos” e, de fato, ao investigar os formatos, paixões e interesses que orientaram as cerimônias fúnebres durante aqueles 26 anos, Fureix revelou o panorama mais completo das tensões e das mudanças que caracterizariam aquela fase da história francesa. Ao mesmo tempo, ele nos apresenta a Paris do início do século XIX como uma metrópole popular e guerreira, onde a rua, através das cerimônias fúnebres, foi, gradativamente, se tornando o teatro de todas as agitações: cortejos de estudantes, manifestações de operários e de desempregados, desfiles patrióticos e militares, solenidades civis de natureza política etc.

Efeito ainda da Grande Revolução, o período que sucedeu à queda de Bonaparte foi marcado pela falta de uma base sólida sobre a qual se estabilizasse a vida política da nação. O restabelecimento dos Bourbons no trono, afastados dele há mais de 22 anos, passou pela retomada dos antigos

ritos da monarquia, já esquecidos e em desuso. O ritual pretendia confirmar o triunfo do estado social aristocrático. Feito de distinções e baseado na ideia de uma estabilidade e de uma eternidade fictícias, o ritual estabelecia os espaços de partilha e de exclusão de uma sociedade “anacrônica, organicista, de hierarquias exacerbadas e centrada sobre o corpo do rei”. Foi preciso um grande esforço para recriar a pompa dos funerais monárquicos, com todos os degraus da nobreza e suas convenções e, inclusive, colocar o povo de novo em seu lugar: como mero espectador, não mais ator.

O ano de 1814 marca a emergência de uma onda de espiritualização patrocinada pelo ressurgimento de uma Igreja Católica militante. Desse cenário fazem parte as cerimônias de sepultamento de Luís XVI e de Maria Antonieta. Retirar da cova quase anônima em que foram depositados o rei e a rainha, agora exaltados como mártires, foi uma missão a que se dedicou Luís XVIII. Tratava-se de corrigir o pecado da nação francesa contra os Bourbons, dando aos reis decapitados o enterro merecido, que lhes fora interdito pela Revolução. Mas tratava-se também de não se referir às circunstâncias em que se deram a queda e a morte do rei. A Revolução era um assunto proibido em um ambiente em que os Bourbons voltavam com a promessa de obedecer à Carta e de reinar para todos, produzindo a reconciliação da França. Assim, para os que se ocupavam desses rituais, tratava-se de escolher “que tradições reativar sem ultrajar a história contemporânea, quais concessões fazer à modernidade, sem destruir os fundamentos duma monarquia sagrada”. Ao analisar os funerais da Restauração, Fureix demonstra como eles foram um combinado “de

arranjos sutis, capazes de integrar discretamente as mudanças institucionais”.

A arte da morte, o “morrer como um Bourbon”, na santidade, no martírio, se torna formidável instrumento de legitimação, que tem a possibilidade de se reatualizar por ocasião do assassinato do duque de Berry (1821). Os relatos de suas últimas palavras, amplamente divulgados, perdoadando o assassino e pedindo, antes do médico, um padre, realçavam a relação estreita entre o Trono e o Altar. Nessa representação, a imagem da dor é encarnada pela filha de Luís XVI, a Duquesa de Angoulême, utilizada como uma espécie de alegoria dinástica em todas as cerimônias fúnebres. A família real era a primeira família católica da França e, com sua obediência aos ritos religiosos, confirmava o papel político e estratégico da Igreja Católica, detentora da autoridade sobre as cerimônias mortuárias.

A morte de Luís XVIII, em 1824, seria outra ocasião para o uso do rigoroso e anacrônico cerimonial que, com adaptações, remetia a tempos mais gloriosos da história monárquica francesa. Os elementos que compunham os cortejos, a decoração das igrejas e dos altares onde se depositava o caixão, minuciosamente descritos, dão conta do esforço da monarquia no sentido de reavivar os recursos simbólicos que a legitimavam.

A tentativa de sacralizar a realeza através da lembrança do martírio de Luís XVI, no entanto, esbarrava na incapacidade do regime de provocar a emoção popular, contaminada pelos ideais da “soberania da razão”. Era impossível, em um sistema representativo, despertar novamente os sentimentos contrastantes de sedução e de

medo que sustentavam a monarquia no passado. Assim, a tentativa de fazer de Luís XVI um São Luís II não prosperou.

Mesmo que, durante a Restauração, a cerimônia fúnebre pública fosse um privilégio dos reis, os enterros liberais, beneficiando-se das fimbrias da lei, teriam, no período, um importante papel político. Regrados pela prefeitura de polícia, com um roteiro previamente autorizado, com interdição de coroas e de discursos, tendo os textos das lápides de serem anteriormente aprovados pelas autoridades, mesmo assim, esses enterros se constituiriam em espaço de expressão política.

Significativamente, foi o enterro de um estudante morto durante uma manifestação de rua, em 1821, que deu início à prática do desfile do cortejo fúnebre, dos discursos exaltados à beira do túmulo e das palavras de ordem gritadas à saída do cemitério. Ao longo da década de 1820, os enterros liberais se rotinizaram e se converteriam numa nova modalidade de participação política, prefigurando um novo repertório de formas de participação.

A própria escolha de alguns pelo enterro anticlerical, isto é, sem a bênção da Igreja Católica, era uma forma de protesto contra a aliança entre o Trono e o Altar. Por outro lado, a recusa dos sacramentos a mortos que, pelo direito canônico, estavam proibidos de os receber – comediantes, pecadores notórios que morreram sem terem mostrado arrependimento, pagãos, suicidas e duelistas – provocaria reações que teriam igualmente um caráter político, na medida em que se voltavam contra o poder da Igreja.

Nesse campo, o cenário mudaria consideravelmente depois da Revolução de 1830, com a subida de Luís Felipe

d'Orleans ao trono. A chamada Monarquia de Julho inventou o ritual dos funerais nacionais do homem de Estado e promoveu uma razoável democratização das honras póstumas. Os defuntos celebrados naquele novo contexto respondiam a normas de grandeza ecléticas, por vezes contraditórias, dos insurgidos de 1830 ao homem de Estado, passando pelos grandes generais napoleônicos, os príncipes de sangue e as forças da ordem.

A reaparição ostensiva dos republicanos na cena pública encontraria nos enterros também um espaço de visibilidade. A apresentação de bandeiras tricolores e mesmo vermelhas nos cortejos, a presença de representantes do nascente movimento operário e de exilados estrangeiros de tendência republicana dariam a essas cerimônias um caráter cada vez mais próximo de manifestações políticas inflamadas. Os enterros franceses, com seus desfiles, suas bandeiras, seus discursos incendiários e seus *slogans*, eram, segundo Fureix, o equivalente dos *meetings* ingleses e irlandeses. Carregar o caixão no braço, gritar, desafiar o poder e honrar um defunto se tornaram gestos políticos cada vez mais radicais.

Outra manifestação inédita é a participação cada vez mais ampla de pessoas de diversos extratos sociais nas listas de subscrição pública para fazer construir monumentos fúnebres. Análoga à petição, por promover o cruzamento do individual e do coletivo, do informal e do organizado, do local e do nacional, essa prática se integra, ao longo dos anos 1820, a uma cultura de protesto. A subscrição contorna o monopólio real da homenagem pública e, pela publicação

regular dos nomes dos assinantes nos jornais liberais, consagra cada subscritor como sujeito político.

Nada será mais representativo do emaranhado simbólico do período do que os esforços que a Monarquia de Julho faria para se apropriar do mito de Napoleão. A morte de Bonaparte, em 1821, inicialmente não provocou na França a reação temida pelos Bourbons. No entanto, ao longo daquela década, um verdadeiro culto a Napoleão foi sendo fomentado, tanto através de estampas relativas à sua morte que, sendo proibidas pela censura, se valiam de alusões que acabavam tendo maior poder evocativo até do que a própria imagem do morto. Ao lado das estampas, as canções populares, sobretudo as de Béranger, ganharam as ruas na boca do povo, contribuindo para a sedimentação do mito.

A Monarquia de Julho viveria sua primeira década sob a sombra desse gigante. Em 1840, ao trazer de Santa Helena as cinzas de Napoleão, o regime tentava integrar as referências e os emblemas daquela dinastia rival à história para, assim, neutralizá-la. Mas o que deveria ser a festa da soberania tornou-se lugar de manifestação involuntária da pluralidade de opiniões. O bonapartismo era, naquele contexto, fragmentado através das diversas personae de Napoleão que passaram a competir entre si. O imperador, o general, o legislador e o conquistador que ampliara as fronteiras e os horizontes da nação francesa conviviam com o democrata liberal dos Cem Dias e com o filósofo e o mártir de Santa Helena. Todas essas legendas tinham seus cultores e a elas foram se associando novas, como a republicana e, a partir da releitura que se começava a fazer de 1793, a do soldado da Revolução.

O luto nacional se tornou um luto plural, onde se confrontavam grupos de memória. A despeito do retorno das cinzas, o Napoleão do povo apelava a uma glória nacional eclipsada pelo pacifismo dominante das elites orleanistas.

Ao produzir essa obra fundadora, Emmanuel Fureix, tal como diz Alain Corbin em seu prefácio, adotou uma forma até agora inédita de escrever história política. Ao invés de se deter nos tradicionais estudos sobre as instituições, os mecanismos de decisão e a repartição geográfica e social das decisões, o autor buscou recuperar uma gama de afetos esquecidos. Deles fez objeto da história, promovendo um mergulho profundo sobre as sensibilidades prevalentes naquele período, revelando como estas se converteram em elementos constitutivos essenciais da ação política. Ao revelar a força mobilizadora dos mortos, Fureix conseguiu

recuperar o momento esquecido em que a morte pública invadiu os desvãos da cena pública, onde o luto exprimiu conflitos políticos, onde os cadáveres simbolizavam com força os engajamentos e os combates de cada um.

Publicado na *Topoi: Revista de História* em 2012.

A revolução, os Napoleões de hospício e a psiquiatria no século XIX

Laure Murat. *O homem que se achava Napoleão: por uma história política da loucura*. Três Estrelas: São Paulo, 2012, 173 p.

Quem sempre quis saber a origem do chamado “Napoleão de hospício” – a mania de alguns loucos de se acharem o imperador Napoleão Bonaparte – vai descobrir lendo *O homem que se achava Napoleão*. Mas, apesar do apelo do título, esse é apenas um dos temas fascinantes da obra de Laure Murat, que tanto fez sucesso na Europa e, no Brasil, passou em silêncio quando foi lançada pela Editora Três Estrelas, em 2012.

O livro é fruto de centenas de horas dedicadas a pesquisas nos registros de observações médicas dos grandes asilos de alienados parisienses. Ressaltando a utilidade desse acervo para estudos de história social, Murat chama a atenção para o fato de que esses arquivos também são os grandes livros da miséria social, na qual encalha o destino de milhares de homens e mulheres, vários deles oriundos da classe operária, que muitas vezes perderam tudo antes de terem perdido a razão.

Conectar as revoluções que marcaram o século XIX com a emergência da psiquiatria e com as manifestações de loucura foi o objetivo de Murat. Além dos registros médicos, um acervo considerável de fontes, que vão desde estudos sobre o tema publicados no século XIX até as biografias dos mais importantes psiquiatras, foi mobilizado pela autora.

Sua obra nos proporciona um panorama do impacto que as revoluções de 1789, 1830, 1848 e 1871 tiveram sobre a saúde mental dos parisienses.

Segundo Laure Murat, foi a Revolução Francesa que inventou a loucura moderna, lançando as bases de sua organização administrativa e de seu tratamento médico. É a partir desse momento fundador que a psiquiatria conhece sua idade de ouro e amplia seu poder. A grande rival dessa ciência nascente era a religião, que tinha, anteriormente, o monopólio da loucura, com o tratamento sendo confiado ao confessor e/ou às ordens religiosas de caridade.

Mas conventos e mosteiros não teriam vez no século da razão. O fanatismo religioso e a exaltação mística precisavam ser separados de uma ciência positiva, racional e disposta a triunfar sobre o obscurantismo. Os psiquiatras do século XIX acreditavam mesmo que, dentre as diferentes espécies de alienação mental, a que tinha origem na religião era a mais difícil de curar, a que mais conduziria ao furor e à crueldade. Com o advento da psiquiatria, as práticas religiosas, com seus flagelos, suas privações e seus êxtases, perderam sua aura e passaram a ser descritas como casos médicos a serem analisados. Outra vitória da psiquiatria foi a de fazer reconhecer pela justiça a noção “científica” de “monomania homicida”. Doença que só a psiquiatria pode diagnosticar, consagrando a superioridade do seu “campo filosófico”. O psiquiatra passa a ter o poder de teorizar, elaborar e administrar uma política de saúde, classificando, separando e internando pacientes. A loucura trouxe o médico para o coração da administração pública e, no século XIX, poucos cargos foram tão políticos quanto os dos psiquiatras.

A partir de 1838, uma lei relativa ao tratamento das doenças mentais, que vigoraria até 1990, oficializou a política do Estado relativa à criação de asilos, estabelecendo que cada departamento da França tivesse um asilo especializado, em que se separassem os loucos dos demais doentes. Essas instituições e a política de internação, relativas tanto aos estabelecimentos públicos quanto aos privados, passaram a ser reguladas pelo Ministério do Interior.

Murat considera uma ironia o fato de ter sido a partir da Revolução Francesa, com seus desdobramentos, que alguns estados de loucura passaram a ser atribuídos a traumas causados pela própria Revolução. Apesar de a loucura ter sempre sido associada às paixões, foi só então que os acontecimentos políticos foram considerados como uma das possíveis causas da alienação mental. Especialmente durante o momento mais sangrento da Revolução, o Terror, um clima de medo e de ameaça teria se difundido de tal maneira em Paris que provocara a elevação do número de internações em asilos públicos e privados. O povo estava, literalmente, diz a autora, medusado. Pois, tal como a cabeça cortada da Medusa tem o poder de petrificar, o espetáculo de milhares de cenas de execução em praça pública mexera com o imaginário da população.

Trazida para a intimidade e o cotidiano dos parisienses, usada como detalhe em brincos e colares pelas mulheres, a guilhotina, apelidada de Viúva, Navalha Nacional, Foice da Igualdade etc. (enquanto a execução também motivava expressões populares, como “pôr a cabeça na ratoeira”, “olhar pelo postigo”, “espirrar no saco”), nem por isso deixava de assombrar. Até alguém cuja mente deveria ser

menos sensível a visões tenebrosas, como a do Marquês de Sade, confessaria que, durante o ano de 1794, em que esteve internado num asilo de loucos situado diante da atual Place de la Nation, em Paris, a visão que sua janela descortinava da guilhotina em intensa atividade lhe teria feito um mal cem vezes pior do que lhe fizeram todas as Bastilhas imagináveis. Afinal, entre março de 1793 e agosto de 1794, entre 2.600 e 3.000 pessoas foram guilhotinadas e, apenas no dia 7 de julho de 1794, foram realizadas 68 execuções.

Laure Murat relata vários casos de loucura em que o paciente acreditava ter sido guilhotinado e que sua cabeça, separada do corpo, ganhara vida própria. A seu ver, essas cabeças cortadas que agem e falam são outros tantos mortos-vivos de uma época que não se desfez dos seus segredos e da qual se esperam revelações de além-túmulo. Elas alimentam as fantasias mais lúgubres de um povo que não consegue liquidar a herança revolucionária. O nascimento da psiquiatria coincide com a invenção da guilhotina e essa correlação histórica seria, segundo a autora, mais do que casual, incluindo-se o duplo sentido da expressão “perder a cabeça”. Afinal, completa, tanto a psiquiatria quanto a guilhotina diziam respeito à relação da cabeça com o corpo, sua ligação ou seu divórcio.

Pinel, os asilos e o tratamento moral

O grande protagonista desse processo de ascensão da psiquiatria foi o dr. Philippe Pinel. Formado em medicina pela Universidade de Toulouse, em 1773, Pinel completou

seus estudos em Montpellier e foi se estabelecer em Paris, em 1778. De origem modesta, a dificuldade na fala – Pinel era gago –, além da timidez e de um caráter naturalmente reservado, atrapalharam o começo de sua carreira. Viveu inicialmente dando aulas de matemática até começar a escrever na *Gazette de Santé*, em 1794, e, a partir de 1786, passou a atender na Casa Belhomme. Esse tipo de instituição, tal como ocorria até recentemente, era a alternativa que as famílias abastadas tinham para guardar os seus indesejáveis (“um velho senil, um filho retardado ou uma tia demente”), sem expô-los à miséria dos hospitais-asilos.

Leitor de Rousseau e de Montesquieu, amigo de Condorcet, Pinel foi um entusiasta da Revolução e desenvolveu teorias em que estabelece uma relação especular entre suas convicções políticas e seu método terapêutico. Em artigo publicado em 18 de janeiro de 1790, Pinel relaciona o corpo político ao corpo do indivíduo, associando o Antigo Regime a graves disfunções que teriam atingido setores da população cujo luxo, indolência e intensa vida social estariam na origem de seus males nervosos. No entanto, diz Pinel, já começavam a se sentir os efeitos salutareos do novo regime, pois ouvia pessoas dizerem: “sinto-me melhor depois da revolução”. Mesmo assim, Pinel reconhece que a energia injetada na sociedade pelas ideias novas produzia, entre exaltação e depressão, desordens no espírito e no comportamento das pessoas. Afinal, indagava: que alma permaneceria fria diante da derrubada de todas as instituições e da insurreição de um povo decidido a se libertar da tirania? Diante do formidável espetáculo do fim do mundo?

Entre a militância na imprensa e a atividade na Casa Belhomme, Pinel desenvolveu uma terapêutica para recuperar nos alienados a corrente regular das ideias: o tratamento moral. Moral, como lembra Murat, refere-se tanto ao estado mental, em oposição ao estado físico, quanto aos bons costumes, isto é, a uma conduta adequada, em oposição ao comportamento imoral. Suas ideias foram reunidas em um livro, *Observações sobre a mania para servir à história natural do homem*, publicado em 1794 e considerado o documento fundador da psiquiatria francesa.

O livro de Laure Murat também nos proporciona um passeio pelo interior dos asilos parisienses para loucos, que foram centrais para o desenvolvimento da psiquiatria no século XIX. Bicêtre, Salpêtrière, Charenton e Sainte-Anne foram espaços de concentração e de experimentos psiquiátricos, proporcionando aos especialistas que os dirigiram grande nomeada. Pinel trabalhou nos dois primeiros, os mais importantes, e, chegando a Bicêtre em agosto de 1793, foi responsável por considerável melhora na qualidade do tratamento aplicado aos internos daquele hospital-prisão, então descrito como um verdadeiro inferno, em que 200 loucos se misturavam a 4 mil doentes e criminosos.

O tratamento moral aplicado por ele consistia em escutar, consolar, tranquilizar e procurar distrair o paciente do objeto exclusivo do seu delírio. Ele recomendava que o terapeuta adotasse sempre uma atitude amável e benevolente, evitando ao máximo recorrer à violência física. Mas essa terapêutica também envolvia uma atitude de poder em que era preciso dominar e intimidar o louco, falando

com voz forte, clara e sem hesitação, mas nunca recorrendo à violência física. No limite, nos casos mais graves, ainda sem recorrer a castigos físicos, era preciso implantar o terror para dominá-los, convencê-los de que não podiam seguir a própria vontade e que era melhor obedecer. Murat ressalta a contradição que percorreu toda a história do tratamento moral preconizado por Pinel: a vontade de estabelecer o diálogo com o louco e a necessidade de dominá-lo.

A doença dos pobres e a tara do Marquês

Embora as causas da loucura não possam ser reduzidas a um acontecimento isolado, para Laure Murat a história tem seu papel na etiologia dos delírios. A fim de entender qual seria esse papel, a autora coloca para si mesma a questão: como se delira na história e como, em troca, se inventa ou se desfaz a nosologia em função das mudanças de regime? A seu ver, a loucura é uma doença da sensibilidade, cujas causas devem ser buscadas nos tormentos da existência: luto, desespero, ciúme, amor à glória, excesso de estudos ou de devoção. Muitas vezes, pequenas histórias de desgostos domésticos ou reveses da fortuna são superdimensionadas por acontecimentos da grande história, afetando naturezas frágeis. O delírio seria a fuga de indivíduos às voltas com as guerras, os massacres, a violência e o horror econômico para uma realidade paralela.

Uma das dificuldades enfrentadas pelo historiador que se disponha a estudar a loucura se encontra na impossibilidade de ouvir os interessados, os loucos. Sua voz

aparece mediada pela voz do psiquiatra, que registrou em suas fichas as características do paciente e de seu delírio. Por isso, a história da loucura pertenceria à história dos iletrados, dos anônimos, dos excluídos, dos marginais, dos sem voz, e o historiador é obrigado a se restringir ao discurso político do poder e do saber para atingir seu objeto. Para tentar relativizar esse discurso, Murat procura estabelecer a hierarquia dos critérios empregados pelo alienista, tendo sempre em mente que, como todo mundo, ele tem uma história pessoal, convicções religiosas e opiniões políticas.

Para isso, a autora procura conhecer os médicos que, ao longo do século XIX, depois de Pinel, atuaram nos asilos parisienses e produziram suas próprias terapêuticas. O segundo nome de sua lista é Jean-Étienne-Dominique Esquirol, cuja trajetória é muito semelhante à de Pinel, do qual foi o discípulo favorito. Tendo também estudado em Toulouse e em Montpellier, Esquirol dirigiu Bicêtre depois do mestre e atuava em Salpêtrière desde 1799, quando, em 1820, foi nomeado substituto de Pinel, que se aposentou naquele ano.

Esquirol, também adepto do tratamento moral, achava que havia de fato uma relação de causa e efeito entre os acontecimentos políticos e a alienação mental. Se a história em si não era a causadora da loucura, acidentes históricos podiam propiciar o desenvolvimento de uma loucura latente. A razão do aumento dos casos de alienação na França seria a alteração nos costumes propiciada pela Revolução. Para Esquirol, a loucura era uma doença da civilização, menos tributária das contingências políticas do que das questões morais. Quanto mais a civilização avançava, mais a

loucura ganhava terreno. Segundo Murat, essa ideia de uma loucura indexada ao progresso e às formas de governo marca todo o século XIX.

Mas, na contramão desses avanços da psiquiatria representados por Pinel e Esquirol, Charenton foi palco de um verdadeiro choque de mentalidades envolvendo o paciente mais famoso dos asilos psiquiátricos do tempo: o marquês de Sade. Cliente preferencial de prisões e asilos há vários anos por conta de suas depravações reais e ficcionais, Sade foi enviado para Charenton em 1803. Ali reinava sobre a equipe e os pacientes um aristocrata, o diretor François Simonnet de Coulmier, personalidade típica do Antigo Regime, que desenvolveu uma relação de grande amizade com seu ilustre paciente.

Diz Laure Murat que esses dois homens do século XVIII, marcados pelos privilégios de nascimento, conservavam do antigo mundo uma visão cósmica, interna, repleta de fantasia em torno do prazer e da volúpia, temas tão contrários à era da virtude cívica inaugurada com a Revolução. Coulmier deu vida boa a Sade em Charenton: tinta e papel para escrever, liberdade para circular e, o mais importante, o direito de produzir e encenar peças. As peças de Sade e o ambiente licencioso que se constituiu em torno desse pequeno teatro, que fazia muito sucesso atraindo uma plateia sofisticada, acabaram provocando reações negativas. A ligação íntima do diretor com um monstro votado à execração pública foi alvo de uma campanha conduzida por um funcionário de Charenton, o médico Antoine-Athanase Royer-Collard.

Estabeleceu-se então um conflito entre esses dois homens com visões de mundo opostas. Royer-Collard, encarnação da virtude e da autoridade moral, considerava sua missão impedir que um degenerado como o marquês de Sade influísse sobre o ânimo dos pacientes. Pois Coulmier os incluía nas peças de Sade como parte de sua própria visão do que deveria ser o “tratamento moral”. Mas o que Royer-Collard considerava como o verdadeiro escândalo não dizia respeito às questões terapêuticas, apesar de Coulmier ter sido também criticado por excitar as paixões dos loucos ao expô-los às risadas e às zombarias do público. O grande problema era a abertura do mundo fechado do asilo para essas representações conduzidas por um personagem cuja depravação era usada como exemplo maior do que fora o comportamento da aristocracia no Antigo Regime.

Para Royer-Collard, Sade não era louco; ao contrário, era perfeitamente lúcido, e essa lucidez é que tornava suas ações mais hediondas. Afinal, a simples presença de um personagem tão emblemático no asilo não seria suficiente para abalar a imaginação mesmo daqueles que não o viam? Sade precisava ser erradicado, e Royer-Collard propõe delicadamente ao ministro: “Não posso me impedir de indicar a Vossa Excelência que uma prisão de segurança ou um castelo-fortaleza lhe conviria muito melhor...”

Assim, durante o reinado de Napoleão Bonaparte, a psiquiatria avançava mais algumas casas e adquiria legitimidade para se erigir como juiz dos desvios de conduta, ainda que estes, e de maneira mais explícita, nada tivessem a ver com a alienação mental. Em 1812, Royer-Collard ganhou a parada, Coulmier foi afastado, ele se tornou diretor de

Charenton e suprimiu toda espécie de bailes e representações teatrais e, no hospício, em vez do ambiente alegre anterior, seus pacientes experimentavam a cura pelo trabalho: para as loucas, os ateliês de costura e, para os loucos, as colônias agrícolas.

Napoleão Bonaparte derrota Luís Felipe

Foi depois da grandiosa cerimônia promovida pelo rei Luís Felipe em torno da volta dos restos mortais de Napoleão Bonaparte à França, em 1840, que começaram a aparecer os Napoleões de hospício. Só naquele ano entraram em Bicêtre catorze imperadores. A partir de sua queda definitiva, em 1815, com a consequente deportação para a distante ilha de Santa Helena, o fascínio pela figura de Napoleão fora crescendo, à medida que também os problemas políticos e econômicos diminuía a força simbólica dos últimos Bourbon: Luís XVIII e Carlos X. Segundo Murat, a trajetória de Napoleão, o fato de sua legitimidade não ter sido herdada, mas conquistada pelas armas e por seu gênio político, e o fato de ser caso único, até então, de um aventureiro que conseguiu chegar sozinho ao comando do Estado favoreciam a construção de uma mítica e estimulavam na sociedade o culto ao grande homem e o desejo da glória individual.

É grande o contraste entre o herói guerreiro e sua saga e o rei-cidadão, Luís Felipe, e seu reinado sem alma nem bravura, dominado por banqueiros e especuladores. A Luís Felipe, como disse um contemporâneo, faltava majestade. Sua figura despojada de pai de família bonachão, sem os

acessórios, as atitudes e o cerimonial da realeza, deixava frias as imaginações. Os alienados, diz Murat, quando pensavam nele, na maioria das vezes o confundiam com um outro paciente ou, no máximo, com o diretor do asilo.

Luís Felipe desativava o delírio identificatório, não estimulava a loucura, pois, ainda segundo a autora, o simbolismo da função real precisa ser encarnado para se tornar delirável. Na descrição de Murat, o homem que se acha Napoleão assume um perfil autoritário, caprichoso e colérico. Sua atitude é sempre imperial porque ele não reina só sobre a França, mas é o senhor do universo, cujos poderes são ilimitados e à cuja vontade tudo deve se curvar.

A esse tipo de loucura, que consiste em tomar-se por uma grande personalidade, Esquirol deu o nome de monomania orgulhosa ou ambiciosa. Seus portadores seriam vítimas de uma paixão anterior à manifestação da doença e esta não seria senão o exagero das ideias, dos desejos, das ilusões de futuro preexistentes, seu excesso mórbido.

A monomania orgulhosa seria uma doença tipicamente romântica, pois a loucura do século XIX, segundo um especialista, era o orgulho. Antes, nunca se tinha visto tantos homens se apresentando como salvadores, capacidades, talentos de primeira ordem. Mas, indaga Murat, da análise do acontecimento desencadeador à elaboração de uma monomania dita “orgulhosa” ou “ambiciosa”, por quais etapas se passa para a construção intelectual da loucura e de suas relações com a história política?

1848. Os democratas alucinados ou a doença democrática

Como se elabora e se articula, no século XIX, o discurso entre o ideológico e o patológico? Em 1850, Carl Theodor Groddeck (pai de Georg, considerado por Freud um analista incomparável) lançou na Alemanha um livro intitulado *A doença democrática: nova espécie de loucura*. Inspirado na Revolução de 1848, na França, o livro de Groddeck era o produto das reflexões de um nacionalista ultraconservador acerca dos efeitos daninhos das revoluções. Ali, Groddeck desenvolvia ideias do tipo: o Estado deve ser o defensor da ordem; o casamento, a educação, a disciplina, a moralidade, a obediência, o sentimento nacional e o amor à pátria constituem a base da sociedade. Considerava que aqueles que os desrespeitavam, cedendo às paixões egoístas, promovendo um sistema de negação e de amor à liberdade sem direção e sem limites, caíam no erro da loucura.

A grande ampliação do corpo de eleitores promovida em 1848, a partir da inclusão de todos os homens, inclusive criados, soldados e pobres em geral, fez com que este passasse de 250 mil cidadãos a 9,5 milhões. No espaço de alguns meses, a política passou a ser assunto de que se ocupavam todas as pessoas, inclusive as mulheres. A ascensão do movimento feminista a partir da atuação de saint-simonianos e fourieristas trouxera as mulheres para a vida política. No entanto, essas ativistas suscitavam mais ódio do que admiração por parte da sociedade, inclusive no próprio campo político a que estavam vinculadas.

Nos arquivos de Charenton, as ativistas de 1848 que, por razões diversas, ali ingressaram são apresentadas em

relatos irônicos, nos quais os alienistas comentam a arrogância de suas pretensões e o quanto são pitorescas as situações e atitudes em que se colocam. Herdeiras das tricoteiras do Terror, eram descritas assim pelos contemporâneos: “Essa virago abandonou o papel de esposa e mãe, passa o tempo lendo os jornais sem compreender o conteúdo e tagarelado em improváveis clubes políticos”.

Seu par perfeito seria o louco herdeiro do jacobino dos massacres do Terror e do insurreto dos Três Dias Gloriosos da Revolução de 1830. Hirsuto, infatigável, galvanizado pela paixão política, esse ativista, movido por uma paixão febril, torna-se figura consagrada em 1848. O sentimento de orgulho democrático propiciado pelas mudanças nas regras eleitorais havia exaltado as cabeças dessas pessoas que nunca tiveram nada e que, agora, munidas do voto, tinham pressa em melhorar de condição. Para Murat, o delírio a que eventualmente essa paixão cívica levava seria um refúgio e uma consolação diante do horror de uma vida que, mesmo depois das conquistas democráticas, continuava sem saída.

É no contexto da Revolução de 1848 que o asilo se transforma em uma gigantesca máquina de corrigir erros, submeter corpos e controlar consciências, o que demonstraria a associação precoce da psiquiatria com uma tendência totalitária. Um dos precursores dessa tendência foi Bergeret, que não fazia diferença entre um delírio e um programa político. Insurretos e insanos passaram a ser mostrados como frutos da mesma árvore: afinal, se uns querem derrubar a ordem estabelecida, os outros contestam a ordem da razão. A Revolução de 1848 desencadeia uma onda repressiva no tratamento destinado a curar a loucura

democrática, e essa tendência a tratar radicais como loucos se acentuaria a partir da Comuna, em 1871. A partir de então, muitos procurariam definir o que seria o monomaníaco comunista: aquele que não reconhece mais senão um valor, a virtude, e que elimina todas as separações artificiais, as distinções arbitrárias; aquele que só tem uma preocupação, a felicidade comum, e que acredita que uma fraternidade deve governar o mundo.

Se esses comunistas são ou não loucos é a questão que divide o campo psiquiátrico. Para Morel, os communards não seriam alienados, mas, sim, monstros da ordem moral, marginais responsáveis por seus atos. Ele se dedica a denunciar as origens marxistas e, portanto, alemãs, da Internacional e procura estabelecer o que separa a alienação mental da responsabilidade moral. Conclui Murat: ao dar-lhes uma consciência, Morel reabilita os insurretos em sua lucidez para melhor condená-los como perigosos delinquentes. Já Boismont os considera loucos furiosos, doentes a serem encarcerados. Tanto os energúmenos quanto seus simpatizantes seriam fanáticos que sonhariam com uma revolução do mundo por meios impraticáveis. Vítimas da loucura demagógica, teriam sobre a família, a propriedade, a individualidade, a liberdade, a inteligência, a constituição da sociedade ideias tão contrárias à natureza humana que somente a loucura as poderia explicar. Restava saber a origem dessa doença.

Laborde dizia que se tratava de uma tara hereditária que os predispunha à loucura: uma espécie de loucura orgânica que se encontrava adormecida até ter sido despertada pelos acontecimentos políticos. Já Despine dava

a essa epidemia um nome: socialismo, doença daqueles cujo objetivo era destruir os valores fundamentais da civilização. Guiados pela cobiça e pelo amargor, pela inveja e pela preguiça, os revolucionários seriam niilistas sem programa. Sua palavra era desacreditada, pois não podiam ser normais pessoas que pregavam: a separação da Igreja do Estado; o ensino leigo, gratuito e obrigatório; a igualdade salarial entre homens e mulheres; a gratuidade das certidões de cartório; a supressão do trabalho noturno dos padeiros etc.

Percorrendo quase todo o século XIX, a pesquisa de Laure Murat nos proporciona um painel das políticas públicas parisienses voltadas para o tratamento dos loucos. Ao mesmo tempo, apresenta um quadro das manifestações de alienados cujos delírios estiveram associados aos episódios políticos mais dramáticos daquele século. A era das revoluções foi também a era da loucura e de experiências sobre a melhor forma de tratá-la.

Os médicos que se dedicaram às investigações sobre a doença foram atingidos de alguma maneira pelos episódios históricos que engolfaram toda a sociedade. De evento salutar para Pinel, no final do século XVIII, a revolução se converteria em expressão máxima da loucura com o aparecimento dos revolucionários comunistas na década de 1870. As duas perspectivas, em que o diagnóstico da doença estava contaminado por questões ideológicas, pareceriam falhas aos olhos do século que viria. Ainda seria preciso esperar algumas décadas para o surgimento de Sigmund Freud.

A importância de se chamar português

Adelaide Vieira Machado. *A importância de se chamar português: José Liberato Freire de Carvalho na direção do Investigador Português em Inglaterra, 1814-1819*. Lisboa: Lema d'Origem, 2019, 336 p.

Ao ter privilegiado em seu estudo a primeira fase da atividade jornalística de José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855), Adelaide Vieira Machado produziu uma obra que identifica e destaca as bases do pensamento político que orientou as ações dos liberais portugueses no contexto do Vintismo. Para estabelecer o campo em que se insere o pensamento de Freire de Carvalho, expresso nos textos que publicou no *Investigador Português em Inglaterra* durante o período em que foi seu redator, de 1814 a 1819, a autora recupera, na obra de vários autores do pensamento clássico liberal, os elementos que se conjugaram para formar a base teórica do modelo de monarquia constitucional do qual aquele jornalista foi defensor e propagador.

O Congresso de Viena (1814/1815) foi o laboratório em que essas ideias foram trabalhadas no sentido de gerar um plano de ação para as monarquias europeias no contexto que se seguiu à queda de Napoleão Bonaparte. Pela primeira vez, depois da Revolução Francesa, as monarquias da Europa se reuniram para fazer um balanço do estado político geral do continente e projetar ações comuns. Segundo Adelaide Vieira Machado, procurava-se ali achar a melhor forma de garantir um justo equilíbrio entre as nações e, com isto, novos rumos para a paz na Europa. Mas o abalo estrutural

promovido pela Revolução e pela avassaladora passagem de Bonaparte pela história recente havia alterado a ordem social de tal maneira que logo ficou comprovado que nada mais seria como antes.

Era preciso adotar uma nova perspectiva que levasse em conta o lugar agora ocupado pelas ideias de povo, de estado-nação e de opinião pública. Exauridas por mais de duas décadas de guerras e revoluções, as lideranças europeias procuravam uma fórmula que conciliasse o desejo de um equilíbrio pacífico e duradouro para a Europa com os interesses nacionais emergentes. É neste contexto que ganha destaque uma corrente moderada e reformista que procurava um modelo capaz de evitar os despotismos, tanto monárquicos quanto revolucionários. A monarquia representativa, tal como fora pensada quando se elaborava a Constituição de 1791, na França, parecia ser o modelo adequado. Era um sistema que reunia uma representação legislativa, um governo responsável pela execução das leis e um soberano inviolável, todos tendo seus atos regulados por uma constituição.

Identificado com essa corrente de pensamento, Freire de Carvalho contribuiu para difundi-la entre os seus compatriotas através do *Investigador Português em Inglaterra*. Ele faria uma crítica circunstanciada do andamento do congresso, questionando sobretudo as ações das grandes potências em detrimento das potências consideradas de segunda ordem, como era o caso de Portugal. A imprensa, que conhecia um momento de franca expansão, atuando em todos os países do continente, fizera com que se tornasse pública a intenção das grandes potências de controlar o

congresso à revelia das demais. E isto contribuiu para exacerbar os sentimentos nacionais que alimentavam a resistência liberal aos projetos de restauração da velha ordem.

Apesar da riqueza do debate que suscitou e dos desdobramentos que implicaram uma ampla difusão dos ideais constitucionalistas, o Congresso de Viena frustrou as expectativas. Francamente decepcionado diante daquele conciliábulo de diplomatas que defendia antes os interesses dos monarcas do que os de suas nações, Freire de Carvalho lembraria que foram os povos “os únicos e verdadeiros instrumentos da queda do monstruoso poder de Bonaparte”, enquanto os monarcas, “por indolência ou covardia”, a ele se submeteram e até auxiliaram-no em seus crimes. Mais adiante concluiria, melancólico: “morreu o gigante, esmagado pelos povos e não pelos Reis, e eis que estes unanimemente se conspiram contra os seus libertadores”.

O jornalista seria um crítico da forma como o modelo de monarquia constitucional idealizado durante o congresso foi deturpado quando aplicado na França por Luís XVIII. O fato de a constituição ter sido dada pelo rei levava à questão: “o que um rei dá de seu moto próprio e plena autoridade, o seu sucessor o pode tirar do mesmo modo”. A seu ver, a inclusão do poder moderador naquela Carta comprometia o princípio da inviolabilidade do rei. Pois aquele princípio, previsto no modelo de monarquia constitucional, rezava que o príncipe não devia exercer pessoalmente parte alguma do poder executivo, cabendo toda a responsabilidade pelos erros e acertos do governo ao ministério. Com isto se evitava que o rei pudesse ser alvo de julgamentos e, também, que

fosse tentado a agir arbitrariamente. Dentro desta perspectiva, o poder monárquico, conclui Adelaide Vieira Machado, devia ser mais simbólico do que concreto e, com isto, estaria garantida a sua perenidade.

Freire de Carvalho achava que a Revolução, apesar de seus muitos erros, trouxera grandes benefícios. Caberia aos homens que guiavam os destinos das nações usar de prudência e sabedoria para “guardar o bem que acharam, e ir mansamente extirpando e desarraigando o mal”.

O fato é que, tal como a realidade logo cuidaria de demonstrar, a “revolução operada no espírito humano” já não podia retrogradar, e os soberanos deveriam, daí em diante, “governar os povos com muita mais prudência e liberalidade do que eram governados em outro tempo”. A seu ver, seria uma aventura insensata querer destruir todos os efeitos da Revolução depois que ela mudara a vida das pessoas durante um período tão longo. Essa maneira de pensar, diz Adelaide Vieira Machado, indicava que as alterações sofridas pela sociedade europeia na viragem do século XVIII para o XIX teriam adquirido um caráter de irreversibilidade. Para administrar essa nova realidade, em que os vencedores da hora pressionavam pela volta de instituições do Antigo Regime e os povos não abriam mão das conquistas que lhes advieram com a Revolução, só uma ordem orientada pelo espírito da tolerância proporcionaria a paz desejada.

Um dos elementos de instabilidade naquele contexto foi o papa Pio VII. O ex-prisioneiro de Bonaparte voltara aos seus domínios determinado a restabelecer a ordem dos jesuítas, que havia sido banida de toda a Europa bem antes

da Revolução. Ao criticar essa iniciativa, Freire de Carvalho apresenta aos seus leitores a história daquela ordem criada como uma força internacional de apoio à Igreja Romana para resistir ao avanço do protestantismo no mundo.

A predominância que os jesuítas tiveram na educação em Portugal e em suas colônias, se restabelecida, representaria, a seu ver, um perigo para as monarquias católicas, na medida em que os membros da ordem obedeciam ao papa e não aos reis. Apesar de Freire de Carvalho ser um crente assumido, ele achava que a religião devia ser independente dos governos e da Cúria Romana, pois, dizia: “os direitos de consciência são inalienáveis”. Não admitia que a Cúria Romana pretendesse ser árbitra dos reis e dos povos e recusava liminarmente a infalibilidade reclamada pelos papas.

Freire de Carvalho elogiou Luís XVIII por ter incluído na Carta Constitucional, em desacordo com a vontade de Pio VII, a liberdade de consciência para todos os franceses. O papa também seria alvo de uma pesada admoestação do jornalista quando, ao defender a permanência da Inquisição, alegara em seu favor que esta já não praticava a tortura. A base da Inquisição era a intolerância e, para Freire de Carvalho, enquanto não se admitisse a tolerância com a diversidade de opiniões humanas como um princípio “cristão, político e filosófico”, estabelecido como lei, as inquisições existiriam sempre. Pois, ao conceder a um inquisidor a prerrogativa de circunscrever os limites do entendimento humano, também se lhe concede o direito de “punir e queimar os indivíduos que ousarem trespassar esses limites”.

Como explica Adelaide Vieira Machado, na visão de Freire de Carvalho a tolerância implicava em aceitar a existência do desacordo. Essa aceitação, seguida de uma atitude de diálogo ou consenso, criava um espaço de opinião e debate, característico de uma sociedade de homens livres e autônomos. Freire de Carvalho acreditava que o debate proporcionava uma herança intelectual cumulativa. Numa sociedade de imprensa livre, esse debate estaria em atualização permanente e inclusiva, atraindo cada vez mais participantes, a partir das questões que a realidade política fosse apresentando. Para que essa ampliação se desse, era preciso promover a universalização do ensino, eliminar os privilégios e favorecer a igualdade de oportunidades para o maior número.

Admitindo que a humanidade era diversificada, Freire de Carvalho acreditava também que as características comuns que unificavam a espécie formavam a base sobre a qual se sustentariam os direitos políticos em sociedade. E as leis constituídas a partir desta base seriam obedecidas pelo indivíduo porque ele contribuía para a sua produção através de seus representantes no parlamento ou de suas opiniões expressas na imprensa livre. Assim, a tolerância seria a única forma de ultrapassar, na prática, a necessária diversidade entre os homens.

Segundo Adelaide Vieira Machado, Freire de Carvalho concebia assim a sociedade civil nos novos tempos: um edifício político baseado no direito à oposição e sustentado pelo princípio da liberdade individual. Nesse cenário, o papel do governo seria o de assegurar a cada um a inviolabilidade da sua pessoa; o livre exercício de suas

faculdades, em tudo que não fosse prejudicial aos outros; e o gozo ou a disposição pacífica das suas propriedades. E esse governo teria como guia a constituição, com suas leis garantidoras da equidade dos direitos e deveres, da liberdade de consciência e de opinião, da livre iniciativa e da instrução pública.

O chamado jornalismo da emigração, produzido em Londres durante a segunda década do século XIX por Freire de Carvalho, João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853) e Hipólito da Costa (1774-1823), comungava da mesma visão de mundo. Como diz a autora, os três eram defensores da monarquia constitucional, temiam tanto o despotismo quanto a anarquia, eram críticos do absolutismo e entusiastas do modelo político e social do país que os acolhera, a Inglaterra. A base conceitual sobre a qual Adelaide Vieira Machado desenvolve seu argumento é útil não só para compreender o pensamento desse importante trio de jornalistas como também para outros estudos que contemplem o ideário que orientou as ações dos liberais portugueses e brasileiros no contexto das revoluções que agitaram a década de 1820.

Publicada na revista *Ler História* em dezembro de 2020.

Caminhos e descaminhos do pensamento brasileiro

Wanderley Guilherme dos Santos. *Roteiro Bibliográfico do pensamento Político-social brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Editora UFMG / Casa de Oswaldo Cruz, 2002, 267 p.

Neste livro estão reunidos dois trabalhos de Wanderley Guilherme dos Santos. Um é o *Roteiro Bibliográfico do pensamento Político-social brasileiro (1870-1965)*, levantamento das principais obras do pensamento brasileiro, feito há 36 anos e nunca antes publicado; o outro é uma reflexão sobre nossa história das ideias que já se tornou um texto clássico: *Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira*.

O levantamento bibliográfico fala por ele mesmo. No entanto, vale a pena ressaltar a originalidade dos critérios de seleção que o orientaram. Concebida originalmente, em 1966, para orientar pesquisa sobre a imaginação político-social brasileira, a seleção bibliográfica privilegiou fontes e temas onde se evidenciava a forte relação entre história política e história intelectual e concentrou-se nos estudos cuja ênfase recai em questões econômicas e sociais. Aliado a *Paradigma e História*, trabalho que nele se baseou, este *Roteiro Bibliográfico* é ferramenta indispensável para os que se dedicam ao estudo da história do pensamento social brasileiro.

Paradigma e História, por sua vez, é um dos textos mais inteligentes que já se escreveu no Brasil. De forma precisa e,

ao mesmo tempo, abrangente, Wanderley Guilherme dos Santos conseguiu contemplar os grandes temas da história de nossas ideias, relacionando-os com as evoluções da nossa vida política. Ao fazer a crítica da leitura que as Ciências Sociais vinham fazendo da trajetória desse mesmo pensamento, Wanderley Guilherme dos Santos também abriu um filão inesgotável de debate com seus pares. Provocante e criativo, este texto escrito há mais de 25 anos continua a ser a crítica mais ousada que já se fez aos métodos e práticas das Ciências Sociais brasileiras. O que surpreende o leitor de hoje em dia, depois das tantas transformações teórico-metodológicas que sofreram as ciências humanas – história e antropologia à frente, impulsionadas pela boa comunicação que estabeleceram entre si e com os estudos de literatura e de psicanálise –, é como essas críticas ainda resplandecem em sua atualidade.

Talvez Wanderley Guilherme dos Santos tenha usado de certa malícia ao republicar *Paradigma e História* hoje. Malícia e humor, de resto, que sempre foram marcas de seu estilo de escrever e pensar, mantendo sua ciência ao abrigo da pompa e do formalismo. A ironia que preside algumas de suas mais densas análises não se confunde, no entanto, com o ceticismo estéril que vem assolando de forma ruinosa as ciências humanas de nosso tempo. Ceticismo que, aliado ao uso irresponsável e acrítico do politicamente correto e do desconstrucionismo, tirou força e substância das Ciências Sociais sem lhes dar nada em troca. A ironia de Wanderley Guilherme, ao contrário, sempre teve um sentido crítico e se apresentou de forma positiva.

A malícia de se publicar *Paradigma e História* hoje reside no fato de que o texto nos revela a aguda percepção que o autor tinha das possibilidades do quadro político e intelectual em que escrevia. Se sua restrição ao que chamou de convencionalismo às vezes solene, porém não menos banal, do marxismo acadêmico antecipou em muitos anos as críticas de mesmo teor que se tornariam elas mesmas banais nas décadas de 1980 e 1990, a antecipação, neste texto, do destino das diversas tendências então atuantes na cena política brasileira dá-lhe foros de vidente. Pois Wanderley já sabia, naqueles idos de 1975, que as camadas superiores da sociedade eram contrárias à expansão do poder público e de sua capacidade de definir a hierarquia dos objetivos sociais fora dos mecanismos do mercado.

Na ditadura, diz Wanderley, o governo impedira que o privatismo monopolizasse completamente as instituições políticas e que organizações doutrinárias ensaiassem uma estratégia revolucionária de mudança social. Com isso, os que acreditavam ser o Estado o meio mais adequado para a instauração da ordem social burguesa passaram a demandar a implantação de instituições liberais clássicas, onde necessariamente teriam predominância os interesses burgueses privados. Naquele contexto, o caminho certo consistiria em restituir os direitos civis e políticos que já faziam parte do patrimônio da civilização, sem, entretanto, permitir que o privatismo predatório, sob a propaganda do humanismo libertário, se apropriasse dos mecanismos de decisão. Tratava-se de identificar e seguir uma linha sutil que transcendesse os limites da ordem privada em qualquer de

suas variantes e escapasse das conceituações fáceis e estereotipadas do revolucionarismo acadêmico.

Partindo do pressuposto de que as Ciências Sociais brasileiras se constituíram pela influência tanto dos avanços teóricos e metodológicos gerados no exterior quanto da história econômica, social e política do país, Wanderley Guilherme dos Santos vai orientar seu argumento em três direções. Primeiro, analisando as diversas tradições pelas quais se convencionou definir o que era e o que não era Ciência Social na história de nossas ideias; segundo, questionando a tendência dentro dessa mesma história de se apresentar o problema brasileiro como o produto de contrastes dicotômicos; e, terceiro, definindo como o grande motor para a produção deste pensamento social, desde a Independência, o propósito de fazer estabelecer entre nós a ordem burguesa.

Para proceder à primeira dessas abordagens, Wanderley Guilherme dos Santos define três matrizes com as quais o pensamento social brasileiro vem sendo tratado. A matriz institucional estabeleceu como marco do início da produção de trabalhos científicos na área a data da institucionalização dos cursos de Ciências Sociais no Brasil, o que teria acontecido em torno dos anos 1930. A matriz sociológica, por sua vez, explicaria as variações ocorridas no conteúdo das preocupações dos investigadores sociais a partir das características da estrutura econômico-social ou, em sua versão mais simplória, estabelecendo uma relação de causalidade necessária entre os atributos ou dimensões do pensamento social e os atributos e dimensões do processo social. Na opinião de Wanderley Guilherme, este tipo de

correlação forçada, automática, estaria na direção inversa da verdadeira produção de conhecimento, que consistiria em garantir distinções significativas cada vez mais nuançadas e finais, permitindo perceber a diferença, o diverso, ali onde a visão deseducada vê apenas a mesma coisa.

Wanderley Guilherme dos Santos lembra que, desde a Independência, o Brasil produz reflexão sobre sua ordem social e política e sobre seu lugar no mundo, não tendo influído na qualidade dessas reflexões o fato de nos faltarem instituições especializadas. As razões por que as matrizes institucional e sociológica se tornaram hegemônicas foram: o cerceamento da liberdade de pesquisa e reflexão durante o Estado Novo, impedindo o contato das novas gerações com a história crítica do passado; e a influência das inovações metodológicas e conceituais trazidas pelos professores estrangeiros que implantaram aqui os cursos de Ciências Sociais durante as décadas de 1930 e 1940. Com isto, fixou-se a ideia não de que não havia tradição acadêmica em estudos políticos e sociais, não se podendo, portanto, estabelecer uma continuidade entre o pensamento político-social brasileiro contemporâneo e o produzido no passado próximo.

Se as duas matrizes acima são facilmente identificáveis com a tradição da qual Florestan Fernandes foi o grande formulador, a terceira, chamada de matriz ideológica e cujo formulador é Guerreiro Ramos, aponta para soluções mais criativas. A matriz ideológica tem como objetivo buscar a caracterização conceitual própria dos textos sociais brasileiros, sem fazê-los depender necessariamente da conjuntura em que foram produzidos. Ao se libertar das

amarras cronológicas que marcam a matriz institucional e sem cair na tentação de classificar os autores e sua obra exclusivamente a partir das circunstâncias em que escreveram, esta matriz é capaz de estabelecer relações entre as maneiras de pensar de autores do passado com os do presente. Ou, como diz Wanderley Guilherme: desta perspectiva, o fato de ter nascido no século XIX não condenaria ninguém a ser um fracassado postulante ao ingresso na comunidade acadêmica. Com o instrumental de análise proposto por Guerreiro Ramos, é possível também revelar tradições que se estabeleceram ao longo de nossa história das ideias.

Uma destas – e é este o segundo eixo da digressão de Wanderley Guilherme dos Santos – é a tendência a pensar a realidade do país como uma dicotomia. Tal paradigma parte da pressuposição de que existe um conjunto de atributos que não podem existir senão simultaneamente. Estabelecido por Euclides da Cunha, ao contrastar a realidade do Brasil sertanejo com a do Brasil urbano, o paradigma obedecia à seguinte sequência: descobrir uma dicotomia; traçar a formação da dicotomia no passado histórico nacional; propor a alternativa política para a dicotomia. Nossa dicotomia, ainda de acordo com o mesmo paradigma, teria se formado durante o século XIX e seria a fonte dos nossos principais problemas. O fato de este paradigma ter se estabelecido como base das principais análises da realidade brasileira desde o começo do século XX leva Wanderley Guilherme a questionar o porquê da insistência nas dicotomias, polaridades e tensões. “Segundo que registro o acontecer simultâneo e sucessivo da história cotidiana se

organiza e reproduz conceitualmente sob a forma de oposições consteladas?”, ele pergunta.

Talvez porque a dicotomização seja o caminho mais fácil para embarcar em outro paradigma: o da inadequação. Separados – mar e sertão, casa e rua, país legal e país real, cidades partidas – parecem indicar que havia um caminho certo em que essas duas partes acabariam por formar um todo. Em algum momento de nossa história nos desviamos desse arranjo ideal.

Finalmente chegamos à última das teses de *Paradigma e História* e recuperamos outra tradição do pensamento social brasileiro. Afirmo Wanderley Guilherme que, desde a Independência, o problema de nossas elites políticas e intelectuais tem sido o de como implantar e garantir o eficiente funcionamento da ordem liberal e burguesa no Brasil. O debate em torno da forma que assumiria o Estado no Brasil independente foi balizado na questão que marcou todo o século XIX, do Primeiro Reinado até a Proclamação da República: centralização ou descentralização. A pressão das províncias por mais autonomia e a contrapressão do governo do Rio de Janeiro no sentido de garantir a unidade nacional e a concentração do poder nas mãos do Imperador estiveram na origem dos principais conflitos internos que agitaram o Brasil desde a Confederação do Equador (1824). Mas o tema implícito, o tema tabu, aquele sobre o qual pouco se falava, mas que definia o destino de tudo, pairando sobre as cabeças dos que faziam a política do país, foi, desde o primeiro momento, o da escravidão.

Wanderley Guilherme vê mais bom senso e imaginação sociológica nos políticos conservadores do

Império do que nos liberais. Pois os liberais acreditavam que era viável, num Brasil escravocrata, a constituição de uma sociedade liberal semelhante à inglesa e à americana, e que a implantação do federalismo agilizaria automaticamente as atividades do Estado. Wanderley lembra que qualquer ordem social não ocorre naturalmente, mas resulta da ação política coordenada e que a eficácia das instituições depende da ordem social e política que as envolve. Caberia, portanto, ao poder político existente manter e eventualmente criar a ordem que correspondesse às preferências dominantes.

A crítica que faz à postura dos liberais do Império – a crença em que as mesmas instituições produzem necessariamente os mesmos efeitos políticos, independentemente da ordem em que se inserem – é do mesmo teor da que faz às matrizes institucional e/ou sociológica citadas acima. Wanderley desconfia de qualquer doutrina ou postura que considere possível a realização imediata de qualquer conjunto de preferências políticas, independente da mediação institucional.

O debate entre centralização e descentralização do Brasil já aparecera como tema nas Cortes de Lisboa, através do documento que a elas enviou José Bonifácio de Andrada. Andrada e os que pensavam como ele – que, no Segundo Reinado, estão representados no artigo de Wanderley Guilherme por Paulino Soares de Sousa – compreendiam que, dadas as condições do escravismo quase autossuficiente, os diversos localismos dificilmente se integrariam através de interações econômicas e sociais naturais. Sabiam que uma ordem social não se estabelece a partir do vazio, ou de um hipotético estado de natureza, sem regras, comando ou

subordinações, mas se impõe sempre a outra ordem que a precede.

A questão no Brasil, portanto, onde a ordem existente era a ordem escravocrata, não consistia apenas em promover, na lei, a existência de instituições liberais, mas de impô-las à ordem escravista existente. E quem iria impô-la senão o poder estatal? Pergunta Wanderley. Esta foi, aliás, a razão da disputa em torno dos limites do poder do Imperador nos jornais brasileiros de 1822 e nos debates da naufragada Constituinte de 1823. José Bonifácio dizia que os que queriam que no Brasil, logo após a partida do rei, se implantasse um parlamento nos moldes da França revolucionária eram homens alucinados por princípios metafísicos e sem conhecimentos da natureza humana, que queriam criar poderes impossíveis de sustentar. Gente como José Bonifácio e Paulino Soares de Sousa sabia que, para constituir uma ordem privada burguesa no Brasil, era preciso primeiro dotar o poder político dos instrumentos que lhe permitam instaurá-la e sustentá-la, o que queria dizer, no Brasil do século XIX, expandir a capacidade reguladora do Estado pela criação de um aparelho administrativo nacional, subordinado a um comando único, e pela redução do centrifugismo local, obrigando-o a integrar-se por via do Estado.

Aspecto importante deste texto multifacetado é a análise que Wanderley Guilherme faz do ISEB, espaço onde ele mesmo produziu e publicou suas primeiras obras. Destacando a importância daquele organismo na divulgação de vários temas importantes para a compreensão dos problemas brasileiros, Wanderley procura, no entanto, situar

o próprio ISEB na tradição sociológica brasileira, lembrando que ele apenas poliu e deu nova formulação a ideias que já vinham sendo trabalhadas desde o Império. Não pretende com isto desvalorizar a contribuição do ISEB, mas situá-la num contexto histórico e também chamar a atenção – não sem uma certa ironia – para o fato de que diversas linhas de exploração abertas pelos estudiosos do passado permanecem inexploradas, “à espera de continuadores ou de quem as repita com saber de novidade”.

Publicada na revista *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* em abril de 2004.

Um novo clássico da história do Brasil, com humor, ironia e sentimento

José Murilo de Carvalho. *Pontos e bordados – escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, 459 p.

Em animada polêmica que movimentou o meio acadêmico em 1997, o historiador Boris Fausto admirava-se de que sua colega, Maria Sylvia de Carvalho Franco, autora do... (arrisquemo-nos, vá lá) clássico *Homens livres na sociedade escravocrata*, tenha se aborrecido tanto com a inclusão de seu livro entre aqueles que Fausto achava merecerem ser chamados, justamente, de clássicos. Espantado com a reação da colega, Fausto escreveu:

Se perguntarmos a 20 especialistas na área de ciências humanas o que é um clássico, estou seguro de que a resposta será mais ou menos a seguinte: um livro muito relevante, marco de referência obrigatória para os trabalhos subsequentes e que já realizou um percurso no tempo maior ou menor, conforme o caso, permitindo que a condição de clássico se afirmasse (O que é mesmo um clássico? *Folha de S.Paulo*, 28/09/1997).

E acrescentava alguns exemplos de livros clássicos: *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. A lista se encerrava com a dupla *A*

Construção da Ordem e Teatro de Sombras, de José Murilo de Carvalho.

Os que acompanham a trajetória de José Murilo de Carvalho certamente já conhecem a maior parte dos artigos que estão reunidos em *Pontos e Bordados*. Muito justamente, boa parte deles pode ir fazer companhia aos dois livros citados por Boris Fausto: são obras de leitura e referência obrigatória nos temas de que tratam.

José Murilo tirou a inspiração para o título do primeiro dos artigos: aquele que trata de João Cândido, da surpreendente revelação que o acaso proporcionou ao historiador de que o valente marinheiro manejava com igual maestria tanto a agulha e a linha como o leme de seu navio. O título também é oportuno ao sugerir uma divisão entre os artigos mais densos, mais trabalhados: os Bordados; e os outros, os Pontos, quase todos mais curtos, escritos para serem publicados na grande imprensa. O fato de um historiador sisudo como José Murilo ter escolhido referência tão poética para dar título ao livro onde reúne quase tudo o que tem de mais significativo em sua obra esparsa diz muito da maturidade estilística que alcançou, ao lado de sua inegável consagração na história do pensamento social brasileiro.

Liberdade e leveza caracterizam o artigo de José Murilo sobre os bordados do almirante negro João Cândido, o herói da Revolta da Chibata de 1910. Bordados que Murilo encontrou por acaso, perdidos num museu do interior de Minas Gerais. Desse raro encontro é que o autor vai puxando os fios da meada e, aos poucos, nos pondo em contato com a trajetória de João Cândido, com a realidade da vida de

marinheiro na virada do século e com o tema tabu da homossexualidade na Marinha. No texto elegante, José Murilo se permite metáforas onde relaciona a reconhecida maestria do marinheiro com a arte de seus bordados: “João Cândido bordava as águas da baía com o lento e majestoso evoluir dos encouraçados”.

O Almirante Negro emerge deste ensaio iluminado por luz nova: seus bordados, segundo José Murilo, foram a autoterapia instintiva para fugir dos fantasmas que o perseguiriam depois daquele trágico Natal de 1912, em que 18 de seus companheiros morreram envenenados pelo pó da cal fresca com que tinha sido lavado o chão da cela que dividiam.

Murilo contrasta a revolta do negro João Cândido, descendente de escravos, que sonhava com “uma Armada de cidadãos e não uma fazenda de escravos que só têm dos seus senhores o direito de serem chicoteados”, com a de outro marinheiro seu contemporâneo, Ferreirinha. Este, relembrando as condições da Marinha no começo deste século, disse: “Chicotadas e lambadas que levei quebraram o meu gênio e fizeram com que eu entrasse na compreensão do que é ser cidadão brasileiro”. Declaração que, aliás, será glosada por José Murilo em outro artigo da segunda parte do livro: “Cidadania a porrete”. Tão forte fora a marca da escravidão, ressalta o historiador, que podia levar alguém a ver a punição física como pedagogia cívica.

Em dois dos artigos de maior fôlego, José Murilo contempla o tema da escravidão. Em “Escravidão e razão nacional”, ele contrasta a mentalidade expressa através dos discursos e das políticas implementadas pela colonização

portuguesa com a anglo-saxônica. É realmente chocante o contraste entre a atitude religiosa dos quakers, que, desde 1737, declaravam que todos os proprietários de escravos eram apóstatas, com o discurso que a Igreja Católica produzia para justificar a escravidão no Brasil.

Desde o Padre Antônio Vieira (1680), a obediência era recomendada aos escravos. O jesuíta de origem italiana Jorge Benci, em 1705, além de manter a mesma recomendação para o escravo, aconselhava ao senhor agir como o pai de uma grande família cristã da qual os escravos eram parte. Já o padre Manuel Ribeiro da Rocha, autor de obra que ostentava o impressionante título *O etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado* (1758), ia mais além, propondo solução intermediária para resolver gradativamente o problema. A compra de escravos seria proibida; o que se compraria seria o direito de penhor e redenção, ou seja, o direito de manter o escravo até que ele repusesse o custo de seu resgate.

Mas o discurso mais impressionante é o do célebre bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, criador do Seminário de Olinda. Este homem da Igreja foi originalmente um senhor de engenho em Campos, no Estado do Rio, e teve notável trajetória intelectual e política em seu tempo. D. José, em texto publicado em 1798 e republicado em 1808, combate a versão iluminista da ideia de direito natural. Para ele, o pacto social não existe: o homem nasce em sociedade e dela derivam seus direitos. Todos os meios necessários à preservação da sociedade são concedidos pela natureza, e o trabalho escravo se torna uma

necessidade social sempre que há abundância de terras e escassez de população.

Seu argumento é, na visão de José Murilo, hobbesiano. Mas D. José não aceita o individualismo que aparece na ficção do estado de natureza desenvolvido por Hobbes. O que se vê no pensamento do bispo é a total primazia da sociedade, do coletivo, do todo, sobre o homem, sobre o indivíduo, sobre a parte. Ao mesmo tempo, não há qualquer preocupação com os aspectos morais ou espirituais da questão. Em sua obra, mais do que na de seus antecessores, a razão cristã desaparece, para dar lugar exclusivamente à razão colonial.

A partir de José Bonifácio é que emerge, pela primeira vez, um discurso organizado contra o tráfico e a escravidão (1823). A base de seu argumento é a razão nacional, ou seja, a ideia de que a escravidão impedia a formação nacional. Da perspectiva de José Bonifácio, a luta pelo fim da escravidão era uma luta pelo triunfo da razão, pelo reconhecimento dos verdadeiros interesses do homem. Daí em diante, segundo José Murilo, até a década de 1860, não foram publicados textos abolicionistas importantes. A cortina de silêncio só foi rompida em 1867 com a menção do problema na Fala do Trono: a abolição, segundo a vontade do Imperador, seria questão de forma e oportunidade.

Tão tímida intenção seria, no entanto, combatida por José de Alencar, que contrastava a situação do proletário europeu com a do escravo brasileiro, dizendo que a situação daquele era bem pior. Em 1883, Joaquim Nabuco fazia a propaganda da abolição, esgrimindo quase os mesmos argumentos que José Bonifácio na Independência: a seu ver,

a escravidão era obstáculo intransponível no caminho da construção da nação brasileira.

A intuição mais profunda de Nabuco, segundo José Murilo, foi a de perceber a natureza da escravidão brasileira comparada à norte-americana. Entre nós, todos podiam ter escravos, até mesmo o próprio escravo; por isso, os valores da escravidão invadiam todos os domínios, todas as classes. “O senhor e o escravo conviviam dentro do cidadão, gerando mestiços políticos, assim como a relação das raças produzia mestiços étnicos”.

O tema será mais amplamente desenvolvido no artigo seguinte: “As batalhas da abolição”, onde o autor contrasta, inserindo dados quantitativos, as condições da escravidão e do movimento abolicionista no Brasil e na América do Norte. Para José Murilo, o fim da escravidão foi essencialmente um fenômeno político que dependeu da ação de forças políticas, seja de dentro, seja de fora do sistema. Nos Estados Unidos houve uma sangrenta guerra civil; em Cuba, houve revoltas e ação da metrópole; no Brasil, nas várias fases do processo abolicionista, houve pressão externa, ação do governo e pressão popular, incluindo aí pressão escrava.

Mas as semelhanças param aí. Na América do Norte, o tráfico foi proibido a partir de 1808; no Brasil, apenas em 1850. Por isso, na segunda metade do século passado, a população escrava do sul dos Estados Unidos, onde a escravidão, por razões culturais e políticas que o autor detalha, foi mais renitente, era quase totalmente crioula, ao passo que o Brasil, até a metade do século, recebeu grandes contingentes africanos. José Murilo ressalta a importância

crucial que teve a divisão dos Estados Unidos em uma região livre e outra região escrava: no sul, ficava a sociedade solidamente escravista; no norte, uma sociedade onde predominavam os valores de liberdade que fundamentaram a criação da sociedade norte-americana. No Norte, foi permitido aos negros articularem e desenvolverem campanhas abolicionistas. O Norte dos Estados Unidos era um grande quilombo para onde fugiam milhares de escravos sulistas. Valendo-se de um conceito que foi desenvolvido pelo historiador Eduardo Silva, Murilo diz: o escravo do sul que fugia para o norte fugia para fora do sistema escravista, fugia para uma sociedade dominada por outros valores. No Brasil, no entanto, a sociedade inteira era escravista. O escravo, quando escapava, apenas subia um degrau na extensa hierarquia social.

Esta situação, como comprova o desenvolvimento do tema “Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos”, não se alterará com a Abolição, nem com a República. O liberalismo associado a esta muito convirá aos proprietários rurais paulistas e mineiros. A definição individualista do pacto social embutida na ideia de liberdade dos modernos (o modelo norte-americano de Hamilton, em contraste com o modelo revolucionário francês, de Rousseau) evitava o apelo ao elemento popular e definia o interesse público como a soma de interesses privados. Nas circunstâncias brasileiras do pós-abolição, caracterizadas pela enorme desigualdade social e pela absoluta concentração de poder, o liberalismo adquiria um sentido de consagração da desigualdade, sanção da lei do mais forte. Em contraste com os Estados Unidos da América, na jovem república brasileira, como de forma

inspirada lembra José Murilo, o que predominou foi o espírito do capitalismo, sem a ética protestante.

O federalismo (tema contemplado no artigo “Federalismo e centralização no Império Brasileiro: história e argumento”) também convinha aos republicanos paulistas. Ele fora o grande fantasma que assombrara o Império. O medo da fragmentação do país adiara o projeto federativo dos republicanos da Independência até a Regência, após a qual este não se sustentaria, sendo mergulhado num sono profundo que duraria até o final do Império. Com a República, o projeto federativo volta impulsionado pelo ardente desejo dos estados do sudeste rico de se livrarem do compromisso de sustentar seus vizinhos pobres.

É difícil dar conta, no curto espaço de uma resenha, da densidade de conteúdo e análise dos tantos artigos que compõem esta obra de José Murilo. Selecionei aqui, aleatoriamente, alguns dos Bordados, lamentando ter que deixar de comentar outros tantos igualmente importantes, como os que tratam do positivismo no Brasil, tema sobre o qual o autor tem se debruçado de maneira recorrente; a leitura original e corajosa que faz da obra de um autor maldito, Oliveira Viana; ou da trajetória de José do Patrocínio e do músico Gottschalk. Alerto ao leitor, no entanto, que muito do que vem tratado de forma densa nos Bordados reaparece nos Pontos de uma perspectiva às vezes até mais aguda, por conta da própria necessidade de síntese a que o artigo de jornal obriga.

Estão ali também, é claro, a vibração natural do intelectual cidadão diante do fato, da realidade e da história de seu país, e em diálogo com os seus contemporâneos; o

humor e a ironia e, até mesmo, o sentimento que, quase sempre, têm que ser expurgados da obra acadêmica. De modo que, “para os que preferem valorizar os aspectos humanos dos personagens históricos, para os que respeitam mais os heróis quando mais humanos parecem”, *Pontos e Bordados* revela um José Murilo, tal como o herói do seu primeiro capítulo, mais humanizado. Por tudo isto, *Pontos e Bordados*, com certeza, irá se juntar aos outros livros do autor na estante das obras de referência obrigatória.

Publicada em *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* em outubro de 1999.

O neto de escravos que foi um dos maiores editores do Brasil Imperial

Rodrigo Camargo Godoi. *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2016, 392 p.

Este retrato de corpo inteiro de Francisco de Paula Brito que Rodrigo Camargo de Godoi nos proporciona ilumina aspectos sociais, culturais e políticos da sociedade brasileira do século XIX. No bem-sucedido esforço de estabelecer a genealogia de Paula Brito, o livro recua ao século XVIII, fornecendo-nos informações relevantes sobre casamentos entre pessoas livres de cor e sua inserção em determinado substrato da população por meio de suas ocupações: o avô, ourives e capitão; o pai, carpinteiro e senhor de pequeno engenho; o primo, livreiro e encadernador.

Figuram também mulheres, como a bisavó escrava, que ganhara a liberdade depois de ter tido um filho com seu senhor e que, aos 40 anos, vivia de “sua própria obra”. Se, nesse caso específico, não é clara a ocupação, o fato de Paula Brito ter sido alfabetizado pela irmã e de uma de suas filhas ter se tornado professora insere Paula Brito em um estrato social modesto no qual, como demonstra Godoi, havia plena consciência do papel da educação como estratégia de inserção no mundo, inclusive para as mulheres.

Mesmo entre a massa aparentemente indistinta de homens de cor livres, ter nascido da união do senhor com a escrava, dependendo do caráter do senhor, podia dar origem a uma linhagem com chances de alguma ascensão social em

um Brasil escravocrata. O bisavô materno de Paula Brito, Francisco Pereira de Brito, era um português que viera se estabelecer em Minas Gerais no começo do século XVIII e que teve alguns filhos com escravas. Uma delas, Rosa, foi a mãe de Martinho, avô de Paula Brito. Alforriados, mãe e filho adotaram o sobrenome Pereira de Brito. Com quatorze anos, Martinho veio para o Rio de Janeiro exercer o ofício de ourives, ingressando depois no Batalhão dos Pardos, onde obteve a patente de capitão. Profissional de valor, Martinho trabalhou com Mestre Valentim, moldando alguns candelabros de prata para a capela-mor do Mosteiro de São Bento.

Do casamento de Martinho com outra moça parda, filha de mãe negra e solteira, ambas forras, nasceu, entre outros, Maria Joaquina, que, por sua vez, se casou com o carpinteiro Jacinto Antunes Duarte, também pardo, também forro, filho de mãe escrava. Deviam ter alguns recursos, pois, em 1815, quando Paula Brito, um dos filhos mais novos do casal, tinha seis anos, a família se mudou para Magé, no atual Estado do Rio, onde Jacinto arrendara um engenho. Em 1823, Paula Brito, que aprendera as primeiras letras com uma irmã, veio para a Corte morar com o avô, Martinho, logo sendo empregado em uma botica. Permaneceu pouco tempo nesse emprego, pois, no ano seguinte, 1824, ingressou como aprendiz na Tipografia Imperial e Nacional.

O papel da tipografia para a formação e o desenvolvimento de meninos de origem modesta é um dos temas trabalhados neste livro. Um dos argumentos usados por Paula Brito em defesa de seus projetos empresariais tipográficos era o caráter educativo da atividade em que,

graças à expansão do mercado editorial, havia lugar para acolher muitos jovens aprendizes. Justiniano José da Rocha, amigo e correligionário de Paula Brito, ao criticar o decreto de 1844 do ministro Alves Branco, que estabelecia tributo sobre o número de empregados nos estabelecimentos tipográficos, diria que: “cada tipografia é uma escola, onde uma multidão de meninos vai aprender esse ofício”. A própria história de Paula Brito era a prova disso. Quatro anos de trabalho na Tipografia Imperial, seguidos da passagem pela oficina do francês Ogier e, finalmente, de um emprego como administrador da repartição de prelos, entre 1827 e 1830, nas oficinas de outro francês, Plancher, o habilitaram como bom profissional do ramo. Também o cotidiano de trabalho dedicado às letras, na forma física dos tipos e, principalmente, nos tantos textos que lhe passaram pelas mãos, propiciando-lhe acesso direto a uma cultura superior, permitiu a Paula Brito ser acolhido na sociedade dos letrados, onde a cor da pele não tinha o mesmo impacto negativo que tinha em outros ambientes frequentados pela elite brasileira.

A vida de Paula Brito é também um exemplo de como, na primeira metade do século XIX, a questão da cor da pele foi um tema complexo. A cor da pele não seria empecilho para que um adolescente pardo, aprendiz de tipógrafo em um Brasil que acabara de declarar sua independência, caísse nas graças dos jovens irmãos livreiros Evaristo e João Pedro da Veiga. O menino poeta de 14 anos teve suas poesias apreciadas por Evaristo e contou com o apoio de João Pedro para publicar “versos patrióticos” em 1831. Mesmo nas disputas entre portugueses e brasileiros nos dias 13, 14 e 15 de

março de 1831, episódio que passou à história com o nome de Noite das Garrafadas, a identidade brasileira esteve mais associada ao uso de um singelo chapéu de palha do que à cor da pele dos antagonistas. Mas a divisão geográfica que cindiu a cidade entre os “capitalistas” da Rua da Quitanda e gente como o livreiro Silvino José de Almeida, primo de Paula Brito, demonstra que a não proclamada divisão racial esteve como causa latente da insatisfação contra os privilégios dos “portugueses”.

Logo depois da abdicação, Paula Brito entendeu o recado quando foi ao regente Lima e Silva pleitear um lugar no Senado que sabia estar vago e recebeu resposta evasiva. Na verdade, exaltados e moderados, que tinham se unido para derrubar o imperador, se separavam logo em seguida, e não era coincidência que os de pele mais escura e extração mais modesta estivessem do lado exaltado. Nos primeiros e agitados anos da Regência, os tantos jornais de vida breve que tiveram por título palavras associadas à cor da pele ou ao caráter mestiço da população são indicadores de que o assunto precisava apenas de ambiente propício para emergir.

Em 7 de abril de 1831, dia em que D. Pedro I foi levado a abdicar do trono, Paula Brito usava o chapéu de palha tradicional dos “exaltados”. Seu avô, Martinho, morrera em 4 de julho de 1830, e ele passara a viver na casa do primo Silvino José de Almeida, estabelecido como livreiro e encadernador na Praça da Constituição, n. 51. No comércio de livros desde 1823, inicialmente na Rua dos Inválidos, Silvino se tornara encadernador a partir de 1825. Em 1831, sua loja era uma das que vendiam a *Nova Luz Brasileira*, jornal do boticário Ezequiel Correia Neves, um dos exaltados que

emergiram na imprensa brasileira e que elevavam os ataques a D. Pedro I vários tons acima da valente, mas ponderada, *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga.

A breve passagem de Paula Brito pela Segunda Companhia do Terceiro Batalhão de Caçadores, entre o final de 1830 e abril de 1831, coincide com aquele período de agitação. As informações que deixou sobre aqueles três dias que abalaram a monarquia não permitiram a Rodrigo Godoi identificar com precisão qual foi o papel do futuro editor naqueles eventos. Mais tarde, Paula Brito diria que participara do 7 de Abril para “vingar-me dos garrafistas de março que pretenderam assassinar meu primo”. Compôs, como era então moda, um “Hino ao memorável dia 7 de Abril de 1831”, em que, bem no estilo da retórica dos exaltados, dizia: “Eis que a Nação libertada / aclama Pedro Segundo / nascido nas férteis plagas / do Brasil auri-fecundo”.

Segundo Godoi, Paula Brito deve ter se mantido fiel aos exaltados até pelo menos 1833. É o que parecem demonstrar os versos que publicava no jornal editado por ele, *A Mulher do Simplício ou a Fluminense Exaltada*, que circulou entre 1832 e 1846. O fato é que a militância exaltada do livreiro, editor e jornalista iria gradativamente minguar diante das dificuldades práticas surgidas a partir da repressão aos jornais promovida durante a segunda Regência de Feijó. De modo que, como diz Godoi, a partir de 1835, *A Mulher do Simplício* podia até continuar fluminense, mas, aos poucos, deixava de ser exaltada. Paula Brito passaria a flertar com os liberais, especialmente durante a campanha pela maioria

de D. Pedro II, para, final e definitivamente, aderir aos conservadores. Com eles, “permaneceu até o fim da vida”.

Aspecto que, se melhor explorado, talvez ajudasse a entender essa evolução política de Paula Brito é sua amizade com Justiniano José da Rocha e, por meio dele, certa aproximação com Bernardo Pereira de Vasconcelos, o liberal que fundara o Regresso, movimento que daria origem ao Partido Conservador. Talvez a adesão de Paula Brito aos conservadores tenha sido estimulada pela facilidade com que obteve a concessão de sete africanos do governo que passara a ser liderado por Vasconcelos, a partir de 19 de setembro de 1837. Diz Godoi que o fato de Paula Brito ter obtido aquela mão de obra, que era então muito ambicionada, o colocaria “numa posição respeitável no ranking dos arrematantes privados do Rio de Janeiro”.

Depois da lei de 7 de novembro de 1831, que aboliu o tráfico negreiro, os africanos confiscados aos traficantes eram considerados, teoricamente, “livres”. Na prática, só adquiriam a liberdade depois de prestarem quatorze anos de serviços obrigatórios a particulares, instituições filantrópicas e governos imperial, provincial e municipal. Segundo Godoi, o gabinete chefiado por Bernardo Pereira de Vasconcelos “parece ter se prodigalizado na distribuição dos serviços dos africanos livres”. Em 1840, Justiniano José da Rocha, que também arrematara alguns africanos, defenderia em seu jornal, o *Brasil*, a política de Bernardo Pereira de Vasconcelos no que dizia respeito àquelas concessões.

Em várias passagens dos muitos versos que produziu, Paula Brito se manifestaria contra o preconceito de cor. A acolhida amável que sempre recebeu dos homens cultos e

mesmo de políticos importantes devia, muitas vezes, fazê-lo esquecer da própria origem. Por isso, ter sido excluído da lista de futuros sócios do Clube Fluminense foi uma grande decepção.

O clube fora criado em 1853, em casa vizinha à tipografia de Paula Brito, na Praça da Constituição, e a denúncia de que o editor tivera o nome riscado da lista de sócios foi motivo de protesto em carta publicada no *Diário do Rio de Janeiro*. Ali, um amigo ou admirador de Paula Brito diz que aquele editor era “tão digno de pertencer a essa sociedade [o Clube Fluminense] como todos os demais senhores” nela incluídos. A indignação do missivista era explicitamente devida ao fato de que Paula Brito não fora aceito por ser “homem de cor!!”. Naquele momento, lembra Godoi, Paula Brito era o proprietário do maior empreendimento gráfico do Império.

A cor de Paula Brito também seria lembrada em um discurso proferido na missa de sétimo dia de seu falecimento. O orador, em meio aos tantos louvores às suas realizações, referiu-se à “mão escura” de Paula Brito, “que todos os grandes estreitavam com efusão d’alma”, o que também foi motivo de escândalo. Um negro podia até ser aceito naquela sociedade, desde que sua cor nunca fosse mencionada. Nem para excluir, nem para aplaudir.

Rodrigo Camargo Godoi apresenta a trajetória de Paula Brito como homem de negócios a partir da aquisição da livraria, em 1831, até a formação de uma firma de grande porte, como a Empresa Tipográfica Dois de Dezembro. A ascensão do gráfico aprendiz foi meteórica. Em novembro de 1831, Paula Brito comprou a loja do primo Silvino José de

Almeida e, já no final do ano seguinte, instalaria ali o prelo que deu origem à Tipografia Fluminense de Brito & Co. Em 1835, em sintonia com a transformação política de Paula Brito, a empresa passou a se chamar Tipografia Imparcial de Brito.

Rodrigo Godoi demonstra que foi o caráter diversificado do comércio que Paula Brito fazia em seu estabelecimento que garantiu sua sobrevivência entre os períodos de menor movimento no mercado de impressos e a posterior ampliação da empresa. Quando adquiriu a livraria do primo, Paula Brito manteve o já então lucrativo serviço de encadernação. Sua loja vendia, além de livros e jornais,

água de colônia, brinquedos, carteiras, charuteiras, charutos de Havana e da Bahia, canivetes, canetas, chá, escovas para unhas e dentes, navalhas, pentes de cabelo, sabonetes, entre outros itens.

Foi esse sortido comércio que o ajudou a se tornar, já em meados da década de 1840, o proprietário de uma das melhores tipografias do Rio de Janeiro. Padrão ainda mais elevado a partir de outubro de 1844, com a aquisição de um grande prelo mecânico. Diante do sucesso, Paula Brito decidiu ampliar a tipografia, transformando-a na Empresa Tipográfica Dois de Dezembro, cujas ações começaram a ser vendidas no final de 1850, sob o consentimento do imperador, que lhe concedeu o título de Impressor da Casa Imperial, com direito a ostentar as armas do Império na fachada da loja e em suas publicações. O dia dois de

dezembro era a data do aniversário de D. Pedro II e também de Paula Brito, dezesseis anos mais velho que o imperador. A loja foi ampliada, incorporando outras edificações na Praça da Constituição e na Rua da Lampadosa. As atividades da gráfica incluíam: tipografia em grande escala; litografia; estamperia e encadernação.

Mas, bem mais rápido do que o sucesso, veio a ruína e, entre 1856 e 1857, a Dois de Dezembro entrou em concordata e logo declarou falência. A ascensão e queda de Paula Brito no mundo dos negócios são apresentadas de forma minuciosa no livro, a partir de exaustivo levantamento documental. Rodrigo Godoi acompanha o processo de crescimento a partir da análise dos diversos elementos que se combinavam para a obtenção do sucesso empresarial na primeira metade do século XIX: amizades influentes; atuação política no partido certo (o conservador); jornais próprios; experiência no ramo; e a relativa facilidade de acesso à família imperial. Tudo contribuiu para o sucesso do empresário Paula Brito, mas, naturalmente, seu talento, ousadia e sorte tiveram papel decisivo.

Essas qualidades não impediram, no entanto, que as circunstâncias econômicas da década de 1850 e algumas jogadas financeiras arriscadas provocassem a debacle da Dois de Dezembro. O processo é detalhado pelo autor por meio da análise da correspondência e da documentação comercial. Nem por ser tema árido, a narrativa deixa de comover pela dramaticidade das situações vividas por Paula Brito, acossado pelos credores e se movimentando em meio a um cipoal de expedientes jurídicos na tentativa de evitar o desastre final. Desfecho lamentado pelos tantos amigos e

admiradores do empresário na imprensa do Rio de Janeiro, que anunciavam: “Hoje continua o leilão do Paula Brito, que está passando pelo desgosto de ver sua vida perdida com tanto trabalho”.

O próprio Paula Brito usaria as páginas de seu segundo e longo jornal, a *Marmota*, para agradecer a solidariedade que vinha recebendo e relembrar a própria contribuição ao progresso das letras no Brasil:

Apesar do nada que somos, se dêssemos à luz a resenha dos nossos atos, do que temos feito e do que conosco se tem praticado, a mais de um artista, a mais de um negociante, ficaria servindo de exemplo a nossa humilde história, assim como também temos a certeza de que havia isso de incomodar a mais de uma pessoa.

Segundo Rodrigo Godoi, a profissionalização do editor, enquanto atividade distinta da do simples impressor, começara a se estabelecer justamente no contexto em que Paula Brito passara a publicar livros. Para seu sucesso foram importantes, além da vocação natural para aquela profissão que nascia, os laços de amizade que o ligaram à maior parte dos autores que publicou. O primeiro autor importante editado por Paula Brito foi Gonçalves de Magalhães, tendo saído dos seus prelos o polêmico poema em versos *Confederação dos Tamoios*, inclusive a rica edição limitada feita por encomenda para D. Pedro II. Mas o grande nome da literatura brasileira que esteve mais próximo de Paula Brito foi Joaquim Manuel de Macedo. Macedo publicou, em 1844,

pela Tipografia Imparcial, sua tese de Medicina, que ostentava o título bem literário: *Considerações sobre a nostalgia*.

A amizade vinha de muito antes, conforme o próprio Paula Brito registrou na *Marmota*, datando-a de 1832, quando Macedo “embirrou de simpatizar” com ele. Ao que parece, porque, naquele tempo, ambos eram admiradores de Cipriano Barata e o cantavam em seus versos. O fato é que, se Macedo não publicou com Paula Brito seus primeiros romances, entre 1854 e 1856 publicaria cinco livros pela Empresa Tipográfica Dois de Dezembro.

Seguiria depois compartilhando com Paula Brito inovações como a edição em livro da peça *Luxo e vaidade*, que foi encenada, pela primeira vez, a 23 de setembro de 1860, no Teatro Ginásio Dramático. Depois da estreia, o editor empenhou-se para angariar subscrições para a publicação do livro com o texto da peça, obtendo 800 assinaturas entre particulares e livreiros que compravam em lotes para revender em suas lojas. A partir do bom resultado dessa empreitada, Macedo daria decidido apoio a Paula Brito na frustrada tentativa de criar uma Caixa Auxiliadora das Composições Dramáticas e Musicais, fundo destinado a financiar a publicação de peças de teatro como *Luxo e vaidade*.

Essa e outras empreitadas são apresentadas neste livro, a demonstrar que Paula Brito foi um ativo agente do progresso das letras no Brasil, procurando formar instituições voltadas para o estímulo à produção de textos literários brasileiros. Além da publicação de folhetins e dramas na *Marmota*, o editor direcionou seus esforços para criar, em 1847, o *Arquivo Romântico Brasileiro*, exclusivamente

dedicado à publicação de romances, e para fazer da Dois de Dezembro um estabelecimento literário. Dentre os escritores que ajudou, destaca-se Teixeira e Sousa, amigo cuja biografia espelhava a do protetor e que morreu quinze dias antes dele. A Paula Brito, Teixeira e Sousa, homem de origem modestíssima, deveu não só a publicação de suas obras, mas o apoio na criação de um estabelecimento tipográfico e, posteriormente, na obtenção de um bom emprego público.

Classificado por um contemporâneo como “o elo máximo de uma grande cadeia de amigos”, Paula Brito fez de sua livraria, ainda na década de 1830, ponto de encontro de homens de letras das mais diversas extrações sociais. Com o tempo, os amigos que se reuniam informalmente ali resolveram dar o jocoso nome de Sociedade Petalógica – de petas, ou seja, mentiras – a essa confraria de pessoas “mais ou menos instruídas” que, na verdade, queria mesmo era se divertir. Machado de Assis, um dos sócios da Petalógica, conta que todo tipo de gente frequentava essas reuniões: “os políticos, os poetas, os dramaturgos, os artistas, os viajantes, os simples amadores, amigos e curiosos, [...] aquilo era a família da rua – *le ménage en ville*”, que se reunia só para conversar. Dela faziam parte, além de Machado de Assis, pessoas como Joaquim Manuel de Macedo, Laurindo Rabelo, Justiniano da Rocha, Emílio Zaluar, José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), Justiniano José da Rocha, Teixeira de Sousa e Eusébio de Queirós. Apesar de seu caráter informal, as atividades da Petalógica por vezes ecoavam nas páginas da *Marmota Fluminense* através de narrativas fantasiosas e irreverentes.

Sociável, brincalhão, sempre com um “gracejo nos lábios”, amante do entrudo, capaz de criar versinhos maliciosos como os do lundu “A marrequinha”, o Paula Brito que se revela neste livro era homem de agradável convívio. Deveu a essa qualidade muito do que fez e do que conquistou. Ao procurar abarcar, em seus múltiplos aspectos, a trajetória e a personalidade desse editor que viveu no Brasil entre o Primeiro e o Segundo Reinado, Rodrigo Camargo de Godoi fez bem mais do que dar uma contribuição à história do impresso no Brasil, como prometera em seu prefácio.

Publicada na revista *Afro-Ásia* em dezembro de 2016.

Jornais: uma ampla janela aberta sobre o século XIX

Hendrik Kraay, Celso Thomas Castilho e Teresa Cribelli (orgs). *Press, Power, and Culture in Imperial Brazil*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2021, 306 p.

De forma bem-humorada, os organizadores deste livro incluíram no prefácio o comentário de um historiador-blogueiro ironizando o título do painel que deu origem à obra. O título era, em tradução livre para o português: “A hemeroteca digital brasileira e a pesquisa histórica: contexto, conteúdo e pesquisa em arquivos digitais”. Disse o maldoso comentarista que seria difícil até mesmo para um historiador ficar excitado diante da expectativa de assistir a três ou quatro apresentações sob esse título.

Talvez para o espectador de um país em que os recursos digitais estão avançadíssimos, a existência de uma hemeroteca como a da Biblioteca Nacional não seja um fato notável. Mas quem, como a autora destas linhas, trabalhou com os periódicos da Independência usando aquelas carroças que são as máquinas de ler microfilme, sacrificando a vista diante das idas e vindas dos olhos da tela negra do filme para o papel branco em que fazia suas anotações, ergue a todo momento graças e louvores à hemeroteca digital, cuja pane, que a deixou fora do ar há poucos meses, apavorou o meio acadêmico.

Os caminhos para a pesquisa que esse acesso aos jornais do século XIX possibilitou estão perfeitamente

demonstrados nos estudos aqui reunidos. Eles revelam muito sobre a história do Brasil, mas também sobre o papel que a imprensa jogou nessa história. Mais do que a história dos jornais ou até do uso dos jornais como fonte, esses trabalhos demonstram, na prática, o papel da imprensa na história do Brasil do século XIX e o fazem também contando a história daquela imprensa.

O grande tema a assombrar a historiografia sobre aquele período, a escravidão, emerge aqui realçado pela revelação de quanto foi daninha a atividade da imprensa e de como o suposto silêncio sobre esse tema fundamental esteve submerso por opção, fruto do grande arranjo político firmado ainda na Regência entre os regressistas e os maiores e mais importantes jornais. Como revela o capítulo assinado por Alain El Youssef, foram esses os responsáveis por permitir que a Lei de 7 de novembro de 1831, que proibiu o tráfico negreiro, se tornasse uma lei para inglês ver. Pode-se acompanhar, através da imprensa, o processo de ruptura entre os líderes dos moderados, Evaristo e Bernardo Pereira de Vasconcelos. Evaristo manteve-se fiel aos ideais liberais que orientaram toda sua trajetória, apoiando a eleição e a regência una de Feijó. Vasconcelos rejeitou o liberalismo que até 1834 defendera e criou o Regresso, movimento que daria origem ao Partido Conservador.

A imprensa foi o palco em que antigos liberais se tornaram defensores intransigentes do tráfico negreiro e, quando assumiram o governo, usaram-na para sabotar a lei de 1831 de todas as formas. Um jornalista que crescera sob as bênçãos de Evaristo, Justiniano José da Rocha, seria a grande inteligência por trás dos sofismas utilizados pelos

conservadores para justificar a vista grossa que a sociedade brasileira fez diante do aumento do tráfico clandestino, que, de 18.000 africanos traficados entre 1831 e 1834, saltaria para 230.000 entre 1834 e 1840. Como conclui o autor:

Essa coalizão entre políticos, fazendeiros e a imprensa foi diretamente responsável por um dos maiores crimes da história do Brasil. A política, a economia e a sociedade que emergiram da Regência foram fortemente baseadas na exploração de africanos ilegalmente contrabandeados. Sem a atuação da imprensa, a sociedade brasileira talvez tivesse sido consolidada de outra forma.

De mesmo espírito é a revelação da imprensa como fonte fundamental para entender os esforços empreendidos ainda durante a Regência no sentido de promover a substituição do trabalho escravo pelo livre através do estímulo à imigração. Em seu capítulo, José Meléndez apresenta as ações empreendidas nesse sentido por instituições como a Sociedade Promotora da Colonização, do Rio de Janeiro, e suas congêneres em Salvador e em Santos. Lançadas entre 1835 e 1836, apesar da adesão de grandes personalidades da vida pública e da intensa atividade que desenvolveram através da imprensa, tiveram vida curta, não sobrevivendo à Regência.

Segundo o autor, por falta de documentação concernente, essas sociedades costumam ser mencionadas apenas *en passant* em trabalhos acadêmicos. Diante do volume de material que obteve nas pesquisas que fez sobre o tema na Hemeroteca Digital, Meléndez conclui que: “é na

imprensa, e não no parlamento, nem nas assembleias provinciais e nem em reuniões do Gabinete, que se devem realizar as pesquisas que dão acesso à dimensão mais completa do fenômeno”. Os jornais abrem ao pesquisador janelas que revelam um sofisticado sistema desenvolvido para identificar, transportar e receber migrantes estrangeiros nos portos brasileiros entre 1834 e 1841. Por meio de artigos de opinião, de traduções de textos sobre o tema, de anúncios publicados e de informações logísticas relativas à colonização, a imprensa revelou-se ao autor como a primeira plataforma para conhecer a articulação que possibilitou a entrada dessa leva de imigrantes durante o período regencial.

Aspecto inédito nos estudos sobre imprensa, a ação de correspondentes nacionais nos jornais da corte do Rio de Janeiro, apresentada aqui por Hendrik Kraay, demonstra o vínculo estreito que havia entre as províncias e o poder central. Na visão do autor, tais cartas teriam contribuído “para forjar a comunidade imaginada da nação brasileira”. Kraay analisou 128 cartas vindas da Bahia e publicadas em 1868 nos principais jornais do Rio, que revelaram a interação que aquele tipo de correspondência pública promovia entre a província e a capital. Revelam ainda a forma como as disputas políticas da corte se reproduziam no resto do país, espelhando a divisão que marcaria as três últimas décadas do Segundo Reinado entre liberais e conservadores. No *Jornal do Commercio*, o mais importante do período, a seção tinha um caráter imparcial e abrigava correspondentes liberais e conservadores. Mas todos os grandes jornais mantinham esse tipo de seção, que costumava ocupar um espaço generoso na

página impressa. Sinal de que atendia às expectativas do público leitor da capital.

Boa contribuição à história do ofício de jornalista é a apresentação que Kraay faz do perfil do correspondente regional e de seu cotidiano: a espera do pacote com as notícias e a pressa em escrever a coluna antes que o próximo partisse. Também chama a atenção para o caráter peculiar daquele tipo de trabalho jornalístico, mais próximo da reportagem do que da crônica, levando o autor a um exercício de objetividade, pela obrigação de descrever e interpretar os eventos para os leitores nacionais.

A atuação de José Carlos Rodrigues na imprensa brasileira é um tema que tem interessado aos historiadores, tanto pelo seu papel como editor do *Jornal do Commercio*, que adquiriu dos irmãos Villeneuve na virada do século XIX para o XX, como pela publicação, na década de 1870, nos Estados Unidos, do jornal *Novo Mundo*. No capítulo assinado por Roberto Saba, Rodrigues se revela não só como o grande agente da difusão no Brasil de uma imagem de progresso e modernidade dos Estados Unidos, depois da Guerra Civil, mas também como intermediário fundamental para a inserção de herdeiros da elite cafeeira paulistana no meio acadêmico norte-americano. E as consequências desse investimento se fizeram sentir no processo de modernização agrícola experimentado pelos cafeicultores do oeste de São Paulo a partir do trabalho de seus rebentos instruídos nos Estados Unidos.

Esse trabalho de difusão das ideias apreendidas na América do Norte foi feito pelo *Novo Mundo*, mas também por jornais publicados pelos estudantes brasileiros que se

formaram em Cornell, universidade a que Rodrigues estava ligado por laços de amizade com os dirigentes. Em seus escritos, Rodrigues e seus pupilos divulgavam as novidades tecnológicas implementadas nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que analisavam e discutiam causas e tendências do progresso daquela nação. Para os jovens estudantes paulistas e seu mentor, José Carlos Rodrigues, o importante era demonstrar que, nos Estados Unidos, a dificuldade causada pela falta de braços depois da Abolição fez a agricultura mais intensa e científica, pela adoção de modernizações tecnológicas impulsionadas pelas novas circunstâncias.

O jornal de Rodrigues e o dos estudantes, *Aurora Brasileira*, depois, sugestivamente, renomeada *Aurora Brasileira*, tinha por objetivo promover o avanço científico da agricultura e das artes mecânicas e pregavam a superioridade do trabalho livre sobre a mão de obra escrava. O discurso que difundiam baseava-se em argumentos bem distantes dos discursos humanitários dos abolicionistas brasileiros e, como diz o autor, possibilitou que Rodrigues obtivesse o apoio dos maiores cafeicultores brasileiros. A ponto de as mesmas ideias serem defendidas por um rico fazendeiro, o futuro presidente do Brasil, Campos Sales, em artigo publicado na *Gazeta de Campinas*.

A ideia central era que a substituição gradativa do homem pela máquina e do escravo pelo trabalhador livre, suficientemente instruído para operá-las, levaria a uma considerável economia de tempo e dinheiro. A partir da boa aceitação desse discurso entre o público leitor dessas publicações no Brasil, elas passaram a ter também uma boa

carteira de anunciantes que vendiam locomotivas, fertilizantes, ferramentas, implementos agrícolas etc. Os estudantes paulistanos formados nas universidades americanas sob a influência de Rodrigues voltaram para o Brasil e foram atores importantes no processo de industrialização e modernização do Estado de São Paulo.

Outra fonte de pesquisa bem promissora é a seção conhecida como “A pedidos”, que figurava obrigatoriamente nos jornais entre as três últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Tereza Cribelli analisou os “A pedidos” publicados no *Jornal do Commercio* em janeiro de 1870 e, com essa amostra, abriu uma vereda para estudos bastante abrangentes sobre a sociedade brasileira daquele período. Incluindo uma variedade de vozes, de estilos, de insultos criativos e de humor e cobrindo um amplo leque de assuntos, desde queixas contra os serviços públicos, questões entre particulares, mensagens de amor, ofensas, agradecimentos e homenagens, a seção “A pedidos” oferece, como diz a autora, uma visão única dos sentimentos dos brasileiros naquele contexto.

O fato de poderem ser publicadas por quem quer que tivesse os trocados necessários para pagar por algumas linhas impressas no jornal fazia com que ações, pensamentos e experiências da vida privada das pessoas comuns invadissem a esfera pública. A seção, que já era publicada no *Jornal do Commercio* nos anos 1850, ocupava, modestamente, a segunda página, vindo logo depois dos noticiários nacionais e internacionais. Mas seu sucesso foi tamanho, e os ganhos extras que o jornal obtinha com o pagamento dessas

mensagens fizeram com que, na década de 1870, passasse a ser publicada na primeira página.

Dois outros capítulos deste livro contemplam a presença do “homem de cor” na sociedade brasileira em perspectivas bem diversas. Rodrigo Camargo de Godoi analisa a inserção de escravos na sociedade letrada a partir da atuação de muitos deles nas gráficas que se multiplicaram no Rio de Janeiro durante o Segundo Reinado. Apesar das restrições que havia com relação à educação do elemento escravizado, o acesso à variedade das publicações, além do aprendizado da leitura possibilitado pelo trabalho nas tipografias, influía também na criação de um público leitor entre os escravizados.

O Homem foi um jornal publicado por um mestiço da elite para denunciar o preconceito racial na sociedade pernambucana. Seu objetivo era claramente demonstrar que, apesar da Constituição garantir direitos iguais para todos, na prática os homens negros livres eram discriminados nos concursos públicos, proibidos de se reunir em manifestações e até mesmo demitidos de seus empregos por causa da cor. Celso Thomas Castilho, que assina esse capítulo, chama a atenção para o fato de que as reações contra o jornal por parte de outros órgãos da imprensa local demonstraram que *O Homem* incomodava justamente por representar uma quebra no tradicional tabu contra a publicização da discriminação racial.

O caráter panorâmico de alguns textos certamente tornará o livro mais interessante para o leitor anglófono. Marcelo Basile apresenta a imprensa política brasileira entre 1822 e 1840 a partir de conclusões obtidas em trabalhos de

outros colegas e nos seus próprios. Ludmila de Souza Maia se detém sobre um gênero que chegou aos nossos dias, a crônica, e seu papel na imprensa do século XIX como laboratório para a revelação e o desenvolvimento de talentos literários. Em panorama ainda mais abrangente, Mathew Nestler e Zephyr Frank traçam a história da imprensa brasileira do século XIX do ponto de vista de questões associadas a uma perspectiva econômica e publicitária entre 1820 e 1890. Finalmente, mas não menos importante, o capítulo de Arnaldo Lucas Pires Júnior apresenta a imprensa satírica ilustrada que tanta força teve no Brasil da segunda metade do século XIX, comparecendo aos debates centrais em torno da Guerra do Paraguai, da Abolição e da Proclamação da República.

Reunião de trabalhos de autores dedicados à história da imprensa com os de outros autores que até então usaram a imprensa como uma das fontes de seus estudos, este livro representa o merecido reconhecimento à Hemeroteca Digital Brasileira, mas é também um estímulo para a realização de mais estudos que problematizem a imprensa e o ativo papel que sempre exerceu na transformação (ou conservação) da sociedade brasileira.

Publicada na revista *Almanack* em julho de 2022.

Sob o signo das utopias: os anos 1970 e o nascimento de uma nova esquerda

Maria Paula Nascimento Araújo. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, 190 p.

Mario Quintana tem um versinho chamado “Das utopias” que diz assim: “Se as coisas são inatingíveis, ora,/ não é motivo para não querê-las/ que triste os caminhos se não fora/ a presença distante das estrelas”. Nessa fórmula sintética, o gentil poeta gaúcho homenageia os revolucionários de todos os tempos e lugares, aqueles sonhadores que, acreditando na possibilidade de um mundo melhor, arriscaram suas vidas para fazer deste sonho uma verdade. Escrito de forma clara, didática e objetiva, num texto que equilibra bem análise e informação, o livro de Maria Paula Nascimento Araújo nos fala de um tempo e de uma geração que foram marcados pelo signo das utopias.

Quando entrei na UFRJ, em 1978, para cursar Ciências Sociais, recém-chegada do Ceará, o que mais me admirou ver foi a ferveção dos corredores da universidade, tomados pelas inúmeras tendências do movimento estudantil. Para mim, o cenário era bastante confuso, pois, desconhecendo as nuances da esquerda (aquilo que um livro reacionário daquele tempo chamava de “os sete matizes do vermelho”), todos os discursos me pareciam iguais. Era difícil entender por que meus colegas do MR8, do MEP, da Convergência, da AP, do PCdoB e do Partidão brigavam tanto se todos queriam o fim da ditadura e a vitória final do socialismo.

Maria Paula era, nos anos 1970, estudante de História na PUC e participou intensamente daquele debate. Debate que nos apresenta aqui, identificando o caráter específico de cada uma das tendências da esquerda do período. A autora se detém na origem do que então se chamou de esquerda alternativa, a que surgiu após o Maio de 68 francês, mas que foi antecedida, aqui no Brasil, pelo primeiro racha do Partidão, aquele que deu origem ao PCdoB. Ela procura situar a também chamada nova esquerda brasileira no contexto da crise das esquerdas internacionais.

Segundo Maria Paula, um processo de renascimento do pensamento marxista vinha crescendo desde 1950, a partir das revoluções chinesa e cubana, do processo de descolonização e dos movimentos estudantis europeus e americanos. Nos anos 1960 e 1970, grupos, movimentos, partidos e organizações tentaram reinventar a política, produzindo o que chamavam de “crítica pela esquerda” aos partidos comunistas e socialistas tradicionais, bem como à burocratização da política. *New Left* nos Estados Unidos, *Gauche Prolétarienne* na França, *Il Manifesto* e *Lotta Continua* na Itália faziam uma crítica violenta aos partidos comunistas dos quais se originaram.

No Brasil, no entanto, a ditadura militar fazia a diferença, atenuando o conflito entre as esquerdas. Aqui, o rompimento político e teórico com o marxismo não foi a questão mais importante; ao contrário, o esforço era o de incorporar à cultura marxista as novas questões que estavam sendo levantadas. A autora recupera de forma bastante feliz a história desses vários movimentos estrangeiros, tendo o cuidado de situar a base teórica que os orientava.

Também, de maneira crítica e inteligente, revê o pensamento que esteve na base da luta armada e da guerrilha no Brasil e no mundo. Frantz Fanon, um médico psiquiatra que esteve na Argélia, relatou em seu livro *Os condenados da terra* os horrores da guerra colonial, pregando como resposta àquele espetáculo de violência e barbárie a violência do colonizado contra o colonizador. No prefácio do livro de Fanon, Jean-Paul Sartre foi ainda mais longe, radicalizando suas ideias. Para Sartre, só a violência podia apagar as marcas da violência; o colonizado só se curaria da neurose colonial fazendo o colonizador passar pelas armas. Durante os anos 1960, essas ideias dariam filhotes e uma parte da esquerda ocidental, impulsionada também pelas guerras anticoloniais, passaria a construir opções políticas cada vez mais calcadas na afirmação teórica e prática da violência.

Esta tendência começaria a refluir ainda na primeira metade da década de 1970, com o fracasso da luta armada no Brasil e no mundo. Fracasso que aqui teria sido de duas ordens: derrota militar em função da violenta repressão que esses movimentos sofreram por parte do regime e mudança do clima político, onde a valorização teórica e prática da violência perdia terreno. Ao mesmo tempo, as manifestações de Maio de 68 na França produziram também uma renovação no campo das ideias, com a valorização do cotidiano, do indivíduo, das relações pessoais, dos sentimentos e das emoções. Essa corrente de ideias, cuja manifestação prática mais expressiva foi o movimento feminista, apontava no sentido de uma revolução que passasse, necessariamente, por uma transformação pessoal e subjetiva, pelo rompimento com outros aspectos da

violência revolucionária. Segundo Maria Paula, o movimento feminista ajudou a promover a transição entre a esquerda armada e a esquerda alternativa.

Para entender o processo de formação dessa nova esquerda revolucionária, a autora estudou a trajetória da nossa imprensa alternativa. O processo vivido por aqueles jornais constitui, a seu ver, uma das contradições mais importantes daquela imprensa: eles representavam a busca de um espaço legal de atuação política, mas sua dinâmica era dada por partidos e organizações de esquerda que, por mais que visassem ao exercício democrático e ao pluralismo, reproduziam vícios típicos da clandestinidade. Por não conseguirem superar essa marca, diz Maria Paula, os jornais alternativos de esquerda da década de 1970 pautaram sua atuação por uma série de divergências, cisões e acusações de “aparelhamento” partidário. *Versus* e *Em Tempo* foram os dois jornais que a autora escolheu para demonstrar esse processo.

Aqueles que foram jovens nos anos 1970 e 1980, que estiveram na universidade durante aquele período, encontrarão na leitura desse livro uma infinidade de reminiscências. Ele nos proporciona uma volta àqueles anos em que quase todos nós, de uma maneira ou de outra, estivemos tomados de paixão e que, apesar dos pesares, diante do desencanto geral com que assistimos ao início do novo milênio, ainda podem ser recordados como os melhores anos do resto de nossas vidas.

Publicada na revista *Comunicação & Sociedade* em dezembro de 2001.

As infinitas vantagens da vergonha: sobre alguns temas em Thomas Mann

Novamente o invadiu, então, dos pés à cabeça, aquela sensação de gozo dissoluto por que passara, quando, a título de experiência, se sentira livre da pressão da honra e desfrutara as ilimitadas vantagens que acarreta a vergonha (*A Montanha Mágica*).

Um mundo de sagrado desfiguramento, cheio de vida assustadora, envolveu o coração do fascinado e seu coração sonhou delicadas fábulas (*Morte em Veneza*).

1.

Quando resolvi empreender esta escalada à *Montanha Mágica*, não imaginava as dificuldades que se imporiam: uma certa insegurança no lidar com um autor da envergadura de Mann, o meu conhecimento apenas parcial de sua obra e de sua biografia me imobilizaram logo no início. Procurei superar essas dificuldades procedendo ao levantamento detalhado das questões que me pareciam ser as mais palpitantes no livro. Saltavam-me aos olhos como óbvios os dois grandes impactos da Montanha sobre a alma jovem de Hans Castorp: o tempo e o que, mais de uma vez, o autor chamara de “as infinitas vantagens da vergonha”. Foi ao

tentar elaborar estas últimas que me dei conta de que, mais que a estranha plasticidade do tempo no Sanatório, este fora o grande impacto da Montanha sobre Castorp. Na minha visão, a ele se relacionavam a todas as demais questões: vida, morte, doença, trabalho.

2.

Ousaria mesmo dizer que esta fórmula é a base de tudo o que conheço da obra de Mann: a propensão para o abismo, à beira do qual se debruçam todos os atormentados personagens de sua galeria, divididos entre o puritano mundo burguês germânico e a sua essência artística e/ou sensual. Em virtude dessa conclusão, que também se baseou na releitura de *Tonio Kroeger*, *Morte em Veneza*, *Os Buddenbrooks*, *Mario e o Mágico*, *Sua Alteza Real*, *Carlota em Weimar* e nos contos de *Os Famintos*, resolvi, partindo da saga de Hans Castorp na *Montanha Mágica*, comparar esta última obra com momentos de algumas das acima mencionadas no que concerne ao tema geral deste artigo. Este empreendimento já ia bastante adiantado quando li o capítulo “Illness as a Vocation”, do livro de Harvey Goldman que consta da nossa bibliografia. Goldman selecionou, do texto da *Montanha Mágica*, justamente os aspectos e as citações que me haviam chamado a atenção, com tratamento diverso do que eu estava dando ao problema. Resolvi só recorrer ao texto de Goldman a título de ilustração e sem entrar em debate com ele.

Não posso, no entanto, evitar uma comparação entre a visão expressa por Max Weber em *Ciência como Vocação* e *A Ética Protestante* e o imaginário de Thomas Mann. Mann tem sua obra marcada pelo signo da decadência. Decadência que corrói o personagem e o seu mundo, desestabilizando as bases deles. A natureza de seus heróis se vê, quase sempre, paralisada diante de um mundo normatizado e que já não consegue fornecer estímulo para a verdadeira vocação. O longo processo de “desencantamento do mundo” criou quadros fixos, circuitos fechados, esvaziando o caráter vocacional do trabalho. Tal como Weber diz no final de *A Ética Protestante*: “O puritano queria trabalhar numa vocação; nós somos forçados a viver assim. A perda da magia foi o resultado final de um longo processo que acabou por tirar o sentido da vida para o homem civilizado”. A crueza dessa realidade se revela aos olhos dos que escolheram a *Ciência como Vocação*. É a esses que Weber clama com vigor:

A quem não é capaz de suportar virilmente este destino de nossa época só cabe dar o conselho seguinte: volta em silêncio, sem dar a teu gesto a publicidade habitual dos renegados, com simplicidade e recolhimento aos braços abertos e cheios de misericórdia das velhas igrejas.

Mas ele lembra também que quem o fizer será compelido a fazer “o sacrifício do intelecto”. O apelo de Weber parece ecoar nas palavras de Settembrini quando Hans Castorp mergulha em experiências esotéricas:

Respeite a parte da humanidade que encerra em si, engenheiro – exortou-o – tenha confiança no raciocínio claro, humano, e abomine as contorções do cérebro, o atoleiro espiritual! Ilusões? Mistérios da vida? Qual nada, caro mio! Quando entra em decomposição a coragem ética de optar e de fazer uma distinção entre conceitos como a impostura e a realidade, acaba-se a vida em geral, da mesma forma que o juízo, os valores e o ato civilizante. Começa então a obra atroz de um processo de putrefação, causado pelo ceticismo moral.

É bem verdade que a exortação de Weber é essencialmente diversa da de Settembrini no que diz respeito aos valores positivos expressos nesta última. Mas também fala de escolha, da opção que cada um tem que fazer diante da vida. Uma escolha que seria menos em valores positivos do que transcendentais.

[...] a vida, enquanto encerra em si mesma um sentido e enquanto se compreende por si mesma, só conhece o combate eterno que os deuses travam entre si ou – evitando a metáfora – só conhece a incompatibilidade das atitudes últimas possíveis, a possibilidade de dirimir seus conflitos e, conseqüentemente, a necessidade de se decidir em prol de um ou de outro.

Esses conflitos, essa incapacidade de decidir, marcarão toda a trajetória que Hans Castorp viverá ao longo de mais de sete anos na *Montanha Mágica*.

3.

A Montanha Mágica conta a história de Hans Castorp, um jovem hamburguês, oriundo de uma tradicional família de comerciantes, que vai visitar seu primo Joachim no Sanatório de Berghof, em Davos, nos Alpes suíços. Mann relata sua infância, a história de suas perdas: a mãe, o pai e o avô, e de como a morte passara a ter um significado todo especial para o jovem Castorp. Significado esse profundamente ligado às tradições de sua família e ao seu próprio destino. No convívio com o velho avô, a própria imagem da tradição germânica, Castorp se via fascinado pela história de seus ancestrais, a sucessão de antepassados que haviam sido banhados na mesma pia batismal.

E se apoderava do menino uma sensação já muitas vezes experimentada, a impressão estranha, entre sonhadora e angustiada, de algo que desfilava sem se mover, que se mudava e contudo permanecia, algo que era reiteração tanto quanto vertiginosa monotonia – impressão que ele conhecia de outras ocasiões, e cuja volta esperava e desejava. Era em parte pelo prazer de senti-la mais uma vez que pedia ao avô que lhe mostrasse a relíquia da família na sua imutável progressão.

A imagem da cadeia familiar “na sua imutável progressão” foi usada pelo pai de Antonie Buddenbrook a fim de fazê-la decidir pelo desastrado casamento que acabou por realizar. Argumentando que todos somos elos de uma cadeia, que não somos donos do nosso destino, Jean

Buddenbrook fez com que a filha desistisse de um projeto romântico de matrimônio em favor da tradição comercial da família. Se essa imagem foi suficientemente forte para arruinar a vida da tola Tony Buddenbrook, ela não foi, no entanto, forte o suficiente para despertar em Hans Castorp as forças vivas que fariam dele um herdeiro digno de seu avô.

Hans Castorp, chamado de “filho enfermigo da vida”, é um herói típico da galeria de personagens divididos de Mann. Antes da ida para o sanatório, a sua vida seguia um curso normal, sem brilho, obedecendo à cadeia da qual ele se sentia como elemento necessário. O autor hesita em chamá-lo “mediocre”, pois fora um aluno apenas regular e não se dispusera a grandes esforços.

É apenas porque não via “nenhum motivo para empreendê-los”. É precisamente por isso que não o chamamos de mediocre, já que ele percebia, desta ou daquela forma, a ausência de tais motivos.

Castorp, no começo de sua trajetória, tal como Thomas Buddenbrook no final da sua, intuía a falta de sentido da profissão que teria de seguir por força da tradição. Tanto para um quanto para outro, cada um a seu tempo, a vida, o trabalho, a pequena realidade à volta não se constituíam em motivos suficientes para seguir, com o mesmo ímpeto que a elas dedicaram seus ancestrais, a trajetória que previamente lhes traçara o destino. Mann faz um diagnóstico desse sentimento de “desencanto do mundo” que identifica no personagem e cuja origem atribui à época em que se vivia.

O homem não vive somente a sua vida individual; consciente ou inconscientemente participa também da vida da sua época e dos seus contemporâneos. Até mesmo uma pessoa inclinada a julgar absolutas e naturais as bases gerais e ultrapessoais da sua existência, e que da ideia de criticá-las permaneça tão distante quanto o bom Hans Castorp – até uma pessoa assim pode facilmente sentir o seu bem-estar moral um tanto diminuído pelos defeitos inerentes a essas bases. O indivíduo pode visar a numerosos objetivos pessoais, finalidades, esperanças, perspectivas, que lhe deem o impulso para grandes esforços e elevadas atividades; mas, quando o elemento impessoal que o rodeia, quando o próprio tempo, não obstante toda a agitação exterior, carece no fundo de esperanças, perspectivas, quando se lhe revela como desesperador, desorientado e falto de saída, e responde com um silêncio vazio à pergunta que se faz consciente ou inconscientemente, mas em todo caso se faz, a pergunta pelo sentido supremo, ultrapessoal e absoluto, de toda atividade e de todo esforço – então se tornará inevitável, justamente entre as naturezas mais retas, o efeito paralisador desse estado de coisas, e esse efeito será capaz de ir além do domínio da alma e da moral, e de afetar a própria parte física e orgânica do indivíduo. Para um homem se dispor a empreender uma obra que ultrapasse a medida das absolutas necessidades, sem que a época saiba uma resposta satisfatória à pergunta ‘Para quê?’, é indispensável ou um isolamento moral e uma independência, como raras vezes se encontram e têm um quê de heroico, ou então uma vitalidade muito robusta. Hans Castorp não possuía nem uma nem outra

dessas qualidades, e portanto deve ser considerado medíocre, posto que num sentido inteiramente decoroso.

Apesar da falta de sentido da vida e do mundo à sua volta, a natureza jovem de Castorp estava ainda imbuída de respeito pelo símbolo maior da realidade em que vivia: o trabalho. Sua relação com este, tal como a que mantivera com os estudos, era apenas de respeito, sem amor, sem paixão. Poderíamos acrescentar, com Max Weber, e fazendo eco às palavras de Mann acima citadas, que, para um homem, enquanto homem, nada tem valor, a menos que ele possa fazê-lo com paixão. E Castorp, apesar de reconhecer no trabalho um valor em si, não era de forma alguma apaixonado por ele. Ele sabia que o trabalho era o princípio em face do qual uma pessoa se saía bem ou malograva; era o que havia de absoluto na época e, apesar de reconhecer que o trabalho trazia em si a sua justificativa, não se dava bem com ele. Qualquer esforço maior irritava-lhe os nervos e, ao trabalho, preferia as horas de lazer. Era uma contradição que esperava resolver um dia.

Talvez assim é que o seu corpo tanto como o seu espírito – em primeiro lugar o espírito e, sob a sua influência, também o corpo – se teriam dedicado ao trabalho com maior prazer e intensidade, se Hans Castorp, no âmago da sua alma, naquelas profundezas que ele mesmo ignorava, tivesse sido capaz de crer no trabalho como valor absoluto e princípio que se justificasse a si próprio, e de achar sossego nesse pensamento.

Produto mal-acabado de seu meio, filho do tempo, foi com essa bagagem que Hans Castorp desembarcou na *Montanha Mágica*. A contradição que permeava sua relação com o trabalho é que determinara sua exclusão do mundo útil e prático; ela é que motivara a pequena indisposição que o obrigara a visitar o primo no sanatório. Como intuirá mais tarde, corpo e alma, no seu caso, talvez jogassem uma partida cujo resultado já tinham combinado de antemão.

4. Encontro com Settembrini

No sanatório já estava o primo Joachim, que se tratava de uma enfermidade nos pulmões. Joachim, uma alma reta, formada para a vida militar, seguia com uma disciplina de caserna as regras do tratamento. Joachim queria curar-se. Ele inicia Castorp nos hábitos do sanatório, procura familiarizá-lo com o ambiente. Castorp, por sua vez, se surpreende agradavelmente com a rotina do sanatório. Aos poucos, apesar do choque com as atitudes dos doentes diante da vida, a alegre irresponsabilidade com que a morte é encarada, a sensualidade que permeia as relações, vai se deixando ficar. Mais que tudo, choca-o, desde o primeiro dia, a atitude de alguém que, ao entrar no refeitório, deixa a porta bater atrás de si com estrépito. Atitude tão em desacordo com os modos em que Castorp fora educado que ele desenvolve um interesse obsessivo por esse alguém. É uma mulher da mesa dos russos distintos, Cláudia Chauchat, por quem Castorp viverá uma paixão que será um dos fatores da sua permanência no sanatório.

O fascínio por Cláudia, a magia do tempo imutável – aprisionado na rotina que faz com que ele deixe de ser uma referência razoável – prendem Castorp ao sanatório. Mergulha em reflexões e estudos sobre a vida, sua origem, seu sentido. É nessa circunstância que conhece o latinista Ludovico Settembrini. A figura simpática e bem-falante do homem de letras diverte e instiga a curiosidade de Castorp. Ao mesmo tempo, seu ideário pesadamente liberal não deixa de provocar uma certa ironia da parte daquele que Settembrini elege como seu pupilo. Hans Castorp escuta-o com algum respeito e alegre descuido.

Hans Castorp sabia por que escutava os discursos de Settembrini; não que fosse capaz de explicar os motivos com clareza, mas sabia-os. Havia entre eles uma espécie de senso do dever, além daquela ausência de responsabilidade, peculiar às férias de um viajero e visitante, que não se fecha a nenhuma impressão e deixa as coisas se aproximarem, na certeza de que amanhã ou depois abrirá as asas e voltará à ordem habitual.

O aspecto caricato de Settembrini é realçado desde sua primeira aparição, reforçado por observações irônicas do autor e do próprio protagonista. Descrevendo-lhe o aspecto, Mann realça-lhe, no vestuário (longe da elegância), as calças de xadrez amarelo, o paletó comprido; na fisionomia, o bigode suavemente ondulado e os olhos negros, elementos que fizeram Castorp logo pensar: um tocador de realejo. Mais tarde, quando Naphta atacar o moralismo de Settembrini, lembrará o jeito como este “pisca os olhos às moças”. Castorp o descrevera a Mynheer Peeperkorn como

um “patriota democrático” que consagrou sua lança de cidadão sobre o altar da humanidade, para que, de futuro, os direitos alfandegários do salame sejam pagos na fronteira de Brenner. E, quando os primos visitam pela primeira vez a casa de Settembrini, é o narrador que ironiza o personagem, descrevendo-lhes a surpresa diante da revelação de que as cadeiras em que se sentavam tinham pertencido ao avô carbonário de Settembrini.

E mais ainda: as cadeiras provinham do avô, o carbonário; haviam feito parte da mobília do seu escritório em Milão. Isso era impressionante. A fisionomia das cadeiras tomava aos olhos dos jovens ares de insubmissão política. Joachim levantou-se daquela em que se instalara inocentemente, com as pernas cruzadas e olhou-a desconfiado, sem voltar a sentar-se.

O encontro com Settembrini e a história dos ancestrais de ambos levam Castorp à comparação entre a sua própria origem e a do italiano. Do lado de seu avô estava a tradição, e do outro, a revolução.

Pois o avô de Settembrini combatera com o fim de obter direitos políticos, ao passo que a seu próprio avô ou, pelo menos, aos antepassados dele, haviam pertencido, originalmente, todos os direitos e fora a canalha que lhes arrancara no decorrer de quatro séculos, por meio da violência e de chavões... Eis que um e outro tinham andado vestidos de preto, o avô do norte e o do sul, cada qual com o objetivo de interpor uma rigorosa distância entre si mesmo e o malvado presente.

Mas um agira assim por piedade, em homenagem ao passado e à morte, para os quais pendia a sua natureza; e o outro, ao contrário, por rebeldia, a fim de honrar um progresso inimigo da piedade.

Mas é Settembrini quem se empenha em arrancar Castorp da vida ociosa que levava no sanatório para devolvê-lo ao seu mundo – o mundo do trabalho, o mundo burguês, aos valores universais da humanidade que se erguiam acima das diferenças entre os dois avós.

Para Settembrini, o problema da humanidade se colocava entre o Ocidente e o Oriente – o primeiro representava o direito, a liberdade, a ciência e o progresso; o segundo, a tirania, a força, a superstição e a estagnação. A Europa era para ele a terra da rebelião, da crítica e da atividade transformadora, ao passo que o continente oriental encarnava a imobilidade, o repouso inerte. Settembrini via como sintoma maior do caráter pervertido da influência oriental a “prodigalidade bárbara” com que os russos, no seu exemplo, lidavam com o tempo.

É fácil chegar à conclusão de que o pouco caso que essa gente faz do tempo está relacionado com a vastidão selvagem do seu país. Onde há muito espaço há muito tempo. Diz-se que eles são o povo que tem tempo e pode esperar. Nós, os europeus, não o podemos. O tempo que temos é tão exíguo quanto o espaço do nosso continente nobre e delicado nos seus contornos.

Ainda na mesma chave do que Settembrini considera oriental, estranho ao laborioso Ocidente, estará a sua

interpretação do protestantismo (luterano). Este encerraria em si elementos do “quietismo e do ensinamento hipnótico” que não seriam europeus e que seriam mesmo “hostis à lei vital deste continente altivo”. Chama a atenção para os retratos de Lutero, em quem identifica traços asiáticos.

Settembrini combate com determinação o efeito hipnótico e mágico que o ambiente da montanha exerce sobre Castorp. Apela para os seus brios germânicos, realçando o caráter enérgico e fleumático do povo alemão. Castorp contrapõe a ele que fleumático e enérgico é o mesmo que frio e duro, o mesmo que cruel. E reconhece que, daquela distância, deitado sobre sua espreguiçadeira no Sanatório de Berghof, a atmosfera da planície lhe parecia cruel e inexorável. Ao que Settembrini contra-argumentaria:

Não quero disfarçar as formas particulares que a crueldade natural da vida assume no seio da sociedade do seu país. Seja como for, a acusação de crueldade é uma acusação bastante sentimental. Lá embaixo, o senhor dificilmente a teria empregado, por receio de parecer ridículo perante si mesmo. Com toda razão abandonou o seu uso aos covardes da vida. Que o senhor se sirva dela agora revela esta desambientação que eu não gostaria de ver intensificar-se, pois quem se habitua ao emprego de tais qualificativos pode facilmente acabar ficando perdido para a vida e para a forma de existência que lhe é inata.

A referência à origem germânica de Castorp, que este mesmo já criticara no diálogo acima, será identificada por

Settembrini em imagens em que referências à relação da Alemanha com o mundo do pré-guerra são explicitadas.

O senhor e o seu país guardam um silêncio cheio de reserva, um silêncio cuja falta de transparência não permite avaliar-lhe a profundidade. Não gostam da palavra, ou não sabem servir-se dela, ou ainda a tratam, de modo pouco amistoso, como coisa sagrada; em todo caso, o mundo articulado ignora e não está sendo informado a quantas anda. [...] A língua é a própria civilização. [...] Os outros chegam a suspeitar que vocês procurarão romper esse isolamento por meio de atos.

O discurso de Settembrini é um chamado à vida contra a morte. A morte, como Castorp reconhecia, era um elemento de sua natureza, pois aprendera cedo a viver com ela. É essa experiência que agita como argumento em defesa de sua inércia e de seu desencanto do mundo frente à verbosidade militante de Settembrini. Este traduz para a boa forma o sentimento de Castorp para com a morte.

O senhor quer dizer – explanou – que o contato prematuro e repetido com a morte produz uma disposição fundamental da alma que nos torna sensíveis e melindrosos no que se refere às durezas e às crueldades da indiferente vida coletiva, ou, digamos, ao seu cinismo.

Mas Castorp queria dizer mais do que isso. Desde pequeno visionara a morte com dois aspectos: um piedoso, significativo, de melancólica beleza, era o seu aspecto

religioso; o outro, físico, material, que não era possível qualificar de belo, significativo, piedoso, nem sequer de triste. De qualquer maneira, a morte sempre se lhe confundirá com a imagem que guardara do avô no retrato da casa onde passara a infância, vestido com todo o rigor, usando uma golilha espanhola, enquanto em vida usaria um simples colarinho moderno. Diante da morte tudo era respeitoso silêncio, contenção. E a vida parecia-lhe mais digna quando diante dela nos conduzíamos como se estivéssemos diante da morte. Expressará seu sentimento ao primo Joachim, lembrando a cena do *D. Carlos*, de Schiller. A atitude contida e respeitosa diante da vida encontra, para Castorp, a sua mais correta representação na imagem da corte espanhola. *D. Carlos* era também a leitura preferida do jovem Tonio Kroeger.

Você já viu no teatro o *Dom Carlos* e as coisas que se passaram na corte espanhola, quando entra o Rei Filipe todo vestido de preto, com a Ordem da Jarreteira e a do Tosão de Ouro, e tira lentamente o chapéu, que se parece muito com os nossos chapéus-coco. Levanta-o e diz: ‘Cobri-vos, meus grandes!’ ou qualquer coisa nesse sentido. Não se pode negar que isso é um comportamento sumamente comedido. Nela nada nos lembra relaxamento e costumes descuidados. Pelo contrário, a própria rainha diz: ‘Na minha França tudo era diferente’. Claro, ela acha que tudo isso é excessivamente complicado e meticuloso; desejaria um ambiente mais alegre, mais humano. Mas que quer dizer humano? Tudo é humano. O elemento devoto, humildemente solene, rigorosamente regulado, que é peculiar

aos espanhóis, é um gênero muito digno da humanidade, penso eu, e, por outro lado, essa palavra ‘humano’ pode encobrir qualquer desordem e negligência.

Essa maneira mais digna, mais contida de conduzir-se na vida como se diante da morte, nobilitando-a, emprestando-lhe dignidade, ressurgirá no discurso apaixonado de Castorp para Cláudia, na noite de seu único encontro.

Mais la mort, tu comprends, c'est d'une part une chose mal famée, impudente, qui fait rougir de honte; et d'autre part c'est une puissance très solennelle et très majestueuse – beaucoup plus haute que la vie riante gagnant de la monnaie e farcissant les panses – beaucoup plus vénérable que le progrès qui bavarde par les temps – parce qu'elle est l'histoire et la noblesse et la pitié et l'éternel et le sacré qui nous fait tirer le chapeau et marcher sur la pointe des pieds...

Contra essa sublimação da morte se ergue outra vez a voz poderosa de Settembrini. Para ele, a morte só faz sentido como parte, complemento, berço da vida, não contra a vida. O contrário de “sadio, nobre, sensato e religioso” é separá-la espiritualmente da vida. Cabe ao espírito soberano, com sua vontade livre, que é quem determina o mundo moral, conservá-la assim. Quando a morte é liberada pelo espírito para se fazer uma potência própria, um princípio antagônico da vida, ela se torna “a grande sedução e o seu império é o da voluptuosidade”. A morte é voluptuosa, completa, porque

traz a redenção pelo mal. Dissolve a ética e a moralidade, redime da disciplina e da moderação, liberta para a volúpia. A morte, ainda segundo Settembrini, é fenômeno racional, fisiologicamente necessário e simpático. Perder um tempo excessivo com a sua contemplação é roubar à vida o que lhe cabe.

5. Settembrini X Naphta

Um pensamento mais organizado que o de Hans Castorp se erguerá contra o ideário de Settembrini. É o de Leo Naphta, o judeu jesuíta, companheiro de pensão. A tudo que Settembrini afirma contradirá com um argumento; defenderá a morte contra a vida, a doença contra a saúde, a tirania contra a liberdade, a religião contra a ciência, o terror contra o progresso. Mistura de aristocrata e revolucionário, ele desenha para Castorp o mapa do mundo desencantado, revela as entranhas apodrecidas do mundo liberal capitalista que se originara de discursos como o de Settembrini. A ciência não ensinara aos homens o caminho da felicidade, ela não responde às questões essenciais da existência. Todas as fórmulas iluministas teriam fracassado e a forma de liberdade proposta pelo credo liberal criara o regime mais desumano de exploração do homem pelo homem.

O senhor observa que a moral econômica cristã, com toda a sua beleza e mentalidade humana, cria servos. Eu oponho a isso que a causa da liberdade – ou das cidades, como se poderia dizer de uma forma mais concreta – que essa causa, por

elevada e ética que seja, acha-se historicamente ligada à mais desumana degeneração da moral econômica, a todas as atrocidades do espírito moderno de comerciantes e especuladores, à dominação diabólica do dinheiro e dos negócios.

Naphta denuncia a falta de grandeza do homem sob o credo liberal. No utilitarismo não havia lugar para o herói, a vida despia-se de grandeza, sua lógica prática servia apenas para se chegar um dia a ser rico, sadio e feliz. A ciência não passaria de um mito, pois por trás de cada ato haveria sempre uma fé, um conceito do mundo, uma vontade, e caberia à razão explicá-los. “Verdadeiro é o que convém ao homem”, sentencia Naphta, e o homem representa para ele a medida das coisas, sua salvação é o critério da verdade.

A idade “conquistadora”, heróica, dos seus ideais há muito que passou; esses ideais estão mortos ou agonizantes, e aqueles que lhes darão o golpe de misericórdia já se acham próximos. [...] O princípio da liberdade cumpriu o seu destino e chegou a ser antiquado nos últimos quinhentos anos. [...] Todas as organizações verdadeiramente educadoras souberam sempre o que em realidade deve ser o último objetivo da pedagogia: a autoridade absoluta, a obrigação de ferro, a disciplina, o sacrifício, a renúncia a si próprio, o domínio da personalidade. Em última análise, desconhece e não ama a juventude quem pensa que ela sente prazer diante da liberdade. O que ela aprecia mais é a obediência. [...] O segredo e a existência da nossa era não são a libertação e o desenvolvimento do eu. Do que ela necessita, o que deseja, o que criará é o terror.

Naphta realça, no seu individualismo, o caráter religioso e acorde com a perspectiva disciplinar que advoga, em oposição ao individualismo burguês de Settembrini.

Como já me permiti observar, o seu individualismo é deficiente, é apenas um compromisso. Corrige a sua ética pagã por meio de um pouco de cristianismo, um pouco de direito do indivíduo e um pouco de pretensa liberdade. Isso é tudo. Um individualismo, porém, que parta da importância astrológica da alma individual, um individualismo não social, mas religioso, que concebe a humanidade não como o antagonismo entre a carne e o espírito – tal individualismo genuíno se harmoniza muito bem com a comunidade mais intensamente coercitiva [...].

A doença surgira como tema muitas páginas antes num elogio que dela fizera Castorp ao italiano, realçando-lhe o que lhe parecia ser seu caráter nobilitante. Settembrini, com a veemência que o caracteriza, rebaterá o argumento, lembrando que esse culto à doença tinha sua origem em épocas “supersticiosas, acossadas de remorsos”, que consideravam a harmonia e o bem-estar suspeitos e em que a debilidade era um “passaporte para o céu”. E concluía:

Mas a razão e o Iluminismo dissiparam essas sombras que pairavam sobre a alma da humanidade; verdade é que ainda não terminaram a sua obra, e a luta continua. Esta luta, meu caro senhor, chama-se trabalho, trabalho terreno, trabalho em prol da Terra, da

honra e dos interesses da humanidade. E temperadas, dia a dia, por essa luta, aquelas forças acabarão por libertar o Homem e por guiá-lo pelos caminhos do progresso e da civilização, rumo a uma luz cada vez mais clara, mais sua e mais pura.

Esse discurso, ao fundo do qual quase se podem ouvir os acordes da “Marselhesa”, foi pronunciado num dos primeiros encontros entre Castorp e Settembrini. O próprio Castorp não deixará de indagar de si para consigo, com alguma ironia, como provocara essa avalanche de chavões. Mais de acordo com o seu próprio sentimento a respeito dessa matéria talvez estivesse o pensamento sombrio de Leo Naphta. Este faz a defesa da doença, declarando que “ser homem é ser doente” e que é o fato de estar doente que o torna homem. Com a mesma veemência de Settembrini, Naphta ataca aqueles que querem curar o homem, obrigá-lo a “voltar à natureza”.

[...] toda essa corja de regeneradores, de paladinos da alimentação crua, de vegetarianos, naturistas e helioterapeutas que se exibem hoje em dia à guisa de profetas, enfim, todos os adeptos de Rousseau não almejam outra coisa a não ser desumanizar e embrutecer o homem.

Naphta afirma que o que distingue o homem de qualquer forma da natureza é o espírito. E o espírito, o gênio, é enfermidade, doença na concepção de Naphta. Ao gênio é que os homens devem o progresso. Os homens sadios teriam vivido sempre das conquistas que fizeram os doentes.

Houve quem se abismasse consciente e voluntariamente nas regiões da doença e da loucura, a fim de adquirir para a humanidade conhecimentos suscetíveis de transformar-se em saúde, depois de serem ganhos pela insânia, e cuja posse e exploração, depois do sacrifício heroico, já não dependessem da enfermidade e da demência. Esta era a genuína morte na cruz.

A questão da superioridade do espírito sobre o corpo parece ter o mesmo peso tanto para Naphta quanto para Settembrini. Mas varia na forma de ser apresentada. Settembrini diz honrar o corpo, sentir amor por ele, assim como o faz diante da beleza, da liberdade e da alegria, mas, ao mesmo tempo, na antítese entre corpo e espírito, fica sempre com este último, porque o corpo é natureza e a natureza se opõe à razão, sendo mística e má. A natureza, para Settembrini, é o poder, e aceitar o poder, “conformar-se intimamente com ele, é servil”.

Convém detestá-lo quando chega a representar o princípio da doença e da morte, quando o seu espírito específico se torna o espírito da perversidade, o espírito da decomposição, da volúpia e da vergonha...

Para Naphta, o corpo também tem um caráter desprezível. Sendo “mortal e putrescível”, deve ser considerado um cárcere ou calabouço útil, quando muito, para despertar o senso do pudor e da confusão. Ao defender a disciplina, os castigos físicos como forma de pedagogia, ele rebaterá o argumento de Settembrini de que aqueles

atingem a dignidade humana, contrapondo a superioridade do espírito ao corpo.

Segundo ele, era absurdo proferir, nesse caso, disparates acerca da dignidade humana, já que a nossa verdadeira dignidade se baseava no espírito e não na carne; e como a alma humana estivesse por demais inclinada a tirar do corpo toda a sua alegria de viver, os sofrimentos infligidos a este representavam um meio altamente recomendável para estragar o prazer que na alma despertavam as coisas sensuais, para separá-la da carne e reconduzi-la ao espírito, que dessa forma voltaria a dominar.

A divisão entre o corpo e o espírito é radicalizada em Naphta através do que ele define como religião. Esta é a verdadeira adversária da lógica e do mundo burguês. A religião é avessa ao progresso, pois sua perspectiva é a eternidade, enquanto este é o prisioneiro do tempo. Mais adiante, Naphta produz a definição de religião compatível com o seu pensamento. Uma religião de onde estavam ausentes a piedade, a caridade e o amor ao próximo. Religião que só fala da culpa e da expiação, da morte e do sofrimento. Religião que se opõe à vida e que é toda voltada para a morte.

É de grande importância – acrescentou – deixar perfeitamente claro que a religião nada tem que ver com a vida. Esta se alicerça em condições e bases que pertencem em parte à teoria do conhecimento, em parte ao domínio da moral. As primeiras chamam-se tempo, espaço, causalidade; as segundas, moralidade e razão.

Todas essas coisas são não apenas estranhas e indiferentes à religião, mas até mesmo lhe são hostilmente antagônicas: pois precisamente elas é que formam a vida, a pretensa saúde, isto é, a maneira de ser inteiramente filistéia e o espírito cem por cento burguês, cuja antítese absoluta e genial é justamente o mundo religioso, [...] o antagonismo entre a vida e a religião tinha sua origem no que existia entre o tempo e a eternidade. Pois o progresso realizava-se exclusivamente no tempo e não tinha lugar na eternidade, dando-se o mesmo com a política e a eloquência. [...] Em realidade, porém, Deus e o Diabo eram uma e a mesma coisa, e ambos se opunham à vida, ao modo de viver burguês, à ética, à razão, à virtude, devido ao princípio religioso que juntos representavam.

Contra este último argumento se rebela Settembrini:

Sabia o Sr. Naphta o que estava negando, ao confundir, em presença da juventude, Deus e Satã, e ao rejeitar o princípio ético em nome dessa execranda dualidade? Negava o valor, negava toda escala de valores – era espantoso dizê-lo! Bem, nesse caso não existiam o bem e o mal, mas apenas o universo sem ordem moral. Tampouco existiam o indivíduo com a sua dignidade crítica, mas somente a coletividade absorvente e niveladora de tudo, e o ocaso místico no seio. [...] Diga! – lançou na cara do seu antagonista. – Diga-o sob a sua responsabilidade de educador, sustente sem rodeios, na presença dessa juventude em formação, que o espírito é enfermidade! Sim, senhor, é com tais argumentos

que os conduzirá ao espírito e lhes inspirará fé nele! E declare ainda que a doença e a morte são nobres, ao passo que a saúde e a vida são vis, porque este é o método mais garantido para levar o educando a servir a humanidade!

Desses debates Castorp guarda para si uma questão: até que ponto estaria errado opor a alma ao corpo e até onde ambos estariam em conluio, jogando uma partida cujo resultado combinaram de antemão. Pensava talvez, no seu próprio caso, na sua penosa relação com o trabalho e no prazer e na adequação que seu corpo e seu espírito experimentavam na vida ociosa do sanatório. Manifestará explicitamente esse pensamento em outro debate entre Naphta e Settembrini, quando o primeiro apresenta a curiosa hierarquia da perfeição de Bernardo de Clairvaux. Nela, a categoria mais baixa era o “moinho”, símbolo da vida terrena; a segunda era o “campo”, a alma do homem leigo que é amanhada pelo sacerdote e pelo direito espiritual; e a terceira, a mais louvável, seria o “leito de repouso”.

A cama é o lugar da coabitação do amante com a amada, e como símbolo significa o isolamento contemplativo do mundo e da criatura, para os efeitos da união com Deus. [...] Tenho a impressão de que a possibilidade espiritual de encontrar a salvação no repouso se acha universalmente difundida entre os homens.

Pensamento com o qual concorda Castorp, que reconhece que a cama o teria feito progredir em dez meses muito mais do que o “moinho” na planície no curso de todos

os anos passados. Settembrini ataca o argumento de Naphta, ressaltando a origem oriental dessa valorização do repouso. O Oriente abominaria toda a atividade.

Lao-tsé ensina que o ócio é mais proveitoso do que qualquer outra coisa existente entre o céu e a terra. Se todos os homens cessassem de agir, haveria na terra a mais perfeita calma e felicidade. É essa a união de que fala o senhor. [...] Não obstante todas as proposições, cabem ao homem ocidental a razão, a análise, a ação e o progresso, não a cama onde se espreguiça o monge.

Os dois pedagogos parecem representar a imagem que se tornou comum do anjo e do diabo, da boa e da má consciência falando a cada um dos ouvidos do pecador. De um lado, Settembrini exortando o pupilo a voltar ao mundo, abandonar a voluptuosidade fácil da vida do sanatório, enfrentar a vida. De outro, Naphta dizendo que tanto faz, que a doença, o culto à morte, a ociosidade são o verdadeiro caminho da salvação, anunciando a revolução do proletariado sob o signo da cruz. Em meio ao debate dos sábios, o coração de Castorp balança, mas teima em seguir o caminho das suas próprias inclinações e espera a volta de Cláudia Chauchat.

6. Mynheer Peeperkorn

Quando Cláudia retorna, traz consigo um companheiro: a fascinante personalidade de Mynheer Peeperkorn. Apesar da

desilusão amorosa, Castorp se deixa fascinar integralmente por Peeperkorn. Aproxima-se deste e torna-se o seu mais humilde súdito. Pois a carismática personalidade de Peeperkorn faz com que todos os que dele se acercarem se transformem, subitamente, em súditos. Alma aberta às novas experiências, Castorp revela nesse episódio uma surpreendente independência de vontade.

A mulher não lhe determinava as relações para com tudo quanto é homem. [...] ele se recusava simplesmente [...] a consentir que influências romanescas o impedissem de ser justo no julgamento do seu próprio sexo e o privassem da capacidade de apreciar experiências realizadas nessa esfera, e que pudessem ser proveitosas para a sua formação.

Cláudia Chauchat identifica, nessa atitude de Castorp, a falta de passionalidade. Atribuindo-a à sua origem germânica, que representa de forma crítica, diz:

Tranquiliza-me extraordinariamente – disse ela, soltando, ao falar, uma baforada – saber que o senhor não é homem passional. Aliás, como poderia ser? Do contrário, o senhor seria diferente dos outros da sua espécie. Paixão é viver por amor à vida. Mas é coisa sabida que vocês vivem por amor à experiência. Paixão significa esquecer-se de si próprio. Mas tudo o que vocês desejam é enriquecer. C'est ça. E o senhor absolutamente não se dá conta de que isso constitui um egoísmo abominável que um dia fará de vocês os inimigos da humanidade?

De qualquer maneira, a atitude de Castorp adotada diante de Cláudia e de sua relação com Peeperkorn desconcerta não só a ela como ao leitor. Deve-se levar em conta que Peeperkorn representará um desequilíbrio no debate organizado e racional que travam as forças da reação contra as da revolução, nem sempre com posições muito claras com relação a essas situações, pois, naquele momento, muito do que o aristocrático e conservador jesuíta judeu prega, inclusive a revolução comunista do proletariado, é francamente mais revolucionário do que os ideais iluministas, racionalistas e liberais de Settembrini, que, naquele começo de século, viviam o início da sua mais grave crise.

Castorp era, para Settembrini, o filho enfermigo da vida, que cabia salvar do caráter dissolvente do sanatório e da pregação de Naphta. Peeperkorn surge como uma força viva da natureza. Seu discurso é tão desarticulado e falto de sentido como a música, tal como é descrita por Settembrini. Não importa, no entanto, o que diz; tudo nele é fascínio, signo, representação, carisma. Em função desse novo contato, Castorp conclui que a civilização não era um produto do intelecto e da sobriedade; ela dependia antes do entusiasmo e da ebriedade. Peeperkorn, dentro dessa perspectiva, era a própria civilização. É dele que Castorp obtém a definição mais sensual da vida.

A vida, meu caro jovem, é uma mulher, uma mulher estatelada, com os seios exuberantes e apertados, com o ventre amplo e macio entre os quadris salientes, com braços delgados, coxas opulentas e olhos semicerrados, uma mulher que

nos desafia magnífica e zombeteiramente e reivindica toda a energia da nossa virilidade, que se deve confirmar ou perecer perante ela... Perecer, jovem! O senhor percebe o que isso significa? A derrota do sentimento em face da vida, eis o que é a insuficiência para a qual não há nem perdão, nem compaixão, nem dignidade, mas que é inexorável e sardonicamente reprovada, liquidada – compreende, jovem? – e vomitada... Ignomínia e desonra são palavras brandas em comparação com essa ruína e bancarrota, com essa pavorosa vergonha. Ela é o ponto final, o desespero do inferno, o fim do mundo...

Antes do encontro com Peeperkorn, Castorp se deparara com a possibilidade real da morte em meio a uma avalanche de neve que o surpreendera quando esquiava nas montanhas. Preso em meio à tempestade, sem recurso e sem socorro, temeu a morte, teve que lutar contra ela. Ela vinha de uma forma voluptuosa, na tentação de deixar-se ficar, deixar-se adormecer. Enquanto lutava contra a morte, Castorp sonhou com a sociedade ensolarada, harmoniosa e ideal, por trás da qual feiticeiras horrendas devoravam o cadáver ensanguentado de uma criancinha.

Sonhei com a posição do homem e sua comunidade polida, sisuda e respeitosa, a cujas costas se passava, no interior do templo, a medonha ceia sangrenta. [...] A deserção da morte está encerrada na vida; sem ela não haveria vida, e a posição do Homo Dei acha-se no meio, entre a deserção e a razão, entre a coletividade mística e o individualismo inconsistente. [...] O homem é

o dono das oposições que existem por seu intermédio, e por conseguinte ele é mais nobre do que elas. Mais nobre do que elas, mais nobre do que a morte, demasiado nobre para ela, e isso constitui a liberdade do seu cérebro. Mais nobre do que a vida, demasiado nobre para ela, e isso constitui a piedade do seu coração. [...] Quero ser bom. Não quero conceder à morte nenhum poder sobre os meus pensamentos! Nisso é que consiste a bondade e a filantropia, e em nada mais. A morte é uma potência. As pessoas tiram o chapéu e avançam a passo cadenciado, nas pontas dos pés, quando ela está perto. [...] Diante dela, a razão parece tola porque é apenas virtude, ao passo que a morte é liberdade, deserção, amorfia e volúpia. [...] O amor enfrenta a morte; só ele, e não a razão, é mais forte do que ela. Só ele, e não a razão, inspira pensamentos bondosos. Também a forma não consta também senão de amor e bondade, a forma e a civilização de uma coletividade sensata e amável, de um belo estado humano, na recordação silenciosa da ceia sangrenta. [...] Quero conservar meu coração fiel à morte, contudo, recordar-me claramente de que a fidelidade à morte e ao passado é apenas malvadez, tenebrosa volúpia e hostilidade aos homens, quando determina os nossos pensamentos e atos de governo. Em consideração à bondade e ao amor, o homem não deve conceder à morte nenhum poder sobre os seus pensamentos.

Suas conclusões, naquele momento especial, se aproximavam mais das de Settembrini do que das de Naphta, sem, no entanto, se confundirem com elas. Pois

entre elas se impunha, como valor máximo, o amor, com a sua irracionalidade, com a dubiedade com que Mann já o caracterizara, amor por Cláudia Chauchat em toda a sua estranheza, pela humanidade, amor e piedade que estavam completamente ausentes do discurso de Naphta.

O respeito à morte e ao passado não pode se confundir com o repúdio à vida e ao presente, não pode orientar o futuro sem se confundir com impiedade. A sociedade harmoniosa existia e mantinha-se estável porque mantinha viva a consciência de que, em seu limite, nas suas sombras, pairava a iminência do terror. E o terror, tal como preconizado por Naphta, é o avesso do amor, da bondade. O terror vem para castigar os costumes, punir a alma através do corpo. O amor é o contrário disso e é a única força viva capaz de enfrentar a morte, derrotar o terror. A morte, aqui, vista no sentido voluptuoso que lhe atribuiu Settembrini, como desistência da vida, rompimento do compromisso com a humanidade e, como tal, o maior dos egoísmos. Por isso, talvez seja de amor a mensagem final da *Montanha Mágica*, quando Castorp é finalmente arrebatado dela pela guerra, quando novamente se verá diante da morte, quando novamente terá que fazer a escolha.

Momentos houve em que, cheio de pressentimentos e absorto na tua obra de 'rei', viste brotar da morte e da luxúria carnal um sonho de amor. Será que também da festa universal da morte, da perniciosa febre que ao nosso redor inflama o céu desta noite chuvosa, surgirá um dia o amor?

7. As infinitas vantagens da desonra

Quando Hans Castorp, embriagado de paixão, declara finalmente seu amor a Cláudia Chauchat, como que em meio a um delírio, fala a ela de todas as estranhas sensações e impressões que experimentara no Sanatório. Uma das coisas que declara – em francês, pois não queria contaminar o momento especial que vivia com a banalidade das palavras com que se expressava no cotidiano – é que lhe parecia mais moral se perder e mesmo se “laisser dépérir” do que se conservar.

Il nous semble qu'il est plus moral de se perdre et même de se laisser dépérir que de se conserver. Les grands moraliste n'étaient point de vertueux, mais des aventuriers dans le mal, des vicieux, des grands pêcheurs Qui nous enseigne à nous incliner chrétiennement devant la misère. Tout ça doit te déplaire beaucoup, n'est-ce pas?

Esse pensamento parece ser a expressão organizada das sensações que Castorp experimentara logo no começo de sua temporada no sanatório.

Não é fácil precisar seus pensamentos, visto serem obscuros e confusos, mas parecia-lhe, em suma, que a honra oferecia consideráveis vantagens, mas que a vergonha não as tinha menores, e que as vantagens desta última eram quase ilimitadas. Enquanto a título de experiência representava no seu espírito o papel do Sr. Albin e imaginava o que significaria ver-se definitivamente livre da pressão da honra e gozar

para sempre as imensas vantagens da vergonha, assustou-se o jovem diante de uma sensação de gozo dissoluto, que lhe imprimiu às batidas do coração, por alguns instantes, um ritmo ainda mais acelerado.

Toda a vivência de Castorp no sanatório é marcada por esse afrouxamento da vontade diante do dever, do que era certo, bom e honrado no mundo da planície. Lá vivera sob pressão da honra. Aqui experimentava a cada instante códigos novos, atitudes diversas e até mesmo contrárias a tudo o que se permitiria lá embaixo. Um agente dessa transformação é Cláudia Chauchat. Quando Castorp a identifica é justamente por uma atitude absurda para os seus padrões de comportamento: o deixar bater a porta com descaso atrás de si, em vez de fechá-la cuidadosamente. A aversão de Castorp se transforma em paixão e, de tanto observar o objeto do seu desejo, a maneira desleixada de ela se conduzir, resolve experimentar fazer igual. Dá-se conta de que realmente é mais confortável se sentar de forma a deixar as costas largadas e não eretas, como fazia, e que também deixar bater a porta atrás de si é menos dispendioso do que fechá-la cuidadosamente.

Por que Castorp se apaixona por Cláudia? Ela era o seu contrário, nela tudo era indolência, desleixo. Era porque Cláudia era o “outro”, o “Toi”, o “destino” que Castorp a amava. E ele dirá a ela quando, finalmente, declarar sua paixão: “Je t’aime – balbuciou – je t’aime de tous temps, car tu es le Toi de ma vie, mon rêve, mon sort, mon éternel désir...”.

A atitude de Castorp diante do mundo da planície, apesar das exortações de Settembrini, é correspondente a essa mesma postura, reveste-se de um certo cinismo, ao qual talvez não se entregasse antes de vir para o sanatório. Porta-se como um criminoso que perseverasse no crime, procurando todos os subterfúgios para permanecer no erro. Ao contrário de Joachim, que adota o sanatório como um meio para retornar à vida honrosa e útil da planície, ao “serviço” da vida e não mais da doença, a que estava obrigado por circunstâncias, em seu caso, certamente alheias à sua vontade, Castorp faz do sanatório, e das experiências que vive ali, um fim em si mesmo. Mann parece justificá-lo ao dizer que: “Mostram pouca cultura os viajantes que zombam dos costumes e dos conceitos dos povos que os acolhem; há muitos tipos de qualidades suscetíveis de conferir honra a quem as possui”.

No caso de Castorp, no entanto, permanecia intacto o código de honra que conhecera na planície; a imagem sóbria do avô no retrato, usando os trajes austeros e tradicionais de vereador de sua cidade, imagem em que o passado e o presente se confundiam a fim de evidenciar a perpétua continuidade da sua história, como que confirmando a veneranda solidez da sua firma comercial. Apesar do respeito que essa imagem insistentemente evocada lhe inspira, Castorp permanece alheio aos apelos daquele mundo que perdera ou que, mesmo, nunca tivera encanto e significado para si, fruindo as infinitas vantagens que lhe provinham do seu falso estado doentio. É em defesa desse estado vantajoso que desenvolve seu argumento sobre a doença (nobilitante), o ócio (enriquecedor) e a morte (dignificante).

A vergonha, n' *A Montanha Mágica*, se confunde com a libertação do mundo reificado em que Castorp se criara, mundo sinalizado por códigos que perderam o seu sentido fundador. A vergonha que libera do compromisso da honra tem o sentido da liberdade orgiástica evocada por Mann que, ao mencioná-la, indaga: será que a liberdade pode ter outra natureza que não seja esta?

8. Final

O conflito dentro de um mesmo personagem entre uma vocação artística e uma vocação burguesa é recorrente na obra de Mann. Ela é francamente explicitada nas palavras finais da novela *Tonio Kroeger*.

Meu pai, sabe, era de um temperamento nórdico, correto, por puritanismo inclinado à melancolia; minha mãe, de indistinto sangue exótico, bonita, sensual, ingênua, ao mesmo tempo displicente e apaixonada, e de um desmazelo impulsivo. Sem dúvida alguma foi esta uma mistura que encerrava extraordinárias possibilidades e extraordinários perigos. O resultado foi este: um burguês que se perdeu na arte, um boêmio que sentia saudades da boa educação, um artista com a consciência pesada. Pois a minha consciência burguesa é que me faz ver em toda a arte, todo o extraordinário e todo o gênio algo profundamente ambíguo, profundamente difamado, profundamente duvidoso, o que me enche desta amorosa fraqueza para o simples,

singelo, o agradavelmente normal, o não genial, o decente.

Essa divisão tensionada marca a peculiaridade do artista: uma maneira burguesa de realizar uma atividade não burguesa, uma atitude diante da arte de quem está “a serviço”, de quem cumpre um dever. Gustav Aschenbach, o protagonista de *Morte em Veneza*, é também um personagem de origem dúplice: do lado do pai, oficiais, juízes, funcionários, homens que, a serviço do rei e do Estado, levaram vida enérgica, decorosa e parca. Foi da mãe, filha de um maestro da Boêmia, que herdou os sinais de “raça estranhos no seu aspecto”: “O casamento da consciência ofensiva e sóbria com impulsos acentuados e ardentes gerou um artista, este artista em particular”.

É do Oriente, do exótico, do “outro”, do que o discurso racional não apreende nem domestica, do artístico e do diabolicamente belo que vem o perigo para o organizado mundo burguês. Gerda Buddenbrook, que veio de Amsterdã com o seu violino e a paixão pela música de Wagner, foi quem gerou o último dos herdeiros dos Buddenbrooks: Hanno, incapacitado para o destino que o pai lhe projetara, marcando o fim de sua família. Por que Thomas escolheu Gerda no lugar de uma boa e honrada moça das tantas famílias burguesas de sua cidade? Porque ele, que soubera honrar com uma rigorosa noção de cumprimento do dever os códigos de suas tradições, já trazia em si o signo da decadência, já se deixava fascinar pelo “outro”, pelo mágico, pelo que era estranho, exótico e maligno para o seu calmo

mundo burguês. E esse elemento exótico encontrará, muitas vezes, sua expressão na música.

Curiosa é a análise que Settembrini faz da música. Apesar de amá-la, desconfia dela, porque a música representa, na sua concepção, tudo o que existe de semiarticulado, de duvidoso, de irresponsável, de indiferente. Sua clareza não é verdadeira, é antes sonhadora, despida de significação e inconsequente; é perigosa porque induz a gente à complacência satisfeita. Apesar de a música aparentar ser toda movimento, Settembrini suspeita, nela, o quietismo e revela ter contra a música uma antipatia de caráter político.

Antipatia que talvez seja semelhante à que Thomas Buddenbrook desenvolve ao ver que Hanno gradativamente ia se revelando um herdeiro da vocação musical da mãe, totalmente avesso ao mundo prático dos negócios onde gostaria de vê-lo inserido. Com um músico foi embora a mãe de Tonio Kroeger; era filha de um músico a mãe de Aschenbach; e passava horas perdidas ao piano a mãe do “Diletante”. Na obra de Mann, o papel dissolvente da música, aliada à influência de um personagem feminino decisivo, é elemento recorrente. O discurso de Settembrini contra a música é quase o eco da boa alma burguesa tentando salvar seus filhos do perigo que a música representa para o seu mundo.

A contradição intrínseca de personagens como Tonio Kroeger e Aschenbach marca a atitude desses personagens não só diante da vida, mas também diante da arte. Aschenbach, como Tonio Kroeger, vive a serviço da arte. A disciplina, como reconhece Aschenbach, era sua herança por

parte de pai. Se Aschenbach começa sua trajetória artística como poeta arrojado e contestador, a coroará figurando nas antologias, glória das letras nacionais, poeta oficial de seu país. O preço que pagou foi o de ter vivido sempre como o descreveu alguém um dia, na imagem de um punho cerrado e não da mão que cai frouxa sobre o braço da poltrona. Sua tensão só se afrouxará diante de Veneza, a estranha e sedutora cidade, com seus vapores mefíticos, e da beleza arrebatadora de Tadzio. É a beleza no que ela tem de comum com a arte, no seu caráter aristocrático, que perderá Aschenbach para a racionalidade honrosa em que vivera.

Max Weber disse, em *Ciência como Vocação*, que o reino da arte é um reino de esplendor diabólico que se levanta contra Deus e contra a fraternidade humana em razão de seu  s rito fundamentalmente aristocrático. Pensamento que cabe inteiro no de Thomas Mann sobre a relação do artista com a beleza: “A quase todas as naturezas artísticas   inata uma tendência exuberante e traidora: reconhecer a beleza criadora de injustiça e manifestar aristocrática preferência, interesse e homenagem”.

Mas se, como diz o autor, a natureza estremece de prazer quando o  s rito se curva diante da beleza, se a beleza, como no imaginário discurso de Sócrates a Fédon, é a única forma do  s rito que podemos suportar sensualmente, ela será a origem da quebra do equilíbrio tenso sobre o qual se mantivera até então a individualidade de Aschenbach: “Que lhe diziam ainda arte e virtude comparadas às vantagens do caos? [Se] o monstruoso lhe parecia prometedo e nula a lei moral”. Foi preciso Aschenbach se desligar de sua origem, deixar-se estar nas

ruas da Veneza doente, tal como Castorp no sanatório, para que a sua paixão impossível encontrasse o seu elemento.

Pois a paixão, como o crime, não se adapta à ordem segura e ao bem-estar cotidiano e todo o afrouxar da estrutura civil, toda a confusão e tribulação do mundo lhes é bem-vinda, porque estas situações podem trazer uma esperança incerta de nelas encontrar o seu proveito.

A doença aqui, como no sanatório, é libertadora dos instintos. Tal como perceberia Settembrini, referindo-se à súcia de tuberculosos e à sua sensualidade, mas também quando lembra a Castorp que ele se perdera por Cláudia Chauchat: “de uma maneira que jamais teria se permitido na planície”. A situação do sanatório é a mesma da cidade doente, espaço da exceção, propício às paixões e ao crime.

A entrega total de Aschenbach não se faz sem uma penosa resistência: “[...] grande era sua repugnância, honesto o seu desejo de salvaguardar o seu eu até o fim contra o estranho, o inimigo do sereno e digno espírito”. Mas, a uma oportunidade de obter a sanável desilusão pelo estabelecimento de relações banalmente cordiais com o objeto do seu desejo, escapa, foge. A “embriaguez lhe era cara demais” e, como conclui Mann, não conseguir desejar a sanável desilusão é devassidão. O artista, a natureza feminina de seu sentimento, o feitio diabólico de seu ofício, a temeridade com que se acerca do abismo, são descritos em mais um dos discursos de Sócrates a Fédon, numa analogia ao sentimento experimentado por Aschenbach.

Pois deve saber que nós, artistas, não podemos seguir o caminho da beleza sem que Eros se associe e se arvore em guia; sim, sejamos heróis e honestos guerreiros a nosso modo, não obstante seremos como mulheres. A paixão é nossa elevação e nosso anseio deve continuar a ser o amor – isto é nosso prazer e nossa vergonha. Vê você, agora, que nós, poetas, não podemos ser sábios nem dignos? Que forçosamente nos perdemos, forçosamente continuamos devassos e aventureiros de emoções? [...] Pois como poderia servir de educador aquele a quem é inata uma tendência incorrigível e natural para o abismo?

A contradição finalmente encontrou seu termo. Ainda, mais uma vez, ela se resolve pelo amor; sensual aqui, sublime ali, só o amor atenua a diferença, aproxima os opostos, vence a morte, como descobre Castorp na montanha. Também para Aschenbach, quando murmura “eu te amo!” – a eterna fórmula, segundo Mann, “do anseio impossível, absurdo, abjeto, ridículo e, no entanto, sagrado, ainda aqui, digno mesmo” –, foram infinitas as vantagens da desonra. O amor, com suas ambiguidades, com suas angústias, com seu lado de redenção e de danação, foi a saída para a alma contraditória de Castorp. Thomas Mann conclui *A Montanha Mágica*, descrevendo os horrores da Primeira Guerra Mundial, de cujas motivações seu livro é dramática alegoria, indagando: “Será que também da festa universal da morte, da perniciosa febre que ao nosso redor inflama o céu desta noite chuvosa, surgirá um dia o amor?”.

Publicado na *Revista USP* em 2006.

Referências

- GOLDMAN, Harvey. *Illness as a Vocation: The Magic Mountain*. In: *Politics, Death and the Devil: Self and Power in Max Weber and Thomas Mann*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- MANN, Thomas. *Tonio Kroeger e Morte em Veneza*. Tradução de Maria Delling. São Paulo: Abril, 1971.
- MANN, Thomas. *Os Buddenbrooks: decadência de uma família*. Tradução de Herbert Caro. Rio de Janeiro: Círculo do Livro/Nova Fronteira, 1980.
- MANN, Thomas. *A Montanha Mágica*. Tradução de Herbert Caro. Rio de Janeiro: Círculo do Livro/Nova Fronteira, 1982a.
- MANN, Thomas. *Os Famintos e Outras Histórias*. Tradução de Lya Luft. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982b.
- MANN, Thomas. *Mário e o Mágico*. Tradução de Cláudio Leme. Rio de Janeiro: Círculo do Livro/Artenova, 1982c.
- MANN, Thomas. *Carlota em Weimar*. Tradução de Vera Mourão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- MANN, Thomas. *Ensaio*. Tradução de Natan Robert Zins. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- MARCUS, Judith. *Thomas Mann and Georg Lukacs: a Study in the Sociology of Literature*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1987.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 7. ed. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira, 1992.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993.

Sobre a autora

Isabel Lustosa é cearense de Sobral, mas viveu a infância e a adolescência em Fortaleza. Formou-se em Ciências Sociais pela UFRJ em 1981 e obteve seus títulos de mestre e doutora em Ciência Política no antigo IUPERJ, hoje IESP. Seu primeiro emprego foi no Museu da República, onde ingressou em 1983. Trabalhou sempre no Ministério da Cultura, tendo ainda atuado no IPHAN e, durante 30 anos, no Centro de Pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde se aposentou em 2020.

Ocupou, durante três meses, entre 2010 e 2011, a Cátedra Simon Bolívar, no IHEAL, Paris 3. Entre 2012 e 2015, ocupou a Cátedra Sérgio Buarque de Holanda junto à Maison des Sciences de l'Homme, atuando como professora na Universidade Rennes 2. Entre dezembro de 2019 e junho de 2020, teve bolsa da CAPES como Professora Visitante Sênior junto ao Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa. Desde então, é investigadora colaboradora do CHAM. Entre 2024 e 2026, teve bolsa do CNPq de pós-doutorado sênior junto ao IESP, com direito a um estágio de três meses de pesquisa na Universidade de Nanterre. Atualmente, é Pesquisadora Emérita do Instituto de História da UFRJ, com bolsa da FAPERJ.

Suas pesquisas sempre tiveram como fonte e objeto a imprensa em seus aspectos políticos e culturais, tendo

desenvolvido estudos sobre o humor e a caricatura brasileiros. A partir de sua tese de doutorado, *Insultos impressos*, concentrou seus trabalhos acadêmicos em pesquisas sobre o papel da imprensa no processo de Independência do Brasil.

Expediente da BVPS

A BVPS é um espaço de pesquisa e de formação de editores/as, autores/as e leitores/as de comunicação pública das ciências sociais, literaturas e artes, e aposta sempre na conversa entre diferentes gerações.

Corpo Editorial

Editor responsável

Maurício Hoelz | professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Editores-executivos

Caroline Tresoldi | doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Assistentes editoriais

João Mello | doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Miguel Cunha | doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Onildo Araújo Correa | doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Rennan de Medeiros Pimentel | mestre em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorando em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Estagiários

Guilherme Nascimento Prates | mestrando no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

João Candido Stringari | mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Maria Fernanda Argileu | mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Maria Gabriella de Faria | doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Nichollas Paradelo Capote | mestrando em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Conselho editorial

Andre Bittencourt | professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Arilda Fortunata Arboleya | professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Bernardo Ricupero | professor do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP).

Christian Edward Cyril Lynch | pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e professor associado do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Denilson Lopes | professor titular da Escola de Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Diana Klinger | professora de Teoria Literária da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Eduardo Coelho | professor do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras (Ciência da Literatura) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Eliane Robert Moraes | professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo (USP).

Eliane Veras Soares | professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Elide Rugai Bastos | professora titular de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Gilberto Hochman | pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz e professora do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da mesma instituição.

Lucas Carvalho | professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Mario Cámara | professor de Literatura Brasileira e Portuguesa na Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina.

Nísia Trindade Lima | pesquisadora titular da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz e professora de Pós-Graduação do Programa de História das Ciências e da Saúde da mesma instituição.

Raúl Rodríguez Freire | professor do Instituto de Letras e Ciência da Linguagem de Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso (PUCV), Chile.

Simone Meucci | professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Vera Alves Cepêda | professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Wander Melo Miranda | professor emérito da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membro da Academia Mineira de Letras (AML).

Coordenação da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS)

André Botelho | professor titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Autor corporativo

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Largo de São Francisco, 1, 20051-070 – Rio de Janeiro, RJ.

